

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

THAIS HELENA DOS SANTOS BUVALOVAS

**O “*Diário da minha Viagem para Filadélfia*”  
Impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)**

São Paulo

2007

THAIS HELENA DOS SANTOS BUVALOVAS

**O “*Diário da minha Viagem para Filadélfia*”  
Impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)**

Dissertação apresentada ao Departamento de História  
da Universidade de São Paulo para obtenção do título  
de Mestre em História

Área de concentração: História Social  
Orientadora: prof<sup>ª</sup> Dra. Maria Helena P. T. Machado

São Paulo

2007

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Thais Helena dos Santos Buvalovas  
O “*Diário da minha Viagem para Filadélfia*”  
Impressões de um luso-brasileiro na América (1798-1799)

Dissertação apresentada ao Departamento de  
História da Universidade de São Paulo para a  
obtenção do título de Mestre  
Área de Concentração: História Social

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Para Barbara

## RESUMO

BUVALOVAS, T. H. S. O “*DIÁRIO DA MINHA VIAGEM PARA FILADÉLFIA*” – **Impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)**. 2007, ... f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2007.

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça é considerado o primeiro jornalista brasileiro. Ao lançar em Londres, em 1º de junho de 1808, o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, também fundou a imprensa política em língua portuguesa. Seu periódico, que circulou todos os meses de junho de 1808 a dezembro de 1822, foi objeto de vários historiadores e comentaristas. Sua inserção nos quadros da maçonaria e a conseqüente passagem pelos cárceres da Inquisição, em Lisboa, também receberam alguma atenção de nossa historiografia. Contudo, a viagem que empreendeu em sua juventude à América do Norte ainda é tema praticamente inexplorado. Tratava-se de uma missão oficial, inserida no contexto de um ambicioso projeto desenvolvido pela Coroa portuguesa nas últimas décadas do século XVIII, com o intuito de modernizar a economia colonial. Ali o jovem naturalista deveria investigar inovações e adquirir conhecimentos úteis à diversificação da agricultura no Brasil. Agente desta política de Estado, Hipólito da Costa chegou aos Estados Unidos aos 24 anos de idade, em dezembro de 1798. Lá permaneceria até fins de 1800, registrando os percalços da missão e suas impressões sobre a jovem nação norte-americana em seu *Diário da minha Viagem para Filadélfia*. Este trabalho é uma tentativa de interpretar as representações que ele construiu sobre os Estados Unidos em seu diário de viagem, tendo este documento como base principal, mas não exclusiva. Também são utilizados textos que ele escreveu durante sua permanência na América do Norte e ainda escritos de sua maturidade, publicados no período de seu exílio em Londres. Ao cotejar estes escritos, a pesquisa segue a assertiva de que a viagem aos Estados Unidos foi um marco importante na trajetória de Hipólito da Costa e as idéias com as quais conviveu ali uma das matrizes de sua escrita e de seu pensamento político.

### Palavras-Chave

Reformismo ilustrado luso-brasileiro – Relatos de viagens – História dos Estados Unidos – Jornalismo político – Emancipação gradual da escravatura

## ABSTRACT

BUVALOVAS, T. H. S. “**Diário da minha Viagem para Filadélfia**” – **Impressions of one illustrated portuguese-brazilian in America (1798-1799)**. 2007,... f. Master's Dissertation – Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2007.

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça is considered the first brazilian's journalist. When launching the *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, in June's first of 1808, in London he has also founded the politician's press in portuguese language. His journal was been studied by several historians and commentators. His masonry's participation and the consequent ticket for the jails of the Inquisition, at Lisbon, also received some attention from our historiography. Meanwhile his youth's North America travel remains an unexplored subject. It was an official mission, part of an ambitious Portuguese crown's project, developed in the last few decades of century XVIII, intending to modernize colonial economy. There, the young naturalist would have to investigate innovations and to acquire useful knowledge to brazilian's agriculture diversification. Agent of this State politician, Hipólito da Costa has arrived at the United States at the age of 24, in December of 1798. He would remain there until 1800 ends, registering his mission profits and impressions about the young North America nation in his *Diário da minha Viagem para Filadélfia*. This job is an intention to interpret the North America representations he has build in his travel diary, taking it by main base, but not exclusive. That's also been used his writings from North America stay and from his maturity, published during his London exile. When considering these writings, the research follows the assertive one of that the travel to the United States was an important landmark in the Hipólito da Costa trajectory and the ideas he has coexisted was one of the matrices of his writings and politician thoughts.

Keywords: Portuguese illustrated reforming policy – Travel narratives – United States history – Politician journalism – Gradual slavery emancipation

## **SUMÁRIO**

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. A SERVIÇO DO REI**
- 3. A AURORA DE FILADÉLFIA**
- 4. NATURALISMO, REDE TEXTUAL E FRATERNIDADE MAÇÔNICA**
- 5. OS ADVOGADOS DA IGUALDADE**
- 6. CONCLUSÃO**
- 7. REFERÊNCIAS**

## 1. Introdução

**O “*Diário da minha Viagem para Filadélfia*”  
Impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)**



Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça é considerado o primeiro jornalista brasileiro. Ao lançar em Londres, em 1º de junho de 1808, o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, também fundou a imprensa política em língua portuguesa. Seu periódico, que circulou todos os meses de junho de 1808 a dezembro de 1822, foi objeto de vários historiadores e comentaristas. Sua inserção nos quadros da maçonaria e a conseqüente passagem pelos cárceres da Inquisição, em Lisboa, também receberam alguma atenção de nossa historiografia.

Contudo, a viagem de dois anos que, em sua juventude, Hipólito da Costa empreendeu à América do Norte ainda é tema praticamente inexplorado, embora tenha sido decisiva em sua trajetória e tido conseqüências importantes no percurso de seu pensamento político. Tratava-se na realidade de uma missão oficial, inserida no contexto de um ambicioso projeto desenvolvido pela Coroa portuguesa nas últimas décadas do século XVIII, com o objetivo de modernizar a economia colonial. Cabia a Hipólito investigar inovações e adquirir conhecimentos úteis à diversificação da agricultura no Brasil. E foi como agente desta política de Estado, que ele chegou aos Estados Unidos, em dezembro de 1798, aos 24 anos de idade, e lá permaneceu até fins de 1800.

O jovem naturalista registrou os percalços da missão e suas impressões sobre os Estados Unidos em seu *Diário da minha Viagem para Filadélfia*, no qual documentou parcialmente o período em que permaneceu na América do Norte. Tomando como base principal, mas não exclusiva, o diário de viagem de Hipólito da Costa, este trabalho é uma tentativa de interpretar as representações que ele construiu sobre a sociedade norte-americana nos tumultuados anos que encerraram o século XVIII e, com ele, um capítulo importante de sua história.

As fontes que documentam a viagem de Hipólito da Costa aos Estados Unidos e que foram utilizadas neste trabalho são de três tipos: suas anotações pessoais; as cartas enviadas às autoridades portuguesas em Lisboa; e a “Memória” que ele escreveu sobre a viagem, apresentada como relatório final de suas atividades. Como esta passagem na trajetória de Hipólito da Costa foi objeto de muito poucos historiadores e comentaristas, ao eleger este tema, contei com a bibliografia existente sobre o *Correio Braziliense* e o período de seu exílio em Londres, este melhor coberto pela historiografia e que também oferece estudos recentes bastante esclarecedores e originais<sup>1</sup>.

Esta proposta exigiu um corpo de referências razoavelmente vasto. Entretanto, alguns estudos nortearam a sua perspectiva, entre eles obras que problematizam os novos modelos de interpretação da realidade histórica que emergiram no norte da Europa, ao longo do século XVIII. Aqui foram especialmente importantes *O Novo Mundo – História de uma polêmica*, de Antonello Gerbi<sup>2</sup>, *How to Write the History of the New World*, de Jorge Cañizares-Esguerra<sup>3</sup>, *Relatos de Viagem e Transculturação*, de Mary Louise Pratt<sup>4</sup>, e *Orbe Indiano*, de David Brading<sup>5</sup>.

Uma das primeiras constatações que fiz ao ler o diário de viagem de Hipólito da Costa foi a de que existem filtros em sua narrativa, em diferentes níveis. Esta percepção levou a um esforço de interpretação, orientado também por dois ensaios obrigatórios:

---

<sup>1</sup> Entre estes trabalhos, encontra-se um ensaio de István Jancsó e Andréa Slemian que aborda um aspecto até aqui negligenciado pelos historiadores: como Hipólito da Costa, já a partir do primeiro número do *Correio Braziliense*, utilizou elementos de estilo e técnicas de edição para construir a idéia de unidade (e indivisibilidade) do que ele chamava de “províncias” do “Império do Brasil”. Ver Jancsó, István; Slemian, Andréa. “Um caso de patriotismo imperial”. *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. Vol. XXX, tomo 1, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 605-67. Um estudo também recente e importante sobre a intervenção do *Correio Braziliense* nos processos de descolonização da América hispânica e portuguesa é assinado por João Paulo G. Pimenta. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. Outras referências obrigatórias serão citadas ao longo deste trabalho.

<sup>2</sup> São Paulo: Cia das Letras, 1996.

<sup>3</sup> Stanford: Stanford University Press, 2001.

<sup>4</sup> Bauru: Edusc, 1999.

<sup>5</sup> México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1991.

“Sinais. Raízes de um paradigma indiciário”, de Carlo Ginsburg<sup>6</sup>, e “Hermenêutica do Cotidiano”, de Maria Odila da Silva Dias<sup>7</sup>. Em linha com o pensamento de ambos, este trabalho recorre a pormenores, dados aparentemente irrelevantes, sutilezas, indícios, sinais. Tratava-se de literalmente investigar o que teria sido a experiência vivenciada pelo autor para além do não dito, do não documentado, embora esta experiência, em sua realidade de fato vivida, jamais pudesse ser captada pelo investigador. Foi com base nestas constatações que alguns temas se impuseram, levando aos conteúdos e ao formato desta dissertação de mestrado, que, em síntese, descrevo a seguir.

De início, pareceu claro que compreender as impressões deixadas por Hipólito da Costa em seu diário de viagem implicava estabelecer uma dupla aproximação com o seu lugar no espaço colonial e também com sua inserção na sociedade portuguesa, por meio da condição de estudante na Universidade de Coimbra. O primeiro capítulo, *A Serviço do Rei*, tem justamente o objetivo de contextualizar esta trajetória e esboçar um perfil consistente com suas experiências de vida, a começar pelo seu local de nascimento, a antiga Colônia do Sacramento, às margens do Rio da Prata.

*A Aurora de Filadélfia*, título do segundo capítulo, focaliza o momento histórico em que Hipólito chegou aos Estados Unidos e mostra o modo como ele se envolveu nas disputas que então dividiam a jovem nação norte-americana. Aqui se busca demonstrar que, por meio de seu ingresso na maçonaria, ele também encontrou inserção em círculos de sociabilidade cujas relações com o partido republicano democrata de Thomas Jefferson eram claras. A mediação deste grupo nas representações que Hipólito construiu sobre a realidade norte-americana é também espelhada em seu diário nas várias citações ou referências à *Aurora General Advertiser*, jornal fundado por

---

<sup>6</sup> Ginsburg, Carlo. “Sinais. Raízes de um paradigma indiciário”. \_\_\_ *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, pp. 144-58; 160-3; 167-9; 171-3; 177-9.

<sup>7</sup> Dias, Maria Odila Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP (17), nov/98, pp. 223-58. Ver especialmente as páginas 242-4; 247; 250-1.

Benjamin Franklin Bache, neto de Benjamin Franklin, e que na época era o principal porta-voz dos *jeffersonians* na América independente.

Nesta altura, pode-se compreender como a experiência da viagem foi construída. O terceiro capítulo, *Naturalismo, Rede Textual e Fraternidade Maçônica*, mostra como circunstâncias e imperativos diversos contribuíram para a construção de uma experiência singular enquanto incursão exploratória no campo da história natural. Entre estes imperativos, estava não apenas o direcionamento estratégico da missão de Hipólito, mas também a carência de recursos e a falta de comunicações com Lisboa. Defende-se aqui a idéia de que seu trajeto, notadamente urbano, e os métodos que ele utilizou para obter resultados em sua missão foram favorecidos, de um lado, pelas limitações impostas ao seu projeto e, de outro e em contrapartida, pelo apoio que recebeu da rede formada pela maçonaria. Sua experiência como viajante naturalista parece ter sido construída com base em duas redes superpostas, que conferiam significado à sua condição de estrangeiro nos Estados Unidos: uma delas textual, a outra articulada na esfera da sociabilidade maçônica.

O quarto capítulo, cujo título é *Os Advogados da Igualdade*, é uma tentativa de estabelecer um diálogo entre este primeiro escrito da juventude de Hipólito da Costa e textos que ele publicaria em Londres vários anos mais tarde. Esta proposta surgiu da constatação de que estes escritos de fato dialogam entre si e se explicam mutuamente em várias passagens. Por sua pertinência, optou-se aqui por uma análise do projeto de emancipação gradual da escravatura que o diretor do *Correio Braziliense* defendeu a partir de 1810.

Contudo, é importante frisar que este trabalho tem como objeto apenas a experiência norte-americana de Hipólito da Costa. Os escritos que ele publicaria em Londres são utilizados aqui em três situações: a primeira, quando contribuem para

esclarecer passagens de seu diário de viagem; a segunda, nos casos em que permitem melhor compreensão de experiências marcantes em sua história de vida (ou de sua família); e, por fim, a última, ao constituírem um recurso válido para discernir traços desta experiência em sua trajetória como homem de imprensa e, assim, melhor compreendê-la. Outro aspecto a destacar é que se trata de uma abordagem ainda inicial. Há muitos pontos não focalizados nos limites deste estudo, bem como situações obscuras que merecem ser investigadas, a começar pelo fato de que uma boa parte do período de quase dois anos em que ele permaneceu nos Estados Unidos foi mal documentada ou não teve registro. No entanto, mesmo constituindo uma primeira aproximação com o tema e apesar das limitações impostas pelo formato institucional e pelo prazo tão curto, este estudo logrou conceber uma abordagem nova, desvendando aspectos inusitados na trajetória de Hipólito da Costa.

Ao focalizar sua viagem aos Estados Unidos, este trabalho não pretendeu negligenciar as suas origens, sua formação em Coimbra ou o seu sentido de pertencer à América portuguesa. Este sentimento, aliás, está presente de modo inequívoco em seu diário. A proposta foi tentar compreender como esta experiência foi construída, levando justamente em conta a sua história de vida até o momento em que ele desembarcou no porto de New Castle, Delaware, no dia 11 de dezembro de 1798.

Muitas pessoas me ajudaram a realizar este trabalho. Agradeço especialmente à prof<sup>a</sup> Maria Helena Machado, cujas idéias inspiraram e orientaram esta dissertação de mestrado. A ela devo o enfoque desta proposta e a condução de sua realização. Agradeço também à prof<sup>a</sup> Anita Novinsky, que acompanhou uma parte do caminho que percorri até aqui. Sou muito grata a Iris Kantor e João Paulo Garrido Pimenta por sua atenção particular e pelas sugestões importantes que me ofereceram. Aos colegas Benair Alcaraz, Daniela Levy, Eneida Ribeiro, Paulo Valadares, Marcos Lopes Veiga, Marcelo

Bogaciovas e Robson Lima Santos agradeço por todo o carinho, apoio e solidariedade que deles recebi nos momentos mais difíceis da minha pesquisa. A Cielo Festino sou grata por suas sugestões e sua atenção. À grande amiga Francis Maia também agradeço por suas sugestões e por seu carinho. A Valdir e Barbara agradeço por sua tolerância e por seu amor.

## **2 - A Serviço do Rei**

A 16 de outubro de 1798, partia de Lisboa rumo a Filadélfia uma pequena embarcação de bandeira norte-americana, a corveta *William*. A bordo, em meio a fortes ventos, algumas tempestades e momentos de pânico, cruzava o Atlântico, na qualidade de agente da Coroa portuguesa, um jovem luso-brasileiro encarregado de importantes negócios na América do Norte. Seu nome era Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Sua missão, obter nos Estados Unidos informações privilegiadas sobre inovações agrícolas e enviar clandestinamente do México exemplares da planta e do inseto da cochonilha para serem aclimatados no Brasil.

A viagem de dois anos de Hipólito da Costa aos Estados Unidos é contemporânea dos grandes esforços empreendidos por europeus de várias nacionalidades – matemáticos, astrônomos, geógrafos e especialistas em história natural – , que, na segunda metade do século XVIII, cumpriam em escala planetária uma nova agenda competitiva: a disputa pela supremacia no campo da ciência<sup>8</sup>. Os paradigmas descritivos e classificatórios da história natural lideravam então uma nova etapa da expansão europeia, como afirma Mary Louise Pratt. Tratava-se de “dois processos simultâneos e interagentes na Europa setentrional: a emergência da história natural como estrutura de conhecimento e o impulso à exploração continental, por oposição à marítima”<sup>9</sup>.

Consubstanciado nas mensurações e mapeamento de toda a superfície terrestre, catalogação da imensa variedade de suas espécies e descrições etnográficas de populações em várias partes do globo, este espetacular projeto de apropriação da natureza propiciava a descoberta de novas matérias-primas, favorecendo igualmente

---

<sup>8</sup> As expedições científicas também possuíam uma dimensão nacional e patriótica. Marie-Noëlle Bourguet afirma que as demonstrações de poder político e “a afirmação nacional” passavam “necessariamente pela conquista da glória científica”. Bourguet, Marie-Noëlle. “O explorador”. Michel Vovelle (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997, pp. 215-7.

<sup>9</sup> Pratt, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 35.



novas formas de conquista ou domínio territorial por parte das potências europeias. Na virada do século XIX, dirigia-se com especial interesse para o interior do continente americano e da África meridional<sup>10</sup>.

O naturalista luso-brasileiro navegava na mesma direção, mas o sentido de sua investigação era inverso. Ele não viajava para observar povos indígenas ou explorar uma natureza ainda intocada e exuberante. Antes, seu objetivo era pesquisar técnicas de manejo e de cultivo para espécies já conhecidas na América do Norte, investigar atividades de mineração e estudar projetos de engenharia, especialmente obras e máquinas empregadas na navegação de rios e canais. Em síntese, buscava inovações e tecnologias que pudessem ser úteis à modernização da agricultura e da economia no Brasil<sup>11</sup>. Tudo indica que o caráter notadamente urbano de seu percurso nos Estados Unidos também estava relacionado ao sentido estratégico de sua missão.

O perfil de Hipólito da Costa igualmente indicava uma aproximação diferenciada com o objeto de sua pesquisa. Ao contrário dos viajantes ilustrados de seu tempo, pode-se dizer que era um *fronteiriço*, designação hoje usual para os habitantes das regiões que costeiam os rios Uruguai e Jaguarão, portadores de usos e costumes próprios à zona rural, mas especialmente marcados pelas trocas culturais com elementos

---

<sup>10</sup> Cf. Pratt, Mary Louise. op. cit., pp. 35-78.

<sup>11</sup> Os imperativos que conduziram as várias expedições de reconhecimento e o extenso inventário de recursos naturais nos domínios do Império português também orientavam a viagem de Hipólito da Costa ao México e Estados Unidos. Nas últimas décadas do século XVIII, a Coroa portuguesa buscava soluções para promover o desenvolvimento econômico do reino e superar sua defasagem frente a Europa além-Pirineus. Neste contexto, a introdução de novas espécies e técnicas agrícolas e a renovação das atividades de mineração eram preocupações importantes dos ilustrados arregimentados pelo governo mariano. As pesquisas realizadas pelos cientistas luso-brasileiros neste período e a mentalidade que orientava sua atuação como estudiosos e homens de Estado são comentados por Maria Odila da Silva Dias no clássico estudo “Aspectos da Ilustração no Brasil”. \_\_\_\_ *A Interiorização da Metrópole e outros Estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. Sobre o projeto político do reformismo ilustrado português, ver também Lyrá, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política. 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, pp. 61-105. As instruções para a viagem de Hipólito da Costa à América do Norte são detalhadas por Dourado, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, t. I, pp. 47-8.

de filiação hispânica no extremo sul do Brasil<sup>12</sup>.

Sua história começa de fato numa das mais isoladas fronteiras da ocupação portuguesa na América: a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, fundada às margens do Rio da Prata, onde nasceu a 25 de março de 1774. A família de Hipólito também esteve entre as primeiras a receber sesmarias no Serro de Santana, região que mais tarde faria parte do município de Pelotas, onde o rapaz passou boa parte de sua infância e juventude, antes de se matricular na Universidade de Coimbra<sup>13</sup>. Bacharel em filosofia, formou-se em leis em junho de 1798, alguns meses antes de ingressar no serviço público por intermédio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro da Marinha e Ultramar, nomeado por D. Maria I<sup>14</sup>. Hipólito tinha 24 anos quando realizou a viagem à América do Norte.

As relações de pertencimento à sociedade colonial, a origem fronteiriça e a formação eclética e coimbrã contribuem muito para explicar por que sua experiência de contato com a realidade norte-americana teria sido de fato tão marcante. O impacto deste encontro, documentado em seu diário de viagem, evidencia, por sua vez, como Hipólito deu curso ali a antigos projetos, adquirindo ainda novos interesses e motivações.

---

<sup>12</sup> O pesquisador sulino Jacques Wainberg afirma que a qualidade de “fronteiriço” figura entre as principais “categorias míticas” ou “construções” realizadas pelos comentaristas que abordaram a trajetória de Hipólito da Costa. Contudo, ao analisar esta “categoria”, Wainberg parece concordar com suas premissas, orientadas pela idéia de marginalidade, pois define Hipólito da Costa como um homem que “viveu e morreu nas beiradas” e “um híbrido, em suma”. Wainberg, Jacques A. “As várias faces de um jornalista”. *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. Vol. XXX, t. 1, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 405-6. De todo o modo, o significado atribuído aqui às palavras “fronteira” e “fronteiriço” é estrito, não contemplando o conceito de transculturação ou mesmo as associações míticas que de fato preenchem estes termos no imaginário rio-grandense. Uma análise detalhada sobre a construção histórica deste espaço foi realizada pelo historiador Tau Golin. *A Fronteira*. 2 vols. Porto Alegre: L&PM, 2002-04.

<sup>13</sup> Cf. Dourado, Mecnas. op. cit., t. 1, pp. 15; 20-1; 32-3. Também Rizzini, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957, pp. 3; 4.

<sup>14</sup> D. Rodrigo de Sousa Coutinho desempenhou importante papel no recrutamento de intelectuais luso-brasileiros para um projeto de modernização da economia colonial e reorganização administrativa do Estado português, tendo em vista neutralizar oposições na colônia e assegurar a prosperidade do Império. Foi designado presidente do Erário Régio em 1800. Principal articulador da mudança da Corte para o Brasil, exerceu no Rio de Janeiro o cargo de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros até seu falecimento em 1812. Cf. Maxwell, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”. — *Chocolate, Piratas e outros Malandros. Ensaios Tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 180-91.

Diferentemente dos ilustrados de sua geração na colônia, o jovem sulino não iria se notabilizar como naturalista, jurista ou estadista. Em sua maturidade, seria localizado em Londres, curiosamente entre profissionais que integravam uma categoria emergente, dedicada a interferir nos negócios de Estado por meio do combate político na esfera da opinião pública – os chamados homens de imprensa. Nascido e criado em região distante dos principais centros políticos e marginal na geografia econômica da colônia, Hipólito da Costa lançaria em Londres, em 1º de junho de 1808, o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, jornal que inaugurava a imprensa política em língua portuguesa. Seria de fato, entre 1808 e 1822, o mais importante periódico a divulgar no Brasil “os fatos políticos, civis e literários da Europa”<sup>15</sup>.

Aliados a acontecimentos importantes de sua biografia, como a prisão nos cárceres do Santo Ofício por crime de maçonaria e o longo exílio em Londres<sup>16</sup>, os textos que documentam o percurso de Hipólito da Costa nos Estados Unidos – especialmente o *Diário da minha Viagem para Filadélfia* e as cartas de ofício enviadas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>17</sup> – oferecem muitos indícios que permitem entrever

---

<sup>15</sup> Foi com estas palavras que Hipólito da Costa sintetizou a vocação política do *Correio Braziliense*, ao lançar o primeiro número de seu periódico. A frase aponta ainda o desejo de divulgar no Brasil “as melhorias das ciências e das artes”. Daí o jornal trazer em seu título a expressão “Armazém Literário” e seu objetivo ser também o de esclarecer seus “compatriotas” sobre os fatos “literários da Europa”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. vol. I, nº 1, p. 3.

<sup>16</sup> Hipólito da Costa era um dos diretores da Imprensa Régia quando viajou a Londres, em abril de 1802, para obter na Inglaterra o reconhecimento do Grande Oriente Lusitano. De lá, foi a Paris, onde provavelmente manteve negociações com o Grande Oriente da França, para as quais estava igualmente credenciado pelos maçons portugueses. Ao voltar a Lisboa, em julho daquele ano, foi preso por ordem do intendente Pina Manique e, seis meses mais tarde, transferido para os cárceres da Inquisição. Empreendeu uma fuga espetacular em 1805, seguramente com o auxílio do duque de Sussex, filho do rei Jorge III, seu amigo e protetor na Inglaterra. Cf. Marques. A. H. de Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal. vol I. Das Origens ao Triunfo*. Lisboa: Presença, 1989, pp. 79-81. Também Dourado, Mecenas. op. cit., t. 1, pp. 79-110; Rizzini, Carlos. op.cit., pp. 7-15. Sobre as relações entre Hipólito da Costa e o duque de Sussex, ver Lustosa, Isabel. “His Royal Highness e Mr. Da Costa”. *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. op. cit., pp. 15-56.

<sup>17</sup> O *Diário da minha Viagem para Filadélfia* e o “O Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, enviadas dos Estados Unidos para autoridades portuguesas em Lisboa (D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Luís Pinto de Sousa Coutinho) e na Ilha da Madeira (o governador Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado) foram publicados pela Academia Brasileira de Letras, em 1955. O texto utilizado nesta pesquisa é a reedição do Conselho Editorial do Senado Federal, publicada em 2004, com fidelidade à edição original. A “Memória sobre a viagem aos Estados- Unidos”, que Hipólito da Costa apresentou a D. Rodrigo, datada

como esta transformação ocorreu. Entretanto, localizar o estatuto peculiar do viajante e avaliar a qualidade de suas experiências ao longo da viagem implica antes conhecer as vivências que pontuaram sua história de vida até 11 de dezembro de 1798, dia em que desembarcou no porto de New Castle, Delaware. Afinal, de onde veio e, até ali, ao menos, quem teria sido Hipólito José da Costa?

Sua mãe, Ana Josefa Pereira Fernandes de Mesquita, era filha de lavradores transmontanos enviados para a Colônia do Sacramento em 1718. Seu pai, Félix da Costa Furtado de Mendonça, nasceu na freguesia de Saquarema, Rio de Janeiro, e muito provavelmente chegou ao Continente de São Pedro como soldado. A história deste casal e de sua família espelha em boa medida o processo de formação do que é hoje o Estado do Rio Grande do Sul. Nesta história – de sua família e do Continente de São Pedro – também residem chaves importantes para a compreensão das anotações que Hipólito da Costa registrou em seu diário de viagem nos Estados Unidos.

### **Fronteira platina, mobilidade e integração**

Até 1776, quando foi criado o Vice-reinado do Rio da Prata<sup>18</sup>, Buenos Aires não era porto autorizado para comercializar mercadorias. Viajando em tropas de mulas, seus produtos de exportação seguiam uma longa rota por terra, passando por Tucumán e Assunção do Paraguai, antes de alcançar as minas de prata de Potosí e as cidades de Bogotá e Cartagena. As mercadorias que Buenos Aires importava também faziam o

---

de 24 de janeiro de 1801, traz informações complementares e também será analisada neste trabalho. Foi publicada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. XXI, 1858, pp. 351-365. Uma informação adicional: Mecenas Dourado cotejou os manuscritos do diário de Hipólito que se encontram na Biblioteca de Évora com a edição realizada pela Academia Brasileira de Letras, não encontrando diferenças significativas.

<sup>18</sup> Criado para fazer frente ao avanço dos portugueses e melhor controlar o comércio de metais de Potosí, o Vice-reinado do Rio da Prata vigorou até 1811. Era composto pelos atuais territórios da Argentina, Uruguai, parte do Rio Grande do Sul e do oeste de Santa Catarina, Paraguai, Bolívia, alguns territórios do Chile e o território de Puno, hoje pertencente ao Peru. Cf. Padoin, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001, p. 19.

mesmo caminho, em sentido inverso. Havia uma rota alternativa que ia de Tucumán ao porto de Callao e de lá, de navio, até o Panamá, mas igualmente precária<sup>19</sup>.

Este sistema de portos autorizados pretendia manter o monopólio da Espanha sobre o comércio de suas colônias na América, mas propiciou excelentes oportunidades para o contrabando. Uma delas, talvez a mais bem-sucedida, configurou-se em janeiro de 1680, quando os portugueses fundaram a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, na margem esquerda do Rio da Prata, no lado oposto a Buenos Aires. Durante praticamente um século, o Sacramento foi o mais importante entreposto de contrabando e drenagem das riquezas espanholas na América meridional. Praça de guerra e motivo de várias disputas diplomáticas ao longo do século XVIII, pertenceu aos portugueses, embora com interrupções, até 1777<sup>20</sup>.

A instalação deste enclave luso bem em frente a Buenos Aires está inserida no contexto da crise comercial e monetária que atingiu a economia portuguesa em fins do século XVII. Vitorino de Magalhães Godinho observou que, já no século XVI, comerciantes portugueses negociavam em Buenos Aires, devido ao estabelecimento, nos anos 1570, de uma rota de metal branco, ligando o Peru à embocadura do Rio da Prata. O interesse pelo espaço platino seria refreado por algumas décadas, ressurgindo “cerca de 1670, data do desencadear da crise” em Portugal<sup>21</sup>.

O volume crescente de ouro vindo da região das Minas em breve traria alívio à balança comercial, mas, de acordo com Magalhães Godinho, não resolveria o problema:

---

<sup>19</sup> Cf. Flores, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, pp. 68-9.

<sup>20</sup> A Colônia do Sacramento foi conquistada pelos espanhóis no mesmo ano de sua fundação, 1680. Três anos mais tarde os portugueses voltaram ao Rio da Prata, mas em 1705 foram novamente expulsos. A terceira fundação da Colônia ocorreu em 1716, a partir da assinatura do segundo Tratado de Utrecht, que franqueou aos portugueses a ocupação daquela praça. Os espanhóis tomaram novamente a Colônia em 1762, mas novo tratado de paz entre Portugal e Espanha restituiu a conquista aos portugueses em 1763. Nesse ínterim, os moradores permaneceram sob domínio espanhol. Cf. Monteiro, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. 2 vols. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

<sup>21</sup> Godinho, Vitorino de Magalhães. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”. *Revista de História*. São Paulo, FFLCH/USP, ano IV, n.º. 15, julho-setembro, 1953, p. 81.

a prata continuava dominando a circulação de moedas, pois o ouro era valioso demais para as compras correntes no mercado. “Os teóricos portugueses desta época viram-no; disseram: ‘Temos ouro, mas é da prata que necessitamos... Como consegui-la?’<sup>22</sup>”

Reativar o comércio ilícito com Buenos Aires também fazia parte de uma política de expansão rumo ao Rio da Prata, que, segundo Paulo César Possamai, foi conduzida pela Coroa portuguesa, “de modo prudente, mas efetivo”, a partir da consolidação da Restauração. Ao estender seus domínios na América meridional, Portugal compensaria a perda de várias possessões no Oriente e o conseqüente enfraquecimento de seu comércio com as Índias.

Esta política expansionista foi autorizada por uma importante vitória diplomática junto à Santa Sé: “A bula *Romani Pontificis*, que criou o bispado do Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1676, estabeleceu o alcance da nova diocese que, do Espírito Santo, seguia ‘até o Rio da Prata, pela costa marítima e pelo sertão.’<sup>23</sup>” Com a criação da diocese do Rio de Janeiro, os portugueses legitimaram suas reivindicações sobre o território da Banda Oriental do rio Uruguai, traçando um plano de ocupação, cujo marco zero era a construção de uma fortaleza na margem norte do Rio da Prata.

A fortaleza do Santíssimo Sacramento foi construída em local próximo à ilha de São Gabriel, um antigo refúgio de piratas e contrabandistas<sup>24</sup>, mas os projetos de povoamento que acompanharam sua fundação não obtiveram êxito, ao contrário de suas operações mercantis, cuja dinâmica forjaria uma economia própria. O grande desenvolvimento da criação de gado nas regiões de Buenos Aires deveu-se precisamente às oportunidades geradas por este comércio exportador, que visava

---

<sup>22</sup> Godinho, Vitorino de Magalhães. op. cit., pp. 80-1.

<sup>23</sup> Possamai, Paulo César. “A expansão portuguesa no sul da América: a política de povoamento na Colônia do Sacramento (1680-1737)”. *Ciência.let.*, Porto Alegre, nº 37, jan/jun, 2005, p. 45.

<sup>24</sup> Tratava-se de local estratégico e bem conhecido dos portugueses, pois foram os principais agentes do contrabando no Rio da Prata durante o período da União Ibérica (1580-1640). Cf. Possamai, Paulo César. op. cit., p. 46.

atender à crescente demanda das indústrias de couro na Europa<sup>25</sup>.

Com a mediação dos portugueses estabelecidos naquela praça, o couro e a prata, provenientes de território espanhol, eram trocados por ouro do Brasil e manufaturas européias. Estas viajavam em navios costeiros vindos do Rio de Janeiro ou eram trazidas por navios mercantes ingleses<sup>26</sup>. De 1726 até 1734, foram exportados anualmente para o Rio de Janeiro e Portugal entre 400 mil e 500 mil couros secos, “soma enorme”, como constatou Jaime Cortesão, em seu clássico estudo sobre o Tratado de Madri<sup>27</sup>.

Somas enormes também eram contabilizadas pelos espanhóis, mas com sinal invertido. Já em 1747, D. José de Carvajal, presidente do Conselho das Índias e ministro designado para as negociações de um novo tratado de limites entre Portugal e Espanha, calculava a perda “de cinco ou seis milhões de patacas (de prata) cada ano”, devido ao comércio ilícito no Rio da Prata. Ainda que houvesse razoável grau de imprecisão, e mesmo exagero, na estimativa do ministro espanhol, o fato é que ali o contrabando alcançava volumes e dimensões extraordinárias e seria impraticável sem a participação das autoridades de Buenos Aires, circunstância que o próprio Carvajal considerou conveniente admitir<sup>28</sup>.

Em sua análise sobre as implicações históricas da fundação da Colônia do Sacramento, Jaime Cortesão enfatizou justamente este aspecto: a importância das relações de colaboração entre portugueses do Sacramento e espanhóis de Buenos Aires,

---

<sup>25</sup> Cf. Godinho, Vitorino de Magalhães. op. cit., p. 82. Segundo Godinho, o couro teve papel muito importante na economia atlântica do século XVIII: “Seu volume, senão o seu valor, é comparável ao do açúcar.”

<sup>26</sup> Entre os meses de janeiro e outubro de 1735, mês em que teve início o mais longo cerco imposto à Colônia pelos espanhóis, não menos do que 30 embarcações estiveram ancoradas ao largo do Sacramento, entre elas quatro navios ingleses procedentes de Lisboa. Estes navegavam sob as duas bandeiras, segundo a sua conveniência, pois possuíam licenças tanto do governo inglês como do português. Cf. Boxer, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil. Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 266-7.

<sup>27</sup> Cortesão, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001, t. II, parte I, p. 39.

<sup>28</sup> Id. *ibid.* t. II, parte II, pp. 265-316. A citação encontra-se à página 275.

Corrientes e Santa Fé. “À margem do conflito político”, gestou-se ali “uma comunidade ibero-americana, selada pelos interesses econômicos.<sup>29</sup>” Desenvolvendo-se por meio da exploração proibida das vacarias e do comércio de contrabando destes e de outros produtos, esta “pan-Ibéria clandestina”, nas palavras de Cortesão, lançaria as bases de duas novas entidades políticas: o Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental do Uruguai, ambas, por sua vez, igualmente marcadas pelo conflito e pela colaboração entre portugueses e espanhóis<sup>30</sup>, ao longo da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX.

Em estudo recente, Maria Medianeira Padoin acentua esta vocação para a cooperação econômica e composição de alianças políticas e militares nos territórios do Prata, ao definir suas principais características: mais do que simplesmente uma praça de guerra, a fronteira platina consagrou-se “como um espaço tradicional de integração, mobilidade, comércio e comunicação<sup>31</sup>.”

### **Lavradores do Santíssimo Sacramento**

A exemplo de outros pioneiros do Sacramento, a família de Hipólito da Costa também vivenciou a duplicidade das trocas estabelecidas com os espanhóis no Rio da Prata. Seus avós maternos, Vicente Pereira e Madalena Martins Pinto de Mesquita, estavam radicados na Colônia desde o início do século XVIII<sup>32</sup>.

Naturais de um distrito de Bragança, denominado Alfândega de Santa Fé, fizeram parte da primeira leva de casais transmontanos enviados pela metrópole, em 1716, para o povoamento daquele território. Juntamente com os 60 casais e seus filhos,

---

<sup>29</sup> Cortesão, Jaime. op. cit., II, parte I, p. 53.

<sup>30</sup> Id. ib. t. II, parte I, pp. 27; 53; parte II, p. 276.

<sup>31</sup> Padoin, Maria Medianeira. op. cit., p. 82.

<sup>32</sup> Cf. Dourado, Mecenas. op. cit., t. 1, pp. 18-9; Silva, Arthur Victoria. [capadoleao.blogspot.com](http://capadoleao.blogspot.com) (Acesso 21/02/07).



vieram muitos parentes como pais e sogros, além de agregados, totalizando 246 pessoas<sup>33</sup>. Embora seja pouco provável, Vicente e Madalena podem ter embarcado acompanhados por um único parente. A relação dos chefes de casais que vieram para a Colônia contabilizava somente duas pessoas na companhia de Vicente Pereira<sup>34</sup>. Ele e sua mulher eram recém-casados e tiveram seis filhos na “terra nova”, dos quais a mãe de Hipólito, Ana Josefa Pereira, era a mais jovem.

Os casais portugueses passaram por muitas dificuldades após chegar ao seu destino, em fevereiro de 1718. Como havia pouca madeira para construção nas proximidades da fortaleza, foram obrigados a viver por um bom tempo em barracas confeccionadas com couros e roupas de cama. Também não puderam construir estas barracas no interior da fortificação, pois ali, por falta de espaço, moravam apenas oficiais e soldados.

Um ano após sua chegada, o governador Manuel Gomes Barbosa escreveu que eles estavam vendendo “as camisas para comprar biscoitos aos castelhanos.<sup>35</sup>” Por essa época, muitos já tinham atravessado o Rio da Prata, o que era comum no cotidiano da Colônia, devido à precariedade das condições materiais em que viviam lavradores e soldados. Em 1722, um relatório oficial alertava para a possível perda daquela praça “por dezerção não só dos soldados, mas dos mais moradores, pois já o tem feito famílias inteiras para Buenos Aires, e muitos soldados assim para a mesma parte...”<sup>36</sup>

Se o constante atraso no pagamento dos soldos agravava a miséria dos soldados, a situação dos casais e de suas famílias parecia ainda pior: de acordo com denúncias contra Gomes Barbosa, os lavradores não tinham recebido terras para o plantio e

---

<sup>33</sup> Os casais ficaram retidos no Rio de Janeiro por mais de dez meses, por não haver embarcação que os levasse para a Colônia. Cf. Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1937, vol. I, p. 175; vol. II, pp. 68-70.

<sup>34</sup> Havia dois chefes de casais com o sobrenome Pinto e um Martins. Outros nomes utilizados pela família materna de Hipólito como Fernandes, Farias e Mesquita não se encontram nesta relação, mas poderiam estar presentes entre os novos colonos, à medida que vários familiares, homens e mulheres, acompanhavam os cabeças de casal. Id., ib. vol. II, pp. 68-70.

<sup>35</sup> Cf. Possamai, Paulo César. op. cit., pp. 53-4.

<sup>36</sup> Cf. Boxer, Charles R. op. cit., p. 267.

estavam sendo obrigados a pagar pelos “chãos” (ao que parece, local para a construção de moradias), que deveriam receber de graça. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, os colonos eram mal tratados e ainda obrigados a tolerar as tentativas de assédio às suas mulheres por parte do governador<sup>37</sup>. À extrema penúria somava-se a insegurança: o trabalho na lavoura estava sempre sujeito a perdas irremediáveis, não apenas por fenômenos naturais ou pela ação das pragas, mas especialmente pelas investidas das tropas espanholas e dos índios missioneiros, que frequentemente arrasavam as plantações.

A Colônia conheceu grande prosperidade no governo de Antônio Pedro de Vasconcellos (1722-1748), mas a situação dos moradores não parecia muito diferente sob a sua administração, ao menos até o início da década de 1730. Neste ano, Vasconcellos dava conta da existência de 687 escravos em sua jurisdição<sup>38</sup>, indicador que de fato evidencia o desenvolvimento da agricultura e de atividades relacionadas à pecuária, como a criação de um curtume e o estabelecimento de outras instalações na campanha.

Entretanto, uma representação enviada ao rei pelos moradores do Sacramento nesta mesma época mostra que os ganhos contabilizados pelo governador não eram acessíveis ao conjunto das pessoas que habitavam ali. Se o documento sinaliza o avanço da fortaleza sobre o território da campanha, em oposição não indica benefícios aos colonos por conta deste movimento de interiorização. Em sua representação, os moradores faziam muitas denúncias contra a administração da Colônia: alegavam especialmente não ter recebido os lotes de terra “ao pé da praça”, conforme o prometido, e requeriam que “se mandassem medir as terras para os povoadores saberem

---

<sup>37</sup> Cf. Silva, Maria Beatriz Nizza da. “Soldados, casais e índios no povoamento da Nova Colônia”. <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/artigos/sacramento.pdf>. (acesso 05/03/07)

<sup>38</sup> Id. *ibid.*

o que lhes pertence.<sup>39</sup>”

De acordo com o documento, os lavradores eram obrigados a “semear muito longe os seus trigos”, sendo o plantio realizado com grandes perdas, em terras concedidas “de favor pelos espanhóis”. Para as grandes perdas, havia dois motivos principais, um deles já conhecido: “por qualquer acidente”, os colonos estavam “sujeitos a lhes queimarem as searas”. Mas a outra razão parece nova e bem mais importante: as perdas também ocorriam “por causa do gado manso e cavalaria dos poderosos que pastam na dita campanha.” Era muito difícil para os colonos impedir os danos feitos pelos animais, pois não conseguiam tapar “as lavouras pela sua muita pobreza”.

Tudo indica, como acredita Nizza da Silva, que estes poderosos eram os militares de alta patente, pois os colonos reivindicavam justamente a instalação de uma câmara, “para o bom governo” da povoação e que “no governo da câmara e alfândega não entre militar algum”. Segundo eles, o governador e “os militares desta cidade” não tinham interesse na instalação de uma câmara, “por serem os que actualmente se acham governando-os e os oprimem, de sorte que experimentam grandes e muitas vexações.<sup>40</sup>”

Além da percepção de que o governo dos militares era a origem de suas privações<sup>41</sup>, há ambigüidade na forma como os lavradores representam os espanhóis. Em princípio, não haveria injustiça no seu modo de proceder, pois estavam “de posse de toda a terra e campanha”: os colonos somente plantavam ali porque os espanhóis

---

<sup>39</sup> Citado por Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1937, vol. II, pp. 78-9. Este documento também é reproduzido em parte por Maria Beatriz Nizza da Silva no texto supracitado.

<sup>40</sup> Id. ibid. op. cit., 1937, vol. II, p. 79.

<sup>41</sup> Curiosamente, o combate ao “despotismo militar” no governo das “províncias” do “Império do Brasil” é um dos eixos políticos que articulam o discurso de Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*, já a partir de 1808. Mas antes de tributar a constante reiteração deste tema apenas, ou principalmente, a vivências pessoais e de sua família, não se deve esquecer que “aniquilar o despotismo militar” também era parte integrante da plataforma política de revolucionários hispânicos, como José Artigas e seus seguidores na Banda Oriental. Ver José Artigas. *Instrucciones que se dieron a los Diputados de la Provincia Oriental para el desempeño de su misión em la Asamblea General Constituyente*. 13 de abril de 1813. Biblioteca del Poder Legislativo del Uruguay. Art. 18°. Documento reproduzido por Padoin, Maria Medianeira. op. cit., pp. 47-9.

concediam as sementeiras “de favor”. Entretanto, “por qualquer acidente”, procediam mal, revogando a concessão e incendiando as plantações. Que acidentes seriam estes?

Sabe-se que a principal fonte de problemas aos portugueses em suas lidas na campanha eram os índios missioneiros, capitaneados pelos padres da Companhia de Jesus. Estes chegavam a receber ordens de Buenos Aires para conter suas incursões contra os colonos do Sacramento. Por sua vez, os jesuítas denunciavam à autoridade espanhola a ação predadora de seus homens na campanha, pois não estariam ali com o objetivo de defender as cidades de Buenos Aires e de Santa Fé, como alegavam, mas sim para prear o gado das vacarias dos Sete Povos e vender o produto de suas “fainas” para “fora”, especialmente aos portugueses do Sacramento.

Segundo Jaime Cortesão, excetuadas algumas ordens hostis, mas nem sempre sinceras, dos governadores de Buenos Aires, e que eram ainda frequentemente mal cumpridas por seus subordinados, “oficiais, soldados, vaqueiros e mercadores espanhóis entendiam-se facilmente com os portugueses; e solidarizavam-se todos contra o inimigo comum – os padres da Companhia.<sup>42</sup>” Já no governo de Gomes Barbosa (1718-1722), este entendimento fácil passava em grande parte pela oferta de “mimos e dádivas”, presentes que também ajudavam a “ter contentes” os índios minuanos – estes, ao contrário dos tapes missioneiros, bastante acessíveis aos portugueses, com quem inclusive apreciavam negociar.

Em carta que enviou ao rei em 1730, o governador Antônio Pedro Vasconcellos também defendeu o entendimento com os castelhanos, aconselhando seus sucessores a “manter a todos com o mimo do caixote de açúcar, barril de vinho e de azeite e outras coisas tão ordinárias para que bastam os gastos secretos que V.M. tem assinalado.<sup>43</sup>” É possível que acidentes ocorressem ou estivessem relacionados a problemas com o fluxo

---

<sup>42</sup> Cortesão, Jaime. op. cit., t. II, parte I, pp. 28-39. Citação na página 39.

<sup>43</sup> Silva, Maria Beatriz Nizza da. “Soldados, casais e índios...”

destes “mimos”, com conseqüências funestas para os lavradores portugueses.

Nesta carta de 1730, ao dar conta ao rei do grande desenvolvimento da Colônia do Sacramento, Vasconcellos atribuiu a prosperidade alcançada sob a sua administração à política de relacionamento mantida com as autoridades espanholas. Estava correto, pois o inverso era igualmente verdadeiro: a prosperidade de Buenos Aires também devia muito às boas relações mantidas com as autoridades portuguesas da Banda Oriental.

Fabício Pereira Prado concorda com Zacarias Moutoukias<sup>44</sup>, ao observar que o progressivo desenvolvimento de Buenos Aires e sua crescente importância econômica e política em âmbito regional coincidiram com o desenvolvimento de seus negócios com a Colônia do Sacramento. A partir de fins do século XVII, Buenos Aires passou a se posicionar no centro das relações entre o oceano Atlântico e uma vasta área interiorana, que se estendia até o Alto Peru<sup>45</sup>.

Mas as “dádivas” que favoreciam as boas relações entre as partes iam muito além de “coisas tão ordinárias”, como açúcar, vinho e azeite. O contrabando fez grandes fortunas e o sucesso de sua empresa residia numa intrincada rede de fidelidades pessoais, vínculos de natureza política, relações de amizade, laços de parentesco. Pereira Prado conta que o capitão Pedro Lobo Botelho, irmão do mestre-de-campo e juiz de alfândega Manoel Lobo Botelho, um dos principais homens na hierarquia militar da Colônia, mantinha excelentes relações com o governador de Buenos Aires, Joseph de Andonaegui. Em carta de 1749, Pedro Botelho mandava lembranças a seu filho “Pepezito”, referindo-se às brincadeiras que chegara a ter com o garoto em Buenos Aires<sup>46</sup>.

Parece evidente que os benefícios da cordialidade praticada entre as autoridades

---

<sup>44</sup> Zacaria Moutoukias desenvolve este argumento em *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVIII*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1988.

<sup>45</sup> Cf. Prado, Fabício Pereira. “Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 9, n° 19, jul/2003, pp. 81-2.

<sup>46</sup> Id., *ibid.* p. 100.

militares de Portugal e Espanha não se estendiam em razoável proporção aos lavradores transmontanos. Inicialmente, ao menos. Com o passar do tempo, é provável que algumas oportunidades também surgissem para as camadas mais pobres da Colônia, à medida que se mostravam acessíveis para o conjunto dos habitantes da região.

Devido à indefinição de seus limites políticos, a fronteira platina formava uma zona peculiar, onde as linhas que separavam o comércio legal do ilegal eram muito tênues, ou mesmo inexistentes, e as possibilidades do “trato ilícito”, rotineiras na vida da grande maioria de seus habitantes. “O comércio congregava desde as figuras mais proeminentes da sociedade até personagens anônimos, como peões e marinheiros”, afirma Pereira Prado. Inserida nas grandes operações de contrabando, “ou mesmo realizando pequenas transações, a chamada ‘arraia-miúda’ era protagonista de diversas formas de comércio.<sup>47</sup>”

A família materna de Hipólito da Costa pode ter se beneficiado com o comércio de mercadorias que produzia na Colônia, pois de alguma forma suas condições materiais melhoraram muito com o decorrer do tempo. Um de seus tios, o padre Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, nascido em 1729, estudou no Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro, formando-se em cânones pela Universidade de Coimbra, em 1752. Foi nomeado vigário da vara no extremo sul do bispado do Rio de Janeiro, assumindo a paróquia da Colônia do Sacramento e, mais tarde, da vila de Rio Grande<sup>48</sup>.

Mas independentemente da qualidade das melhorias obtidas (ou não) pelos lavradores em suas condições de vida, é inegável que a Colônia prosperava e viver ali se tornou uma alternativa para outros pioneiros. Se em 1731 ainda havia colonos que fugiam “para os castelhanos”, assistiu-se nesta época a um movimento inverso: moradores de Montevideu começaram a desertar para a Colônia portuguesa com todos

---

<sup>47</sup> Prado, Fabrício Pereira. op. cit., p. 84.

<sup>48</sup> Cf. Dourado, Mecenas. op. cit., t. I, p. 19. Também Silva, Arthur Victoria. [capadoleao.blogspot.com](http://capadoleao.blogspot.com)

os seus pertences, inclusive cabeças de gado. Eram famílias das ilhas Canárias, que tinham sido trazidas pelos espanhóis para ocupar aquele sítio, como resposta à tentativa frustrada dos portugueses de fundar uma povoação ali, em janeiro de 1724. Há nesta documentação uma informação interessante: entre os desertores, havia três portugueses casados em Montevideu<sup>49</sup>, comprovando o que, de todo modo, era natural supor: uniões entre portugueses e espanhóis eram comuns em toda a região.

### **O soldado no Continente de São Pedro**

Quando, em 1741, nasceu Ana Josefa Pereira, mãe de Hipólito da Costa, a praça do Sacramento já estava sob bloqueio espanhol, autorizado pelo armistício de Paris, assinado em 1737. Os termos de paz estabeleceram que as partes, havia dois anos em disputa, deveriam manter as posições alcançadas até ali, até que novo tratado dispusesse sobre os limites de Portugal e Espanha no Rio da Prata.

Como as tropas de Buenos Aires mantinham o cerco à fortaleza no momento em que foi assinado o termo de paz, os portenhos lograram manter seus habitantes restritos aquele espaço e suas cercanias<sup>50</sup>. Começava ali um novo período na vida da Colônia, como afirma Paulo César Possamai: “O contrabando voltou a florescer, mas a exploração da riqueza pecuária fez-se antes através da cooperação com os indígenas e espanhóis que da presença efetiva dos portugueses no pampa.<sup>51</sup>”

A Coroa portuguesa rapidamente iria redirecionar seus projetos de ocupação no extremo sul, fundando, não por acaso no ano de 1737, o primeiro presídio às margens

---

<sup>49</sup> Cf. Silva, Maria Beatriz Nizza da. “Soldados, casais e índios...”

<sup>50</sup> De acordo com Fabrício Pereira Prado, era este o objetivo da elite portenha ao iniciar o conflito em 1735, pois pretendia controlar os recursos pecuários da Banda Oriental e evitar que os portugueses explorassem o gado (vacum e cavalar) ou se internalizassem na campanha. Ver obra citada, p. 83.

<sup>51</sup> Possamai, Paulo César. op. cit., p. 64.

do chamado canal do Rio Grande de São Pedro, no litoral Atlântico<sup>52</sup>. A prontidão deste redirecionamento pode ser avaliada pelas investidas estratégicas da diplomacia portuguesa na Europa. Havia apenas dois centros de povoamento ao sul de Laguna, quando Portugal obteve uma vitória importante em suas negociações diplomáticas: a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. O Tratado estabeleceu novos limites entre Portugal e Espanha na América meridional, cedendo a Colônia do Sacramento aos espanhóis, em troca de larga faixa de terras à margem esquerda do rio Uruguai, então ocupada pelas missões indígenas<sup>53</sup>.

Contudo, as disposições de Madri não foram cumpridas por vários fatores, entre eles a tímida presença dos portugueses no Continente de São Pedro<sup>54</sup> e a complexidade das disputas e pactos envolvendo a fronteira platina, cuja trama também era tecida pelos interesses da Companhia de Jesus. Devido à resistência dos índios missioneiros, os trabalhos de demarcação dos novos limites foram abandonados menos de uma década após seu início, em 1752<sup>55</sup>.

A simples defesa de posições já conquistadas pelos portugueses enfrentava obstáculos difíceis de transpor. Os suprimentos aos quartéis estavam sempre sujeitos à suspensão, pois, com muita frequência, o Estado deixava de cumprir seus compromissos com os fornecedores. Se o pagamento aos fornecedores não era honrado, ainda menos pontuais eram os soldos, que podiam se manter atrasados por mais de dois anos.

---

<sup>52</sup> Cf. Monteiro, Jonathas da Costa Rego. “Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. 1763-1777”. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. vol. IV. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 1979, pp. 32-4; 37-41.

<sup>53</sup> Cf. Cortesão, Jaime. op. cit., t. II, parte III, pp. 319-22.

<sup>54</sup> Em 1748, Portugal começou a enviar casais açorianos para Santa Catarina e novas levas de ilhéus foram levadas dali para o Rio Grande de São Pedro, a partir de 1751. O objetivo era a ocupação do território para oportuno avanço em direção às missões indígenas. Porém, o povoamento no Rio Grande era ainda muito incipiente nesta época: até 1754, admite-se a entrada de 585 casais, totalizando 2278 pessoas, o que representava “dois terços da população geral do Continente”. Cf. César, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período Colonial*. 3ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002, pp. 129-31. Também Boxer, Charles. op. cit., pp. 269-71; Cortesão, Jaime. op. cit., t. II, parte II, pp. 246-259.

<sup>55</sup> A comissão espanhola também protelou os trabalhos, pela ausência prolongada das áreas em que deveria estar presente para a realização das demarcações. Cf. Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1937, vol. I, pp. 368-74.



Receber ou trocar o fardamento podia levar muito mais tempo. Fontes da época relatam que havia fome e “nudez” nos quartéis<sup>56</sup>. Como o recrutamento dos soldados era frequentemente forçado, não é de estranhar que a deserção fosse o caminho natural de muitos.

Foi nestas condições que, em 1760, a metrópole decidiu criar a capitania do Rio Grande de São Pedro, desvinculada de Santa Catarina e subordinada ao Rio de Janeiro. Três anos após sua criação, porém, a capitania foi invadida pelos espanhóis, que ocuparam o território até 1776<sup>57</sup>.

É o momento em que entra em cena o pai de Hipólito, Félix da Costa Furtado de Mendonça. Nascido em 1735, na freguesia de Saquarema, no Rio de Janeiro, Félix provavelmente chegou ao Rio Grande como soldado. Talvez integrasse algum regimento mobilizado para a defesa do território ou mesmo para os trabalhos de demarcação dos novos limites, pois três companhias de granadeiros do Rio de Janeiro fizeram parte do exército demarcador português, entre 1752 e 1759.

Certo sobre ele é que já servia no regimento da Colônia do Sacramento, quando se casou com Ana Josefa, em junho de 1773. Dois anos mais tarde, aparecia em Porto Alegre como soldado do regimento do brigadeiro José Casemiro Roncaly. Logo seria transferido para a Companhia dos Dragões Granadeiros do Rio Pardo, destacamento que teve importante papel na expulsão dos espanhóis que então ocupavam a capitania de São Pedro. Félix da Costa foi promovido a sargento após a decisiva batalha de São Martinho, em outubro de 1775, mas não participou dos últimos confrontos e

---

<sup>56</sup> Cf. Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1979, pp. 47; 60; 64-5; 112; 327; 331; 336-40.

<sup>57</sup> Cf. Pesavento, Sandra Jatay. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 22. Durante a ocupação espanhola, a Coroa portuguesa adotou uma nova política para a manutenção dos quartéis: não fornecendo recursos, liberou as chamadas “arreadas” e as operações de contrabando, “definindo os percentuais que cabiam ao governo, aos comandantes, aos oficiais e às tropas”. Visando à reconquista do território, esta política possibilitou engrossar as forças regulares, mais tarde auxiliadas pelas companhias de aventureiros paulistas, milicianos patrocinados pela capitania de São Paulo. Golin, Tau. “Porto e forte de São Caetano da Barranca”. *Popa*, Porto Alegre, 2007. Acesso [http://www.popa.com.br/docs/cronicas/porto-e-forte\\_120\\_dpi.pdf](http://www.popa.com.br/docs/cronicas/porto-e-forte_120_dpi.pdf) (25/04/07).

movimentações de tropas, retornando em seguida ao regimento da Colônia<sup>58</sup>. Ali, em dezembro de 1776, foi novamente promovido, recebendo a patente de alferes e o posto de comandante do Forte de São Gabriel<sup>59</sup>.

As contendas com os espanhóis não findariam com a retomada da capitania do Rio Grande. Embora vitoriosos, logo os portugueses sofreriam novo revés, com a perda da Colônia do Sacramento, em junho de 1777, e a subsequente assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. O Tratado suspendeu as hostilidades em outubro daquele ano, mas revogou uma concessão importante firmada em Madri. Em troca da ilha de Santa Catarina, então ocupada pelo vice-rei da província do Rio da Prata, Pedro Cevallos, Portugal não só deveria ceder a Colônia do Sacramento, já em posse dos espanhóis, mas também abandonar suas pretensões sobre as terras pertencentes aos Sete Povos das Missões.

Somente em 1801, os portugueses conseguiriam anexar o território missioneiro, com tropas de “aventureiros”, lideradas por um estancieiro mestiço, com livre trânsito entre os guaranis, e um soldado desertor, “vaqueano” conhecido na fronteira oeste. Por esta época, as antigas missões estavam em franca decadência e suas comunidades, dispersas. Isto favoreceu a aliança entre os portugueses e os caciques indígenas, descontentes com a administração leiga dos espanhóis, após a expulsão dos jesuítas, em 1767<sup>60</sup>.

## **O exílio em Buenos Aires**

Hipólito da Costa foi contemporâneo deste processo de expansão. No período de sua infância e juventude, foram, grosso modo, delineados os limites do que é hoje o

---

<sup>58</sup> Cf. Dourado, Mecnas. op. cit., t. I, pp. 16-8. Também Macedo, Francisco R. *Hipólito da Costa e o Universo da Liberdade*. Porto Alegre: Sulina/Associação Rio-grandense de Imprensa, 1975, pp. 26-7.

<sup>59</sup> Cf. Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1937, vol. II, p. 228.

<sup>60</sup> Cf. César, Guilhermino. op. cit., pp. 178; 213-215; Pesavento, Sandra Jatahy. op. cit., p. 23.

Estado do Rio Grande do Sul. Quando nasceu, em março de 1774, as poucas povoações existentes naquele território ainda estavam em boa parte restritas à faixa costeira e integravam uma estrutura fortemente militarizada, embora com grande insuficiência de recursos, como já mencionado aqui. A cidade de Porto Alegre foi fundada apenas oito meses antes de seu nascimento, precisamente porque o governador, brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, considerou que, do ponto de vista militar, era o local mais estratégico para sediar a capitania<sup>61</sup>.

O menino tinha três anos de idade, quando os portugueses foram obrigados a deixar a Colônia do Sacramento. Segundo os termos de rendição, os oficiais e suas famílias puderam seguir para o Rio de Janeiro. Alguns moradores, mais abastados, também conseguiram embarcar “à força do dinheiro”, mas os demais colonos foram exilados para Buenos Aires, por ordem do comandante Pedro Cevallos<sup>62</sup>.

Félix da Costa não embarcou para o Rio com os outros oficiais da Colônia. Seguiu para Buenos Aires com sua mulher, que estava grávida, Hipólito e seu tio materno, o padre Pedro de Mesquita, entre outros parentes de Ana Josefa. Em Buenos Aires, nasceu o segundo filho do casal, Joaquim Felício, mais tarde fundador e vigário da paróquia da freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas<sup>63</sup>. Segundo Mecenas Dourado, Félix chegou a manifestar a intenção de voltar a residir no Sacramento, mesmo sob o domínio espanhol. A partir desta informação, levantada por ele em fontes manuscritas da época, o biógrafo de Hipólito especulou que teria sido este o motivo do

---

<sup>61</sup> Devido à ocupação espanhola, a sede da capitania havia sido transferida da vila de Rio Grande para o povoado de Viamão. Em julho de 1773, o brigadeiro José Marcelino decidiu realizar uma nova transferência, desta vez para a recém-criada freguesia de Porto dos Casais, povoado que tinha recebido esta denominação por terem se estabelecido ali casais açorianos que chegaram ao Rio Grande por volta de 1753. Foi o próprio Marcelino quem rebatizou o local com o nome de Porto Alegre. Cf. Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1979, pp. 210-2.

<sup>62</sup> Idem. op. cit., 1937, vol. I, p. 450.

<sup>63</sup> Cf. Dourado, Mecenas. op. cit., t. 1, p. 18; Rizzini, Carlos. op. cit., p. 3.

alferes não ter seguido com sua família para o Rio de Janeiro<sup>64</sup>.

Ainda em Buenos Aires, em 1778, o padre Mesquita, tio de Hipólito, escreveu uma relação sobre a retirada do Sacramento<sup>65</sup>, onde narrou as inúmeras desventuras sofridas em território espanhol pelos antigos moradores da Colônia, a começar pelas condições do embarque.

“Foram-se embarcando todos os portuguezes com o que puderam levar; e querendo muitos fretar embarcações para serem transportados á sua custa, prevendo que no transporte haviam ser roubados (como sucedeu), poucos puderam alcançar esse indulto, e por uma infame politica muito propria do seu genio fez este general [Cevallos] um saque aos portuguezes, mais enorme do que faria seguindo os estylos da guerra: pois, mandando-os embarcar atropelladamente, deixaram a maior parte dos seus moveis, e os que levavam para os navios, eram logo roubados injustamente pelos marinheiros; e o que d’elles escapava servia de presa a outros no desembarque em Buenos-Ayres.<sup>66</sup>”

Além de deixarem no Sacramento quase todos os seus bens e dos sucessivos roubos de seus pertences e objetos de uso pessoal, muitos colonos foram degredados para a “fronteira dos índios bárbaros”, que não perdoavam “a vida a hespanhol algum”. Os colonos que conseguiam voltar a Buenos Aires, clandestinamente ou mesmo comprando licenças de autoridades competentes, acabavam presos com o intuito de serem outra vez enviados para os locais a que tinham sido destinados. Aqueles que já não tinham dinheiro para comprar de novo a sua liberdade dos oficiais responsáveis, perderam até mesmo peças das roupas que vestiam, ao negociar sua fuga com os carreteiros que deveriam conduzi-los de volta ao interior<sup>67</sup>.

A relação do padre Mesquita não registra fatos pessoais, possivelmente devido

---

<sup>64</sup> O pai de Hipólito não foi o único oficial a seguir para Buenos Aires. O governador da Colônia do Sacramento, coronel Francisco José da Rocha, e outro oficial, o alferes Silvestre de Macedo, também escolheram embarcar para território espanhol, juntamente com os soldados prisioneiros e os demais moradores da Colônia. Cf. Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1937, vol. I, p. 449; Dourado, Mecenaz. op. cit., t. 1, p. 19.

<sup>65</sup> “Da Relação da Conquista de Colônia, pelo Dr. P. Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, escripta em Buenos-Ayres em 1778”. *RIHGB*, Vol. XXXI, 1868, pp. 350-363.

<sup>66</sup> Id. *ibid.* p. 355.

<sup>67</sup> Id. *ibid.*, pp. 356-360.

ao decoro e às regras então vigentes para a escrita de crônicas ou documentos de caráter oficial. Assim, não é possível saber em que condições sua família permaneceu por vários meses, ou até mesmo por mais de um ano, em Buenos Aires. Apenas uma passagem acena com informação: “Não podíamos aparecer em publico por não nos apedrejarem.”<sup>68</sup>

O relato também não conta como os colonos portugueses conseguiram afinal deixar Buenos Aires em direção ao Rio Grande de São Pedro. Sabe-se que os pais de Hipólito, os dois meninos, o padre Pedro de Mesquita e outro cunhado de Félix da Costa, Antônio Farias Fernandes de Mesquita, também padre, encontravam-se na vila de Rio Grande já em 1778, pois naquele ano teria nascido ali o último filho do casal, José Saturnino<sup>69</sup>.

A situação dos colonos que chegavam ao Rio Grande era lastimável. Em maio de 1779, o governador José Marcelino escreveu ao marquês de Lavradio, vice-rei no Rio de Janeiro, solicitando providências para remediar a situação em que se encontravam aquelas famílias. Segundo Marcelino, chegavam muitos do Sacramento, “vindo pobres e arrastados, e me pedem de comer, e casas pela Fazenda Real, porém, nem tenho que lhes dar nem sei o que deles deva fazer, bem o que V. Ex.<sup>a</sup> quererá que se faça.”<sup>70</sup> Lavradio não respondeu a esta solicitação, pois, em outubro daquele mesmo ano, o governador voltou a escrever, reiterando alguns termos já utilizados em sua carta anterior.

---

<sup>68</sup> “Da Relação da Conquista de Colônia...”, p. 361.

<sup>69</sup> José Saturnino esteve entre os deputados eleitos para as Cortes de Lisboa pela província de São Pedro, chegando mais tarde a senador e ministro do Império brasileiro. Cf. Rizzini, Carlos. op. cit., p. 3. Também Dourado, Mecenaz. op. cit., t. 1, p. 22. Rizzini utilizou *Os Últimos Povoadores da Colônia do Sacramento*, de Carlos G. Rheingantz, como fonte para o ano de nascimento de José Saturnino. Já Mecenaz afirmou que o ano e o local constavam do termo de seu casamento celebrado no Rio de Janeiro, em 1815.

<sup>70</sup> Citado por Monteiro, Jonathas da Costa Rego. op. cit., 1979, p. 337.

“Àquela V.<sup>a</sup> de Sam Pedro tem chegado muitos casais da Praça da Colônia, e últimamente chegam mais quarenta famílias todos pobres, e arrastados; pedem farinha e carne para comer, e eu não tenho nem para a tropa se V. Ex.<sup>a</sup> a não mandar, ou dinheiro para comprá-la, como tenho representado (...) tanto povo perecerá, porque se tem juntado na V.<sup>a</sup> de Sam Pedro, aonde se conservam sem arrumação e sem ter que comer, nem modo de viver...”<sup>71</sup>”

José Marcelino acabou instalando os colonos por sua própria conta em terras não ocupadas nos limites de sua capitania. Já então Félix da Costa dera baixa no serviço militar “e no desembolso de 1.200 réis do soldo” que não havia recebido de Rafael Pinto Bandeira, comandante das tropas que lutaram em São Martinho e um dos principais líderes da reconquista do Rio Grande<sup>72</sup>. Félix e seu cunhado, o padre Mesquita, foram beneficiados com sesmarias no local que ficou conhecido como Serro de Santana, região onde seria fundado o município de Pelotas. O pai de Hipólito e seu tio devem ter se tornado estancieiros importantes naquela localidade, pois, segundo Mecenas Dourado, em 1797, quando Hipólito ainda estudava em Coimbra, sua família – paterna e materna – recebeu brasão de nobreza<sup>73</sup>.

### **Ao largo da legalidade**

O Continente que Hipólito da Costa conheceu era um espaço aberto. Ao longo do tempo, como explica Helga Piccolo, muitas fronteiras foram construídas naquele espaço, organizadas “mediante um processo de apropriação de gado e terras, processo

---

<sup>71</sup> *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, nº 23, p. 424. Citado por Dourado, Mecenas. op. cit., t. 1, pp. 21-2.

<sup>72</sup> Esta informação foi recolhida do depoimento de um cabo de esquadra no processo movido contra Rafael Pinto Bandeira, pelo governador José Marcelino, em fevereiro de 1779. Id. *ibid.*, t. 1, p. 22. Sobre o processo contra Rafael Pinto Bandeira, também Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1979, pp. 319-45.

<sup>73</sup> Dourado, Mecenas. op. cit., t. 1, p. 27. A folha de rosto da biografia de Hipólito da Costa escrita por Carlos Rizzini traz uma reprodução do brasão dos Costas e dos Pereiras, concedido a Hipólito por D. João VI, segundo o autor. Ver obra citada.

que se desenvolveu com avanços e recuos, com encontros e confrontos.<sup>74</sup> Ali praticamente não havia controle ou vigilância por parte do Estado português. Isso não apenas pela indefinição de limites, mas também pelo isolamento e distância geográfica dos principais centros de poder instalados pela metrópole na colônia<sup>75</sup>. Assim, se os “confrontos” entre portugueses e espanhóis não diferiam muito dos conflitos já conhecidos pela família de Hipólito no Sacramento, os “encontros” eram igualmente importantes e estes também costumavam passar ao largo da legalidade.

Exemplo disso pode ser encontrado na própria correspondência do governador da capitania ao vice-rei no Rio de Janeiro. Em março de 1779, Marcelino alertava para a necessidade de “deslocar” das proximidades da vila de Rio Grande “um centro de espanhóis casados com portugueses, cuja utilidade era roubar animais para vendê-los em Maldonado e Montevideú.” Alegava também que havia em Porto Alegre apenas um juiz ordinário e escrivão para atender a todo o Continente de São Pedro, o que produzia “delongas” e mesmo impunidade nos crimes cometidos.<sup>76</sup> Em outubro daquele ano, dava conta de que, com o apoio da autoridade espanhola em Montevideú, estava providenciando a “extinção” de grupos formados por espanhóis e portugueses, “que

---

<sup>74</sup> Piccolo, Helga I. L. “O processo de Independência em uma região fronteira: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas” in István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 578.

<sup>75</sup> Em âmbito bem mais vasto, Laura de Mello e Sousa destaca o protagonismo dos obstáculos geográficos na composição dos fatores que favoreceram a tomada de decisões autônomas na esfera da administração colonial. Mello e Souza, Laura de. *O Sol e a Sombra – Política e Administração na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. Estendendo seu argumento para o interior da própria colônia e focalizando especificamente o caso rio-grandense, nota-se que a distância geográfica também proporcionou maior autonomia para os representantes locais da autoridade portuguesa sediada no Rio de Janeiro. No caso em questão, o fato é que o Estado não tinha braços para alcançar os territórios que reivindicava no extremo sul, volta e meia ocupados ou assediados pelos espanhóis. Para defender as estratégicas posições que havia conquistado ali, Portugal contava com os efetivos militares arregimentados pelos estancieiros, interessados em salvaguardar e ampliar seu patrimônio pessoal. Daí a necessária negociação da autoridade e a larga autonomia dos grandes proprietários de terras, os chamados “senhores da guerra”, que os representantes locais da administração portuguesa eram obrigados a tolerar. Afirma Helga Piccolo que “este autonomismo, como princípio de vida e de ação, foi (e sempre seria) reivindicado e defendido (...) pela elite estancieira.” No ensaio supracitado, também na p. 578.

<sup>76</sup> Respondendo a esta carta, enviada por Marcelino em 24 de março de 1779, o novo vice-rei, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, escreveu em 25 de novembro daquele ano ordenando, entre outras providências, que o governador deixasse ficar aonde estavam os espanhóis casados. Cf. Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1979, pp. 335-6; 345.

viviam nas fronteiras a roubar gado, onde pudessem, e a vendê-los nas estâncias espanholas ou portuguesas”, conforme a sua conveniência<sup>77</sup>.

Desde a primeira metade do século XVIII, desertores das tropas portuguesas frequentemente se aliavam a castelhanos que perambulavam em bandos pela campanha, roubando gado e traficando o couro. Tais grupos eram chamados de *gauderios*, termo que no espanhol platino significava especificamente “o aventureiro que desertava das tropas regulares, identificando-se com a vida rude dos coureadores, contrabandistas, vagabundos e ladrões de gado.”<sup>78</sup> Mas já no início dos anos 1770, aparece em espanhol um sinônimo para *gauderio*, a palavra *gaucho*. Com a dispersão das missões indígenas, logo estes tipos marginais, gaúchos ou gaudérios, se tornariam majoritariamente mestiços<sup>79</sup>.

### **Igualdade de faz-de-conta**

Foi deste tempo e deste lugar que Hipólito da Costa partiu em direção a Coimbra, aos 18 anos de idade. Como o nome é o primeiro elemento que identifica pessoa ou coisa, pode-se partir da trajetória do vocábulo gaúcho para tentar compreender, em retrospecto, que lugar era aquele de fato ou que tendências eram predominantes naquela formação social. Em território espanhol, onde este tipo social foi muito mais expressivo, o termo *gaucho* não se tornou nome gentílico. Como e por que motivo ocorreram no Rio Grande os deslocamentos de significado que operaram esta transmutação?

---

<sup>77</sup> Cf. Monteiro, J. da Costa Rego. op. cit., 1979, p. 344.

<sup>78</sup> Chaves, Flávio Loureiro. “A história observada pelo avesso”. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga (orgs.) RS: *Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 145.

<sup>79</sup> Cf. Gonzaga, Sergius. “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”. Ibid. pp. 114-8.



De acordo com Sergius Gonzaga, o processo de “transfiguração do gaúcho-pária em gaúcho-oligarca”, pleno de “virtudes civis e militares, não foi instantâneo nem uniforme: durou várias décadas, encontrou muitas formulações e teve seu coroamento apenas no século XX.<sup>80</sup>”

Mas já na virada do XIX, o vocábulo gaúcho começou a se distanciar da palavra gaudério: passou a designar também os trabalhadores que executavam vários tipos de atividades nas estâncias de gado. A ampliação do espectro semântico da palavra parece natural: com a privatização dos campos e a apropriação do gado xucro pelos grandes proprietários de terras, os gaúchos ou gaudérios, que antes vagavam livremente pela campanha, estavam sendo progressivamente assimilados ao trabalho assalariado. Com o tempo, as conotações de ladrão, contrabandista, vagabundo e malfeitor, que preenchiam o significado da palavra gaúcho (e que continuariam presentes no seu correspondente *gaucho*) cederiam lugar para o sentido de trabalhador do gado ou peão de estância, ao passo que gaudério assumiria a significação restrita de indivíduo errante<sup>81</sup>.

O que causa estranheza é que, antes de se tornar nome gentílico, durante praticamente um século, o termo gaúcho tenha sido empregado para identificar tipos marginais ou subalternos. Ao analisar as tendências da historiografia rio-grandense do início do século XX, Sandra Jatahy Pesavento ajuda a explicar os complexos mecanismos ideológicos que, ao longo do oitocentos, operaram o deslocamento de significado no uso desta palavra.

“Ao contrário da aristocracia canavieira do Nordeste, que se abstinha de todo e qualquer trabalho manual, a sulina era destra nas lides campeiras, orgulhando-se de saber executar, tal como os peões, os serviços da estância que envolviam o trato com o gado (...) Lado a lado nas tarefas do campo,

---

<sup>80</sup> Gonzaga, Sergius. op. cit., p. 118.

<sup>81</sup> Id. *ibid.*

ombro a ombro na guerra, o corolário desta visão era a inexistência de desigualdade social...<sup>82,</sup>

Localizada em área de ocupação tardia e periférica, com menor capacidade de acumulação, bem como de importação de artigos de consumo, a sociedade rio-grandense era bem menos refinada do que as de outras economias de exportação da colônia portuguesa. A origem social das elites que se forjaram no processo de ocupação do território também diferia, até mesmo porque o investimento inicial para a instalação da estância de gado era substancialmente menor. Entre os estancieiros, não havia luxo: seus costumes eram rudes e os hábitos, frugais. Em sua origem, eram pessoas de poucos recursos e o caso dos pais de Hipólito da Costa parece exemplar<sup>83</sup>.

Paralelamente, o processo de apropriação de terras, que conferia rentabilidade às estâncias, exigia “o exercício contínuo da luta armada, onde todos, senhores e peões, eram necessários para a garantia da sobrevivência.” Reproduzindo as palavras de Sandra Pesavento, “lado a lado nas tarefas do campo, ombro a ombro” no campo de batalha, senhores/comandantes e peões/soldados tomavam chimarrão na mesma cuia, bebiam água na mesma guampa e vestiam-se com a mesma indumentária. Daí para que se impusesse a idéia de que, tanto na paz como na guerra, “‘não havia hierarquia’, assim como também ‘não havia privilégios nem privilegiados’<sup>84,</sup>” não foi passo muito longo para os primeiros historiadores rio-grandenses.

Um aspecto importante que conduziu esta construção historiográfica foi o fato de que a escravidão não foi utilizada em larga escala nas estâncias. “O escravo foi a mão-de-obra por excelência na charqueada, mas não na estância, onde ele aparece desde

---

<sup>82</sup> Pesavento, Sandra Jatahy. “Historiografia e ideologia”. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga (orgs.). op. cit., p. 72.

<sup>83</sup> Assim como o pai de Hipólito, muitos entre os estancieiros eram oficiais das tropas regulares que receberam sesmarias em troca dos serviços prestados à Coroa nos campos de batalha. Militares, milicianos e desertores também se tornaram proprietários por meio da posse legal ou ilegal de terras em áreas ainda não ocupadas nos limites da capitania. Uma curiosidade: o coronel Rafael Pinto Bandeira também recebeu sesmarias no Serro de Santana e suas terras eram vizinhas às da família de Hipólito da Costa. Cf. Silva, Arthur Victoria. [capadoleao.blogspot.com](http://capadoleao.blogspot.com).

<sup>84</sup> Pesavento, Sandra Jatahy. op. cit., pp. 72; 74.

o início, sem contudo ser fundamental no processo produtivo.” Isto “implicou menor distanciamento social, fazendo com que no sul não ocorresse, de forma tão marcada, a bipolaridade encontrada na sociedade açucareira.<sup>85</sup>”

De todo modo, a necessidade de arregimentar contingentes para a guerra parece estar na origem dos deslocamentos operados no vocábulo gaúcho. As relações de identificação entre peões/soldados e senhores/comandantes eram permeadas pelas “exterioridades” de comportamento que simulavam práticas igualitárias na realidade inexistentes. Diluindo a percepção de exploração do trabalho e da desigualdade que lhe era inerente, invocavam-se “os predicados niveladores da vida campeira: a coragem, a força, a astúcia.” É o que explica Sergius Gonzaga.

“Os atributos épicos do ‘continentino’, do soldado da República do Piratini, começam a dar substância ao herói paradigmático que se forjaria no transcurso do século (...) e aos predicados de um tipo cada vez mais genérico, mais dissociado de uma camada específica da população.<sup>86</sup>”

Isto, porém, não invalida o fato de que esta “transfiguração” somente foi possível porque lastros históricos pavimentavam a assimilação dos párias do século XVIII aos oligarcas de fins do XIX. São considerações importantes, como se verá. O diário de Hipólito da Costa revela que algumas entre as mais importantes relações de identificação que ele estabeleceu com os norte-americanos foram em boa parte fundadas por motivações de ordem pessoal.

---

<sup>85</sup> A difusão do uso da mão-de-obra escrava no Rio Grande estaria mais relacionada à capacidade de acumulação dos produtores do que propriamente ao tipo de atividade econômica. Na charqueada, que proporcionou maior rentabilidade, houve não só a larga importação de escravos como de artigos de consumo europeus. Pesavento, Sandra Jatahy. op. cit., p. 74.

<sup>86</sup> Gonzaga, Sergius. op. cit., p. 118.

## Adeus Rio Grande

Mas estamos ainda no momento em que ele segue para a metrópole. Sua imagem já aparece em lugar peculiar no quadro das elites da colônia que enviavam seus filhos para Coimbra: eram poucos os naturais do Rio Grande que freqüentavam os bancos da Universidade. Levantamentos que buscam traçar um perfil das elites brasileiras ao longo do século XIX mostram que a província era a que possuía o menor número de formados na universidade portuguesa<sup>87</sup>.

Tudo indica que a grande distância entre a classe dos estancieiros rio-grandenses e as elites metropolitanas não era apenas geográfica, mas também cultural. Levando em conta que a passagem por Coimbra abria portas para cargos na administração do Estado, o que poderia reverter em futuras benesses, por que motivo os estancieiros eram mais refratários a uma formação acadêmica? Será que estas vantagens eram (ou a eles pareciam) supérfluas? Já possuíam poder de mando e domínio dos cargos públicos em sua capitania? Seus filhos buscavam preferencialmente a caserna? Por algum motivo ou vários, não eram muitos os interessados.

É bastante provável que a decisão de Hipólito da Costa de estudar em Coimbra tenha sido muito influenciada por seu tio materno, o padre Mesquita, que ficou conhecido na vila de Rio Grande e, mais tarde, na freguesia de Pelotas como “o padre Doutor”<sup>88</sup>. Hipólito era muito ligado a seu tio, por quem parecia nutrir sentimentos filiais. Foi muito provavelmente sob sua orientação que realizou os estudos básicos. Francisco R. de Macedo localizou fontes que dão conta do papel desempenhado pelo tio

---

<sup>87</sup> Cf. Padoin, Maria Medianeira. op. cit., 2001, p. 77. Entre os naturais da colônia, baianos, fluminenses e mineiros eram os líderes de freqüência nos bancos da Universidade de Coimbra. Juntos, realizaram 1364 do total de 1752 matrículas feitas por estudantes luso-brasileiros durante o século XVIII. Cf. Boschi, Caio C. “A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 7, 1991, pp. 106-7.

<sup>88</sup> O cognome por si só demonstra que o título de doutor era não somente incomum, como seguramente conferia prestígio social.

de Hipólito nesta direção: “Sendo que nesta vila não havia mestre, edificou um quarto em sua casa e sustentou o mestre de latim, sendo o primeiro que desta Capitania mandou dois estudantes a Coimbra...”<sup>89</sup>,”

Nas anotações de seu diário de viagem, ao escrever sobre as saudades de casa, Hipólito se referiu aos pais e ao padre Mesquita, registrando em tom solene a promessa que fazia a eles de regressar ao Rio Grande, realizada sua missão nos Estados Unidos.

“Hoje, reli o maço de cartas de minha casa (o que muitas vezes faço) e, à vista das expressões de meus pais e tio, protesto (o que há muito era minha tenção) pela minha honra dar-lhe o gosto de me apresentar no Rio Grande o mais breve que me for possível, e aqui escrevo isto para me chamar inconstante e indigno de ser homem de bem todas as vezes que me lembra determinar o contrário, e para obrigar a minha palavra aqui me assino: *hoc scripsit*. H. I. da Costa.”<sup>90</sup>,”

Nem após a viagem nem durante o exílio em Londres, Hipólito regressaria ao Rio Grande, embora continuasse ao menos acalentando o desejo de voltar, como demonstra uma das cartas que enviou ao seu irmão José Saturnino, em 1821. Disse ele que “depois de 20 anos de extermínios em terras estranhas”, pensava em “arranjar os negócios de minha família e cobrar o que aqui tenho para me estabelecer no Brasil, e nenhum país me agrada mais do que o Rio Grande.”<sup>91</sup>”

É interessante observar que, se tomados literalmente, os “20 anos de extermínios” não começam em 1792, com a chegada de Hipólito a Coimbra, mas coincidem justamente com seu regresso dos Estados Unidos, ocorrido com certeza entre fins de novembro de 1800 e os primeiros dias de janeiro de 1801<sup>92</sup>. Muito

---

<sup>89</sup> As mesmas fontes, localizadas na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, informam que o padre Mesquita teria trazido de Buenos Aires para a vila de Rio Grande, “à sua custa, sua família e alguns soldados da tropa igualmente prisioneiros.” Macedo, Francisco R. op. cit., p. 29.

<sup>90</sup> *Diário da minha Viagem para a Filadélfia*, p. 42.

<sup>91</sup> Citado por Dourado, Mecenas. op. cit., t. I, p. 28.

<sup>92</sup> Hipólito interrompeu os registros de seu diário em 27 de dezembro de 1799, mas permaneceu nos Estados Unidos até, ao menos, fins de setembro do ano seguinte, pois sua última carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho é datada de Filadélfia, 30 de agosto de 1800, e não demonstra qualquer intenção de deixar o país. Ao contrário, neste último ofício, ele prestava contas ao ministro das gestões que vinha

provavelmente, Hipólito guardava boas recordações da época de estudante e dos dois anos que passou na América do Norte<sup>93</sup>, em contraste com a memória dos cárceres do Santo Ofício e as conseqüentes frustrações e ressentimentos que levaria de Lisboa para o exílio em Londres<sup>94</sup>.

Ao matricular-se na Universidade, ele iniciou uma verdadeira saga “em terras estranhas”, mas esta primeira etapa de suas peripécias deve ter se mostrado venturosa e cheia de novidades e atrativos para um jovem que havia sido criado entre gente do campo, de moral rígida e vida austera e laboriosa. Foi em meio ao grande impacto causado na Europa pela Revolução Francesa, que Hipólito da Costa chegou a Coimbra, matriculando-se nas faculdades de matemática e filosofia, em outubro de 1792. Um ano mais tarde, ingressaria no curso de leis, formando-se bacharel em julho de 1798.

## A metrópole

Os desdobramentos da revolução na França frearam o ímpeto reformista em todas as monarquias absolutistas que vinham acalentando projetos de mudança inspirados no pensamento ilustrado. Especialmente a partir da execução de Luís XVI, no início de 1793, os setores tradicionais se fortaleceram e as atividades policiais

---

fazendo (e ainda não concluído) para remediar a situação de marinheiros portugueses roubados e aprisionados por corsários e enviados aos Estados Unidos. De acordo com Hipólito, não havia então em Filadélfia autoridades, “ministro, cônsul ou agente algum, e nem mesmo negociante ou pessoa portuguesa” que o pudesse auxiliar nesta empreitada. Em janeiro de 1801, contudo, ele já havia retornado a Portugal, pois a memória que escreveu sobre a viagem é datada de Lisboa, 24 de janeiro daquele ano. *Diário da minha Viagem...*, pp. 155; 200-02; Hippolyto José da Costa Pereira. “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”. *RIHGB*. Vol. XXI, 1858, p. 365.

<sup>93</sup> É interessante notar o tom utilizado por Hipólito da Costa em suas inúmeras referências aos Estados Unidos nas páginas do *Correio Braziliense*, nas quais o país quase sempre aparece carregado de menções elogiosas e adjetivos positivos e impactantes, como “potência inexpugnável” ou lugar onde a liberdade era “ilimitadíssima”, entre outros.

<sup>94</sup> Em Londres, Hipólito da Costa escreveu a sua *Narrativa da Perseguição*, misto de peça de defesa jurídica e testemunho dos acontecimentos de sua prisão, publicada em 1811. Neste relato, entre outras referências à traição de que teria sido vítima, ele afirmou desconhecer “os motivos por que muitas pessoas representaram papel tão feio na minha cena”. Hipólito José da Costa. *Narrativa da Perseguição*. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS/Associação Rio-grandense de Imprensa, 1981, p. 18.

ganharam proeminência e visibilidade no aparelho administrativo de vários Estados europeus<sup>95</sup>.

Em Portugal, a malha repressiva também se tornaria mais apertada: o Intendente Geral de Polícia, Diogo Ignácio de Pina Manique, espalhava espiões pelas tavernas e cafés, revistava estalagens, investigava a mala diplomática. Ao controle rígido na alfândega para impedir a entrada de livros proibidos, somavam-se o apresamento de navios, a prisão e deportação de franceses residentes em Portugal<sup>96</sup>. Membros dos círculos ilustrados da Corte eram vigiados de perto, como o duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, fundador da Academia das Ciências de Lisboa<sup>97</sup>. Em 1794, Pina Manique apreendeu uma caixa com livros que chamou de “incendiários”: eram obras do Abade Raynal, Voltaire e Brissot, endereçadas ao tio de D. Maria I<sup>98</sup>.

Mas se o Intendente de Polícia intensificou a vigilância e ampliou a cobertura de suas atividades de fiscalização e inspeção, na outra ponta é natural supor que Portugal não estivesse imune à propagação dos ideais revolucionários. Oliveira Marques revela que o próprio duque de Lafões dava cobertura para franceses que fugiam do processo de radicalização política então em curso na França. Juntamente com o abade Correia da Serra, também sócio fundador da Academia das Ciências, o duque estava em contato

---

<sup>95</sup> Cf. Vainfas, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 174.

<sup>96</sup> Cf. Loja, António Egídio Fernandes. *A Luta do Poder contra a Maçonaria. Quatro perseguições no séc. XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 341.

<sup>97</sup> Fundada em 1779, a Academia das Ciências de Lisboa teve importante papel na definição de políticas que visavam à exploração do mundo natural, cujas potencialidades eram entendidas como capazes de promover o desenvolvimento econômico do reino. De acordo com A. H. de Oliveira Marques, tratava-se “da primeira organização paramaçônica” portuguesa: “Todo o espírito da Academia correspondia aos objetivos maçônicos de instrução racionalmente orientada”. A própria organização em três classes figurava os “três pilares simbólicos que sustentam o Templo maçônico”. Também sua estrutura de comando era semelhante à de uma loja da maçonaria, pois todos os cargos de diretoria eram eletivos para períodos de um a três anos. Ainda segundo Oliveira Marques, o Duque de Lafões, o abade Correia da Serra e o naturalista paduano Domenico Vandelli, principais idealizadores da Academia, tinham sido iniciados à maçonaria fora de Portugal. Marques, A. H. de Oliveira. op. cit., pp. 53-4; 298.

<sup>98</sup> Cf. Barata, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: UFJF/São Paulo: Annablume, 2006, p.45.

direto com membros da legação norte-americana em Lisboa, que forneciam passaporte e asilo para refugiados franceses nos Estados Unidos.

Ambos pertenceram à sétima loja maçônica da capital portuguesa, fundada em 1794 e composta basicamente por estrangeiros, entre eles o médico e naturalista exilado Pierre Broussonet, o ministro residente dos Estados Unidos, coronel David Humphreys, o cônsul-geral Edward Church e o vice-cônsul, Samuel Harrison<sup>99</sup>. Além de Broussonet, também Humphreys e Church eram tidos como jacobinos pela Intendência de Polícia: como “seus corações” estavam na “Convenção Nacional de Paris”, segundo Pina Manique, o príncipe deveria “descartar-se” destes dois republicanos “perigosíssimos”. Outro “homem perigosíssimo”, na opinião de Manique, era o abade Correia da Serra. Este, ao saber que sua segurança estava em risco, fugiu de Portugal em março de 1795<sup>100</sup>.

Contudo, diferentes projetos de modernização da sociedade portuguesa, bem como as contradições e conflitos que os seguiam de perto, desenvolviam-se desde o reinado de D. João V. José Esteves Pereira assinala que este caminho sinuoso “da assunção das Luzes” em Portugal, não era apenas fruto de condicionamentos institucionais, mas também resultado da fragilidade com que o saber ia se constituindo em esfera efetivamente autônoma e emancipada<sup>101</sup>. A propósito, Lorelai Kuri lembra que a constituição da ciência em esfera autônoma foi “um dos corolários das Luzes europeias”. Tal processo de autolegitimação do campo científico “envolveu, pelo menos,

---

<sup>99</sup> Cf. Marques, A. H. de Oliveira. op. cit., pp. 71; 145-6.

<sup>100</sup> Cf. Dias, Graça e J. S. da Silva. *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, vol. I, t. I, pp. 378-80.

<sup>101</sup> Pereira, José Esteves Pereira. *Percursos de História das Idéias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 92-3.



duas gerações de homens de ciência e, sobretudo, contou com o engajamento dos Estados para sua efetiva valorização.<sup>102</sup>”

Em Portugal, este processo começa a ser melhor percebido a partir da reforma pombalina de 1772<sup>103</sup>. A Universidade de Coimbra se tornaria então um dos principais espaços de difusão das idéias ilustradas e seus egressos mais talentosos passariam a realizar pesquisas de caráter científico e experimental, sob a chancela da Academia das Ciências de Lisboa. As duas últimas décadas do século XVIII consolidariam a associação entre Estado e ciência, por meio da incorporação destes eruditos à administração pública: em paralelo ao exercício de suas atividades no corpo burocrático do Estado, cientistas do reino e ultramar realizaram um amplo inventário dos recursos naturais e das condições econômicas nos domínios do Império português. Muitos eram provenientes da América, como o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, que, entre 1783 e 1792, percorreu a bacia do rio Amazonas, protagonizando um dos mais ambiciosos projetos da ilustração portuguesa<sup>104</sup>, sob a orientação de Domenico Vandelli.

Entre os luso-brasileiros que exploraram os territórios ultramarinos, Francisco José de Lacerda e Almeida, Manuel Galvão, José Joaquim da Silva e João da Silva Feijó não apenas mapearam vastas regiões do interior do Brasil, como realizaram observações científicas nos territórios de Goa, Cabo Verde, Angola e Moçambique, onde atuaram

---

<sup>102</sup> Kuri, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (supl. 1), 2004, p. 125.

<sup>103</sup> Graça e J. S. da Silva Dias apontam que a reforma universitária representou “o cume” da “mudança de campo epistemológico”, em curso em Portugal desde os anos 1740, “quando Vernei e os oratorianos se confrontaram com os jesuítas.” Foi efetivamente a partir da reforma de 1722, que, no plano da cultura, “o campo epistemológico racionalista e naturalista” conquistou a hegemonia frente ao campo “seiscentista”, embora “a continuidade epistemológica” fosse claramente perceptível na esfera da política. Ver obra citada. vol. I, t. I, pp. 391-2.

<sup>104</sup> Após seu regresso a Lisboa, em 1793, Alexandre Rodrigues Ferreira seria nomeado vice-diretor do Real Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda e ainda administrador das Reais Quintas da Bemposta, Caxias e Queluz. Cf. Raminelli, Ronald. “Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *Tempo*, Niterói, v. 7, nº 6, dez 1998, pp. 5-28.

como governadores ou secretários de governo<sup>105</sup>. Segundo Ângela Domingues, Estado e ciência estavam tão imbricados que, em alguns casos, “os cientistas acabaram por produzir discursos administrativos e, em contrapartida, os funcionários sistematizaram informação de natureza científica.<sup>106</sup>”

Esta composição entre ciência e política no perfil dos ilustrados portugueses também refletia o espectro mais amplo do movimento iluminista na Europa do Antigo Regime. Vincenzo Ferrone nota que a ciência não configurava então um ofício que definisse uma classe profissional. “A maior parte dos homens de ciência trabalha praticamente em *part-time*; com algumas honrosas exceções, trata-se sobretudo de funcionários do Estado.<sup>107</sup>” Em outros termos, o cientista não se dissociava do homem público. A relação orgânica com o poder conferia a este “*savant*” de filiação francesa o acesso a honrarias e privilégios, segundo a lógica de uma sociedade organizada em “ordens” ou “*corps d’Etat*”, legitimados pelo soberano. A posição do cientista de Antigo Regime era “privilegiada porque dependente”, como resume Alex Varela<sup>108</sup>.

Em lugar diametralmente oposto, outro grande pólo de referência era a figura do “diletante”, modelo de “matriz newtoniana, particularmente difundido em Inglaterra, nos Estados Unidos e nas Províncias Unidas.” Este “*natural philosopher*” podia ser “um autodidata hostil às hipóteses de um saber científico cada vez mais especializado”, como Ferrone definiu o britânico Joseph Priestley, um estudioso da química que, entre

---

<sup>105</sup> Nomeado governador dos rios de Sena, Lacerda e Almeida faleceu em 1798, tentando empreender por terra a travessia de Moçambique a Angola. O diário desta expedição foi publicado no início do século XIX por Richard Burton. Cf. Dias, Maria Odila Leite da Silva. op. cit., pp. 70; 74.

<sup>106</sup> Domingues, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos.” *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII, (supl), 2001, pp. 824-5.

<sup>107</sup> Ferrone, Vincenzo. “O homem de ciência”. Michel Vovelle (dir.). op. cit., p. 174.

<sup>108</sup> Cf. Varela, Alex Gonçalves. “O processo de formação, especialização e profissionalização (1783-1800) do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara”. *Revista de História*, São Paulo, FFLCH/USP, n° 155 (2º-2006), pp. 224; 242-3. Em Portugal, os privilégios concedidos a estudiosos e cientistas incluíam a isenção de fintas, tutelas e penas vis e o direito de marchar ao lado dos fidalgos e cavaleiros em cerimônias públicas, entre outras honrarias. Cf. Kantor, Iris. “Ciência e Império: trajetórias de ilustrados luso-americanos na segunda metade do século XVIII”. *Laboratório do Mundo. Idéias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004, p. 249.

outras realizações importantes, descobriu o oxigênio, construindo pessoalmente seus instrumentos e apetrechos de trabalho. Inspirados no “mito igualitário das inteligências formulado por Bacon”, os homens de ciência no mundo anglo-saxão atuavam em sociedades privadas, organizadas com base em relações horizontais, “sob a égide do utilitarismo e do industrialismo.”<sup>109</sup>,”

Entretanto, o utilitarismo também parecia orientar a prática do *savant* “usado como tecnocrata e funcionário”, nas palavras de Ferrone. “Na França, esta “simbiose entre conhecimento científico e administração” teria criado os “pressupostos tecnológicos necessários ao desenvolvimento da indústria mineira, da celulose e dos produtos têxteis.”<sup>110</sup>,”

Ao buscar alternativas para o desenvolvimento econômico do reino, os ilustrados portugueses assimilaram diferentes modelos, concepções e metodologias, reelaborando seus termos e dando forma a um saber marcado pelo ecletismo. Mais do que o caráter utilitário de suas pesquisas ou “a tendência pragmática de suas mentalidades”, próprios à “nova ética do Século das Luzes”, como já identificava o clássico estudo de Maria Odila da Silva Dias<sup>111</sup>, talvez tenha sido este perfil eclético o traço mais original da ilustração lusa.

Figura exemplar entre cientistas que se notabilizaram como homens de Estado em fins do Antigo Regime português, José Bonifácio de Andrada e Silva utilizava “uma variedade de sistemas de classificação, como os de Lineu, Werner, Wahlerius, Lamarck e Brotero”, para estudar os três reinos do mundo natural. Em Coimbra, José Bonifácio foi aluno e discípulo de Domenico Vandelli, que associava em seu pensamento

---

<sup>109</sup> Ferrone, Vincenzo. op. cit., pp. 166; 173.

<sup>110</sup> Id., ib. p. 163.

<sup>111</sup> Dias, Maria Odila L. da Silva. op. cit., pp. 40; 43.

princípios fisiocráticos italianos e franceses aos ensinamentos da economia clássica inglesa<sup>112</sup>.

A diversidade de interesses e ocupações e a tendência para associar aos estudos jurídicos a formação em ciências naturais também eram características marcantes entre os ilustrados portugueses. De 1772 a 1822, apenas entre os jovens provenientes da colônia, foram 568 os estudantes que se formaram em leis na Universidade de Coimbra. Destes, cerca da metade – 281, entre eles Hipólito da Costa – acumularam duas ou três especialidades em sua formação acadêmica, unindo o direito à filosofia e (ou) à matemática<sup>113</sup>.

## **O estudante**

Era este o quadro mais amplo em que o jovem Hipólito iria figurar a partir de seu ingresso na universidade. Talvez, pelo perfil de estudioso, não tenha sido um rapaz integrado de fato à sociedade rio-grandense, onde os valores predominantes eram a força física, o destemor, a habilidade no manejo do gado e das armas de guerra. Em Portugal, Hipólito conheceu de perto um universo que provavelmente o fascinava desde criança, devido à convivência com o “padre Doutor”: o espaço do conhecimento, da especulação, das trocas intelectuais.

---

<sup>112</sup> Domenico Vandelli foi um dos principais expoentes da reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra. Primeiro lente de química da nova faculdade de filosofia, foi também professor de história natural, tendo a seu cargo a direção do Laboratório Químico e do Museu de História Natural. Afastou-se da docência em 1786 e aposentou-se de seus cargos na universidade em 1791, mas permaneceu em Portugal, onde foi também diretor do Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa. Cf. Varela, Alex G.; Lopes, Maria M.; Fonseca, Maria Rachel F. da. “As atividades do filósofo natural José Bonifácio de Andrada e Silva em sua ‘fase portuguesa’ (1780-1819)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (3), set-dez. 2004, pp. 696-8. Segundo Alex Varela, outros naturalistas portugueses como José Vieira Couto e Manuel Ferreira da Câmara utilizavam vários sistemas de classificação em suas pesquisas. Varela, Alex G. op. cit., pp. 240-1.

<sup>113</sup> Cf. Dias, Maria Odila L. da Silva. op. cit., pp. 42; 125.

Pelos registros que Hipólito deixou em seu diário de viagem, percebe-se claramente sua sintonia com as mudanças que ocorriam na Europa naquele momento, não apenas no campo da ciência, mas na esfera da política, no âmbito das mentalidades. Isso confirma que ao menos acadêmicos e jovens de elite há muito recebiam e reelaboravam as novas idéias, apesar do ambiente persecutório que parecia moldar o pensamento na sociedade portuguesa da época. Os processos que o Tribunal do Santo Ofício moveu contra maçons e “heresiarcas” nas três últimas décadas do século XVIII são exemplares deste duplo movimento.

Já entre 1779 e 1781, a Inquisição teve a oportunidade de demonstrar que os estudantes de Coimbra estavam muito bem informados, ao instaurar inquérito contra vários deles e condenar dez, oriundos da metrópole e ultramar. Entre os sentenciados, estavam os luso-brasileiros Francisco de Melo Franco e Antônio de Moraes e Silva<sup>114</sup>. Seus crimes: heresia, apostasia, deísmo e tolerantismo, entre outros correlatos. Os autores proibidos de sua preferência: Rousseau, Mirabeau, Voltaire, Montesquieu, Helvetius, Locke. Também demonstravam muita familiaridade com os rituais secretos da maçonaria<sup>115</sup>. E seguramente continuariam com seus conciliábulos, onde atualizavam suas idéias filosóficas, criticavam a Igreja católica e, muito provavelmente, mantinham discussões políticas, se não tivessem sido denunciados por um de seus colegas à Mesa do Tribunal. Este, Francisco Candido Chaves, era claramente um ressentido, pois vítima

---

<sup>114</sup> A síntese do processo do dicionarista Antônio de Moraes e Silva foi publicada por Antônio Baião em *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*. Vol. II. 3ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1973, pp. 113-126. Sobre este tema, ver também Novinsky, Anita W. “Estudantes ‘afrancesados’ na Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Moraes e Silva (1779-1806)”. Osvaldo Coggiola (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1990, pp. 359-363. Este processo é comentado ainda por Alexandre Barata na obra citada, p. 42.

<sup>115</sup> Oliveira Marques afirma que a paródia de iniciação relatada à Inquisição pelo delator e recontada por Moraes e Silva poderia ocultar iniciações reais. Segundo ele, nos anos 1770, Antônio de Moraes e Silva figurou entre os líderes de um núcleo maçônico em Coimbra, composto por vários estudantes implicados no processo de 1779. Porém, o crime de maçonaria não consta entre as culpas relacionadas pelo Santo Ofício na Lista do Auto de Fé em que foram sentenciados os estudantes, em agosto de 1781. Marques, A H. de Oliveira. op. cit., pp. 43; 53. Também Dines, Alberto. “A Inquisição como farsa”. Francisco de Melo Franco. *Medicina Teológica*. São Paulo: Giordano, 1994, pp. xx-xxii.

constante de brincadeiras e humilhações por parte de seus colegas, possivelmente por sua ingenuidade ou mesmo por ser “estupido, tolo, sendo aliaz vilhaco”, como declarou Antônio de Moraes e Silva ao inquisidor<sup>116</sup>.

Iniciado em maio de 1779, o processo deve ter repercutido ao longo daquele ano, pois eram 26 os estudantes implicados. Muito oportunamente, a 22 de dezembro, D. Maria I instituiu em Coimbra um exame sigiloso de conduta moral<sup>117</sup>, ao qual Hipólito da Costa também seria submetido, praticamente 20 anos mais tarde.

No que consistia o exame: os professores deveriam observar os alunos durante sua freqüência às aulas e emitir juízo sobre cada um deles, levando em conta seu comportamento, costumes e qualidades necessárias ao serviço do Estado. Estas avaliações eram registradas anualmente e entregues lacradas, sendo analisadas pela congregação no momento em que o aluno concluía o curso. Este, porém, não tinha, em momento algum, acesso aos seus conteúdos. Após a análise realizada pela congregação, os pareceres dos professores eram encaminhados diretamente ao gabinete da soberana<sup>118</sup>.

É de se perguntar em que medida este exame teria sido instituído e continuou sendo aplicado com o rigor pretendido pelo documento assinado por D. Maria I. A questão é pertinente porque, justamente a 24 de dezembro de 1779, apenas dois dias depois de instituir o exame de conduta moral, a rainha deu parecer favorável aos estatutos da Academia das Ciências de Lisboa. Levando em conta que os membros da Academia das Ciências, embora partidários de diferentes correntes de pensamento, tinham como projeto comum o “esclarecimento da sociedade portuguesa”, projeto que

---

<sup>116</sup> Cf. Baião, António. op. cit., p. 119.

<sup>117</sup> As instruções da carta régia ao reitor da Universidade recomendavam “a V. Ex<sup>a</sup>. todo o cuidado na vigilância sobre os estudantes a respeito das coisas concernentes à Religião e aos bons costumes cristãos, observando aos lentes de todas as Faculdades que pela sua parte vigiem sobre os seus discípulos ao mesmo respeito; ficando a V. Ex<sup>a</sup>. sempre a superior inspeção para fazer apreender os livros que lhe forem denunciados, e para proceder contra os renitentes.” Citado por Francisco Manoel de Mello Franco em prefácio para Franco, Francisco de Melo. *Reino da Estupidez*. São Paulo: Giordano, 1995, p. 25.

<sup>118</sup> Id., ib. Também Dourado, Mecenas. op. cit., pp. 34-5.

motivou a sua fundação<sup>119</sup>, é possível imaginar que a Coroa realizou duas ações simultâneas que se anulavam mutuamente. Mas o paradoxo pode ser aparente.

Sem a pretensão de ingressar no debate sobre o que representou de fato o movimento iluminista na Europa do século XVIII, pode-se admitir, em linha com Francisco Falcon, que o absolutismo ilustrado português, “cioso de autoridade, hostil a qualquer crítica,” era “muito mais iluminado<sup>120</sup> no plano retórico que propriamente nas suas práticas.<sup>121</sup>” Porém, ao analisar o importante papel desempenhado pela Real Mesa Censória, é o próprio historiador do período pombalino quem avisa, que não se dever tomar “ao pé da letra todos os pronunciamentos” do órgão criado em 1768. Escreve Falcon que a Real Mesa Censória não teve “um caráter retrógrado absoluto”: é essencial atentar “para o fato crucial que é a distância entre estes [os pronunciamentos] e muito daquilo que se praticava na mesma matéria.<sup>122</sup>”

De todo modo, o exame de Hipólito da Costa foi realizado pela congregação da faculdade de direito, em julho de 1798. De acordo com Mecenas Dourado, ele foi reprovado por apenas um de seus professores e apenas no item “procedimentos e

<sup>119</sup> Varela, Alex G.; Lopes, Maria M.; Fonseca, Maria Rachel F. da. op. cit., p. 696.

<sup>120</sup> Considerando estritamente as relações entre iluminismo e defesa das liberdades individuais, pode-se discordar de Francisco Falcon, ao levar em conta que, entre o conjunto de transformações que caracterizaram o século das Luzes, encontrava-se também “uma reunião de práticas administrativas, executadas, em geral, pelo Estado e visando racionalizar o funcionamento da sociedade, conhecer e controlar populações, a produção, os fluxos e os usos de mercadorias.” Kuri, Lorelai. op. cit., p. 110. Sobre este último aspecto (racionalização, conhecimento e controle), Kenneth Maxwell já apontava que, no que ele chamou de “periferia européia”, o movimento iluminista pouco se caracterizou pela defesa da integridade do indivíduo ou promoção de garantias constitucionais, casando-se “mais vezes com o absolutismo do que com o constitucionalismo.” Entre as formulações reformistas do século XVIII, nos territórios germânicos e na Rússia, em especial, pode ser mesmo entrevista a constituição de um “Estado policial”, marcado pela racionalização das atividades de controle social. “Raramente se considera Portugal nesses debates”, mas ele oferece “um exemplo fascinante de absolutismo esclarecido em sua forma mais estatizante.” Maxwell, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 172. Alexandre Barata também comenta o processo de expansão do aparelho administrativo do Estado em fins do setecentos português, tendo em vista a centralização das funções de inspeção e vigilância. Barata, Alexandre M. “‘Nos traços do esquadro e do compasso’: a sociabilidade maçônica no mundo luso-brasileiro (1790-1822)”. Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.) *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI - XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 416-7.

<sup>121</sup> Falcon, Francisco J. C. “Luzes e Revolução na Colônia”. *Estudos Avançados*. vol. 2, nº 2, São Paulo, 1988, p. 78.

<sup>122</sup> Falcon, Francisco J. C. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993, p. 445.

costumes”<sup>123</sup>. Que procedimentos e costumes teriam desagradado aquele professor, o biógrafo de Hipólito não conseguiu descobrir quando levantou informações a respeito no arquivo da Universidade de Coimbra.

Tratava-se evidentemente de avaliação subjetiva, que abria largo espaço para antipatias pessoais. Talvez esta reprovação à conduta tivesse alguma relação com o humor ferino e o temperamento idiossincrático e voluntarioso que ele já demonstraria no *Diário da minha Viagem para Filadélfia*. Entretanto, não se pode descartar de todo a hipótese de que correspondesse a atitudes suspeitas ou comprometedoras de fato. Neste caso, observando a distância entre discurso e prática, pode-se especular se não teria sido aquele professor justamente o único, entre os oito membros da banca, a demonstrar zelo nesta direção.

Isto porque, ao chegar aos Estados Unidos, Hipólito da Costa não era apenas um homem culto ou ilustrado. Já ao desembarcar no porto de New Castle, seu olhar tinha direção certa. Em Filadélfia, logo se aproximaria dos primeiros objetos de sua admiração: a maçonaria e a imprensa livre<sup>124</sup>. É pelo teor dos registros de seus primeiros dias nos Estados Unidos que se pode inferir que sua aproximação ou mesmo iniciação à sociedade dos pedreiros livres teria ocorrido ainda em Coimbra<sup>125</sup>.

Em fins do século XVIII, a cidade era um dos três principais núcleos da maçonaria em Portugal, ao lado da capital, Lisboa, e da ilha da Madeira<sup>126</sup>. Na época em

---

<sup>123</sup> Dourado, Mecenas. op. cit., t. I, pp. 35-6.

<sup>124</sup> Na travessia do Atlântico, o viajante já demonstrava interesse pela sociedade dos pedreiros livres. A bordo da corveta *William*, também registrou suas inclinações filantrópicas a partir da leitura de um periódico inglês, cujo título não é mencionado em seu diário. Não é muito provável que ele tenha encontrado aquele jornal no barco. Este tema será comentado mais adiante, no segundo capítulo desta dissertação.

<sup>125</sup> É possível que Hipólito tenha se iniciado em Coimbra, sendo admitido oficialmente nos Estados Unidos. Em sua *Narrativa da Perseguição*, ele afirmou ter se filiado à maçonaria na cidade de Filadélfia. Hipólito José da Costa. op. cit., p. 32.

<sup>126</sup> Apesar das constantes perseguições, a última década do século XVIII assistiu a uma grande expansão do pensamento maçônico em Portugal, também devido à emigração francesa. Entre os emigrados, havia desde revolucionários sinceros a aristocratas que se opunham decididamente a mudanças no regime monárquico. Estes, em muitos casos, também pertenciam aos quadros da maçonaria e podiam atuar



que Hipólito ingressou na Universidade, funcionava em Coimbra uma loja, a segunda a ser fundada ali, que se reunia na casa do “chapeleiro Rosa” (José Rosa). Sua extinção teria ocorrido entre 1795 e 1800, segundo estimativa de Oliveira Marques<sup>127</sup>. Um de seus prováveis adeptos era Bernardo José de Abrantes e Castro, que, entre 1811 e 1814, seria um dos redatores do *Investigador Portuguez em Inglaterra*, jornal fundado sob a orientação de D. Domingos de Sousa Coutinho, então ministro português em Londres.

Já a primeira loja maçônica fundada em Coimbra, entre 1773 e 1778, parecia contar com membros mais ilustres. Além de vários dos estudantes processados em 1779, esta loja provavelmente reunia o lente de geometria José Anastácio da Cunha, penitenciado pelo Santo Ofício em 1778, D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho, futuro Morgado de Mateus, e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares<sup>128</sup>.

## **O agente**

Em 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho assumiu a pasta da Marinha e Ultramar, dando continuidade à política ilustrada de seus antecessores, Martinho de Melo e Castro e Luís Pinto de Sousa Coutinho. Logo o futuro conde de Linhares iria mobilizar funcionários da Coroa e estudiosos residentes na colônia da América, com o objetivo de mapear os recursos ali existentes e conhecer os principais entraves para a exploração rentável de suas potencialidades.

Nomeado presidente do Erário Régio, em 1800, D. Rodrigo empregaria eruditos da colônia nos processos de decisão, caso de José Bonifácio de Andrada e Silva,

---

livremente, pois a nobreza de sua estirpe, aliada à condição de refugiados da Revolução, não levantava as suspeitas da polícia. Cf. Marques, A. H. de Oliveira. op. cit., p. 55.

<sup>127</sup> Id. ib. p. 144.

<sup>128</sup> Id. ib. pp. 131-2.

designado no ano seguinte intendente das Minas do Reino de Portugal<sup>129</sup>. Concentrando em suas mãos grande parte do poder político, o ministro também adotaria medidas que contemplavam interesses locais: foi abolido o monopólio do sal e autorizada a extração e manufatura do ferro no Brasil.

De acordo com Kenneth Maxwell, os favores a implicados na Conjuração Mineira e a anistia concedida aos membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, presos desde 1794, igualmente apontavam para uma solução negociada com as elites coloniais. E negociação foi de fato a palavra utilizada pelo ministro, em 1798, ao afirmar que “o sistema federativo, o mais análogo à situação física de Portugal no globo” deveria ser conservado com “a maior firmeza nas negociações e a mais intacta e pura boa-fé.<sup>130</sup>”

Neste mesmo ano, defendendo seu programa de reformas junto ao Conselho de Estado em Portugal, D. Rodrigo expunha sua visão do Império português: um corpo formado “por províncias da monarquia, condecoradas com as mesmas honras e privilégios (...) todas reunidas ao mesmo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuírem à mútua e recíproca defesa da monarquia.<sup>131</sup>”

Maria de Lourdes Viana Lyra ressalta que, nestes discursos, “a alusão ao sistema federativo aparecia como complementação” do programa de reformas, “onde as regiões coloniais transformadas em províncias unidas em federação, resguardariam a unidade do império português através do entreposto comum – a metrópole europeia.<sup>132</sup>” De fato, como esclarece Iris Kantor, o novo papel conferido às colônias na reorganização administrativa do Estado visava dar substância a um poderoso Império atlântico,

---

<sup>129</sup> Também em 1801, José Bonifácio foi nomeado lente da nova cadeira de metalurgia recém-criada na Universidade de Coimbra e assumiu a direção das Minas e Fundições de Ferro de Figueiró dos Vinhos. Exerceu outros cargos na administração pública e chegou a primeiro secretário da Academia das Ciências de Lisboa. Cf. Varela, Alex G.; Lopes, Maria M.; Fonseca, Maria Rachel F. op. cit., pp. 701-2; 707.

<sup>130</sup> Cf. Maxwell, Kenneth. “Condicionamentos da Independência do Brasil”. Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *O Império Luso-brasileiro 1750-1822*. vol. VIII. Lisboa: Estampa, 1986, pp. 376-80. A citação do discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, proferido em 1798, na sessão de abertura da Sociedade Real da Marinha, encontra-se na página 379.

<sup>131</sup> Id. ibid. p. 379.

<sup>132</sup> Lyra, Maria de Lourdes Viana. op. cit., p. 74.

idealizado “por D. Rodrigo de Sousa Coutinho em seu diálogo intelectual com a corrente anticolonialista difundida pelo Abade Raynal.<sup>133</sup>”

Entretanto, ao realizar uma “investigação acurada” das propostas de D. Rodrigo, bem como de outras fontes que fornecem informações mais detalhadas sobre os objetivos do governo na época, Viana Lyra afirma não ter encontrado “orientação precisa” que sugerisse “a intenção de uma efetiva reorganização da administração”, em direção à “criação de unidades autônomas do mundo português na América, nem, tampouco, a instituição nominal de províncias no Brasil como partes componentes da monarquia portuguesa.” E conclui: “Essas seriam medidas básicas ao encaminhamento da adoção do sistema federativo, mencionado por Sousa Coutinho.<sup>134</sup>”

A alusão ao “sistema federativo” talvez fosse um simples recurso de retórica. Ou não. Talvez expressasse bem mais “a tendência ecletista”, que teria conferido à ilustração portuguesa “um perfil quase *sui generis*”, nas palavras de Francisco Falcon: “A preocupação de conciliar o novo com o antigo, a razão com a tradição”, teria, não raro, levado “a posições nas quais se legitimavam as mudanças através de uma hipotética filiação a instituições e práticas já existentes antes que a deformação imposta pelos jesuítas as tivesse suprimido.<sup>135</sup>”

O discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho parece não deixar dúvidas a este respeito: era preciso proceder com “a maior firmeza nas negociações e a mais intacta e pura fé na *conservação* do sistema federativo, o mais análogo à situação física de Portugal no globo.” Ora, o que é novo e ainda precisa ser instituído não pode ser conservado, pois conservar significa preservar o que já existe. Daí Viana Lyra observar

---

<sup>133</sup> Kantor, Iris. op. cit., p. 249. D. Rodrigo de Sousa Coutinho manteve relações com o Abade Raynal no período em que esteve em viagem de estudos na França, em 1779, pelo que se pode entrever de um encontro entre os dois relatado por Kenneth Maxwell. Ver obra citada, 1986, pp. 375-6.

<sup>134</sup> Lyra, Maria de Lourdes Viana. op. cit., p. 74. Ao que parece, o projeto do ministro não era criar “unidades autônomas” na América portuguesa, mas sim transformar todo o território “que se denomina com o genérico nome de Brasil” em uma das províncias da monarquia, condecorada “com as mesmas honras e privilégios”.

<sup>135</sup> Falcon, Francisco J. C. op. cit., 1988, p. 78.

que a solução federativa parecia “remeter à concepção de união de reinos – Portugal e Algarves – que, historicamente, antecedeu à monarquia centralizadora do absolutismo.” Ela chega mesmo a avaliar que este “registro da tradição não se contrapunha ao conteúdo inovador da proposta. Pelo contrário, buscava reforçar a validade do projeto reformista.<sup>136</sup>” Em outras palavras, o ministro estaria justamente reivindicando a tradição para legitimar um projeto político inovador<sup>137</sup>.

De todo modo, dar continuidade a esta discussão é pouco pertinente aos limites deste estudo. Por ora, interessa mais observar que o discurso (sendo ou não) parecia operante. Como a viagem de Hipólito da Costa aos Estados Unidos foi concebida nesta conjuntura, não é de estranhar o conteúdo das remessas que o naturalista fazia para Lisboa. Hipólito enviava a D. Rodrigo compêndios com a legislação da União, documentos do Congresso, escritos de secretários de Estado, coleções de jornais, entre outros papéis e “listas” que revelam mais do que os seus próprios interesses na época. Estas remessas mostram também o que ele imaginava ser (ou, quem sabe, fosse de fato) atraente ao ministro de D. Maria I.

Se desde a gestão de Martinho de Melo e Castro naturalistas formados em Coimbra viajavam pelos domínios do Império português, em 1790, sob o comando de Luís Pinto de Sousa Coutinho, o âmbito e o alcance destas expedições foram ampliados: ao lado de Joaquim Pedro Fragoso, José Bonifácio de Andrada e Silva e Manuel Ferreira da Câmara receberam bolsas de estudos para um extenso programa de

---

<sup>136</sup> Lyra, Maria de Lourdes Viana. op. cit., p. 75. Grifo meu.

<sup>137</sup> De acordo com Max Weber, a tradição é “um dos três fundamentos da legitimidade” política. Reivindicar a tradição significa legitimar uma estrutura de dominação com base na “autoridade do ‘passado eterno’, isto é, dos costumes santificados pela validez imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los”. Weber, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 57. O que Francisco Falcon qualificou como “quase *sui generis*” seria justamente o artifício de reivindicar a tradição para legitimar inovações, supostamente filiadas a um passado remoto.

aperfeiçoamento técnico em metalurgia, que consumiu dez anos de pesquisas em vários países da Europa<sup>138</sup>.

É possível que as repercussões positivas desta viagem, ainda em curso no ano de 1798, tenham animado D. Rodrigo a ir além dos limites do Império português: o ministro planejou uma série de investigações na América do Norte, relacionadas especialmente à agricultura, mineração, projetos de engenharia e navegação<sup>139</sup>. Nos Estados Unidos, os objetos de seu interesse eram espécies agrícolas cultivadas pelos norte-americanos, seu aproveitamento, técnicas de aclimação e métodos de cultivo. O naturalista recrutado para esta missão deveria observar em particular as culturas do tabaco, linho cânhamo, espécies de batatas, plantas destinadas a prados artificiais e a *acer saccharinus*, uma espécie de árvore utilizada pelos norte-americanos para a extração de açúcar. A pesquisa tinha foco ainda em tecnologias empregadas na navegação de rios e canais<sup>140</sup>. Já no México, o agente de D. Rodrigo deveria obter informações sobre as técnicas de exploração de ouro e prata e o regime de sua administração. Mas o mais importante era subtrair aos espanhóis exemplares da planta e do inseto da cochonilha, burlando a vigilância das autoridades alfandegárias. Os espécimes deveriam ser enviados a Portugal para posterior aclimação no Brasil<sup>141</sup>.

Não era tarefa das mais fáceis, para dizer o mínimo<sup>142</sup>. A fiscalização exercida pelos espanhóis sobre os recursos de suas colônias na América era bastante rigorosa.

---

<sup>138</sup> Cf. Varela, Alex G.; Lopes, Maria M.; Fonseca, Maria Rachel F. da. op. cit., pp. 689-92. Também Caldeira, Jorge. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: 34, 2002, pp. 15-8. Manuel Ferreira da Câmara retornou a Portugal em 1798, dois anos antes de José Bonifácio, sendo contratado pelo Estado como consultor para assuntos de metalurgia. Cf. Varela, Alex G. op. cit., p. 250.

<sup>139</sup> Hipólito da Costa recebeu de D. Rodrigo as instruções para a viagem à América do Norte em 22 de setembro de 1798. Cf. Dourado, Mecnas. op. cit., t. 1, p. 46.

<sup>140</sup> A dinamização do comércio no interior do Brasil era outro item do programa de modernização formulado pelo reformismo ilustrado português. Viana Lyra aponta que, em linha com os estudos de José da Cunha de Azeredo Coutinho, o interesse conferido à navegação fluvial estava particularmente relacionado à extração e escoamento da produção de madeira, necessária à construção de navios no reino. Lyra, Maria de Lourdes Viana. op. cit., p. 78.

<sup>141</sup> Dourado, Mecnas. op. cit., t. I, pp. 46-8.

<sup>142</sup> Não levaria muito tempo para que Hipólito da Costa percebesse que entrar em território espanhol não era tarefa para desavisados. No dia 13 de abril de 1799, ele anotou em seu diário que, depois de haver

Até as primeiras décadas do século XVIII, os domínios da Espanha permaneceram virtualmente fechados para observadores estrangeiros. Eram justamente as atividades de mineração no interior do continente e as guarnições militares instaladas nos portos do litoral as duas operações mais protegidas do olhar externo<sup>143</sup>.

Quando, tomados de orgulho patriótico, os espanhóis decidiram abrir seus territórios a cientistas estrangeiros, estes aceitaram ser vigiados de perto. O marco da adesão formal da Espanha a observações científicas em seus territórios foi a permissão obtida pela expedição La Condamine, em 1735, quando Antonio de Ulloa e Jorge Juan, dois oficiais da marinha, acompanharam os exploradores franceses aos planaltos andinos, tendo em vista a medição do meridiano. Na segunda metade do século, os olhares vigilantes dos militares espanhóis continuariam seguindo os passos dos viajantes europeus: não menos do que 20 oficiais seguiram para a Califórnia na companhia do astrônomo Chappe d'Auteroche para observar a segunda passagem de Vênus, em 1769<sup>144</sup>.

Em quais bases se deu de fato o recrutamento de Hipólito da Costa para esta viagem à América do Norte? As muitas e diferentes atribuições de que estava incumbido tornavam sua missão bastante complexa. Era um projeto ambicioso e inédito em Portugal. Se demonstrava a intuição aguçada de seu idealizador, dependia igualmente de inúmeros fatores, alguns deles imprevisíveis. O histórico do estudante em Coimbra deve ter sido importante para a escolha do ministro de D. Maria I e o diário que ele escreveu nos Estados Unidos de fato demonstra preparo técnico em botânica<sup>145</sup>.

---

prometido um passaporte para Havana, o ministro de Espanha alegou ao ministro de Portugal ter recebido ordens de sua Corte para só fornecer passaporte a espanhóis. *Diário da minha Viagem...*, p. 83.

<sup>143</sup> Cf. Pratt, Mary Louise. op. cit., pp. 42-3.

<sup>144</sup> Cf. Bourguet, Marie Noëlle. op. cit., p. 216.

<sup>145</sup> Durante o período coberto pelos registros do *Diário da minha Viagem para Filadélfia*, Hipólito não teve a oportunidade de observar atividades de metalurgia ou mineração no México, como ele mesmo admitiu na Memória que escreveu sobre a viagem e que apresentou como relatório final de suas atividades. Seu diário mostra que ele perguntou sobre a existência de minas nos Estados Unidos a várias pessoas que conheceu em Filadélfia, Nova York e Boston, obtendo a resposta de que não havia

Hipólito havia cursado esta disciplina com Félix da Silva Avelar Brotero, cientista de renome, doutor em medicina pela Universidade de Reims e nomeado lente de botânica e de agricultura em 1791<sup>146</sup>. Em Filadélfia, chegou a receber correspondência de frei Mariano da Conceição Veloso, diretor da expedição que descreveu a flora fluminense, entre 1782 e 1790<sup>147</sup>, e a quem iria auxiliar nos trabalhos editoriais da Casa Literária do Arco do Cego, a partir de seu retorno a Lisboa, em 1801.

Entretanto, os principais alvos desta viagem exigiam mais do que excelência acadêmica ou um perfil vocacionado para a ciência. Novamente: qual era o homem que D. Rodrigo estava buscando para realizar esta missão? O fato é que, se as “explorações” na América do Norte não foram muito proveitosas, o insucesso parcial de seus objetivos deveu-se principalmente à falta de suporte logístico e não à inabilidade política de seu executor. Neste aspecto, Hipólito da Costa parece ter sido muito bem-sucedido. Adquiriu livre trânsito nos círculos “mais qualificados” da capital norte-americana, para utilizar uma expressão de sua lavra. As inúmeras informações às quais ele teve acesso resultaram em grande parte das relações pessoais que ele estabeleceu ao longo de seu trajeto nos Estados Unidos. Também as sementes das mais de 400 espécies de plantas que enviou a Lisboa foram presenteadas ou obtidas por meio de amigos naturalistas de Filadélfia. Seu diário traz indícios ainda de suas estratégias de afinação política com diplomatas da Espanha que seriam úteis para sua entrada no México.

---

exploração significativa de minério no país. Esta afirmação ele também obteve por meio de fontes impressas. Contudo, a Memória apresenta comentários interessantes sobre extração de minério de ferro nos Estados Unidos, o que muito provavelmente significa que ele obteve estas informações após 27 de dezembro de 1799, quando suspendeu suas anotações. Tudo indica que Hipólito não conseguiu ir ao México. Seu trajeto na América do Norte será focalizado no segundo capítulo.

<sup>146</sup> Fugindo à perseguição inquisitorial, Brotero havia emigrado em 1778, viajando para Paris na companhia do poeta Filinto Elísio. Voltou a Lisboa em 1790. Cf. Dourado, Mecenias. op. cit., t.1, p. 45; Filinto Elísio (Francisco Manuel do Nascimento). *Obras Completas de Filinto Elísio*. Braga: APPACDM, vol. I, 1998.

<sup>147</sup> Silva, Maria Beatriz Nizza da. “A cultura”. \_\_\_\_\_. *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. op. cit., p. 467.

O ministro de D. Maria I certamente buscava um especialista em história natural, mas também um agente a serviço da Coroa portuguesa. Aparentemente, quanto a isto não se enganou. Em carta a Cipriano Ribeiro Freire, ministro de Portugal nos Estados Unidos, ele comunicou a nomeação de Hipólito da Costa e recomendou “auxiliar os trabalhos deste moço, que dá grandes esperanças.<sup>148</sup>”.

---

<sup>148</sup> Cf. Dourado, *Mecenas*. op. cit. t. 1, pp. 46-7.



### **3. A Aurora de Filadélfia**

Hipólito da Costa desembarcou no porto de New Castle, Delaware, a 11 de dezembro de 1798. Seu diário informa que a localidade distava 35 milhas de Filadélfia e possuía perto de 50 casas feitas de tijolos, entre elas muitos armazéns, onde o capitão, Mr. Moore, comprou mantimentos para abastecer o barco. A primeira casa em que Hipólito entrou em New Castle “foi uma estalagem muito bem provida e asseada”:

“Na bandeira da tábua que tinha sobre a porta estavam pintados um compasso e um esquadro indicando ser isto casa de maçom ou para eles; vi, em uma grande sala desta casa, uma comprida mesa e, sobre ela muitos copos e garrafas, e algumas pessoas sentadas; supus ser um *toaste*...<sup>149</sup>”

Após narrar algumas curiosidades, como um homem anunciando na rua a venda de uma chalupa, com um papel “que continha o preço, o lugar onde ela estava, etc.”, Hipólito escreveu que esteve no posto do correio, onde viu “pelas paredes, muitos editais impressos para coisa de bagatela, porque, aqui, como a imprensa é livre, tudo se imprime para maior comodidade.<sup>150</sup>”

Não por acaso, os símbolos da maçonaria e a imprensa livre aparecem entre os primeiros registros de seu diário nos Estados Unidos: foram estas inclinações que em larga medida traçaram o percurso de sua viagem e pautaram suas observações sobre a realidade norte-americana. Ao longo dos 12 meses cobertos pelos apontamentos do *Diário da minha Viagem para Filadélfia*, são inúmeras as referências a jornais, livros proibidos ou não acessíveis em Portugal, obras e catálogos de naturalistas, revistas científicas, panfletos de agitação política, compêndios, almanaques, cartazes, “papéis de novidades”, folhetos de divulgação, peças de propaganda<sup>151</sup>. Esta profusão de impressos

<sup>149</sup> *Diário da minha Viagem...*, pp. 48-9.

<sup>150</sup> *Idem.* p. 49.

<sup>151</sup> Alguns “papéis” que Hipólito da Costa teve em mãos eram nitidamente materiais de divulgação ou peças de propaganda, como os folhetos distribuídos por universidades, museus e companhias de seguros, aos quais ele se refere e mesmo reproduz. Seu diário explica que as seguradoras ofereciam proteção contra o fogo, porque a maioria das habitações era de madeira e mesmo as casas de tijolos possuíam telhados construídos com “pedacinhos de tábua imbricados”, o que provocava incêndios devastadores. As

dialogava com os acontecimentos vivenciados pelo autor e não raro tinha a palavra final em suas anotações, como neste exemplo.

“Hoje esperávamos ser despedidos da quarentena, mas os oficiais da saúde têm medo de serem acusados de parcialidade, e por isso nos querem fazer estar aqui o mesmo tempo que esteve *Denis*, de modo que são injustos, realmente, por evitarem o parecer (veja-se o caráter destes magistrados em Barnaby, p. 145).<sup>152</sup>”

Esta passagem também mostra a preocupação de não perder informação: com frequência, as referências trazem não apenas a fonte, mas também a página onde poderiam ser localizadas<sup>153</sup>. Há situações em que o autor inclusive se exime de comentários, pois o material impresso já o satisfazia plenamente. É o caso deste registro: “Nada digo sobre este estabelecimento Colúmbia porque nos panfletos, que tenho, há uma conta exata disto.<sup>154</sup>” Mas há outros elementos que possibilitam entrever citações, embora as fontes não apareçam no texto. Exemplo disso são as informações detalhadas sobre objetos ou instituições existentes em locais que o autor havia deixado há semanas, meses ou mesmo que nunca chegou a conhecer (ao menos não havia conhecido até então).

Mas se o diário de Hipólito da Costa reverbera outros escritos com uma frequência espantosa, neste emaranhado de ressonâncias a imprensa periódica ocupa um lugar central: em estudo recente, Marco Morel observa que “a leitura da gazeta (como

---

várias companhias de Filadélfia e de Nova York possuíam “seus sinais próprios”. Estes já eram logotipos pela descrição que Hipólito deixou em seu diário. *Diário da minha Viagem...* pp. 63; 87.

<sup>152</sup> Esta anotação é do dia 5 de setembro de 1799 e se refere à quarentena instituída em Newport, Rhode Island, para navios vindos de Nova York. Três dias antes, Hipólito registrou que todos os passageiros do seu barco, entre eles um oficial do que ele chamou “tribunal da saúde”, tinham apresentado uma petição a este tribunal, na qual afirmavam já não haver febre amarela em Nova York. Apesar disso, “fomos obrigados a estar” na quarentena; “eu cuido que a razão foi haver outro pacote de Nova York nas mesmas circunstâncias” (possivelmente o *Denis*). O “parecer” a que ele se referiu era com certeza a petição apresentada ao tribunal, com um parecer do oficial de saúde que viajava no seu barco. Idem. pp. 128-9..

<sup>153</sup> Em algumas citações, Hipólito negligenciava a fonte, mas registrava a página, como nesta nota escrita à margem do manuscrito: “vide a descrição de Jersey, pág. 162”. Idem. p. 141.

<sup>154</sup> Idem. p. 94.

se chamavam os jornais) foi sua porta de entrada para ‘ler’ a vida urbana<sup>155</sup>” nos Estados Unidos. Indo além, a imprensa realizava uma espécie de mediação entre a experiência direta e a representação da realidade: “Algumas vezes Hipólito vai enxergar a ‘realidade’ do país em que se achava, como estrangeiro, através dessa janela.<sup>156</sup>”

Entretanto, embora comentasse notícias publicadas nas “gazetas” (com frequência no plural), a única citada em seu diário é a *Aurora General Advertiser*, fundada em 1790 por Benjamin Franklin Bache, neto de Benjamin Franklin<sup>157</sup>. É curioso, pois foram vários os jornais aos quais ele teve acesso nos Estados Unidos. Chegou mesmo a enviar a D. Rodrigo de Sousa Coutinho “duas coleções de gazetas das que pretendem melhor informação: a *Aurora*, que é o mais bem conduzido papel do partido da oposição, e a *Gazette of de (sic) United States*, que se diz um jornal do governo.<sup>158</sup>” Porém, este que se *dizia* “um jornal do governo” não aparece uma única vez em suas anotações.

Isto, por si só, denuncia algo que o leitor, por mais atento, não consegue discernir com clareza. Acresce que as referências à *Aurora* atravessam praticamente todo o relato. É esta reiteração que sinaliza uma direção para o investigador. O que mais é igualmente reiterado no *Diário da minha Viagem para Filadélfia?* Temas em princípio distintos: o asseio dos norte-americanos<sup>159</sup>, a maçonaria e a grande quantidade de

---

<sup>155</sup> Ao conceber a metáfora de uma “porta de entrada”, Marco Morel estava se referindo especificamente à leitura de um anúncio sobre venda de sementes, que levou Hipólito a percorrer o entorno da cidade de Filadélfia pela primeira vez. Mais adiante, veremos outro exemplo em que um encontro é motivado pela leitura de um anúncio publicado na imprensa. Morel, Marco. “Entre estrela e satélite”. *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. op. cit., p. 278.

<sup>156</sup> Id., ib. p. 281.

<sup>157</sup> Até novembro de 1794, o jornal de Benjamin Franklin Bache teve o título de *Philadelphia General Advertiser*. Cf. James Tagg. *Benjamin Franklin Bache and the Philadelphia Aurora*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

<sup>158</sup> *Diário da minha Viagem...*, “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, carta nº 18, datada de Filadélfia, 1º de junho de 1800, p. 194.

<sup>159</sup> Basta voltar ao texto que inaugura as anotações de Hipólito nos Estados Unidos para notar que a primeira casa em que ele entrou em New Castle não era apenas “casa de maçom”, como “muito bem provida e *asseada*” (grifo meu).

confissões religiosas existentes nos Estados Unidos<sup>160</sup>. Ora, o que isto significa? Que relações estes temas teriam entre si, se é que se associavam de alguma forma? Seguir o rastro das referências à *Aurora* de Filadélfia possibilitou avançar para além das simples conjecturas: as várias passagens desconexas, vozes dissonantes, personagens e acontecimentos obscuros e mesmo registros aparentemente irrelevantes se mostraram uma unidade dotada de coesão interna, não apenas coerente e inteligível, mas muito significativa.

No diário de viagem de Hipólito da Costa, as relações no interior da maçonaria e a *Aurora* parecem indissociáveis. Pode-se afirmar que ambas constituem os fios condutores da narrativa, embora por vezes invisíveis ou quase. Enquanto espinha dorsal do relato, associam-se aos temas da religiosidade e da limpeza, bem como a tramas paralelas importantes, como o *quakerismo* e a história natural. Mas como estas associações operam no texto? O que revelam sobre o universo mental do autor naquele momento e de que maneira desvendam o sentido do trajeto percorrido por ele nos Estados Unidos?

Ao buscar respostas para estas questões, o capítulo que segue e os dois próximos rastreiam indícios. Estes, por sua vez, permitem mapear o *Diário da minha Viagem para Filadélfia* e localizar ali elementos importantes para a compreensão da experiência norte-americana de Hipólito da Costa. Trata-se evidentemente de uma investigação de caráter preliminar, cuja proposta é introduzir e não esgotar os temas que inspira.

---

<sup>160</sup> Em artigo publicado no *Correio Braziliense*, em junho de 1816, Hipólito da Costa afirmava que a cidade de Filadélfia possuía “28 Igrejas ou templos de varias communhoens de Christãos; e Synagogas de Judeus.” Levando em conta os registros de seu diário, não é improvável que tenha conhecido todas elas. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. vol. XVI, nº 97, p. 626.

## Um jogo de máscaras

O título que Hipólito da Costa encontrou para seu diário de viagem não era evidentemente casual. Foi em Filadélfia que ele passou a maior parte do tempo em que permaneceu nos Estados Unidos. Mais do que isso, importantes relações de identificação se processaram ali. A cidade era então a capital federal<sup>161</sup> e possuía uma população de aproximadamente 42 mil habitantes, marcada pela diversidade étnica e religiosa. Fundada pelos seguidores do quacre William Penn, em 1682, abrigava grande número de imigrantes de várias nacionalidades européias e diferentes confissões religiosas: irlandeses, alemães, escoceses, suecos, holandeses, judeus sefarditas e franceses huguenotes, entre outros<sup>162</sup>. Nos anos 1790, sua população seria acrescida ainda por uma grande leva de refugiados da Revolução Francesa e também das rebeliões de escravos ocorridas em São Domingos.

Por conta de suas atividades culturais e instituições educacionais e filantrópicas, Filadélfia era a cidade norte-americana que mais se assemelhava a uma grande metrópole européia<sup>163</sup>. Sua vocação cosmopolita provavelmente contribuiu para uma recepção mais calorosa a Hipólito da Costa. Ele parece ter sido muito bem recebido na cidade, onde mantinha relações de amizade com naturalistas importantes, era frequentemente convidado para jantares com ministros de Estado e lideranças dos partidos no Congresso, comparecia a eventos sociais, conhecia personalidades eminentes. Também a diversidade de tipos, atividades, usos e costumes que encontrou na capital federal parece ter exercido uma atração muito grande.

---

<sup>161</sup> A capital dos Estados Unidos foi transferida para Washington D. C. em 1800.

<sup>162</sup> Cf. Nash, Gary B. *Forging Freedom. The Formation of Philadelphia's Black Community 1720-1840*. Cambridge: Harvard University Press, 1991, p. 16.

<sup>163</sup> Cf. Foner, Eric. *Tom Paine and Revolutionary America*. New York: Oxford University Press, 1977, p.19.

Mas o mais importante é que ali se deu o acontecimento central de sua viagem: a admissão oficial à maçonaria. Embora não tenham sido encontrados documentos que comprovem esta filiação<sup>164</sup>, os registros do diário de Hipólito não apenas indicam claramente o seu envolvimento com os pedreiros livres, como sugerem que foi entre eles que obteve apoio para alcançar resultados em sua missão. Também os recursos que possibilitaram sua permanência nos Estados Unidos e mesmo sua volta a Lisboa foram obtidos por meio de empréstimos, seguramente com o aval de membros da sociedade.

Não é exagero afirmar que as condições em que Hipólito viveu nos Estados Unidos durante vários meses eram desesperadoras. Ele recebeu as primeiras notícias de D. Rodrigo de Sousa Coutinho no dia 21 de novembro de 1799, mais de 13 meses após ter partido de Lisboa. Eram dois ofícios, um deles datado de 30 de março daquele ano e o segundo, de 22 de maio<sup>165</sup>. Porém, já em 24 de março ele afirmava que não teria recursos para continuar no país por muito tempo: “É totalmente impossível que possa subsistir o tempo que falta com o ordenado que recebi.<sup>166</sup>” A necessidade de “socorros pecuniários” foi na realidade o tema mais reiterado por ele em seus ofícios a Lisboa.

Sua correspondência informa ainda que o ministro de Portugal, Cipriano Ribeiro Freire, havia sido transferido para Londres, seguindo viagem no dia 8 de maio daquele ano. Já o vice-cônsul, que Hipólito não nomeia, “tinha já partido para Havana antes de que o digno Ministro se fosse e ainda lá se acha por caixeiro de um negociante de Baltimore.<sup>167</sup>” Não havia portanto autoridade portuguesa nos Estados Unidos a quem ele pudesse recorrer. Mas a falta de dinheiro não era o único de seus problemas: havia

---

<sup>164</sup> Hipólito da Costa teria sido admitido à Loja Washington n° 59, em março de 1799. Mecenas Dourado tentou levantar esta documentação, mas recebeu a resposta de que os registros referentes ao ano de 1799 tinham desaparecido durante um incêndio ocorrido em 1819. Dourado, Mecenas. op. cit., t. 1, pp. 77-8. Ao sustentar que a filiação de Hipólito da Costa aconteceu nos Estados Unidos, os comentaristas também levam em conta o texto da *Narrativa da Perseguição*, em que ele afirmou ter sido “efetivamente” admitido “à Ordem da Framaçõnaria, na cidade de Filadélfia.” Hipólito José da Costa. op. cit., p. 32. Note-se o uso da palavra “efetivamente”.

<sup>165</sup> “Copiador e Registro...”, carta n° 13, datada de Filadélfia, 3 de dezembro de 1799, pp. 187-8.

<sup>166</sup> Idem. carta n° 3, expedida de Filadélfia, em 24 de março de 1799, p. 167.

<sup>167</sup> “Copiador e Registro...”, carta n° 16, datada de Filadélfia, 15 de fevereiro de 1800, p. 191.

decisões que ele não podia tomar por conta própria. De Boston, a 13 de setembro, ele escreveu:

“Não tendo, inda até agora, recebido carta, ordem ou notícias de V. Ex<sup>a</sup> depois que estou na América, o que tem demorado o plano da minha diligência, pois que não posso adiantar-me sem receber as últimas ordens de V. Ex<sup>a</sup> sobre os diversos pontos de que tenho informado a V. Ex<sup>a</sup> em outras ocasiões.<sup>168</sup>”

Hipólito havia definido o roteiro de sua viagem, em conjunto com o ministro Ribeiro Freire, assim que chegou aos Estados Unidos. A idéia era esperar o fim do inverno e iniciar os trabalhos de campo em abril, visitando em primeiro lugar o interior dos Estados do Atlântico Central e da Nova Inglaterra, para depois percorrer os Estados do sul, onde observaria especialmente a cultura do tabaco.

Seguindo este roteiro, Hipólito viajou para Nova York no dia 19 de abril de 1799. Contudo, ao invés de se dirigir à “campanha”, como havia planejado, permaneceu na cidade de Nova York por mais de quatro meses. Seu diário não esclarece por que razão. Além da falta de instruções, certamente havia outros motivos, que suas anotações permitem entrever, mas não identificar. No dia 31 de agosto, rumou para Boston, atravessando várias localidades nos Estados de Rhode Island, Connecticut e Massachusetts. Após dez dias em Boston, decidiu retornar à capital dos Estados Unidos. Partiu no dia 19 de setembro, seguindo um itinerário em muitos pontos coincidente com o trajeto que havia feito de Filadélfia a Nova York e, de lá, a Boston. No dia 28, já estava de volta, mas dois dias depois partia para Germantown, Pensilvânia. Ali esteve hospedado cerca de um mês, percorrendo neste período várias localidades no interior do Estado. No início de novembro de 1799, voltou a residir em Filadélfia e lá parece ter permanecido até sua volta a Lisboa, em fins de 1800.

---

<sup>168</sup> “Copiador e Registro..., carta nº 11, datada de Boston, 13 de setembro de 1799, p. 185.



O *Diário da minha Viagem para Filadélfia* documenta este itinerário até 27 de dezembro de 1799, quando Hipólito suspendeu suas anotações pessoais. Até esta data, não há lacunas significativas no texto: o relato não abre margem a qualquer dúvida a respeito das regiões em que ele esteve ou poderia ter estado neste período. A partir daí, são as cartas de ofício enviadas para autoridades portuguesas<sup>169</sup> que permitem inferir com razoável segurança sua permanência em Filadélfia, ou no Estado da Pensilvânia, até ao menos setembro de 1800. Entre os textos que relatam a viagem à América do Norte<sup>170</sup>, existe ainda a “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”, datada de Lisboa, 24 de janeiro de 1801. São três documentos ou conjuntos de escritos bastante distintos em seus objetivos, formato e destinação.

O diário é um texto de caráter estritamente pessoal: percebe-se que o autor não teve aqui nenhuma preocupação de ordem literária ou pressuposto de filiação acadêmica. Há muitos elementos que evidenciam esta escrita reservada, mas os mais interessantes são os “recados” que o autor mandava para si mesmo, como mostra esta passagem: “Ora, hoje cometi o maior erro de delicadeza que podia cometer; não o nomeio, mas este *memorandum* me servirá de exemplo.”<sup>171</sup>”

A correspondência oficial tinha circulação evidentemente restrita, mas era destinada a superiores hierárquicos, o que é muito importante considerar. Já a “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos” tem o formato de relatório, também dirigido a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mas poderia alcançar um público mais amplo.

---

<sup>169</sup> Além das cartas enviadas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Hipólito expediu três ofícios para Luís Pinto de Sousa Coutinho e várias cartas ou bilhetes para o governador da Ilha da Madeira, Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, que intermediava a correspondência e os materiais enviados para Lisboa, pois a comunicação direta com Portugal inexistia ou era muito difícil.

<sup>170</sup> Em seu diário, Hipólito se referiu ainda a seis “cadernos de observações” ou “de arranjos”, onde desenhava plantas e máquinas, mas também fazia apontamentos sobre aspectos da vida nos Estados Unidos que eram de seu interesse. Estes cadernos poderiam esclarecer algumas passagens da narrativa, mas nunca foram localizados.

<sup>171</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 148 (grifo do autor).

O mais importante é observar que há inconsistências nestes escritos. Uma delas diz respeito à realização da viagem aos Estados do sul. As primeiras cartas enviadas de Filadélfia mencionam esta pretensão. No entanto, considerando estritamente os registros de seu diário e a correspondência oficial com as autoridades portuguesas, esta viagem não foi realizada. As anotações pessoais de Hipólito não abrem qualquer brecha para este trajeto no ano de 1799. Já as cartas de ofício, que também documentam o ano de 1800, mostram que ele só poderia ter deixado Filadélfia entre os meses de março e maio daquele ano. Ocorre que nenhuma de suas cartas anteriores ou posteriores ao mês de maio apresenta intenções ou presta contas de uma viagem ao sul.

Mais interessante: em sua “Memória”, Hipólito afirmou que havia realizado esta viagem *após* deixar a Nova Inglaterra. A parte inicial do parágrafo em que deu conta de seu trajeto foi extraída por ele de uma de suas cartas a D. Rodrigo, como se verá. O restante, porém, não encontra qualquer correspondência em suas cartas ou anotações pessoais. É importante transcrever toda a passagem para estabelecer a comparação.

“A 15 de Abril de 1799 deixei Philadelphia para correr os Estados do Norte, dirigindo me a Nova-York; e tendo viajado o interior deste Estado fui ao Lago Erie, cataracta do Niagara, descí pelo rio Cataraquai até Monte-Real: e não me sendo possível chegar a Quebec, como pretendia para examinar o baixo Canada, onde a cultura do Canamo é maior; subi pelo lago Champlain ao Estado de Vermont, e fiz um giro por todos os Estados de New-hampshire, Massachusetts e Rhode-Island; Embarquei-me depois para Charlestown, e atravessei por terra a Carolina Meridional, Carolina septentrional, Virgínia, Maryland e Delaware, recolhendo-me outra vez á Pensilvania<sup>172</sup>.”

A única carta em que Hipólito da Costa presta contas de seu trajeto nos Estados Unidos foi enviada de Filadélfia a D. Rodrigo no dia 1º de junho de 1800. Nesta correspondência, ele afirmava que, após ter realizado o “giro” pela Nova Inglaterra,

---

<sup>172</sup> “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos por Hippolyto José da Costa Pereira”. *RIHGB*, vol. XXI, 1858, p. 352.

havia embarcado para “Puerto Nuevo”, em busca da cochonilha. Aqui não há menção a “Charlestown”.

“...tendo deixado Filadélfia o ano passado, assim que a estação o permitiu, me dirigi ao Norte, e tendo corrido todo o interior do Estado de New York, margens do Lago Erie, catarata do Niágara e Lago Ontário, desci pelo rio Cataraquai até Montreal; e não me sendo possível passar a Quebec, como pretendia, para examinar o baixo Canadá, onde a cultura do cânhamo se faz em maior escala, subi pelo lago Champlain, ao Estado de Vermont, e fiz um giro por todos os Estados, de Connecticut, Rhode Island, Massachusetts e Newhampshire. Embarquei-me, depois, para Puerto Nuevo em busca da cochonilha e fui assaz feliz para aportar a uma pequena plantação onde a cultivavam; em 15 dias de demora tirei toda a informação que pude, aproveitando-me do mesmo vaso para a volta, e trazendo as plantas com os insetos que deixei em Filadélfia por me ser preciso retirar para a campanha pelo temor da febre amarela, que então assolava esta cidade. Infelizmente, o inverno se antecipou, de modo que destruiu todo o meu trabalho, como tive já a mortificação de informar a V. Ex<sup>a</sup> em várias ocasiões.<sup>173</sup>”

Contudo, nem esta carta nem a “Memória” são consistentes com os registros de seu diário. Estes mostram que, ao deixar a cidade de Nova York, Hipólito não correu “todo o interior” do Estado e não poderia ter alcançado Montreal. Em seu “giro” pela Nova Inglaterra, também não passou por Vermont ou New Hampshire. Chegando a Filadélfia, em fins de setembro, de fato se dirigiu à campanha, pois logo seguiu para Germantown. Entretanto, esta viagem não estava relacionada à epidemia de febre amarela. Como é muito significativa para os objetivos deste trabalho, será comentada mais adiante. O fato é que, deixando Boston, ele voltou para Filadélfia e não saiu da Pensilvânia até o dia 27 de dezembro de 1799. Assim, não poderia ter embarcado para “Puerto Nuevo” (como afirma em sua carta) nem para Charleston, na Carolina do Sul<sup>174</sup> (como sustenta na “Memória” que escreveu). No que diz respeito à alegada viagem a

<sup>173</sup> *Diário da minha Viagem...*, “Copiador e Registro das Cartas de Officio”, carta nº 18, expedida de Filadélfia, p. 193.

<sup>174</sup> Hipólito esteve de fato numa localidade chamada Charlestown, Massachusetts, com a grafia que utilizou para Charleston, Carolina do Sul. Era “uma pequena aldeia que fica defronte de Boston, da outra parte do rio Charles”. Ali visitou algumas vezes um casal de amigos, “Mr. e Senhora Donough”. *Diário da minha Viagem...* pp. 134-7.

territórios da Espanha, mesmo as cartas são inconsistentes entre si. A utilização de um intermediário para obter os exemplares da planta e do inseto da cochonilha aparece nos seguintes ofícios.

“Em Havana temos um desembarque dos ingleses, segundo se diz, e isto faz dobrar as cautelas a respeito dos estrangeiros, e como estas medidas podem continuar, e não me ser possível ir ali sem me expor a grandes perigos, tomei o partido de pedir a um negociante de mandar buscar por minha conta as plantas que posso obter da Jamaica e Havana, e me obriguei a pagar-lhe as despesas...<sup>175</sup>” “[...] Acabam de chegar a Filadélfia as plantas sobre que tinha falado nas minhas cartas nº 3 e nº 5, e são a árvore do pão, a nova cana-de-açúcar, e a planta e inseto da cochonilha.<sup>176</sup>

A contabilidade das despesas para obter “as plantas vindas da Jamaica” é apresentada na carta de nº 17, datada de Filadélfia, 3 de fevereiro de 1800. Além da árvore do pão e da cana “Ota hito”, a cochonilha também estava incluída nesta remessa. As despesas eram referentes à “viagem e condução das plantas de Puerto Falso” e uma “condução de Nova York”<sup>177</sup>. Nesta correspondência, não há elementos que indiquem com segurança *quem* esteve em “Puerto Falso”. Já na carta de 1º de junho, cuja passagem foi transcrita acima, Hipólito assegurava que ele mesmo havia embarcado para um lugar chamado “Puerto Nuevo”. E o que diz a “Memória”?

“...me embarquei occultamente em um navio Americano que ia com licença a Vera-Cruz, vender fazendas. Este navio em vez de aportar a Vera-Cruz entrou em outro pequeno porto na bahia do México, chamado Puerto-Falso, e eu em quatorze dias que o vaso se demorou, fui ao interior da campanha a umas plantações onde cuidão da coxonilha, para tirar informação que a brevidade do tempo me permittisse. (...) Nenhuma difficuldade se me offereceu em trazer de uma das plantações tres caixões de *opuntias* para

<sup>175</sup> “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, carta nº 6, datada de Filadélfia, 15 de abril de 1799, p. 177.

<sup>176</sup> Idem. carta nº 10, expedida no dia 15 de agosto de 1799, p. 183. Os registros do *Diário* indicam que Hipólito não saiu de Nova York ou de suas imediações durante o mês de agosto, com exceção do dia 31, quando viajou para o norte, em direção a Boston. Porém, esta e uma outra carta, também datada de 15 de agosto de 1799, teriam sido expedidas de New Brunswick, segundo o registro do copiador. Em suas anotações aparece apenas uma localidade com esse nome, no Estado de Nova Jersey, onde pernitoou em seu caminho para Nova York, no dia 19 de abril de 1799. Idem. p. 85.

<sup>177</sup> “Registro e Copiador... pp. 191-2.

Puerto-Falso, e pegados a algumas dellas muitos insectos que cobri com vidros para os abrigar; e nenhum dos guardas que estavam a bordo me pareceu reflectir sobre as plantas, que elles olhãõ como cousa de mera curiosidade, e isto apezar das ordens que me dizem haver prohibido strictamente sua exportação<sup>178</sup>.”

É importante notar que as únicas informações consistentes sobre a cochonilha no conjunto das cartas enviadas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho são de dois tipos: os obstáculos para obter os exemplares da planta e do inseto, até mesmo porque não havia conexão direta com o México a partir de Filadélfia, e o fato de que, obtidos os espécimes, estes permaneceram nos Estados Unidos por muito tempo, não suportando o frio rigoroso daquele final de outono. A intenção que Hipólito manifestou em sua correspondência era a de obter autorização para enviar os exemplares diretamente para o Brasil, mas só teria recebido esta aprovação na segunda quinzena de novembro. Nada disto aparece em seu diário, que menciona apenas as dificuldades para entrar em território espanhol. O relato silencia sobre a vinda da cochonilha e sobre a perda dos espécimes, o que não significa que isto não tenha ocorrido. Já a viagem para territórios da Espanha neste período seria impraticável, como já mencionado aqui.

O que o diário mostra: o fato de que seu autor teve a oportunidade de observar várias espécies da planta da cochonilha no horto de um amigo naturalista de Filadélfia, “um sábio muito apaixonado de botânica” ou “um curioso de botânica”, como ele definiu “Mr. Hamilton”<sup>179</sup>, já em fevereiro de 1799. Este botânico é um dos personagens mais importantes do diário e se destaca no texto particularmente após o retorno de Hipólito à Pensilvânia. Nesta altura, no dia 24 de novembro, Hamilton também forneceu

---

<sup>178</sup>“Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”, pp. 362-3 (grifo do autor).

<sup>179</sup> *Diário da minha Viagem...*, pp. 66; 68. Segundo Mecenas Dourado, tratava-se do naturalista William Hamilton. Ver obra citada, t. 1, p. 59. Em sua correspondência com D. Rodrigo, Hipólito de fato se refere a “W. Hamilton”.

informações relevantes sobre o principal objeto de sua viagem à América do Norte: “Jantei com Hamilton, onde obtive notícia da cochonilha, que escrevi, etc.”<sup>180</sup>”

As características da espécie utilizada no México (*cactus opuntia*), bem como a região em que era cultivada e as técnicas de manejo desta cultura Hipólito obteve ainda por meio de outras fontes impressas<sup>181</sup> e diferentes pessoas que conheceu em Filadélfia, entre elas um homem que identificou como um almirante espanhol, com o nome de “Mr. Donald”<sup>182</sup>.

Cotejar os documentos da viagem permite perceber outras inconsistências, mas o fato importante a destacar é que há um jogo de máscaras aqui. Os disfarces que Hipólito da Costa exhibe para um público possivelmente mais amplo parecem encobrir outros ainda, destinados a um círculo seguramente mais restrito, embora esta cobertura não seja perfeita e apareçam transparências em alguns pontos.

Ora, suas anotações pessoais também fariam parte deste jogo? Sonegar informação no diário é em boa parte involuntário, pois o autor escrevia para si mesmo, mas em várias situações sua escrita parece contida ora pelo decoro ora pela intenção clara de omitir nomes, fatos, opiniões, relacionamentos. Exemplo disto é que não menciona sua filiação à maçonaria, acontecimento de grande importância já no período em que esteve nos Estados Unidos. No entanto, suas tentativas de camuflar escolhas e preferências eram por vezes bastante ingênuas ou motivadas por algo que nos escapa:

---

<sup>180</sup> O botânico também emprestou a Hipólito uma obra sobre a cochonilha: “*Letters to sir Joseph Banks Baronet, President of the Royal Society on the subject of coxinnical insects, discovered at Madras by James Anderson M. D.*, etc. Madras, 1788.” *Diário da minha Viagem...*, pp. 152-3.

<sup>181</sup> Existem no diário informações detalhadas sobre o *cactus opuntia* e o inseto da cochonilha, transcritas de um catálogo de John Bartram, onde aparece como “*Bartram’s* p. 163”. Idem. p. 119. O encontro com o filho de John Bartram, também naturalista e que possuía o nome do pai, é muito significativo e será comentado mais adiante.

<sup>182</sup> Idem. p. 152. Os métodos utilizados por Hipólito da Costa para recolher e realizar a crítica das informações às quais teve acesso serão focalizados no terceiro capítulo desta dissertação.

“Na *Aurora*, de Filadélfia, de hoje, vinha uma publicação das *lodges* dos franco-maçons que cortei e guardei como curiosas...<sup>183</sup>”

Esta e outras tentativas de escamotear suas relações com os pedreiros livres muito provavelmente estavam relacionadas ao temor de que, por algum motivo, seus escritos pudessem se tornar acessíveis a outras (quaisquer) pessoas. Receios deste tipo encontram correspondência em documentos da época. Ao que parece, entre os portugueses havia a crença, justificada ou não, de que qualquer correspondência poderia ser violada<sup>184</sup>. No estudo já citado aqui, Marco Morel também nota que o diário de Hipólito não apresenta “confissões nem comentários mais ousados, até porque o ato de escrever, ainda que manuscrito, podia ser perigoso num quadro de controle absolutista como em Portugal.<sup>185</sup>”

Entretanto, é preciso estar atento para identificar em que momentos o autor intencionalmente omite experiências e dissimula seus passos na América independente.

---

<sup>183</sup> Apontamento do dia 19 de abril de 1799, quando Hipólito já estava a caminho de Nova York. *Diário da minha Viagem...*, p. 85 (reticências transcritas do original). Nesta altura, de acordo com a data de filiação fornecida por Mecenas Dourado, 12 de março de 1799, Hipólito já havia sido admitido à ordem. Mecenas não pôde documentar esta informação, como já mencionado aqui. Neste caso, porém, o apoio de documentos não é estritamente necessário. Os registros do diário indicam que, ao sair de Filadélfia, Hipólito já sabia a quem procurar em Nova York. Estes contatos eram membros da maçonaria, como se verá. De todo modo, ele não tinha necessidade alguma de escrever que recortou e guardou informações sobre as lojas existentes nos Estados Unidos. Por que teria deixado esta anotação em seu diário e escrito que foi guiado pela curiosidade?

<sup>184</sup> Era o que acreditava Luiz dos Santos Marrocos, funcionário da Real Biblioteca, no Rio de Janeiro. Em sua correspondência pessoal, ele recomendava ao seu pai em Lisboa jamais tocar em determinados assuntos quando não tivesse um portador para enviar suas cartas. Ele fazia o mesmo: recém-chegado à nova terra, em outubro de 1811, já avisava que enviaria suas “cartas mais gordas”, escritas “com mais largueza e vagar”, por meio de um intermediário, “por causa de seu importe, e segurança; ainda q. pelo Correio sempre escreverei a m.<sup>a</sup> Carticula.” Muito mais interessante era a importância que Marrocos atribuía a si mesmo e aos seus negócios particulares. Ou será que seus temores eram justificados de fato? Ele chegou a combinar com seu pai a escrita de cartas próprias para serem lidas por outras pessoas: eram o que ele chamou de cartas “*selectas*”. A idéia era deixar estas correspondências, “como por acaso”, sobre sua mesa, “na Sala em q. trabalho.” Ao dar conta de que este artifício já estava funcionando, escreveu ele: “É m.to bom que V. M.ce vá continuando: porem mais de espaço, por não virem com datas tão próximas huas ás outras (bem entendido q. eu fallo das d.<sup>s</sup> *selectas*): se lhe parecer, misture as notícias bellicas com algumas místicas, como alguma Função de Igreja, Procissão, E, cousa q. cheire a murmuração, nada; e pelo contrário, venha hum ressaibo de erudição política nos seus vastos ramos; formando-se assim hum lindo ramalhete.” Cabe notar que Marrocos era na época um simples ajudante de bibliotecário. (Os grifos são do autor.) Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LVI, pp. 40; 88. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1939.

<sup>185</sup> Morel, Marco. “Entre estrela e satélite”. op. cit., p. 277 n.

Isto porque registros significativos como estes aparecem uma única vez em todo o relato.

“27 – 3ª feira. Não teve, etc .....  
28 – 4ª feira .....<sup>186,</sup>

E agora chegamos ao ponto que de fato interessa abordar: as relações muito próximas de Hipólito da Costa com pessoas cuja companhia seria pouco louvável para um súdito leal da Coroa portuguesa. Muito provavelmente não foi por constrangimento ou motivos de foro íntimo, como a passagem acima talvez leve a suspeitar<sup>187</sup>, que ele teria mascarado seu livre trânsito nestes círculos, em que não teria bons motivos para figurar.

### **Quase uma guerra**

Quando Hipólito da Costa chegou a Filadélfia, os Estados Unidos atravessavam uma crise política e institucional de grandes proporções: pouco antes, entre os meses de junho e julho de 1798, o partido federalista do presidente John Adams, majoritário no Congresso, havia aprovado as chamadas Leis de Estrangeiros e de Sedição (*Alien and Sedition Acts*), que restringiam a liberdade de imprensa, aumentavam de cinco para 14 anos o tempo necessário de residência no país para a obtenção da cidadania norte-americana e autorizavam a prisão e deportação de estrangeiros “perigosos para a paz e para a segurança dos Estados Unidos.”<sup>188</sup>

<sup>186</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 126.

<sup>187</sup> Maria Helena Machado analisa o tema do decoro em escritos pessoais ao analisar um interessante manuscrito do século XIX, em formato de diário, da autoria de José Vieira Couto de Magalhães. *Diário Íntimo*. Maria Helena P. T. Machado (org.). São Paulo: Cia das Letras, 1998. Ver especialmente as páginas 34-42.

<sup>188</sup> As Leis de Estrangeiros e de Sedição incluíam: a *Lei de Naturalização*, sancionada em 18 de junho; a *Lei dos Estrangeiros*, de 25 de junho; a *Lei dos Inimigos Estrangeiros*, de 6 de julho; e a *Lei de Sedição*,



Esta legislação estava sendo questionada pelas Resoluções do Kentucky, redigidas pelo vice-presidente Thomas Jefferson, líder do partido republicano democrata<sup>189</sup>, e pelas Resoluções da Virgínia, escritas por seu correligionário James Madison. A primeira sessão do legislativo estadual que sancionou as Resoluções do Kentucky havia ocorrido no dia 16 de novembro de 1798. As Resoluções da Virgínia seriam sancionadas no dia 24 de dezembro daquele ano, quando Hipólito já se encontrava nos Estados Unidos.

De acordo com estas resoluções, a Lei de Sedição, que instituía penas de multa e até dois anos de prisão para pessoas que divulgassem escritos “falsos, escandalosos e maldosos” sobre o governo ou seus funcionários, não era “lei”, mas sim “de todo nula e sem efeito”. O motivo era que a Primeira Emenda à Constituição, ratificada em 1791, determinava expressamente que o Congresso não poderia propor ou aprovar leis que cerceassem “a liberdade de expressão ou de imprensa.”<sup>190</sup>

As leis que autorizavam a prisão e deportação de estrangeiros seriam igualmente nulas, segundo as Resoluções do Kentucky, pois a União não tinha poderes para legislar nesta matéria: “Toda vez que o governo geral se arroga poderes não delegados, suas leis são desautorizadas, írritas e nulas”, pois o “poder de criar, definir e punir” crimes não previstos pela Constituição estava “reservado aos respectivos Estados”, e por direito lhes pertencia “única e exclusivamente.” Ao protestar contra as “infrações palpáveis e alarmantes da Constituição”, configuradas nas Leis de Estrangeiros e de Sedição, as Resoluções da Virgínia sustentavam que cabia aos Estados “defender a Constituição dos Estados Unidos contra toda e qualquer agressão, externa ou interna.”<sup>191</sup>

---

de 14 de julho de 1798. Cf. Syrett, Harold C. (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 116.

<sup>189</sup> O partido federalista e o partido republicano democrata, que disputavam a hegemonia na virada do século XIX, não têm correspondência com os partidos existentes hoje nos Estados Unidos.

<sup>190</sup> “Resoluções de Kentucky e da Virgínia”. Id. ib. pp. 116-7.

<sup>191</sup> Cf. Harold C. Syrett. op. cit., pp. 116-8.

A conjuntura era de fato explosiva. O que estava em jogo: dois projetos bastante distintos para a jovem nação norte-americana. Em síntese, os federalistas defendiam o fortalecimento da União, a expansão de suas atribuições e a constituição de forças armadas permanentes, o que também implicava a instituição de novos impostos. Já os republicanos pregavam o autogoverno e defendiam a autonomia das unidades que formavam a federação. Era especialmente devido à centralização do poder político que viria em sua esteira que os republicanos combatiam a instituição de novos impostos e a formação de um exército permanente.

O violento embate entre fortalecimento da União e autonomia dos Estados tinha como pano de fundo a oposição entre os interesses do grande capital comercial, sediado na Nova Inglaterra e nos Estados do Atlântico Central, e os ideais de uma nação orientada para a agricultura e auto-suficiência de sua indústria doméstica, o que, por outro lado, também contemplava o modelo de *plantation* nos Estados do sul<sup>192</sup>. Daí os federalistas serem hegemônicos no norte e os republicanos, no sul.

A disputa política era mais acirrada nos Estados do Atlântico Central, especialmente na Pensilvânia e na capital Filadélfia, onde os republicanos possuíam bases sociais importantes. Embora minoritário na Nova Inglaterra, o partido também atraía artesãos, trabalhadores e emigrados nas grandes cidades do norte, bem como agricultores e lavradores pobres nas frentes pioneiras do oeste. Curiosamente, seriam os chamados *jeffersonians* os mais árdios defensores das liberdades e garantias individuais, bem como de valores ou conceitos muito caros ao pequeno produtor norte-

---

<sup>192</sup> Cf. Smith, Jeffery A. *Franklin & Bache. Envisioning the Enlightened Republic*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990, pp. 21-4; 91; 119-22; Tagg, James. *op. cit.*, pp. 136-7; 205-6; 230-1. Também Jefferson, Thomas. *Escritos Políticos*. São Paulo: Ibrasa, 1964, pp. 40-4; 90-2; 120-35; 147-55; Hamilton, Alexander; Madison, James; Jay, John. *O Federalista*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1973, pp. 93-123; 159-66; 173-84.

americano: a supremacia do trabalho útil, a idéia de competência, a austeridade moral, a ausência de privilégios<sup>193</sup>.

A composição entre radicais do norte e escravistas do sul parece insólita, mas o fato é que as alianças políticas em âmbito nacional eram em larga medida determinadas pelas rivalidades locais. Os opositores dos federalistas no norte se aliavam aos republicanos e vice-versa. Acresce que no Atlântico Central e na Nova Inglaterra, onde a escravidão era uma instituição já frágil, os republicanos também defendiam a legislação abolicionista<sup>194</sup>.

O estopim da crise ou “*quasi war*” dos anos 1790 foi o Tratado Jay (*Jay Treat*), assim chamado por ter sido negociado em Londres pelo presidente do Supremo Tribunal, John Jay. Assinado em 1795, o acordo selou uma reaproximação do governo de George Washington com a Inglaterra, mas foi duramente criticado pela oposição republicana, que considerou suas disposições humilhantes para os Estados Unidos. O Tratado Jay definiu a linha divisória entre federalistas e republicanos no jogo doméstico, mas devia-se a uma conjuntura externa bastante desfavorável: a guerra contra a França revolucionária então em curso na Europa. Era consenso entre os líderes de todas as tendências que os Estados Unidos deveriam se manter neutros nesta disputa. Contudo, se a neutralidade proclamada por George Washington favorecia o florescente comércio norte-americano, era valiosa também para os franceses, que estavam sendo estrangulados pelo bloqueio britânico<sup>195</sup>.

A Inglaterra partiu para a ofensiva: sua marinha de guerra passou a apreender navios mercantes norte-americanos que negociavam com a França ou com as Antilhas

---

<sup>193</sup> Cf. Schultz, Ronald. “The small-producer tradition and the moral origins of artisan radicalism in Philadelphia, 1720-1810”. *Past and Present*, nº 127 (May, 1990), pp. 87-9.

<sup>194</sup> Cf. Blackburn, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial. 1776-1848*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, pp. 289-294.

<sup>195</sup> Cf. Sellers, Charles, May, Henry, McMillan Neil R. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos. De colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, pp. 98-100.

francesas. Marinheiros eram capturados pelos ingleses sob a alegação de que continuavam sendo súditos britânicos, pois teriam emigrado após a independência dos Estados Unidos, não obstante as leis de naturalização vigentes no país<sup>196</sup>.

O rompimento não interessava ao governo de Washington. Especialmente não era bem-vindo ao secretário do Tesouro, Alexander Hamilton, e seus seguidores no partido federalista. A política financeira de Hamilton dependia das receitas advindas do grande comércio com a Inglaterra e sua sustentação interna também residia no grande capital comercial, cujos interesses estavam imbricados com os negócios britânicos. Entre as disposições aprovadas por John Jay que mais despertaram o furor da oposição republicana estavam o pagamento pelos Estados Unidos de dívidas contraídas por cidadãos norte-americanos junto a comerciantes britânicos e a aceitação das definições restritivas estabelecidas pela Inglaterra sobre os direitos dos países neutros no comércio internacional.

Reagindo ao novo tratado com a Inglaterra, a França respondeu com o rompimento da aliança franco-americana, ainda vigente, e declarou que as embarcações norte-americanas receberiam doravante o mesmo tratamento oferecido aos neutros pelos ingleses. Isto significava na prática que qualquer navio surpreendido transportando mercadorias britânicas ou gêneros a serem comerciados com a Inglaterra poderia ser capturado.

A disposição dos franceses para a retaliação aumentou com a demissão do republicano James Monroe, então ministro dos Estados Unidos em Paris. O motivo alegado para o afastamento de Monroe foi ter permitido a publicação de uma carta em que criticava o Tratado Jay, mas as articulações que vinha promovendo entre membros do Diretório e líderes de associações radicais sediadas na Pensilvânia eram conhecidas

---

<sup>196</sup> Cf. Tagg, James. op. cit., p. 313.

pelo secretário de Estado Timothy Pickering. Em seu lugar, Pickering enviou o federalista e pró-britânico Charles Cotesworth Pinckney, que sequer foi recebido pelo governo francês<sup>197</sup>.

Já presidente em 1797, o moderado John Adams realizava esforços em favor de um acordo que pusesse termo às agressões em alto-mar, mas muitos membros de seu partido pareciam trabalhar para acirrar ainda mais o conflito. Enquanto Adams mantinha uma porta aberta para a negociação, seu governo também se preparava para um enfrentamento armado de grandes proporções: medidas como armar a marinha mercante norte-americana, reforçar as milícias, desenvolver uma marinha de guerra e formar um exército permanente foram sugeridas nos primeiros meses de seu governo, quando membros importantes do gabinete, especialmente Pickering e o secretário do Tesouro Oliver Wolcott, já consideravam a guerra inevitável.

As tentativas de acordo falharam por vários motivos, entre eles a indisposição dos federalistas de enviar para as negociações homens que tivessem empatia com a França. O gabinete de Adams ameaçou renunciar se o virginiano James Madison fosse incluído entre os três enviados para a missão diplomática em Paris. Entre os homens escolhidos para integrar esta comissão estava justamente Charles Pinckney, a quem os franceses tinham se recusado a receber um ano antes<sup>198</sup>.

Sob pressão do Congresso, em abril de 1798, o governo publicou 1 200 cópias dos despachos enviados da França pela comissão. Pressionando pela divulgação dos informes, os republicanos não imaginavam o conteúdo explosivo que eles continham. Tratava-se das exigências do governo francês para simplesmente receber os enviados norte-americanos: um empréstimo do governo de John Adams para sustentar o esforço

---

<sup>197</sup> Cf. Bric, Maurice J. "The United Irishmen, international republicanism and the definition of the polity in the United States of America. 1791-1800". *Proceedings of the Royal Irish Academy*, vol. 104C, n° 4, (2004), pp. 85; 91; 94. Também Tagg, James. op. cit., pp. 315; 326.

<sup>198</sup> Id. ibid. pp. 318-20.

de guerra contra a Inglaterra e ainda um suborno aos membros do Diretório, que deveria ser entregue ao ministro dos negócios estrangeiros, Charles Maurice de Talleyrand. O episódio ficou conhecido como “Caso XYZ” (*XYZ Affair*), porque estas letras foram utilizadas para designar os agentes que apresentaram as reivindicações da França aos enviados norte-americanos<sup>199</sup>.

Foi grande o alarido em torno das cartas XYZ, mas a crise estava longe de atingir o seu ápice. A imprensa repercutia o alarme e amplificava o volume: a ordem do dia entre os jornalistas comprometidos com o partido federalista era atacar os “inimigos internos”, fazendo coro à campanha que vinha sendo desenvolvida no Congresso contra a participação de emigrados na vida política do país. O risco representado por essa população de “traidores domésticos”, disposta a se unir a uma nação inimiga para “subjugar os Estados Unidos” não era pequeno nos discursos governistas: uma verdadeira “multidão de espões” se espalhava por todo o país, promovendo um ataque sem tréguas às “nossas liberdades”. Eram “irlandeses bárbaros” e “agentes do Diretório”, uma “horda de jacobinos”, “vagabundos”, “renegados” e “foras-da-lei”, cuja “perfídia” havia conjurado “uma conspiração internacional” para subverter “não apenas a Constituição dos Estados Unidos”, mas os mais caros “princípios do nosso sistema político.”<sup>200</sup>

Por sua vez, os republicanos denunciavam incessantemente o perfil “aristocrático” dos federalistas, seus anseios “monárquicos” e antidemocráticos, sua política econômica orientada para a especulação financeira e sua não menos grave conivência com as pretensões da Inglaterra, cujos objetivos não seriam outros senão

---

<sup>199</sup> Richard N. Rosenfeld reproduz as principais notícias publicadas pela *Aurora General Advertiser* e pelas gazetas federalistas de Filadélfia, de 1º de março de 1798, início da fase mais aguda da crise, a 4 de março de 1801, quando Thomas Jefferson assumiu a presidência na nova capital, Washington. Rosenfeld, Richard N. *American Aurora. A democratic-republican returns: the suppressed history of our nation's beginnings and the heroic newspaper that tried to report it*. New York: St Martin's Press, 1997. Sobre a divulgação das cartas XYZ, ver páginas 68-9. Também Tagg, James na obra citada, pp. 333; 336-8.

<sup>200</sup> Cf. Bric, Maurice J. op. cit., pp. 90-102.

“recolonizar” os Estados Unidos. Em sua defesa de uma reaproximação com o Diretório, sustentavam que a França republicana era uma aliada estratégica para assegurar a soberania da nação norte-americana, então seriamente ameaçada por governantes que, em sua opinião, estavam reconduzindo o país à antiga órbita do “despotismo britânico.”<sup>201</sup>

Os *jeffersonians* tampouco se furtavam a ataques pessoais: o presidente era com frequência chamado de “velho”, “cego”, “careca”, “desdentado Adams” ou simplesmente “*His Rotundity*” (“Sua Redondeza”), em dupla alusão à corpulência de sua figura e ao título de “*His Highness*” (“Sua Alteza”), que ele havia proposto para o primeiro mandatário da nação, quando presidia o Senado, em 1789. O título que Adams defendeu na época para uso do presidente da república era “*His Highness the President of the U.S. and protector of their liberties*”, mas como a Casa dos Representantes rejeitou a idéia, nenhuma legislação a respeito de títulos honoríficos foi adotada pelo Congresso<sup>202</sup>.

Neste quadro de aguda polarização entre as duas facções e crescente radicalização do processo político, os principais protagonistas eram a *Aurora General Advertiser*, linha de frente do partido republicano, publicada por Benjamin Franklin Bache, e a *Gazette of the United States*, líder da imprensa federalista, dirigida por John Ward Fenno. O jornal de Fenno era seguido de perto em popularidade pela *Porcupine’s Gazette*, publicada por um inglês emigrado, William Cobbett, que usava o pseudônimo “Peter Porcupine”. A *Aurora* e as duas gazetas federalistas tinham sede em Filadélfia e seu noticiário nacional era reproduzido por jornais com a mesma filiação político-partidária em todo o país.

---

<sup>201</sup> Cf. Smith, Jeffery A. op. cit., pp. 116-7; 127.

<sup>202</sup> Id. ib. p. 154. Também Rosenfeld, Richard N. op. cit., pp. 3; 45; 488-9; 732; 839.

Por que Hipólito da Costa afirmou a D. Rodrigo de Sousa Coutinho que a *Gazette of the United States* se dizia “um jornal do governo”? Era quase um órgão oficial do partido federalista. John Fenno, um ex-negociante de Boston, era amigo pessoal do presidente, e havia recebido apoio financeiro de Alexander Hamilton para sustentar seu jornal, sem contar a “parte de Leão” que abocanhara dos impressos do Tesouro e do Senado<sup>203</sup>.

Na contramão, não há dúvida de que a *Aurora* era o principal alvo da Lei de Sedição. No centro da rápida manobra dos federalistas para aprovar esta legislação estavam dois fatos novos e importantes. O primeiro deles ficou conhecido como a “missão Logan”: no dia 12 de junho, o quacre George Logan havia embarcado para Paris, com o objetivo pessoal de negociar uma solução para o conflito. Tratava-se de uma missão de paz, mas privada e, em princípio, secreta. Dr. Logan, um fisiocrata que havia estudado na Universidade de Edimburgo, era membro da Sociedade Democrática da Pensilvânia, havia sido amigo de Benjamin Franklin e exercia grande influência sobre seu neto, Franklin Bache. Levava na bagagem uma carta de recomendação de Thomas Jefferson<sup>204</sup>.

O segundo acontecimento instrumentalizado pelos federalistas foi a publicação de um novo documento dirigido aos enviados norte-americanos em Paris: a célebre carta de Talleyrand. O documento de caráter reservado sugeria que os Estados Unidos não tiveram com a França a mesma disposição conciliatória que haviam demonstrado com a Inglaterra, denunciava os ataques desferidos pela imprensa federalista e, sobretudo, culpava a administração de John Adams pela crise entre os dois países. Em síntese, eram argumentos que Franklin Bache vinha defendendo desde o início do conflito. A

---

<sup>203</sup> Cf. Smith, Jeffery, A. op. cit., pp. 108-9; 119; Rosenfeld, Richard N. op. cit., pp. 23-5.

<sup>204</sup> Cf. Tagg, James. op. cit., pp. 208; 211; 368. No dia 30 de Janeiro de 1799, John Adams assinou a Lei Logan (*Logan Act*), punindo iniciativas semelhantes com multa de no máximo 5 mil dólares e prisão de no mínimo seis meses e no máximo três anos. O texto da lei é reproduzido por Richard Rosenfeld na obra citada., p. 579. Ver também páginas 55; 139; 147.



novidade residia na data em que esta carta foi publicada na *Aurora*: 16 de junho de 1798, dois dias antes que o Departamento de Estado e o Congresso tivessem acesso às cópias do documento. Era a oportunidade que os federalistas esperavam para denunciar que o diretor da *Aurora* estaria em comunicação direta com Talleyrand e seria de fato um “agente contratado pelo Diretório”, do qual teria recebido ordens para publicar a carta do ministro.

Mas a nova legislação ainda não havia sido aprovada pelo Congresso quando o jornalista teve sua prisão decretada por um juiz de Filadélfia, em 26 de junho de 1798. As votações da Lei de Sedição ocorreram nos dias 4 e 5 de julho e a assinatura do presidente Adams, no dia 14 de julho de 1798. Os advogados de Bache questionaram a legalidade do processo sob a chamada “*commom law*”, mas seus inimigos políticos acreditavam que era o fim da linha para a *Aurora*: o jornal estava falido e cheio de dívidas, de tal forma que não iria longe com a condenação de seu diretor, que eles tinham como praticamente certa. O julgamento havia sido marcado para outubro, mas Bache faleceu antes, em 10 de setembro de 1798, vítima da epidemia de febre amarela, que naquele ano matou mais de 3 mil e 500 pessoas em Filadélfia. Tinha 29 anos de idade<sup>205</sup>.

Brigas de rua e mesmo atentados ocorriam desde a radicalização do conflito com a França, mas nesta altura os federalistas já recrutavam voluntários para uma milícia privada e os republicanos, temendo retaliações, consideravam conveniente o auxílio das armas para defender a sua integridade física e as suas propriedades<sup>206</sup>. Um editorial publicado pela *Porcupine's Gazette*, em 10 de novembro de 1798, permite recuperar o tom utilizado pelos governistas em seus jornais de primeira linha.

---

<sup>205</sup> Cf. Tagg, James. op. cit., pp. 342; 371; 377-8; 386-8; 396.

<sup>206</sup> Id. Ibid. pp. 376-7; Rosenfeld, Richard N. op. cit., p. 54.

“A crise avança. A facção dos renegados, devotados à França... tem 50 mil homens armados na Pensilvânia. Se medidas enérgicas não forem adotadas, se o exército provisório não for recrutado sem demora, UMA GUERRA CIVIL, OU A RENÚNCIA DE NOSSA INDEPENDÊNCIA, ESTÁ A NÃO MAIS DO QUE 12 MESES DE DISTÂNCIA... Os partidários da França estão unidos numa só corrente, da Geórgia a N. Hampshire. O despudor sedicioso das Sociedades Democráticas deu lugar ao obscuro e silencioso sistema de traição organizada e massacre, importado pelos *UNITED IRISHMEN*... E os falsos amigos da América ainda não começaram a agir.”<sup>207</sup>

Este clima de histeria ainda estava presente quando Hipólito da Costa chegou a Filadélfia, praticamente um mês depois, em 13 de dezembro de 1798. Alguns dias mais tarde, a 19 de dezembro, John Fenno declarava em sua *Gazette of the United States*: “Nosso governo tem a obrigação moral de DECLARAR GUERRA à França...”<sup>208</sup> Mas enquanto a imprensa federalista mantinha o tom estridente e a retórica de alerta máximo contra irlandeses radicais e supostos invasores franceses, tumultos ocorriam em vários condados no interior da Pensilvânia, onde a população resistia aos impostos instituídos para subsidiar o esforço de guerra, e milhares de pessoas em todo o país assinavam petições contra as Leis de Estrangeiros e de Sedição<sup>209</sup>. O jornalista irlandês Matthew Lyon, deputado pelo Estado de Vermont e primeiro republicano condenado com base na

---

<sup>207</sup> Tradução livre para: “Now the crisis is advancing. The abandoned faction, devoted to France... have fifty thousand men, provided with arms, in Pennsylvania. If vigorous measures are not taken; if the provisional army is not raised without delay, A CIVIL WAR, OR A SURRENDER OF INDEPENDENCE, IS NOT AT MORE THAN A TWELVE MONTH’S DISTANCE... The partisans of France are linked together in one chain, from Georgia to N. Hampshire. The seditious impudence of the Democratic Societies has given place to the dark and silent system of organized treason and massacre, imported by the UNITED IRISHMEN... And yet the pretended friends of America are asleep... Porcupine’s Gazette, November 10, 1798. Ver Richard N. Rosenfeld. p. 534 (Reticências do original). A sociedade dos United Irishmen surgiu no início dos anos 1790 como um grupo majoritariamente reformista, reunindo católicos romanos e seitas dissidentes do protestantismo na Irlanda. Porém, com a sucessão de medidas repressivas adotadas pela monarquia britânica, a luta pela independência em poucos anos passaria a integrar a linha de frente de seu programa político. Sua direção se encontrava no exílio, em Filadélfia, desde 1794, quando a sociedade foi obrigada a entrar na clandestinidade. Nos Estados Unidos, os United Irishmen atuavam livremente, possuindo comitês nos Estados de Pensilvânia, Delaware, Maryland e Nova York. Na Europa, tinham conexões em Edimburgo, Londres, Hamburgo e Paris. Segundo Maurice Bric, James Monroe foi um dos principais contatos da organização na França, no período em que esteve à frente da representação norte-americana. Bric, Maurice J. op. cit., pp. 82; 85; 91. Também Durey, Michael. “Thomas Paine’s apostles: radical émigrés and the triumph of jeffersonian republicanism”. *The William and Mary Quaterly*, 3<sup>rd</sup> Ser., Vol. 44, nº 4 (Oct., 1987), pp. 666-7.

<sup>208</sup> Tradução livre para: “Our government is under a moral obligation to DECLARE WAR against France...” *Gazette of the United States*, December 19, 1798. Ver Rosenfeld, Richard N. op. cit., p. 555. (Reticências do original)

<sup>209</sup> Id. ib. As últimas semanas de 1798 e os meses de janeiro, fevereiro e março de 1799 encontram-se nas páginas 554-614.

nova legislação, havia sido reeleito para sua cadeira no Congresso com uma votação espetacular, embora estivesse na prisão<sup>210</sup>.

As agressões em alto-mar continuaram durante o ano de 1799 e navios norte-americanos passaram a apreender embarcações francesas nas Índias Ocidentais. Entretanto, as questões que de fato dividiam os norte-americanos passavam ao largo de um conflito externo. Era o caso da concessão de cidadania a imigrantes. O problema era que os cidadãos votavam e podiam ser eleitos. Como os emigrados gravitavam naturalmente em torno do partido republicano, os federalistas já há algum tempo haviam percebido que era preciso conter a força deste contingente eleitoral.

Do mesmo modo, o ódio que ganhava corpo entre as duas facções já não dependia de fatores externos para se desenvolver. Após vários atos de violência praticados no interior da Pensilvânia pelas novas tropas do governo federal e um grave atentado contra a direção do jornal *Aurora*, grupos armados de republicanos e federalistas patrulhavam diariamente as ruas de Filadélfia. A exemplo de seus opositores, logo os *jeffersonians* também formariam uma companhia privada de milicianos na capital federal<sup>211</sup>.

Ao longo de 1799, período coberto pelos registros do *Diário da minha Viagem para Filadélfia*, os dois partidos apostaram todas as suas fichas no combate político: devido à proximidade das eleições presidenciais, o foco se dirigia particularmente para as disputas eleitorais que ocorreriam em Nova York e Pensilvânia, já que os votos dos Estados centrais definiriam para que lado iria pender o Colégio Eleitoral em 1800<sup>212</sup>.

Mas se a crise ecoa em várias passagens do diário de Hipólito da Costa, aqui, paradoxalmente, quase tudo se passa como se nada atípico estivesse ocorrendo no país. Nas raras passagens em que os acontecimentos políticos invadem a cena, seu impacto é

---

<sup>210</sup> Rosenfeld, Richard N. pp. 526-7; 560; 564.

<sup>211</sup> Id. ib. op. cit., pp. 605-6; 620-5; 628-36; 641-3; 647.

<sup>212</sup> Id. ib. pp. 602; 643.

velado ou a posição do autor, indiscernível. Identificar seu posicionamento no texto somente é possível desvendando os mecanismos por meio dos quais sua escrita opera e associando os elementos fragmentários que ela oferece. Isto implica recortar o texto sob dois enfoques distintos: de um lado, demonstrar que o autor deliberadamente sonegou informação a respeito dos fatos que estava testemunhando e, de outro, conjugar os fragmentos que evidenciam o campo mental em que ele estava inserido. Alguns dos elementos que delimitam este campo podem ser localizados nas impressões que ele deixou sobre a vida nos Estados Unidos. É pertinente começar daqui, pois estas representações não apenas compõem o cenário em que o personagem se movimenta, mas revelam claramente e, por si só, as suas inclinações políticas.

### **A limpeza sem riqueza ou uma linda “*quajeress*”**

A primeira descrição importante no diário de Hipólito da Costa aparece no dia 1º de janeiro de 1799, quando ele conheceu o presidente John Adams. A passagem merece ser transcrita na íntegra, pois, entre outros elementos, revela uma parcela da elite política dos Estados Unidos, sob a ótica de um estrangeiro formado no Antigo Regime e ainda não habituado aos costumes dos norte-americanos.

“Hoje, fui apresentado pelo nosso Ministro ao Presidente dos Estados Unidos, John Adams. Ele, todas as terças-feiras, faz o seu *levee*, e hoje, era, além de dia de *levee*, dia de Ano-Bom, que aqui celebram muito. A casa constava de uma ante-sala, ou sala de espera, onde estavam dois criados de farda, e onde as pessoas entravam e deixavam os seus capotes (e alguns mesmo o chapéu). Havia, depois desta sala, mais duas, uma onde estava o Presidente, e outra, onde havia uma mesa com ponche, vinho e uns bolos, doces, que todas as pessoas eram obrigadas a provar, segundo a etiqueta, e que alguns comiam a fartar. O Presidente estava de pé, de casaca, espada e chapéu debaixo do braço, conversando com algumas pessoas que ali se achavam. Quando se entra, dirige-se a ele e se lhe faz um cumprimento; ele pega na mão, pergunta pela saúde e diz mais alguma coisa; a mim me perguntou que tal achava o seu país, depois disto, todas as pessoas

conversam umas com as outras, mesmo passeiam pela casa e o mesmo Presidente muda de lugar frequentemente, de modo que estão todos confundidos sem ordem ou arranjo de etiqueta. Os Senadores e pessoas mais qualificadas que entraram vinham uns de botas, outros sem pós nos cabelos, casacas velhas, quase todos, vieram a pé a maior parte; de sorte que, à exceção dos ministros estrangeiros, todo o resto respirava muito pouca civilização de maneiras polidas; à saída não se lhe fez [ao presidente] outro cumprimento, que uma vênha com a cabeça, a que ele correspondeu igualmente.<sup>213</sup>

Levando em conta o clima de franca hostilidade e os pesados insultos que vinham sendo trocados entre as partes, é bastante provável que neste “*levee*” (audiência) do presidente só houvesse membros do governo e de seu partido, além dos ministros estrangeiros. Eram “aristocratas”, segundo os *jeffersonians*, mas participavam de uma reunião social que lembra muito o atual coquetel, evento em que os convidados se relacionam horizontalmente e também mudam frequentemente de lugar. Por isso, mostravam-se “todos confundidos sem ordem ou arranjo de etiqueta”. O próprio John Adams, um “campeão dos reis, ordens e títulos”, segundo Franklin Bache<sup>214</sup>, se comportava entre eles como um simples convidado.

As impressões de Hipólito da Costa são consistentes com o status de “fidalgo” que ele possuía de fato, pois sua família já havia recebido brasão de nobreza. Viajava com um criado pessoal, o que também demonstra a condição social que possuía ou à qual aspirava. Entretanto, os juízos de valor negativos sobre a falta de polidez dos norte-americanos praticamente desaparecem no decorrer do texto. Mais curioso ainda é que representações associando a pobreza nos trajes e a falta de polidez nas maneiras a qualidades positivas relacionadas ao saber e à afabilidade já estão presentes nos primeiros apontamentos de seu diário. No dia seguinte, 2 de janeiro de 1799, ele visitou

<sup>213</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 54.

<sup>214</sup> “*This champion for kings, ranks, and titles is to be your president...*” *Aurora General Advertiser*, October 29, 1796. Richard N. Rosenfeld. op. cit., p. 237.

“o grande botânico que aqui há, John Bartram”, em sua “pequena herdade”, em Kingsessing, “5 milhas distante de Filadélfia.”<sup>215</sup>

“...achei em casa só sua filha que terá 15 anos, e que me recebeu ao pé do seu fogão, onde ela estava cosendo, e eu lhe disse que procurava seu pai. Respondeu-me, com toda a afabilidade, que esperasse por ele, pois não tardaria, e com efeito veio daí a meia-hora; neste espaço, conversou comigo em coisas de geografia, a que deu motivo um livro desta ciência, que vi sobre o fogão; passamos, depois, a falar sobre botânica, no que ela não era hóspede, pois que sabia nomes de muitas plantas e lhe aplicava o nome sistemático do Lineu, sobre cujo sistema também falou, com exatos, ainda que limitados, conhecimentos. Depois veio seu pai que tinha estado trabalhando e, quando eu esperava um cavalheiro, achei um pobre campônio muito mal vestido com um grande casacão, mas muito remendado, umas botas velhas do campo; com maneiras assaz grosseiras, inda que sumamente afáveis; e vinham com ele seus dois filhos, um de 12, e outro de 20 anos, que traziam às costas, cada um deles, a sua enxada, pois vinham do trabalho. Sentamo-nos todos ao redor do fogo, e como vi juntos quatro botânicos, com os rudes costumes do campo, mas com instrução suficiente, me demorei até à noite, passando com esta pequena família a melhor tarde que tenho passado na América. Mostrou Bartram os desenhos de plantas feitos pelo seu filho mais novo e por sua filha, que não só estavam muito bons, mas que eram de admirar em dois meninos que jamais saíram fora de sua cabana; mostrou-me o catálogo das plantas americanas que ele queria imprimir, etc.”<sup>216</sup>

John Bartram lembra o modelo de sábio “autodidata” ou “diletante” de que fala Vincenzo Ferrone<sup>217</sup> e que Hipólito da Costa evidentemente desconhecia. O que agradou ao jovem ilustrado foi encontrar “quatro botânicos” que possuíam “instrução suficiente”, mas o fato de ter se sentido tão à vontade entre eles (“passando com esta pequena família a melhor tarde que tenho passado na América”) provavelmente indica intimidade com um modo de vida não partilhado por pessoas de sua classe em Portugal,

<sup>215</sup> Em nota à margem, Hipólito escreveu: “É irmão do W. Bartram que compôs as viagens.” *Diário da minha Viagem...* pp. 54-5. Este John Bartram, de fato irmão de William, era filho e tinha o mesmo nome de um dos mais importantes botânicos norte-americanos do século XVIII, que também viveu em Kingsessing e havia falecido em 1777. As “viagens” de William Bartram a que Hipólito se referiu eram *Travels through North & South Carolina, Geórgia, East & West Florida*, obra publicada em 1791. Cf. Irmscher, Christoph. *The Poetics of Natural History. From John Bartram to William James*. New Brunswick/London: Rutgers University Press, 1999, pp. 5-6; 32.

<sup>216</sup> Nesta passagem do diário, Hipólito não forneceu uma informação importante, talvez porque não a possuísse na ocasião: os Bartram eram quacres. Por isso, a filha de John Bartram era instruída em botânica. A Sociedade dos Amigos acreditava que as mulheres tinham igual direito à instrução. Id. ib., pp. 6; 13; 64; 68.

<sup>217</sup> Ferrone, Vincenzo. “O homem de ciência” in Michel Vovelle (dir.). op. cit., p. 173.

o que na realidade não é de estranhar, levando em conta o ambiente em que ele nasceu e foi criado.

Outro aspecto interessante é que já aqui o texto trabalha com idéias em oposição ou contraponto, característica de estilo frequentemente utilizada pelo autor para representar a vida nos Estados Unidos: “Esperava um cavalheiro, achei um pobre campônio”; “com maneiras assaz grosseiras, inda que sumamente afáveis”; “com os rudes costumes do campo, mas com instrução suficiente”. Logo o autor iria introduzir nestas construções duas outras imagens: a ordem e a limpeza. Alguns dias depois de sua visita a John Bartram, ele conheceu o mercado de Filadélfia, construído na rua principal da cidade, já na época conhecida como Market Street. Suas impressões:

“O asseio é infinito, e o sossego no meio desta infinidade de gente é digno de nota. Não há outro guarda ou superintendência que dois oficiais, que servem para pesar aqueles artigos em que se supõem que o vendedor usou de dolo. A imensidade de carros, que vêm do campo com todas as provisões do mercado, param antes do mercado, na mesma rua, arrumando-se sem confusão alguma...”<sup>218</sup>”

Esta construção pode ser lida da seguinte maneira: “O asseio é infinito” e o sossego, “digno de nota”, *apesar* de não haver no mercado mais que “dois oficiais”, cuja função *não* é vigiar a “infinidade de gente” nem “arrumar” a “imensidade de carros” que param ali. Nesta passagem, a idéia de ordem está sendo conjugada ou contraposta à falta de policiamento, representação que logo voltaria a aparecer no texto.

“Hoje à noite, fui a um baile que se fez em honra do presidente, no teatro da cidade. As mesas, à ceia, não tinham criados para servir, não tinham pratos para se mudar; não havia garfos e facas senão de ferro; não se mudavam nem lavavam. A harmonia reinava por toda a parte, nada de descontentamento, nenhuma perturbação, nem inda fora, com as imensas carruagens que havia, criados, etc., se ouviam uma só bulha, apesar de não haver guardas absolutamente; mas este sossego é o caráter geral da Nação. O ministro de Portugal gozou das primeiras honras, depois do presidente. As gazetas

---

<sup>218</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 58.

atestam que é a maior função que aqui se tem feito, o que me dá a entender que nunca nos Estados Unidos se viu uma função brilhante.<sup>219,</sup>

Este foi o primeiro evento a que Hipólito compareceu após a audiência de John Adams. É de notar que a falta de polidez ainda aparece: há mesmo certo desdém pela pouca sofisticação dos norte-americanos. Contudo, os elementos que conotam “pouca civilização” já se mostram conjugados a uma ordem social que não requeria vigilância alguma. Estas impressões relacionadas ao conceito de ordem parecem muito influenciadas também pela representação que os norte-americanos faziam de si mesmos. Em várias passagens, o autor parece convencido de que os Estados Unidos eram uma Europa renovada, purificada dos vícios do Velho Mundo<sup>220</sup>. Mas por que ele teria ficado tão surpreso com “a harmonia que reinava em toda a parte”? E por que esperava especialmente “descontentamento” e “perturbação”, ao menos “inda fora”, nas ruas? Talvez por que o clima era de muita intranqüilidade e não havia harmonia alguma na capital dos Estados Unidos. Voltaremos a este tema.

Por ora, é importante observar que as representações referentes à ordem são muito reiteradas ao longo do texto, assim como o asseio dos norte-americanos. Há situações em que estas imagens – a ordem e a limpeza – se opõem a roupas velhas e remendadas, aspecto humilde, ambiente diminuto. O autor utilizava idéias em oposição provavelmente por se tratar de um recurso que dava conta de sua surpresa ou mesmo perplexidade. O que caracteriza este tipo de construção é justamente a singularidade da experiência que está sendo narrada. Esta singularidade também aparece na falta de um adjetivo apropriado para qualificar o asseio que ele viu no mercado. Escreveu “infinito”.

---

<sup>219</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 60.

<sup>220</sup> É interessante notar que franceses emigrados com os quais Hipólito iria se relacionar de perto ofereciam oposição frontal a este discurso, enumerando vários e graves defeitos de caráter que os norte-americanos supostamente possuíam ou afirmando que na América havia “mais vícios que em parte alguma”. É praticamente certo que estes interlocutores estivessem respondendo ao encantamento que, talvez ingenuamente, Hipólito estaria demonstrando em relação aos Estados Unidos. A polêmica dos franceses será focalizada mais adiante e também no quarto capítulo desta dissertação.



Mas como estas impressões são recorrentes no texto nem sempre aparecem em contraste. É o caso deste exemplo: “A Casa da Moeda aqui tem três janelas de frente; é de dois andares e terá 40 pés de fundo; sem grades de ferro nem segurança alguma.”<sup>221</sup>”

Contudo, sob este aspecto, a passagem mais significativa do relato talvez esteja na seqüência de fatos narrados do dia 24 ao dia 30 de janeiro de 1779. Neste trecho, duas visões de mundo radicalmente distintas se posicionam lado a lado. O autor talvez coteje estes elementos de modo involuntário, mas a seqüência dos registros, apontando vários dias em branco inclusive, sugere que em algum momento ele teria realizado mentalmente este tipo de operação.

“O seguinte artigo de uma gazeta é digno de nota: ‘*The Brothers Bickers inform the public that they are returned to their old professions of hatters, which they have habandoned to defend the liberty of their country*’<sup>222</sup>.’ (Nota: Eram dois capitães no Exército...).

25 – Aqui, usam sempre de cavalos nos carros, carretos, carrinhos, arados, etc.; porém, um instruído lavrador me disse que os bois faziam muito mais conta para estes misteres: 1º, porque se lhe aproveitava a carne e o couro; 2º, porque comiam menos e, por isso, a sua nutrição custa menos que a do cavalo; 3º, porque os arreios para os cavalos são muito dispendiosos; ao que fiz uma objeção: que os arreios aqui eram os mais simples possíveis<sup>223</sup>, mas ele me retorquiou com um cálculo que mostrou ser bem dispendioso o arreo de um cavalo na agricultura.

[...] 25 – Hoje, veio notícia que os negros de S. Domingos deram a morte a todos os brancos existentes na Ilha; apesar disso os franceses que aqui há e que tem lá mil parentes e relações deram um grande baile público. 30 – Hoje, estive em um bilhar francês eleito por subscrições, e talvez será o único bilhar público da cidade. O homem do bilhar e que faz também neve é um francês que foi coronel da cavalaria e que foi em São Domingos tão rico que ignorava o que era seu.<sup>224</sup>”

Na virada do século XIX, havia aproximadamente 45 mil franceses emigrados nos Estados Unidos, um terço deles composto por refugiados das revoltas de escravos

<sup>221</sup> *Diário da minha Viagem...* p. 65.

<sup>222</sup> Em tradução livre: “Os Irmãos Bickers informam ao público que retomaram sua antiga profissão de chapeleiros, que tinham abandonado para defender a liberdade de seu país.”

<sup>223</sup> Um mês antes, no dia 24 de dezembro, Hipólito havia anotado: “Os cavalos dos *leads* têm uns arreios tão simples que achei digno de nota, assim como os carros de acarretar pelas ruas, o que ambos desenhei (Cad. nº 1, nota G)”. *Diário da minha Viagem...* p. 52.

<sup>224</sup> *Idem*, pp. 62-3.

ocorridas em São Domingos a partir de 1791. Estes refugiados também formavam uma parte considerável da colônia de cinco mil franceses que viviam em Filadélfia na época. Em seus primeiros meses nos Estados Unidos, Hipólito da Costa conheceu vários deles, a quem procurava para obter informações sobre espécies de plantas cultivadas na ilha.

Na capital federal, as relações entre franceses da metrópole e refugiados das colônias podiam não ser hostis como em outras cidades norte-americanas<sup>225</sup>, mas os registros do diário indicam que estes dois grupos, embora estivessem em contato de alguma forma, não se confundiam e muito provavelmente não mantinham relações de proximidade.

Devido à importância de sua posição no relato, os franceses emigrados serão focalizados mais adiante, mas o que por ora cabe observar é o contraste entre dois universos aparentemente inconciliáveis: de um lado, o patriotismo, a austeridade, a dedicação ao trabalho ou mesmo o orgulho de exercer um ofício, ainda que modesto; de outro, o egoísmo, a mais estrita falta de sensibilidade e possivelmente o vício. (O texto afirma que aquele era talvez “o único bilhar” da cidade, indício de que este fato chamou a atenção do autor). Enquanto o primeiro agricultor pressionava no limite os custos de sua produção, o segundo se dava ao luxo de ignorar “o que era seu”. O texto sugere que este não foi um bom caminho. Afinal, fazer sorvete (neve) e administrar uma casa de bilhar não eram ocupações de que um militar de alta patente (um “coronel da cavalaria”) ou um homem tão rico pudesse se orgulhar.

---

<sup>225</sup> Allan Potofsky afirma que a comunidade de Filadélfia havia conseguido vencer a “hostilidade profunda” que, em outros locais dos Estados Unidos, caracterizava as relações entre franceses emigrados da metrópole e refugiados das colônias. Ali eles fundaram uma sociedade beneficente que atendia a destituídos dos dois grupos. Potofsky, Allan. “The ‘non-aligned status’ of french émigrés and refugees in Philadelphia, 1793-1798.” *Transatlantica*, 2006:2, *Révolution* [Enligne]. <http://transatlantica.revues.org/document1147.html>. (Acessado em 21/11/06)

As representações relacionadas à pobreza, simplicidade, afabilidade, trabalho, austeridade, ordem, limpeza vão se sucedendo e definindo contornos no texto até que, inesperadamente, o autor expresse de fato as suas inclinações.

“Aqui há um uso geral (com algumas exceções) de se não darem dotes, o que contribui muito para a igualdade das fortunas, visto que os bens paternos se devem dividir, segundo a lei, pelos filhos todos igualmente. A limpeza sem riqueza, nos vestidos das mulheres, é o mais nobre ornato; uma linda *quajeress*, com os seus simples vestidos brancos e sem pós nos cabelos, é superior a tudo o que a imaginação pode pintar de belo. As crianças nunca usam pós.<sup>226</sup>” “As senhoras da América não usam pedras preciosas, raras vezes vestidos de seda, nunca bordados; o uso geral (de verão e de inverno) é um vestido de musselina mais fino ou mais grosso, segundo as posses ou qualidade do dia, sempre muito lavado, e de uma brancura que desafia a neve; raras vezes alguma fita que o orne; sempre na rua uma baroete de seda, ou chapelinho de palha, que varia segundo a moda, ou um lenço amarrado por cima dos cabelos imitando uma trunfa, eis aqui uma simplicidade que lhe exalta a beleza.<sup>227</sup>”

Já não havia “pouca civilização de maneiras polidas” entre os norte-americanos pelo fato de não emporem o cabelo. Muito ao contrário: isto se tornou uma qualidade positiva, embora apenas seis meses tivessem se passado desde o “*levee*” de John Adams. Se a “simplicidade” *exaltava* a beleza das mulheres e a “limpeza sem riqueza” *enobrecia*, é natural supor que o luxo ou a sofisticação já não agradassem ao autor. No entanto, não há como não se surpreender com este juízo de valor:

“Fui à igreja dos *Tunkers*<sup>228</sup>; nenhum estava de barbas e um ministro que as costuma trazer não estava lá, os outros estavam vestidos como nós<sup>229</sup>, e

<sup>226</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 112.

<sup>227</sup> *Idem*. p. 116. É importante notar que a frase sobre a “limpeza sem riqueza” aparece na seqüência do comentário sobre a “igualdade das fortunas”. Muitas passagens no texto demonstram que o pensamento do autor é fortemente analógico. Assim, não é arriscado inferir que o fascínio exercido pelos “simples vestidos brancos” estava relacionado à idéia de indistinção social. As roupas praticamente não portavam elementos que distinguissem as mulheres entre si, conferindo uma aparência de equidade ao conjunto. Se a condução é analógica, foi o conceito de “igualdade das fortunas” que conduziu o autor à idéia da “limpeza sem riqueza”, pois os vestidos simples tornavam as mulheres iguais em fortuna, ao menos aparentemente. É claro que não foi apenas a falta de riqueza que seduziu Hipólito. A limpeza também era muito importante. O branco que desafia a neve é uma imagem sem máculas. Pode haver uma conexão religiosa aqui.

<sup>228</sup> Muito provavelmente *dunkers*, uma seita de origem alemã existente na Pensilvânia.

alguns, como *Quakers*; as mulheres quase todas com pós nos cabelos, barretes à moda, etc., de sorte que me pareceram bem degenerados.<sup>230</sup>”

Ao deixar esta anotação em seu diário, Hipólito da Costa estava completando dez meses nos Estados Unidos. Acontecimentos importantes devem ter marcado este período, pois foi prazo muito curto para uma mudança tão expressiva: o que era polido em apenas dez meses se tornou “degenerado”. Um dado interessante sobre este aspecto é que os franceses com os quais Hipólito conviveu de perto provavelmente não possuíam esta identificação com a “simplicidade” das mulheres norte-americanas. Allan Potofsky revela que estes emigrados tinham em péssima conta a falta de polidez e de sofisticação que viam nos Estados Unidos. Segundo Potofsky, eles raramente se casavam com mulheres norte-americanas, a quem desprezavam por sua grosseria e deselegância. O diário de Hipólito nada fala sobre “o elevado grau de hostilidade e desdém” em relação às mulheres da América<sup>231</sup>, mas corrobora que o discurso dos franceses emigrados era muito crítico em várias direções e de fato marcado pela “desilusão em relação à experiência norte-americana.<sup>232</sup>” Principalmente, as intervenções deste grupo no texto não sugerem laços afetivos com os Estados Unidos, ao contrário das falas de Hipólito da Costa. Seu relato mostra que ele não apenas transitava em âmbito mais vasto, mas que foi fortemente seduzido por um modo de vida alheio ao seu status e à sua formação. Talvez porque este modo de vida não fosse de todo alheio às suas origens.

---

<sup>229</sup> Este “nós” significa que Hipólito compareceu aquele culto na companhia do “Coronel Forest”, pois nesta data estava hospedado em sua casa, em Germantown, Pensilvânia.

<sup>230</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 146.

<sup>231</sup> “*They rarely married Americans, and the few writings about women reveal a great deal of hostility and contempt for their lack of ‘moeurs & elegance’*”. Allan Potofsky. “The ‘non-aligned status’ of french emigrés...”

<sup>232</sup> “*The émigrés were not able to break with a discourse on their disillusionment with the American experience*”. Id. *ibid.* A polêmica dos franceses sobre a América também será focalizada no quarto capítulo.

## Uma limpeza moral do mundo

Benjamin Franklin Bache e seus companheiros da Sociedade Democrática da Pensilvânia tinham muito em comum com líderes quacres como George Logan e Samuel Weatherill. Com a Sociedade dos Amigos, os *jeffersonians* de Filadélfia partilhavam uma visão de mundo em que não havia lugar para hierarquias, distinções, privilégios, luxo, ostentação, ócio, desperdício.

Em suas críticas à política econômica adotada pelos federalistas, Bache considerava que privilegiar o comércio logo introduziria “o luxo e o ócio” na sociedade norte-americana e “apesar de enriquecer alguns poucos, empobreceria o país.”<sup>233</sup> A concessão de incentivos especiais para iniciativas do grande capital comercial também violava os princípios republicanos, em sua opinião. Já uma economia sustentada na agricultura era o melhor caminho para preservar a operosidade e a liberdade, bem como as virtudes da paciência, coragem e força de vontade, necessárias para a preservação de uma república democrática.

Segundo Jeffery Smith, o principal objetivo sociopolítico de Bache era “uma limpeza moral do mundo.”<sup>234</sup> Era também neste contexto que estava inserida a idéia de manter as atividades do Estado sob a mais severa e estrita vigilância: “mesmo os governos mais virtuosos podem degenerar e produzir frutos ruins”, se os brotos do vício não forem constantemente extirpados<sup>235</sup>. Mais do que simplesmente controlar as atividades do Estado, era necessário conter a sua expansão: a sociedade deveria se responsabilizar por si mesma para que não coubesse ao Estado exercer este papel. Este ideário integrava uma vertente do iluminismo no mundo anglo-saxão, cujas origens

---

<sup>233</sup> “*Too great attention to commerce will soon introduce idleness and luxury and though it may enrich a few particular persons, it will impoverish the country.*” Smith, Jeffery A. op. cit., p. 122.

<sup>234</sup> “*Bache’s primary sociopolitical objective was a moral cleansing of the world [...]*” Id. ibid. p. 122.

<sup>235</sup> “*Bache wanted Americans to remember that ‘without frequent pruning of vicious shoots, the most virtuous governments will degenerate, and bear bad fruits.’*” Id. ib.

estavam imbricadas à emergência das denominações não conformistas e dissidentes do protestantismo inglês. Daí, sua grande ressonância na Pensilvânia, uma colônia fundada e ainda constituída em boa parte por quacres, alguns deles irlandeses, inclusive.

Um indício das alianças entre quacres e republicanos aparece na logística da sociedade dos *United Irishmen*: ao comentar sua penetração na cidade de Filadélfia e estimar o número de membros que possuía na época, Maurice Bric revela que, em 1798, eles foram obrigados a deixar a *African School*, onde se reuniam, porque o número de associados já era grande demais para as instalações da escola<sup>236</sup>. A *Quaker African School* foi uma das primeiras instituições educacionais voltadas para crianças negras nos Estados Unidos e havia sido fundada em 1773, por Anthony Benezet, de acordo com Gary Nash, um dos mais influentes abolicionistas de seu tempo nos dois lados do Atlântico<sup>237</sup>.

Os federalistas acusavam George Logan de manter ligações com líderes dos *United Irishmen*, como Dr. James Reynolds e Thomas “Newgate” Lloyd (apelido alusivo à prisão de Newgate, onde Lloyd havia cumprido pena). John Fenno chegou a afirmar em sua gazeta que também Logan era um “*United Irishman*”, pois compareceria a uma de suas reuniões, juntamente com os irlandeses, escoceses e holandeses “desleais e iletrados” que faziam parte daquela sociedade<sup>238</sup>. George Logan era uma liderança representativa entre os quacres. Foi presidente da *Germantown Society* e era membro da Sociedade Democrática da Pensilvânia. Suas relações com a família de Bache eram antigas: o avô de George, James Logan, foi secretário do fundador da Pensilvânia,

---

<sup>236</sup> Cf. Bric, Maurice J. op. cit., p. 87.

<sup>237</sup> Cf. Nash, Gary B. op. cit., pp. 29-31; 101.

<sup>238</sup> “*The United Irishmen in Philadelphia who are to assemble tonight, we are credibly informed, are composed of disaffected, illiterate Irish, Scotch, Dutch, and even – Americans! – Hence it would be no bull to say citizen Logan is an United Irishman.*” *Gazette of the United States*, November 23, 1798. Richard N. Rosenfeld. op. cit., p. 542.

William Penn, e ajudou Benjamin Franklin a erguer a Biblioteca de Filadélfia, no início dos anos 1730<sup>239</sup>.

Hipólito da Costa não adotou em relação aos quacres a mesma postura distanciada que parecia manter frente aos vários grupos religiosos que conheceu nos Estados Unidos. Suas impressões sobre o pensamento e as práticas da seita serão focalizadas no quarto capítulo, mas por ora é importante assinalar que ele esteve mais próximo dos Amigos do que suas expressões de admiração, contatos sociais ou visitas a *meetings* (encontros religiosos) permitiriam imaginar. Ao voltar de Boston, em 20 de setembro de 1799, ele fez um pernoite em Newport, Rhode Island, e anotou: “Assim que desembarquei me procurou o *quaker* Mr. Alocum que me mostrou a casa de Mr. Brinton onde me hospedei.<sup>240</sup>”

O mais provável é que “o *quaker* Mr. Alocum” tenha recebido alguma comunicação de Boston ou Providence informando que Hipólito da Costa iria chegar a Newport aproximadamente naquele horário, pois aguardava sua chegada. Parece claro que alguém lhe pediu que providenciasse uma casa onde aquele estrangeiro pudesse passar a noite. Ao retornar à Filadélfia, Hipólito conseguiria hospedagem na casa do “Coronel Forest”, em Germantown. Como enfrentava dificuldades financeiras, pode-se inferir que nestes dois episódios estivesse recebendo apoio da rede formada pela maçonaria. O Amigo que o recebeu em Newport e o coronel Forest poderiam ser membros da ordem. Viajando na companhia de Forest, Hipólito também conheceu quacres, entre eles o naturalista Humphrey Marshall, “o autor do catálogo, etc.”<sup>241</sup>

---

<sup>239</sup> Rosenfeld, Richard N. op. cit., p. 55.

<sup>240</sup> *Diário da minha Viagem...* p. 140.

<sup>241</sup> Idem. p. 145-6.

Mas quem era este coronel que levou Hipólito a um *meeting* e recebia quacres em sua casa<sup>242</sup>? Nesta época, morava em Germantown um veterano da guerra de Independência que se chamava Thomas Forest e tinha a patente de coronel. Este “Coronel Forest”, como era conhecido, aparece na obra *America’s Most Historic Highway*<sup>243</sup>, entre figuras ilustres que viveram ou trabalharam em Market Street, a principal rua de Filadélfia nos séculos XVIII e XIX. O texto revela que Forest se mudou para Germantown em meados dos anos 1790 e que pertencia à Sociedade dos Amigos<sup>244</sup>. Caso se trate da mesma pessoa, o que é praticamente certo, está explicado por que se relacionava com membros da seita. Mas o diário de Hipólito traz informações mais interessantes.

“Hoje, soube que o ministro de Inglaterra me tinha por um jacobino ou republicano, e que os fundamentos eram a amizade que eu tinha com o Coronel Forest, de Germantown, onde eu estive morando; mal sabe ele porque eu lá estive, e mal sabe ele porque eu cortejo o ministro de Espanha.<sup>245</sup>”

O ministro da Inglaterra, Robert Liston, e o ministro da Espanha, Don Carlos Martínez d’Yrujo, merecem esclarecimentos adicionais. O primeiro era peça importante no esquema dos federalistas e esteve envolvido em conspirações que objetivavam subtrair aos espanhóis os territórios da Louisiana e da Flórida. O segundo chegou a escrever vários artigos na *Aurora* com o pseudônimo “Verus”, em que denunciava as

---

<sup>242</sup> Uma curiosidade: Forest recebeu uma noite “duas senhoras a jantar; eram *quaker*, mas uma era tão *gay* que me disse não pertencia já ao *meeting*, etc.” O diário de Hipólito já havia informado meses antes que em Filadélfia eram chamados “*Gays*” os quacres “menos rigoristas” e os “mais estritos, *Huckory Quakers*.” *Diário da minha Viagem...*, pp. 75; 144.

<sup>243</sup> Jackson, Joseph. *America’s Most Historic Highway. Market Street, Philadelphia*. New York/Philadelphia: John Wanamaker ed., 1926, pp. 84-5.

<sup>244</sup> Vê-se que o pacifismo dos quacres não impediu que membros da sociedade lutassem na guerra de Independência. Rosenfeld, Richard N. op. cit., p. 53-4; 75.

<sup>245</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 154.



conspirações da administração federalista e acusava o secretário de Estado Timothy Pickering de ser um agente britânico<sup>246</sup>.

Forest era portanto um republicano, o que uma outra passagem, comentada a seguir, corrobora. Mas por que Hipólito da Costa era amigo de um “jacobino” e esteve “morando” em sua casa? O texto sugere que os motivos desta amizade eram os mesmos que levavam o autor a cortejar o ministro da Espanha. Que motivos seriam estes? A resposta parece muito simples: a cochonilha. Subentende-se que a amizade com republicanos favoreceria o acesso a Yrujo, que em outros momentos do texto aparece muito próximo a Thomas Jefferson.

Ocorre que a pergunta não é: Por que Hipólito esteve hospedado na casa de Forest e cortejava o ministro da Espanha? Mas sim: Por que um norte-americano levaria para “morar” em sua casa um estrangeiro que ele mal conhece? Se os objetivos de Hipólito eram utilitários, quais seriam as intenções do coronel Forest com aquela manifestação súbita e aparentemente inexplicável de hospitalidade? É o caso de prestar atenção nos registros referentes à estadia em Germantown, a começar pelo encontro com Forest. Hipólito chegou a Filadélfia às 10h30 da noite de 28 de setembro. No dia 29, anotou:

“Hoje, sendo domingo, fui procurar Guilleman que não achei; dirigi-me a Hamilton, lá jantei, e encontrei Guilleman (...) Vi no Mr. H. o *caffé* do Kentucky. Aqui me encontrei com o Coronel Forest que me ofereceu a sua casa para passar lá alguns dias, o que eu imediatamente aceitei.”<sup>247</sup>

Esta passagem introduz pela primeira vez no texto os personagens “Guilleman” e “Forest”. Guilleman era bem mais do que um velho conhecido, pois foi a primeira pessoa que Hipólito procurou ao retornar a Filadélfia, após cinco meses de viagem pelos

---

<sup>246</sup> Cf. Tagg, James. op. cit., p. 324.

<sup>247</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 142.

Estados do norte. Ao que parece, este personagem volta em outra passagem, escrita no dia 10 de novembro, embora a grafia do nome não seja a mesma: “Fui ao Fuilhemand, que me mostrou os vestidos dos Fauls na Escócia, e me explicou o modo por que eles apisoavam o pano, etc.<sup>248</sup>” Na casa de certo “Mr. H.”, o autor viu a planta do “caffè” de Kentucky e encontrou Forest, o coronel de Germantown. Mr. H. era portanto William Hamilton, o botânico que apoiou Hipólito em vários momentos de sua pesquisa, fornecendo informações privilegiadas e centenas de sementes, que ele enviaria a Portugal<sup>249</sup>.

Um dado importante neste retorno de Hipólito a Filadélfia é que não apenas Guilleman e Forest, mas vários outros personagens que nunca freqüentaram as páginas de seu diário, começam a entrar e sair de cena sem qualquer apresentação ou introdução no texto. Curiosamente, esta não é uma característica de estilo no *Diário da minha Viagem para Filadélfia*, pois, ao menos até chegar a Boston, o autor contextualizava os fatos e de alguma forma apresentava as pessoas sobre as quais passaria a escrever. Em Boston, a escrita começa a operar de outro modo: há menções a cartas de recomendação escritas por certo “Mr. Bond”, personagem enigmático que voltaria a aparecer em Filadélfia.

Por alguma razão o autor não se referiu a estas pessoas, com as quais já convivia antes de viajar a Nova York, e provavelmente por este mesmo motivo não forneceu informações sobre elas após seu regresso à capital federal. O fato de que eram contatos antigos é confirmado pela ponte estabelecida por Hamilton, um dos personagens mais

---

<sup>248</sup> Diário da minha Viagem..., p. 149. Hipólito alterava com grande freqüência a escrita de nomes próprios, ao ponto de se referir várias vezes à mesma pessoa escrevendo o seu nome quase sempre com alguma mudança na grafia. O secretário de Estado, por exemplo, era “Pickering”, mas também “Pinchering”, “Pichering”, “Pinking”... Se Guilleman e Fuilhemand eram a mesma pessoa, tratava-se portanto de um escocês. Segundo Mecenas Dourado, estas alterações estão presentes no manuscrito que se encontra na biblioteca de Évora. Não se trata assim de erro na preparação dos originais da edição da ABL. Ver obra citada, t. 1, p. 75. É interessante observar aqui a semelhança entre os fonemas *Faul/Fuil* de “Fauls” e “Fuilhemand”.

<sup>249</sup> Ver “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, cartas nº 5, nº 18 e nº 19, pp. 169-76; 193-5; 196-9.

citados ao longo do texto. Foi na casa dele que Hipólito encontrou “Guilleman”, sem dúvida um estrangeiro a quem estava procurando por algum motivo importante, e Forest, um republicano que o hospedou por um mês em Germantown. Hipólito seguiu para lá no dia seguinte ao encontro na casa de “Mr. H.”, 30 de setembro. O coronel tinha “uma filha de 14 anos que toca cravo, canta, desenha e sabe francês.”<sup>250</sup> No dia 2 de outubro, Forest viajou para Trenton: “Eu fiquei com o poder de estar em sua casa, etc.”<sup>251</sup> Percebe-se nestas duas anotações uma relação de muita proximidade, pois assim que o hóspede chega, o anfitrião vai embora e deixa o convidado em sua casa, a sós com a sua família.

Mas logo Hipólito também viajaria em companhia de Forest. As duas visitas que fez ao naturalista quacre Humphrey Marshall, que vivia numa pequena aldeia da Pensilvânia, foram incluídas no roteiro do coronel, que muito provavelmente estava correndo o interior na reta final da campanha do juiz Thomas Mckean para governador do Estado. Nos dias 7-9 de outubro, o diário traz o seguinte registro.

“Parti, hoje, para uma pequena viagem com o Coronel Forest, na sua sege. Passamos o Schuylkill em uma barca, e à noite estávamos em Heherter ocidental. Aí pousamos em uma estalagem muito má; o estalajadeiro era o major Bown, um democrata; a parede estava cheia de cartazes contra Mr. Ross [James], que é o candidato a governador proposto pelos Federalistas, e a conversação foi sempre sobre políticas, e probabilidade sobre quem seria o Governador.”<sup>252</sup>

Thomas Mckean venceu as eleições, realizadas justamente no dia 8 de outubro de 1799<sup>253</sup>. Foi um embate importante, para dizer o mínimo: as gazetas de Filadélfia já

---

<sup>250</sup> *Diário da minha Viagem...*p. 142. Como esta frase está isolada no texto, ou seja, não tem qualquer relação com as informações que aparecem antes ou depois dela, Hipólito certamente estava observando que a filha do coronel era instruída, o que é consistente com a condição de quacre do coronel Forest, revelada na *America's Most Historic Highway*. Por que Hipólito não revelou que seu anfitrião era um quacre, sendo que há muitas oportunidades ou “ganchos” no texto para que ele fizesse esta referência?

<sup>251</sup> Idem. pp. 142-3.

<sup>252</sup> Idem. p. 145.

<sup>253</sup> Ver Rosenfeld, Richard N. op. cit., pp. 699-702.

estavam em campanha em meados de 1798 ou mesmo antes. Após a divulgação dos resultados, a *Porcupine's Gazette*, de William Cobbet, chegou a afirmar que a derrota na Pensilvânia havia decidido “a sorte do federalismo.”<sup>254</sup> Entretanto, Hipólito não deixou outro comentário sobre aquelas eleições, como se não tivesse qualquer interesse sobre um fato crucial do qual foi testemunha privilegiada. Esta espécie de alienação é uma constante nos apontamentos de Hipólito da Costa. O texto mostra com nitidez que ele estava muito bem informado desde sua chegada aos Estados Unidos, mas o desinteresse (aparente ou não) pelo que estava acontecendo no país é igualmente flagrante.

### **O ministro português**

Assim que chegou a Filadélfia, Hipólito da Costa procurou o ministro português Cipriano Ribeiro Freire. Em sua casa, três dias depois, conheceu o federalista Charles Pinckney. Hipólito escreveu que Ribeiro Freire havia recebido algumas visitas naquele dia, 16 de dezembro, “entre elas Madame Liston, mulher do Ministro da Inglaterra” e o “General Pinckney, que esteve de Ministro em França”. Acrescentou que Pinckney estava “agora ocupado com o General Washington a fazer o plano da guerra; este último foi ontem para o Potomac, sem que eu o pudesse ver.”<sup>255</sup>

Os preparativos para uma guerra contra a França com certeza dominavam as conversações entre políticos de ambos os partidos, daí o assunto aparecer entre as primeiras anotações de Hipólito em Filadélfia. Mas este tema praticamente desaparece e, o que é mais importante, nenhum conflito entre as facções é mencionado no texto enquanto o autor esteve na capital federal. É curioso, porque os registros de seu diário

---

<sup>254</sup> “*McKean's election has decided the fate... of federalism.*” Id. ib., p. 707.

<sup>255</sup> *Diário da minha Viagem...* p. 51.

começam a mostrar contatos com protagonistas da cena política, como os secretários Timothy Pickering e Oliver Wolcott<sup>256</sup>. Hipólito esteve ainda com Robert Goodloe Harper, federalista da Carolina do Sul, talvez o mais ardoroso defensor das Leis de Estrangeiros e de Sedição no Congresso<sup>257</sup>. Este encontro ele narrou assim:

“Hoje, jantei em casa do ministro inglês, onde estava o Harper, um membro do Congresso. O ministro inglês me perguntou que pensava eu, no caso de ser certa a declaração da guerra da França e atravessar a Espanha com 100 mil homens para a invasão de Portugal, do que viria a ser Portugal (*what you think will become of Portugal*); a que eu respondi com aquela dignidade e pique que esta pergunta merecia.”<sup>258</sup>

Robert Liston parecia muito elegante. Chegou a retribuir uma visita de Hipólito dirigindo-se à estalagem em que ele estava hospedado. Por que teria feito um comentário tão desagradável? Certamente porque encontrou oposição às suas idéias ou às de Robert Harper sobre o risco representado pela França e seus “aliados” nos Estados Unidos. Há outro sinal de que as Leis de Estrangeiros e de Sedição ocuparam largo espaço naquele jantar. O único registro do dia seguinte, 4 de fevereiro, é uma transcrição da Lei de Naturalização de 1795, que havia sido revogada pelas Leis de Estrangeiros. Parte do texto da lei antiga foi transcrita em inglês, o que sinaliza a importância deste registro para o autor, tema que será comentado com mais detalhe no terceiro capítulo.

Nesta altura, Hipólito já era assinante da *Aurora General Advertiser*. A assinatura deste jornal é significativa em si mesma, mas um dado interessante é que naquele momento os republicanos estavam em campanha para ampliar o número de

---

<sup>256</sup> No dia 22 de janeiro, Hipólito anotou que o secretário de Estado, “doutor Pinkering”, havia lhe dito que o número de estrelas na bandeira seria sempre 13, embora o número de Estados pudesse aumentar. Ele foi checar esta informação e descobriu que um ato do Congresso de 1794 determinava 15 listas e 15 estrelas na bandeira, número de Estados que na época formavam a federação. Um mês depois, em jantar na casa do ministro português, ele encontrou os secretários “Pinkering e Wollot [Wolcott], e outros membros do partido do Governo, etc.” Idem. pp. 61-2; 65.

<sup>257</sup> Cf. Tagg, James. op. cit., pp. 367-8; 371; 389.

<sup>258</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 68.

assinantes dos periódicos identificados com o partido. Já estrangulados por dívidas, os jornais republicanos tinham perdido muitos leitores a partir do episódio XYZ e corriam o risco de fechar as portas. Em abril de 1798, Thomas Jefferson havia escrito a James Madison alertando sobre a necessidade de ambos se empenharem pessoalmente na sustentação dos jornais, porque, caso falissem, a causa republicana estaria seriamente ameaçada<sup>259</sup>. É provável que a decisão de Hipólito de assinar o jornal, quando ainda era um recém-chegado a Filadélfia, tenha sido influenciada por pessoas de suas relações. No dia 24 de janeiro de 1799, ele escreveu:

“Hoje, subscrevi na *Aurora*, principiando de 11 deste mês até 11 de julho, e dei 4 dólares; é uma gazeta diária que era de Benjamin Franklin Bache, um sobrinho<sup>260</sup> do grande Franklin, e que mora nas mesmas casas, tendo a mesma imprensa; mas como este é morto, a mulher continua tendo um redator irlandês.<sup>261</sup>”

De fato, a viúva de Franklin Bache, Margaret (que a imprensa federalista chamava desdenhosamente de “*Mother Bache*”), manteve o jornal, transferindo a chefia de redação a William Duane, que já atuava como editor-assistente na *Aurora*. Este “irlandês” havia nascido em 1760, na antiga colônia de Nova York, mas foi levado ainda criança para a Irlanda, retornando aos Estados Unidos somente em 1796. Tinha um passado de muitas andanças e larga experiência editorial. Quando jovem, trabalhou em Londres, onde chegou a cobrir as sessões do Parlamento, um setor então novo no jornalismo britânico. Alistou-se mais tarde na Companhia das Índias Orientais e viveu na Índia durante oito anos, sendo proprietário de um prestigiado periódico em Calcutá. Embora inicialmente apoiasse o governo britânico, foi radicalizando suas posições a partir da Revolução Francesa, sendo preso duas vezes e finalmente deportado, em 1795.

---

<sup>259</sup> Cf. Smith, Jeffery A. op. cit., pp. 151-2.

<sup>260</sup> Aqui há um engano quanto ao grau de parentesco: Franklin Bache era o filho mais velho de Richard e Sarah Bache, a única filha de Benjamin Franklin. Cf. Tagg, James. op. cit., pp. 1-2.

<sup>261</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 62.

De volta a Londres, uniu-se aos radicais da London Corresponding Society, mas por pouco tempo. A aprovação de uma lei de sedição na Inglaterra logo o forçaria a abandonar o país. Quem o ajudou neste episódio foi Thomas Lloyd (“Newgate”), que pagou sua passagem e a de sua família para que emigrassem juntos para os Estados Unidos<sup>262</sup>.

No período em que Hipólito da Costa foi assinante da *Aurora*, Duane comandava as milícias recrutadas pelo partido republicano na capital federal e foi processado com base na Lei de Sedição, por ter acusado a administração federalista de receber dinheiro do serviço secreto britânico<sup>263</sup>. Na primeira década do século XIX, seria também a principal liderança intelectual dos trabalhadores urbanos no interior do partido republicano democrata<sup>264</sup>.

É provável que Hipólito tenha conhecido William Duane no dia 12 de janeiro de 1799, alguns dias antes de subscrever o jornal editado por ele. Nesta data seu diário aponta um encontro com “um médico irlandês”, com quem conversou sobre espécies agrícolas cultivadas nas Carolinas, sul dos Estados Unidos, e no Canadá. Vale transcrever o início deste registro:

“Hoje, visitei com o ministro de Portugal, alguns sujeitos: o ministro da Espanha, que não estava em casa; o de Inglaterra, que disse jamais disputava por coisa alguma; e o Dr. Rosso, que é um médico irlandês, que tendo viajado à Índia, à Turquia, à Europa quase toda, sabendo muitas línguas (até o português, pois pediu ao ministro que queria *As Décadas* do Couto e Barros), me fez uma observação sobre o arroz da Carolina [...]”<sup>265</sup>,

Dois elementos chamam a atenção aqui. O primeiro é que o médico irlandês chamava-se “Rosso”. É um nome italiano, que, coincidentemente, significa “vermelho”,

<sup>262</sup> Cf. Tagg, James. op. cit., p. 284; Smith, Jeffery A. op. cit., p. 168; Rosenfeld, Richard N. op. cit., p. 43; 637.

<sup>263</sup> Cf. Rosenfeld, Richard N. op. cit., pp. 312-3; 649-52; 664-7; 669-70; 703-4; 707-10.

<sup>264</sup> Cf. Schultz, Ronald. op. cit., pp. 112-5.

<sup>265</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 58.

termo já utilizado na época como sinônimo de “jacobino”. Este irlandês de sobrenome italiano conhecia a Índia e aparentemente falava ou compreendia a língua portuguesa. As alterações de grafia que aparecem em nomes próprios no diário de Hipólito permitem especular se o nome não seria “Ross” ou mesmo outro semelhante. Mas quantos irlandeses que tinham passado pela Índia viveriam em Filadélfia no ano de 1799<sup>266</sup>?

O problema com o “Dr. Rosso” é que Hipólito esteve com ele na companhia do ministro Ribeiro Freire, cujas relações não deveriam agregar um radical como William Duane. Pode-se imaginar que este encontro teria ocorrido sem a presença de Freire e a menção ao seu nome nesta passagem seria mais um artifício da escrita para despistar os passos do autor. Esta solução não parece razoável, pois o ministro português foi de fato o principal cicerone de Hipólito em seus primeiros meses nos Estados Unidos. Seria improvável que conhecesse um indivíduo tão singular na companhia de outra pessoa. Outra possibilidade é pensar que a participação do ministro português inviabilizaria um contato com o editor da *Aurora*. Assim, basta acreditar no texto e supor que haveria mesmo em Filadélfia outro irlandês que também havia estado na Índia e cujo nome era “Rosso”, “Ross” ou algo semelhante.

Contudo, mais interessante, mas nem por isso menos inverossímil, é cogitar que o ministro português era (ou parecia) próximo aos republicanos, assim como era (ou parecia) próximo aos federalistas. Seria um comportamento inusitado para um

---

<sup>266</sup> Mecenaz Dourado não cogitou possíveis cifras no texto, mas esqueceu que se tratava de um irlandês: o biógrafo de Hipólito especulou que se tratava de um “físico judeu” chamado “Rosse”. Ver obra citada, t. 1, p. 63. Como em outra passagem Mecenaz traduziu *physician* por “físico”, este Rosse era portanto um médico. Levando em conta a amplitude e a qualidade da pesquisa realizada pelo biógrafo de Hipólito da Costa, pode-se aceitar que houvesse em Filadélfia um médico judeu com este nome e com os conhecimentos adquiridos pelas viagens descritas no diário de Hipólito. Mas o personagem do diário era irlandês. De todo modo, por que motivo Ribeiro Freire teria relações com um médico judeu (segundo Mecenaz) ou irlandês (de acordo com Hipólito)? Há um dado importante a considerar: os judeus de projeção em Filadélfia também pareciam próximos ao partido republicano, sendo, como os irlandeses, objeto de desdém entre os federalistas. Ao se referir a judeus do círculo de Franklin Bache, as gazetas governistas se mostravam igualmente ou ainda mais impiedosas.



diplomata português, já que seu país era aliado da Inglaterra e, conseqüentemente, simpático ao governo de John Adams. Mas é esta a hipótese que o diário de Hipólito da Costa parece confirmar. Vários meses depois, “Fuilhemand” revelou a Hipólito um fato que ele considerou digno de nota:

“Disse-me que a Mrs. Bache tinha mandado perguntar ao Mr. Bond quem era o agente do *chevalier* de Freire, porque queria cobrar 5th. em que importavam as rumas que lhe fizeram na casa, de chaves perdidas, fechaduras quebradas, etc.<sup>267</sup>”

Como o autor mantinha sérias desconfianças em relação a Ribeiro Freire, esta nota provavelmente estava relacionada a certo regozijo íntimo por flagrar um comportamento inadequado ou pouco polido do ministro português. Mas se o propósito é prosaico, o conteúdo é revelador em duas direções diferentes. Em primeiro lugar, a passagem confirma que “Fuilhemand” e “Mr. Bond”, integravam o círculo de relações de Mrs. Bache, o que, por sua vez, evidencia a filiação política de contatos que se mostraram importantes para Hipólito da Costa em Boston. Já a segunda revelação é bem mais interessante: o ministro de Portugal foi inquilino de Franklin Bache. Há outros registros curiosos sobre Ribeiro Freire, como estes.

“(Nota à margem – À noite, me recomendou o ministro que, quando falasse com o ministro de Espanha, me fizesse republicano, ou ao menos não fosse contra os franceses, que isto não me custava nada e era o meio de lhe agradar para poder conseguir o que queríamos dele).<sup>268</sup>” “Hoje, jantei em casa do ministro de Portugal, um jantar de convite, onde estavam a maior parte dos membros da oposição e estava o ministro de Espanha e sua família.<sup>269</sup>”

A primeira indicação de que Hipólito tinha reservas ao ministro de Portugal logo apareceria no texto, mas de modo enigmático.

<sup>267</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 149.

<sup>268</sup> Anotação de 14 de janeiro de 1799. *Idem.* p. 60.

<sup>269</sup> Dia 2 de fevereiro de 1799. *Idem.* p. 63.

“Hoje, jantei em casa do ministro de Espanha, onde me encontrei com Mr. Jefferson, a quem fui apresentado pelo ministro de Espanha, e o ministro de Portugal me perguntou poucos minutos depois se eu queria ser-lhe apresentado, ao que eu respondi que já o tinha sido; esta anedota merece a minha lembrança pelas razões que eu sei.<sup>270</sup>”

Como já mencionado aqui, Hipólito às vezes mandava recados para si mesmo. Este com certeza é o mais representativo, pois comprova que ele não escrevia tudo o que considerava importante ou tudo o que gostaria de escrever. Por que Freire teria evitado apresentar Hipólito a Thomas Jefferson? E por que isto era tão significativo a ponto de motivar este aviso misterioso, mas de todo modo inútil? Conhecendo as “razões” daquela “anedota”, ele não precisava assinalar que ela merecia a sua “lembrança”. Mais tarde, em Nova York, ele anotou:

“Hoje, fui apresentado a um negociante da Madeira, que aqui há, Joaquim Monteiro, rico, e que conhecendo bem ao Freire se admirou que este me não desse alguma carta de recomendação para ele; mas a mim me não admira isto, porque este passo vai coerente.<sup>271</sup>”

Se Joaquim Monteiro era um negociante da Ilha da Madeira, muito provavelmente era também maçom, o que veremos a seguir. O fato é que Ribeiro Freire se relacionava com pessoas muito interessantes. Foi também por seu intermédio que Hipólito conheceu dois franceses, cuja aparição no relato é fugaz, mas marcante, devido à coincidência de suas opiniões com os juízos emitidos por outros emigrados da França em Nova York. Eram estes “o cavaleiro Colbert, que é um próximo parente do grande Colbert, do tempo de Luís XIV, e o Lefebvre, um emigrado francês, bem conhecido, etc.<sup>272</sup>” Segundo Mecenas Dourado, o último era Lefebvre de Cheverus, que veio a ser bispo de Boston<sup>273</sup>. Curiosamente, em sua *Narrativa da Perseguição*,

<sup>270</sup> Dia 18 de fevereiro de 1799. *Diário da minha Viagem ...*, p. 65.

<sup>271</sup> *Idem.*, p. 125.

<sup>272</sup> *Idem.* p. 59.

<sup>273</sup> Dourado, Mecenas. *op. cit.*, t. 1, p. 66.

Hipólito afirmou que nos Estados Unidos “são publicamente framaçons grande número de católicos romanos, e até bispos, sem que pessoa alguma nisso reparasse [...]”<sup>274</sup>”

### “Uma grande desatenção na casa do café”

Mas foi antes, provavelmente através de um anúncio publicado na imprensa, que Hipólito entrou em contato com o universo dos franceses emigrados nos Estados Unidos. No dia 9 de janeiro, quando foi ao ateliê de Charles Balthazar Julien Févret de St. Mémin<sup>275</sup>, Hipólito ainda não havia conhecido Colbert ou Lefebvre, mas já lia “as gazetas” e talvez tenha visto a publicidade que despertou o seu interesse.

“Vi um francês de St. Mamim, que, sendo um homem de boa educação na França, aprendeu na sua mocidade a tirar retratos, e disse se vale agora para se sustentar e à sua família; tira o perfil na parede pela sombra sobre um cartão vermelho, e depois enche as feições com lápis, fazendo este retrato de lápis em grande; redu-lo, depois, a pequeno, e grava uma chapa por este pequeno; tira 12 exemplares com a chapa, e dá os 12 exemplares, a chapa, o retrato, em pequeno, por que ela foi tirada, e o retrato em grande, de lápis, tudo por 25 dólares (Nota à margem – Ajustei tirar o meu. Com o devido respeito, forte asneira).”<sup>276</sup>”

Segundo Richard Rosenfeld, Févret de St. Mémin fazia perto de 85 perfis por ano e anunciava seus serviços na *Aurora*. É dele o retrato mais conhecido de William Duane<sup>277</sup>. Este episódio é interessante, pois ilustra o modo como o jornal editado por Duane conduz a narrativa em várias passagens sem que esta intervenção seja perceptível no texto.

O “francês de St. Mamim” certamente publicava anúncios na *Aurora* por ter sido amigo de Franklin Bache, cujas relações com franceses emigrados seriam naturais,

<sup>274</sup> *Narrativa da Perseguição*, p. 65.

<sup>275</sup> Mecenaz Dourado confirmou que o retratista era Févret de Saint Mémin. Ver obra citada. t. 1, op. cit., p. 66.

<sup>276</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 57.

<sup>277</sup> Rosenfeld, Richard N. op. cit., p. 638.

ainda que não houvesse entre eles identificação político-partidária. Bache havia passado boa parte de sua infância e juventude entre Paris e Genebra: viajou com o avô em 1776, aos sete anos de idade, quando Benjamin Franklin foi enviado à França como agente das colônias inglesas da América do Norte<sup>278</sup>.

Três anos mais tarde, em carta a sua filha Sarah, Franklin contou que Benny falava melhor francês do que inglês. As cartas do menino de fato revelam que, de 1779 a 1782, ele não escreveu em sua língua materna<sup>279</sup>. Preocupado com o significado desta transformação, pois, em sua opinião, representava o risco de que o neto adquirisse uma visão de mundo católica e aristocrática, Franklin decidiu enviá-lo para Genebra. Na oportunidade, justificou a mudança afirmando que Benny estava destinado a viver em país protestante e republicano e, por isso, era melhor que concluísse sua educação onde estes princípios prevalecessem<sup>280</sup>.

Bache regressaria aos Estados Unidos na companhia do avô em 1785, aos 16 anos de idade. O que de fato interessa para os objetivos deste trabalho é que o menino foi enviado para a Suíça sob os cuidados de Philibert Cramer, prestigiado editor de Voltaire. Bache se tornaria grande amigo de um de seus filhos, Gabriel Cramer, para quem enviou sua última carta em junho de 1798, perto de três meses antes de falecer<sup>281</sup>.

Coincidentemente, também era amigo da família Cramer um personagem que parece estar no centro dos contatos que Hipólito da Costa estabeleceu em Nova York: seu diário se refere ora a “Mr. Mourge” ora a “Mr. Mourgece”, mas, segundo Mecenas

---

<sup>278</sup> Benjamin Franklin celebraria os tratados de aliança defensiva e de amizade e comércio em 1778, sendo designado ministro plenipotenciário dos Estados Unidos na França em 1779. *Autobiografia de Benjamin Franklin*. São Paulo: Ibrasa, 1963, p. xv.

<sup>279</sup> Sarah chegou a escrever ao filho dizendo: “*I hope you will endeavour to regain your English or how will you be able to converse with me when you see me, ... as I am too old and too much engaged with your little brothers and sisters to learn French?*” Ver Tagg, James. op. cit., p. 38.

<sup>280</sup> Id. ib. pp. 23; 29.

<sup>281</sup> Cf. Smith, Jeffery A. op. cit., pp. 67; 70; 161.

Dourado, “o nome é Mourque, francês e maçom, amigo dos Cramer e de Benjamin Bache e, que, na ocasião, se achava, realmente, em Nova York.<sup>282</sup>”

“Mr. Mourge” chegou a hospedar Hipólito por alguns dias, quando ele teve receio de perder seus objetos pessoais, o que poderia ocorrer, se o dono da estalagem em que estava hospedado não pagasse o aluguel da casa ao senhorio: “Eu perguntei o que seria dos meus trastes, pois que eu era também um hóspede; disseram que também estavam sujeitos a serem apreendidos pelas leis do país.<sup>283</sup>” Ele escreveu que estava preocupado, porque tinha consigo um piano alugado<sup>284</sup>, mas o fato é que parecia bem mais interessado nos seus “trastes” ou talvez no destino dos seus livros. A decisão de abandonar aquele endereço foi muito rápida: Hipólito soube o que estava acontecendo na estalagem na noite do dia 7 de agosto. Na manhã seguinte já estava providenciando a mudança.

“Vendo que as coisas iam a pior, o meu criado foi fazendo trouxas pequenas de roupa e conduzindo-as para a casa de Mr. Mourge, e inda que os proprietários tivessem uma loge nos baixos da casa, e os caixeiros sempre à espia, eles não desconfiavam de pequenas trouxas, que em vinte carretos tinham posto todos os meus livros e roupa fora de casa; porque, inda que o piano fosse sacrificado, a roupa estava fora e os baús vazios.<sup>285</sup>”

Três dias depois, aproveitando que era domingo e “estavam os tais credores na igreja”, ele concluiu a mudança, mas não ficou muito tempo na casa de “Mourge”, transferindo-se logo para a estalagem de um escocês, “onde estavam alojados quase todos escoceses.<sup>286</sup>” Esta segunda mudança aconteceu muito rapidamente. Assim, é provável que o amigo francês tivesse alguma relação com os escoceses de seu novo

---

<sup>282</sup> Mecenaz Dourado encontrou a relação entre Bache e Mourque na obra de Lucien Cramer *Une Famille Genevoise. Les Cramer, leurs relations avec Voltaire, Rousseau et Benjamin Franklin Bache*, editada em Genebra, em 1952. Dourado, Mecenaz. op. cit., t. 1, p. 75-6.

<sup>283</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 123.

<sup>284</sup> O detalhe é interessante: Hipólito chegou a alugar um piano em Nova York.

<sup>285</sup> Idem. p. 124.

<sup>286</sup> Idem.

endereço. De todo modo, o episódio é sugestivo, como ainda mais significativo é o registro do primeiro contato com “Mr. Mourgece”. Ao apresentar o novo personagem, ele escreveu:

“Hoje estive com um francês, Mr. Mourgece, que me perguntou a outro, Mr. Olive; aquele, sendo um rapaz de França, me emprestou um livro inglês onde vem transcrita toda a maçonaria, palavras, sinais, etc.<sup>287</sup>”

Como Mourque foi a primeira pessoa que Hipólito procurou ao chegar a Nova York, pressupõe-se que levava uma carta de recomendação de franceses ou maçons que teria conhecido em Filadélfia. Entretanto, com exceção de St. Mémin, Colbert e Lefebvre não há no texto encontros com outros franceses na capital federal. Mas existem lacunas: “Hoje partiram para Bremen o General Ployer e o seu adjunto Bechet, dois franceses com quem fiz conhecimento em Filadélfia.<sup>288</sup>” Se estes franceses só aparecem depois de saírem de cena, é natural supor que contatos semelhantes tenham sido omitidos no texto.

Vimos que a narrativa é permeada por omissões e filtros em diferentes níveis, como a nota sobre a apresentação a Thomas Jefferson ou mesmo o relato sobre o jantar com o federalista Robert Harper permitem entrever. Mas talvez o melhor exemplo de uma escrita devidamente filtrada ou livre de elementos que denotem opinião é o registro das eleições que Hipólito testemunhou em Nova York. É também a única passagem do texto em que ele discorreu sobre o conflito entre federalistas e republicanos.

“Hoje se propuseram as eleições para os *Wardens* da Cidade e Senadores do Estado. Havia em vários cafés ou botequins homens com caixas para receber os votos, e cada cidadão, que tem o direito de votar, ia lançar o seu voto. Não havia nenhum aparato para esta recepção, principiando pela casa, e quatro pessoas estavam para receber os votos, escrever os nomes dos votantes, conhecer se eram qualificados, etc. Pessoas de ambos os partidos

<sup>287</sup>. *Diário da minha Viagem...*, pp. 88-9.

<sup>288</sup> *Idem*. p. 82.

estão a solicitar e indagar às pessoas que votavam, diferentes panfletos impressos se espalhavam a deteriorar o caráter daquelas pessoas que eram propostas para a eleição, e estes, a seu turno, espalhavam outros a defenderem-se; as gazetas estavam cheias do mesmo, e toda a cidade estava em uma convulsão que parecia ameaçar uma guerra civil; e, com efeito, os dois partidos, do governo e popular, estão de tal modo enfurecidos que hoje à noite houve brigas e duelos por piques e ditos por causa da eleição.<sup>289</sup>”

Apenas uma frase manifesta opinião: “Não havia nenhum aparato”. O autor afirmava que o sistema era precário, “princiando” pela falta de um local específico para alojar as urnas durante a votação. Pode-se deduzir que, de novo, ele observou que não havia guardas. Somente. É impossível inferir para que lado pendiam as suas expectativas. Tudo se passa como se perseguisse parâmetros de isenção desconhecidos em seu tempo ou estivesse na posição de um observador completamente alheio aos acontecimentos daquele lugar em que se encontrava de passagem. Mas há outro registro que remete às dissensões políticas no país, neste caso a indisposição dos federalistas em relação a franceses emigrados.

“Hoje, sofri uma grande desatenção na casa do café: indo a pegar em uma gazeta, que estava sobre a mesa, para ler, um americano (presumo-o federalista) lhe pôs a mão em cima com toda a arrogância para que eu a não puxasse. Perguntei-lhe, então, muito moderadamente se já tinha acabado de ler; e ele retorquia-me que não, com um ar sumamente insultante. Ele não estava lendo, nem leu mais porque estava a conversar com outros, e depois de um quarto d’hora se foi sem a ler; eu, então, peguei nela e comecei a ler. A pouco este, ele que volta, e eu por evitar alguma descortesia lhe ofereci se queria continuar, a que ele respondeu indecentemente que ele continuaria quando quisesse; depois disto sentou-se, que<sup>290</sup> me tomou a passagem ao sair do assento; e como eu lhe pedi polidamente licença para passar ele levantou uma perna e com a bota me sujou o colete. Eu não posso atribuir isto senão a que este homem me supôs francês, tal é o ódio que há aqui contra os franceses, e tal é o atual procedimento dos americanos.<sup>291</sup>”

Este apontamento é de 4 de maio de 1799, dois dias após o fechamento das urnas em Nova York. Aqui o autor foi pessoalmente inserido nas disputas que então dividiam

<sup>289</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 90.

<sup>290</sup> Nota do editor: Falta a correlativa: de tal maneira.

<sup>291</sup> *Idem*, p. 96.

os Estados Unidos. Talvez ele ainda não tivesse intimidade com os códigos utilizados pelos norte-americanos, daí não ter percebido que o “federalista” esperava alguma reação para começar a pancadaria ali. Curiosamente, parece não ter visto também que na origem daquela provocação estava a gazeta que ele tentou alcançar e não primeiramente o fato de ser estrangeiro ou supostamente francês, o que não significa que isto não tenha influenciado a disposição de seu antagonista.

A gazeta que motivou a “desatenção na casa do café” poderia ser a republicana *New York Argus*. Os taverneiros costumavam assinar periódicos, mas os exemplares de jornais republicanos encontrados em bares e cafés eram também deixados por militantes e simpatizantes do partido com a intenção de alcançar a população de menor poder aquisitivo.

Liderada pela *Aurora* de Filadélfia, a rede formada pela imprensa republicana durante o ano de 1799 foi em parte responsável pela vitória de Thomas Jefferson nas eleições de 1800<sup>292</sup>. As gazetas identificadas com o partido funcionavam como repetidoras da *Aurora*, que, por sua vez, também reproduzia noticiários de outros Estados. Assim, artigos e comentários publicados pelos jornais locais tinham alcance nacional e sua difusão era simultaneamente duplicada. Os federalistas não souberam manejar esta possibilidade, embora contassem com maior número maior de jornais, em situação financeira bem mais estável. Atribuindo sua derrota aos emigrados que militavam na imprensa republicana, John Adams lamentou, em 1801, que não houvesse orgulho entre os norte-americanos, pois os homens mais influentes do país eram “todos estrangeiros de caráter degradado.”<sup>293</sup>,

---

<sup>292</sup> Cf. Durey, Michael. op. cit., p. 684. Sobre a rede de comunicação formada pela imprensa republicana durante o período em que Hipólito esteve nos Estados Unidos, ver também neste artigo as páginas 681-3; 685.

<sup>293</sup> “*Is there no pride in American bosoms? Can their hearts endure that Callender, Duane, Cooper and Lyon should be the most influential men in the country, all foreigners and degraded characters?*” Id. Ibid. p. 684. O escocês James Callender também foi citado no diário de Hipólito, em passagem que confirma a



O fato de Hipólito ter subscrito e ainda renovado a assinatura da *Aurora*<sup>294</sup> é, por si só, evidência clara de suas inclinações políticas naquele momento. Contudo, em carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ele deu notícia das eleições que presenciou em Nova York e escreveu o seguinte:

“Ontem se fecharam nesta cidade as eleições para Senadores e membros da Assembléia do Estado de New York, e tenho o prazer de informar a V. Ex.<sup>a</sup> que nem um só do Partido Democrata foi eleito, devendo isto ter uma grande influência na política deste país, pois que os membros, agora nomeados, são os que vêm a ser eleitores do futuro Presidente, e como todos os que entraram foram federalistas é de esperar que a intriga francesa continuará a ter daqui em diante muito pouca influência nos Estados Unidos.<sup>295</sup>”

Esta carta é o único escrito que expressa opinião sobre a conjuntura política nos Estados Unidos. Entretanto, dar crédito a esta correspondência leva facilmente a conclusões que o diário de Hipólito não corrobora. Ao contrário. Há duas redes conduzindo a narrativa. Uma delas é textual e foi tecida pelos diálogos do autor com os escritos aos quais tinha acesso e conferia credibilidade. A outra pertence à esfera das sociabilidades e foi construída por meio de suas relações no interior da maçonaria. Há muitos indícios na narrativa sinalizando que a *Aurora* e a maçonaria à qual Hipólito se filiou em Filadélfia estavam estreitamente articuladas, o que significa que também esta se posicionava no campo republicano. Ao relatar suas vivências pessoais e observações pertinentes à realização de sua missão como naturalista, a narrativa de Hipólito espelha esta articulação. É o que será focalizado a seguir.

---

credibilidade conferida por ele aos jornalistas republicanos. Esta citação é importante e será comentada no terceiro capítulo.

<sup>294</sup> “Subscrevi na *Aurora* e paguei três meses”. Dia 6 de novembro de 1799. *Diário da minha Viagem...*, p. 149.

<sup>295</sup> “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, carta n° 8, datada de Nova York, 15 de junho de 1799, p. 181.

#### **4 – Naturalismo, Rede Textual e Fraternidade Maçônica**

Os métodos que Hipólito da Costa utilizou para obter informações pertinentes à realização de sua missão estão entre os aspectos mais interessantes de seu diário de viagem. Com exceção da estadia em Germantown e da viagem que fez pelo interior da Pensilvânia, em companhia do coronel Forest, seu percurso nos Estados Unidos foi essencialmente urbano e restrito à zona costeira. Como já mencionado no capítulo anterior, os dados que coletou eram basicamente provenientes de fontes impressas e dos inúmeros contatos que manteve com naturalistas, agricultores e pessoas interessadas ou bem informadas sobre os temas que estavam relacionados em suas instruções ou que ele mesmo considerava importantes. Tudo indica que esteve em Nova York e Boston para conhecer cientistas da Universidade Colúmbia e de Cambridge.

Convém lembrar, no entanto, que o trajeto percorrido por Hipólito e os métodos que privilegiou em suas observações também foram resultado do direcionamento estratégico de sua missão, como se verá. Pode-se supor ainda que a abordagem dos temas e o tratamento conferido à informação em seu diário encontrassem alguma correspondência em modelos construídos pela história natural e (ou) popularizados através de relatos de viagens, outro tema importante, que também será comentado a seguir. O curioso é que tais parâmetros orientam práticas do jornalismo moderno, o que levou comentaristas a identificar no jovem ilustrado um “precursor do jornalismo científico no Brasil<sup>296</sup>” ou conceber seu diário de viagem como uma grande “reportagem” sobre a vida nos Estados Unidos<sup>297</sup>. Inferências a parte, o fato é que os exemplos da intermediação de fontes no diário de Hipólito são inúmeros e perpassam todo o texto. Outro aspecto importante é que não apenas observações referentes à

---

<sup>296</sup> Melo, José Marques. “Hipólito da Costa, repórter precoce.” *Jornalismo e História – Interconexões*. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

<http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np02/NP2MELO.pdf>. (Acesso 07/07/2006).

<sup>297</sup> Cf. Dourado, Mecenas. op. cit., t. 1, p. 69.

história natural, mas anotações relacionadas aos mais variados objetos foram conduzidas por este tipo de abordagem.

Levando em conta a consistência deste modelo ao longo de todo o relato, o processo de construção da experiência de Hipólito da Costa como viajante naturalista suscita algumas questões importantes. Indo além dos percalços enfrentados durante a viagem e do caráter peculiar de sua missão, em que medida esta construção teria surgido como desdobramento natural das oportunidades oferecidas naquele contexto pela rede formada pela maçonaria? Em sentido inverso, ou seja, voluntariamente direcionado, de que modo os novos modelos de validação do conhecimento propostos pela história natural teriam influenciado seus métodos de trabalho? Estes modelos teriam conferido ao viajante um olhar particular em sua experiência norte-americana? Outros fatores condicionaram a escrita do autor? É preciso ordenar estes elementos, antes de buscar uma resposta (ou respostas) às questões que a escrita do diário de Hipólito da Costa propõe.

### **Em outra parte da Europa**

Em primeiro lugar, é importante ter claro o caráter da missão que Hipólito tinha a desempenhar na América do Norte. Não se tratava de uma expedição exploratória nos moldes das viagens empreendidas por outros naturalistas luso-brasileiros durante o período mariano. Estas eram orientadas especialmente para o reconhecimento de territórios e mapeamento de recursos naturais nos domínios do Império português<sup>298</sup>. As

---

<sup>298</sup> Pode-se discernir nitidamente este enfoque nas regras estabelecidas pela Academia das Ciências de Lisboa para a redação de diários de viagens em expedições exploratórias. Estes padrões foram estabelecidos em “Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar”. Por Domenico Vandelli, 1779. Academia das Ciências de Lisboa. O exemplar ao qual tivemos acesso foi transcrito por Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz, em sua tese de doutoramento. Cruz, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades Por Mim Vistas e*

instruções de Hipólito mostram que a natureza de suas atribuições era bastante diversa. Nos Estados Unidos, em particular, a ênfase estava em métodos de cultivo, como se pode observar na relação das tarefas de que foi encarregado. Os principais alvos de suas pesquisas eram a cultura e a preparação do tabaco da Virgínia e de Maryland; o cultivo do linho cânhamo e as informações necessárias para a sua aclimatação no Brasil; a cultura do *acer saccharinus*, com um parecer sobre a qualidade do açúcar que esta espécie podia proporcionar; culturas de batatas e das diferentes plantas que os norte-americanos utilizavam em prados artificiais. Suas observações deveriam se estender ainda a todas as árvores ou arbustos de que pudesse obter sementes. Também havia interesse em máquinas empregadas na navegação de rios e canais, mas, pelo isolamento deste tema no conjunto das instruções que Hipólito recebeu em Lisboa, pode-se imaginar que a navegação fluvial não fosse um aspecto prioritário em sua missão.

Em síntese, o objetivo desta viagem era a aquisição de técnicas e conhecimentos úteis à diversificação da agricultura no Brasil<sup>299</sup>. Era tarefa que não exigia observações *in loco*, desde que seu encarregado tivesse acesso a fontes confiáveis. Hipólito logo deve ter percebido isto, pois seu diário comprova que foi especialmente em Filadélfia que ele localizou as principais informações requeridas em suas instruções. Talvez pressentindo que não conseguiria realizar todas as tarefas que tinha a seu cargo, como trazer do México a planta e o inseto da cochonilha e ainda observar ali as técnicas de exploração de minério, ele optou por alternativas que lhe pareceram pertinentes naquelas condições.

---

*Observadas Oxalá Foram Fábulas Sonhadas. Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica.* Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2004.

<sup>299</sup> A ênfase em saber aplicado era uma característica marcante do reformismo ilustrado português, como já apontava Maria Odila da Silva Dias no clássico estudo *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Ver obra citada, pp. 39-126. Ao analisar a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira à região amazônica, Ronald Raminelli também mostra como o caráter utilitário dos trabalhos realizados por naturalistas lusobrasileiros neste período era incentivado por uma política de Estado bem definida, orientada especialmente para a exploração racional de recursos e modernização da economia colonial. Raminelli, Ronald. “Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *Tempo*, v. 3, n° 6, dez. 1998, pp. 157-182.

A principal fonte de informações de Hipólito ao longo do período coberto pelos registros de seu diário foi, sem dúvida, William Hamilton. Em sua casa, ele pôde observar muitas plantas cultivadas nos Estados Unidos e também a variedade da cochonilha que era preferida pelos espanhóis do México<sup>300</sup>. Juntamente com sementes de mais de 200 espécies<sup>301</sup>, este botânico inclusive cedeu “uma pequena porção” de sementes do tabaco da Virgínia, que Hipólito enviou a Portugal<sup>302</sup>. Foi também por seu intermédio que ele observou a cana de Otahito e a chamada árvore do pão, bem como obteve a informação de que estas plantas, e talvez mesmo a cochonilha, poderiam ser trazidas da Jamaica<sup>303</sup>. Embora não tenha se referido a nenhuma encomenda em suas anotações pessoais, é bastante provável que ele tenha de fato encarregado um intermediário de trazer estas espécies, pois o tema das plantas que viriam ou já tinham vindo da Jamaica está presente em várias cartas e não apresenta inconsistências. (As contradições dizem respeito à vinda da cochonilha.) Antes de seguir para Nova York, Hipólito já havia escrito a D. Rodrigo solicitando autorização para enviar diretamente para o Brasil aquelas “plantas utilíssimas”. Nesta carta, informava que a cana de Otahito era uma nova espécie de cana-de-açúcar trazida pelos ingleses e que talvez fosse “mais

---

<sup>300</sup> Hamilton disse a Hipólito que esta variedade da planta da cochonilha que possuía em sua estufa tinha vindo de “S. Cristóvão, de um que há 20 anos o governo inglês fez tirar do México, prometendo um grande prêmio a quem o trouxesse, mas que não conseguiram haver o inseto.” *Diário da minha Viagem...*, pp. 73-4.

<sup>301</sup> Na correspondência de Hipólito constam remessas de várias caixas ou barris com sementes, totalizando mais de 400 espécies de plantas. Em apenas uma destas remessas há indicação do fornecedor, no caso Hamilton, mas é provável que este botânico tenha fornecido bem mais do que a metade do total de sementes enviadas a Lisboa. O diário indica dois outros fornecedores para a parcela restante: John Bartram e Moses Marshall, que venderam sementes a Hipólito. O último era sobrinho de Humphrey Marshall, o naturalista quacre que ele conheceu através do coronel Forest. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, pp. 159-65; 169-76; 194-5; 197-9. O grau de parentesco de Moses Marshall foi encontrado em Christoph Irmscher, na obra citada, p. 50.

<sup>302</sup> “A pequena porção de semente do tabaco da Virgínia, que agora remeto, e que pode ser plantada em Lisboa este verão, servirá para mostrar que a espécie é bem diferente da que temos no Brasil, e quando fizer a viagem do Maryland escolherei, para remeter, uma porção considerável, que acompanharei com a descrição da cultura, para se poder enviar ao Brasil”. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, carta nº 5, datada de Filadélfia, 6 de abril de 1799, p. 170.

<sup>303</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 75.

interessante para nós, que a mesma cochonilha”, pois era “tão vantajosa que rende o duplo da outra.<sup>304</sup>”

Na casa de Hamilton, Hipólito também conheceu “Mr. Müleberg”, com quem conversou especialmente sobre aproveitamento de espécies de árvores na construção naval. Este tema também aparece com algum destaque na Memória que ele escreveu sobre a viagem aos Estados Unidos<sup>305</sup>. Hipólito deve ter ficado muito impressionado com os conhecimentos daquele “alemão que vive em Lancaster”, pois na oportunidade escreveu que se tratava do “melhor botânico dos Estados Unidos.<sup>306</sup>”

Os registros do diário indicam que entre Hipólito e Hamilton havia não apenas uma relação de respeito intelectual, mas também uma forte amizade. Entretanto, antes de comentar a qualidade das relações que se processavam naquele grupo de Filadélfia, no qual Hipólito ingressou muito rapidamente, é preciso esclarecer alguns pontos relacionados aos temas que ele privilegiou em suas observações e ao modo como conseguiu reunir os dados necessários para dar conta de sua missão.

De início, é importante mencionar que foram várias as fontes que forneceram a ele informações sobre técnicas de cultivo e aproveitamento de espécies agrícolas, entre outros aspectos relacionados à agricultura em território norte-americano. O espírito pragmático que direcionava a sua missão parece ter encontrado ali uma orientação muito semelhante, especialmente entre os naturais da Pensilvânia, cuja vocação agrícola é perceptível no texto. Em seus deslocamentos para Nova York e Boston, Hipólito também conheceu pessoas que tinham informações pertinentes ou mesmo valiosas para os resultados que ele pretendia alcançar. Entre os seus contatos, aparecem naturalistas, mas também pequenos produtores bem informados como “Mr. Budinot, o administrador

---

<sup>304</sup> “Copiador e Registro..., carta nº 3, datada de Filadélfia, 24 de março de 1799, p. 166.

<sup>305</sup> “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”, pp. 355-6.

<sup>306</sup> Contudo, a impressão geral não foi muito boa, pois Hipólito na realidade escreveu: “O melhor botânico dos Estados Unidos é padre e pastor nesta terra, mas tão rude e grosseiro que era intolerável!” *Diário da minha Viagem...*, p. 82.

da Casa da Moeda, que é um bom agricultor” e lhe explicou algumas características do *acer saccharinus*<sup>307</sup>. São comuns no texto passagens que transcrevem longos depoimentos destes informantes ou estabelecem diálogos entre eles, como nestas situações.

“Falei hoje com um lavrador de Georgetown em S. Carolina que me disse que a plantaço do tabaco lá era diferente da que usam aqui, porque no sul não se lhe cortam os topes, mas muitas folhas, de modo que as outras ficam grossas e densas, talvez por essa razão; disse-me o mesmo, a respeito do arroz, que o costumam aguar com diques, que fazem nos rios onde a maré opera, mas que se provam a água para saber se tem sal, porque a menor quantidade de água salgada mata o arroz; disse-me, havia diversas qualidades de engenhos para o descascar, que todos foram inventados 20 anos a esta parte; pois antes os não havia, e que cada vez se melhoram mais e aperfeiçoam. O algodão é uma muito proveitosa cultura porque um rapaz é tão serviçal como um homem, o que não acontece no tráfico do arroz, do anil, etc. O Coronel Wade Hamton espera fazer este ano 18.000 th. Esterlinas em algodão das suas plantaçoens. Tem-se feito muitas experiências a respeito do cânamo que dão todas as esperanças e naquele mesmo lugar há um Mr. Dupris (se bem me lembro), que está ocupado em publicar tudo quanto é preciso saber-se pelos lavradores para o melhoramento da agricultura do país.<sup>308</sup>”

“Fui ao Dr. Mittchill onde me encontrei com o Dr. .... , um médico inglês que esteve no Rio de Janeiro, e me disse que o cacto que aí observou é o *opuntia coxinilliger*, que há três ou quatro espécies diferentes, que foi trazida para uma das ilhas do México a planta, mas que o inseto não se dava bem nela, que ele conduzira o inseto com a planta, mas que morreu com o frio. Este médico, suponho que andou em alguma frota inglesa, e parte amanhã para a Inglaterra; falou-me, também, da nova cana de Otahito, e com grande vantagem, e disse-me que ela era universalmente cultivada agora, mas que ele supunha não ter sido importada de Otahito, mas sim das Maurícias.<sup>309</sup>”

“O melhor tempo para plantar batatas em Mansland<sup>310</sup> é junho; um agricultor, dali, me disse que as melhores batatas eram as que se plantavam depois da sega ou colheita, lavrando a terra logo depois de segado o trigo e plantando batatas. Um agricultor da Pensilvânia é de acordo que estas batatas são as melhores para a mesa, mas não em tão grande abundância como as que se plantam na primavera.<sup>311</sup>”

Cruzando os depoimentos que recolhia com fontes impressas, Hipólito parece ter

<sup>307</sup> *Diário da minha Viagem...*, pp. 65-6.

<sup>308</sup> Nesta ocasião, Hipólito se encontrava em Boston. Idem. p. 139.

<sup>309</sup> Esta anotação foi feita em Nova York. “Dr. Mittchill”, “Mittchell” ou “Mittchild” era químico e professor da Universidade Colúmbia. Idem. p. 101.

<sup>310</sup> Provavelmente Maryland.

<sup>311</sup> Este registro coincide com a estadia de Hipólito em Germantown, mas nesta data, 2 de outubro de 1799, ele também esteve em Filadélfia. Não é possível discernir em qual das duas localidades ele obteve estas informações. Idem. p. 143.



mapeado a produção agrícola nos Estados Unidos, enveredando ainda por outras atividades como pecuária<sup>312</sup> e mineração, como se verá mais adiante. Ele também estava muito atento a ferramentas, instrumentos, utensílios, máquinas. Eram objetos que não constavam de suas instruções, mas que a ele pareciam inovações muito úteis. Neste aspecto, o que mais despertava o seu interesse eram soluções simples e baratas para problemas que faziam parte do dia-a-dia do agricultor ou criador, como ilustram estas passagens.

“Observei no Museu de Peale<sup>313</sup> a ponte de madeira de um só arco, e lhe comprei o folheto que ele publicou com a sua descrição. Observei mais duas máquinas, uma que é uma sorte de macaco para levantar pesos, e outra uma qualidade de carrinho para tirar o esterco dos currais e levá-lo para os campos, ambas se podem ver desenhadas no caderno de observações N. 1, Nota F e H.<sup>314</sup>”

“...aqui, por ao pé, vi três coisas novas: 1º, uma grade cujo feitio era como se vê à margem<sup>315</sup>; 2º, um modo de tirar água de um poço que é com um cilindro que se move com uma manivela, o que faz enrolar a roda à corda que suspende o balde; 3º, outro modo para o mesmo com uma simples labanca<sup>316</sup>, que, tendo o fulcro no meio, está em equilíbrio e tem em uma ponte o balde pendurado por uma corda ou vara (vide cad. de observ. n..... nota).<sup>317</sup>”

“Ao pé da fragata havia um engenho de serrar madeira para a obra, com a água da maré, que me pareceu tão simples como vantajosa, e observei melhor as serras, de que já tinha visto fazer uso em New York, que são serras braçais, mas sem armas, e só com um cabo de ferro onde há uma travessa de ferro para lhe pegar, e, embaixo, uma espécie de tenaz por onde pega o que serra de baixo (vide margem).<sup>318</sup>”

“Aqui usam fazer uma certa espécie de carrinhos de molas com as molas de um pau chamado *ash* (*Sorbus-Americana*). (Vide a pintura no caderno de observações nº 5, nota D.)<sup>319</sup>”

<sup>312</sup> Hipólito demonstrou grande interesse pelo búfalo e o encantamento com esta espécie resultou em várias anotações em seu diário. Sua idéia era levar alguns exemplares para Portugal, inclusive. Esta proposta aparece numa de suas cartas a D. Rodrigo, mas não no relatório final sobre suas atividades nos Estados Unidos.

<sup>313</sup> Tratava-se do Museu de história natural de Charles Wilson Peale, em Filadélfia, que tinha o nome de seu proprietário e foi descrito por Hipólito em outra passagem do texto. Ele também compareceu às aulas que Peale ministrava em seu museu e registrou que “na primeira lição” o cientista “fez a descrição da sua vida dizendo que tinha começado por ser pintor, etc.” *Diário da minha Viagem...*, pp. 53-4; 150.

<sup>314</sup> Idem. p. 83.

<sup>315</sup> O original traz à margem um desenho da grade, que é reproduzido na edição da Academia Brasileira de Letras.

<sup>316</sup> Nota do editor: Alavanca.

<sup>317</sup> Idem. p. 83.

<sup>318</sup> O desenho está à margem. Idem. p. 97.

<sup>319</sup> Idem. p. 137.

Aqui é possível discernir o ponto de vista do produtor rural, que afinal Hipólito também era. Trata-se de uma dimensão que mereceria análise mais detalhada, mas estas passagens remetem ainda a outros temas, um deles bem mais importante: a clara orientação para tecnologias. O centro da experiência de Hipólito da Costa como viajante naturalista foi paradoxalmente a civilização. Isto pode ser localizado mesmo em anotações aparentemente banais deixadas em seu diário de viagem. Um exemplo diz respeito ao uso que ele fazia de seus “cadernos de observações”. Estes cadernos pareciam em princípio destinados a comentários de ordem técnica e desenhos de espécies de plantas, com as suas descrições. De fato, além das máquinas, ferramentas ou “coisas novas”, como se vê acima, há registros de desenhos de plantas numa das visitas de Hipólito ao jardim de William Hamilton. Com o tempo, entretanto, outras informações foram sendo inseridas nestes cadernos, como seu diário de viagem permite entrever. O curioso é que já entre suas primeiras anotações em Filadélfia aparece o seguinte texto.

“Hoje, vi a livraria pública instituída à custa de subscrições particulares, e que teve por motor Benjamin Franklin, cujo busto conserva sobre a porta; consta de duas salas sem algum ornado ou pintura mais que as estantes sumamente lisas, e simples, e todos os livros com grades de arame por diante (uma descrição exata se achará no cad. de ob. n° 2, nota A).<sup>320</sup>”

Ele também chegou a identificar o lugar em que se encontrava como parte da Europa: “As prostitutas em Filadélfia são tantas que inundam as ruas de noite, de modo que em se vendo na rua, mesmo sem homem, é indefectivelmente; porém, suas casas são sempre isentas de perigos, o contrário que em outras partes da Europa.<sup>321</sup>”

Não é surpreendente portanto que, em suas observações sobre os mais variados

<sup>320</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 53.

<sup>321</sup> Note-se as idéias em oposição neste comentário: as prostitutas inundavam as ruas, *porém* suas casas eram sempre seguras, o que parecia uma grande vantagem em relação a “outras partes da Europa”. *Idem.* p. 52.

objetos, ele operasse consistentemente neste registro. Pode-se afirmar que seu interesse pela geografia física era quase inexistente: quando a natureza aparece em seu diário, surge frequentemente associada a outros temas, como agricultura, comércio, transportes ou mesmo defesa do território, pois ele também fez comentários sobre fortificações militares. Há no texto uma passagem que revela com nitidez a ótica do jovem naturalista sobre a paisagem norte-americana.

“...aí mudamos de *stage*, e continuamos até daí 10 milhas onde atravessamos o Delaware em uma barca, que tinha 6 homens a remar, e tinham um grande trabalho em atravessar o rio, porque a corrente é sumamente impetuosa; só tinha dois remos e os mais homens serviam para a vara, para subir pela praia, rio acima, antes de atravessar até aqui o Delaware navegável, e não para cima porque aqui há uma grande cachoeira – não fizeram inda nesta cachoeira o menor melhoramento para a navegação – , e só quando o rio está muito cheio podem subir alguns barcos a carga até aqui. Viemos sempre costeando o Delaware umas vezes mais encostado e outras mais afastado, segundo as voltas que ele fazia, mas nunca gozando de um bom ponto de vista porque a terra sempre baixa raras vezes oferece um painel interessante; do outro lado estava Trenton, a capital de Jersey, uma pequenina cidade que tem a um lado uma povoação chamada Lambertton; entre uma e outra está a prisão do Estado de Jersey que faz um bonito prospecto; e uma mulher da Companhia me disse que era regulada pelos mesmos princípios que a de Filadélfia inda que não tão bem, porque agora não enforcavam por roubo, mas condenavam à prisão perpétua, ou de 7 anos.<sup>322</sup>”

Este é um trecho do relato sobre a viagem de Hipólito a Nova York. Aqui a natureza curiosamente aparece como antagonista. Representada na corrente “sumamente impetuosa” e na imagem da “grande cachoeira”, era um elemento a ser vencido por “melhoramentos” do homem. Ainda não realizados, para decepção do autor.

Este é um tema que merece contextualização mais precisa, pois ao menos um viajante europeu que esteve na África meridional nos últimos anos do século XVIII, o britânico John Barrow, parecia ter igual perspectiva de “aperfeiçoamento” da natureza que descreveu em seu diário de viagem. Mas seu ponto de vista era diverso. De acordo

---

<sup>322</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 84. A penitenciária de Filadélfia, administrada pelos quacres, é tema do capítulo seguinte. Aqui vale observar que a legislação de Nova Jersey seguia “os mesmos princípios” do código penal da Pensilvânia, “inda que não tão bem.” O texto indica que o motivo desta defasagem era a condenação “à prisão perpétua, ou de 7 anos” por roubo. Ele certamente considerou esta pena injusta.

com Mary Louise Pratt, Barrow era um jovem diplomata de carreira que estava inserido no projeto de ocupação da Colônia do Cabo pela Grã-Bretanha, cuja primeira fase ocorreu entre 1795 e 1803. Seu relato foi publicado em Londres, em 1801, com o título *Viagens ao Interior da África Meridional nos anos 1797 e 1798*. Os motivos das longas viagens de Barrow pelo interior da região eram bem mais políticos do que científicos: nas palavras de Pratt, “seu trabalho era o de explorar os atritos entre os colonos e os dirigentes da Companhia [Holandesa das Índias Orientais], estabelecer o reconhecimento da presença britânica entre as populações africanas e indígenas” e, o que parecia menos importante, “documentar ‘a face do país’”.<sup>323</sup>”

Entretanto, continua Pratt, “no que pode parecer um paradoxo, o relato de Barrow faz apenas referências muito limitadas aos ângulos militares e diplomáticos de sua missão.” Sua narrativa, “que parece fazer todo o possível para minimizar a presença humana”, apresenta uma “superabundância de descrições da natureza e da paisagem.” O espírito de “aperfeiçoamento” se revela aqui no exame de potencialidades: a paisagem, vazia da presença humana, é também visualizada em suas possibilidades de apropriação e transformação num futuro colonial regido pela Grã-Bretanha. Estas possibilidades são “codificadas como recursos a desenvolver, excedentes a ser comercializados, cidades a construir.”<sup>324</sup>”

Há portanto uma distinção de fundo: se Barrow e outros viajantes europeus que percorreram a África meridional neste período, como o sueco Anders Sparrman e o inglês William Paterson, descreveram a paisagem “como inabitada, devoluta, sem história, desocupada até mesmo pelos próprios viajantes”<sup>325</sup>”, Hipólito parecia não ter interesse algum pela paisagem. Isto é tão flagrante que, ao descrever o panorama na travessia do Delaware, seu diário focaliza justamente a prisão de Nova Jersey. Era esta

---

<sup>323</sup> Pratt, Mary Louise. op. cit., p. 110.

<sup>324</sup> Id. ibid. pp. 110-1;114.

<sup>325</sup> Id. ibid., p. 99.

construção realizada pelas mãos do homem que fazia “um bonito prospecto”. Há outra passagem muito semelhante no texto, que se refere à cidade de Providence, em Rhode Island: “A ponte está em direitura de uma rua que corresponde com outra do outro lado, fazendo um lindo prospecto.”<sup>326</sup>

É interessante perceber como ele rapidamente escapava da descrição da paisagem em direção a outros temas, estes de seu real interesse, como a economia das cidades que visitava, a arquitetura de casas ou edifícios, as confissões religiosas existentes naquelas localidades ou mesmo o aspecto das pessoas que encontrava pelo caminho. Na citação acima, o foco se transferiu para a legislação penal de Nova Jersey. Nas poucas situações em que há um desenvolvimento narrativo sobre a paisagem, este é abortado ou interrompido, por vezes abruptamente, como se vê nesta passagem.

“Depois de ter subido acima desta montanha, gozei da bela vista de toda a ilha de York, o *Sound* ou *Est River*, *Long-Island*, que me apresentaram um prospecto encantador, o melhor que tenho vista na América. As margens do rio são de pedra areenta, rochedos e pedregulhos; e me admira que New York seja toda edificada de tijolo tendo esta imensa quantidade de pedreiras que fornecem, ao longo da praia, pedras quase facetadas e cortadas, propriíssimas para edificar, e tão à mão que não há outro incômodo que pegar nelas e pô-las dentro do barco para as transportar, tão próximas estão da água, e isto duas ou três milhas apartadas da cidade. O rio é baixo, quase todo, de modo os pescadores fincam estacas por todo o rio para firmarem as suas redes.”<sup>327</sup>

Vê-se que o “prospecto” mais encantador que Hipólito teve a oportunidade de observar na “América” não é apresentado no texto. O relato não explica por que motivo aquele panorama era tão belo. O mais interessante é que a descrição das margens do rio, onde havia muitos rochedos e pedregulhos, é subitamente interrompida. Era esperado que o autor continuasse discorrendo sobre o rio ou retornasse ao plano geral da paisagem, mas isto não acontece. Sua atenção foi desviada para a cidade de Nova York,

---

<sup>326</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 131.

<sup>327</sup> *Idem.* p. 114-5.

porque em seu campo de visão estavam as pedras “propriíssimas para edificar”. Em sua opinião, era incompreensível que os habitantes da cidade não tivessem utilizado aquelas pedras. Do mesmo modo, como o foco estava quase sempre voltado para as pessoas, ao retornar à descrição do rio, ele concluiu a passagem fornecendo uma característica daquele elemento – “baixo” –, mas isto só interessava porque era a condição necessária para os pescadores fincarem estacas.

Seria exaustivo transcrever passagens semelhantes, mas há no texto uma frase que evidencia este enfoque com alto poder de síntese: “Depois disso, o campo, cultura, produções, gente, vestidos, etc., foi tudo igual até Boston.<sup>328</sup>” A natureza despida da intervenção humana ou dos usos que os homens faziam (ou poderiam fazer dela) aparece em apenas dois trechos do diário de Hipólito, claramente extraídos de fontes impressas<sup>329</sup>. Contudo, mais do que atento à utilidade ou ao aproveitamento de recursos naturais, tema caro ao reformismo ilustrado português, Hipólito estava interessado na organização da sociedade norte-americana, suas práticas econômicas, relações sociais, usos e costumes<sup>330</sup>, entre outros aspectos da vida urbana, como a qualidade da água<sup>331</sup>

---

<sup>328</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 133.

<sup>329</sup> Seria interessante saber em que medida a natureza (despida de sua utilidade) estaria ausente no discurso de outros luso-brasileiros que viajaram pelos domínios portugueses neste período. Em seu trabalho, Ana Lúcia Barbalho da Cruz coteja os escritos que documentam as expedições realizadas por eles, incluindo diários de viagens, mas não aborda este aspecto, provavelmente por não ter pertinência no contexto de sua pesquisa. Ver Cruz, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. op. cit., pp. 174-226. Há, porém, um relato de viagem anterior às expedições exploratórias realizadas por naturalistas luso-brasileiros que apresenta um discurso bastante distinto da narrativa de Hipólito da Costa. Trata-se do diário de um ouvidor português que percorreu a capitania de São José do Rio Negro, nos anos de 1774-75, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio. Segundo Neil Safier, sua viagem foi “uma visita simultaneamente jurídica, científica e civil”, pois o servidor régio exercia diferentes funções ao mesmo tempo, dada a carência de recursos humanos no ultramar. Sampaio deixou em seu diário longos comentários sobre a natureza exuberante da Amazônia, mas o mais interessante é que seu relato contém aspectos que se posicionam em linha com o “espírito de aperfeiçoamento” de que fala Marie Louise Pratt. Afirma Safier que o texto do ouvidor parecia apontar para a “destruição da floresta em si”. Sua descrição de uma paisagem repleta de “maravilhas naturais” também continha a perspectiva de transformação desta paisagem, inscrevendo-se “na longa batalha de dominação dos europeus contra as incomodidades de um ambiente estranho.” Safier, Neil. “O *Diário da Viagem* do Ouvidor Sampaio (1774-1775): As práticas narrativas de uma viagem administrativa na América Portuguesa.” *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa.

<sup>330</sup> Antonio Cândido já havia observado esta característica no diário de Hipólito da Costa: “É notável que esse pensador culto, por ocasião de sua viagem aos Estados Unidos, só haja anotado os traços que permitiam uma visão da política, dos costumes, da economia, quase não cuidando da vida intelectual e

ou o “estado da medicina” nos Estados Unidos, tema que o interessava particularmente e sobre o qual há vários registros em seu diário.

Ao relatar que havia curado uma criança na estalagem de escoceses em que esteve hospedado em Nova York, Hipólito escreveu: “Tendo eu empregado grande parte da minha vida em estudos médicos, tenho achado nas minhas viagens que nada me é tão útil.<sup>332</sup>” Em Filadélfia, ele compareceu a demonstrações de anatomia na Universidade da Pensilvânia e assistiu às “lições públicas” de Benjamin Rush sobre “medicina prática.” Estas “lições” ou palestras versavam sobre a febre amarela, tema ao qual Rush dedicou vários estudos<sup>333</sup>. Entre as variadas remessas que Hipólito fazia a Lisboa, consta em seus registros “uma coleção de panfletos” sobre “moléstias epidêmicas e seus preservativos.” Na ocasião, ele sublinhou a D. Rodrigo a importância destas “novas doutrinas sobre a peste” afirmando que “*Sir John Temple*, falecido cônsul de S. M. Britânica junto dos Estados Unidos, mandou esta mesma coleção ao Almirantado em Inglaterra.<sup>334</sup>”

Hipólito também costumava visitar hospitais e asilos para velhos e doentes, entre outras instituições de caridade, públicas ou privadas. Além da curiosidade pelas práticas da medicina, estas visitas provavelmente estavam relacionadas a sentimentos

---

artística.” Mello e Sousa, Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo, Livraria Martins Ed., 1959, vol. 2, p. 250.

<sup>331</sup> “Na gazeta de hoje apareceu um plano para se conduzir água para a cidade do Schuylkill, e o engenheiro confessava que a natureza da água era de filtrar, e que assim se conhecia porque a água dos poços tinham um gosto acre, que lhe provinha das comuas, o que confirma a minha observação do dia 6 de janeiro.” *Diário da minha Viagem...*, p. 61.

<sup>332</sup> Idem. p. 124.

<sup>333</sup> Idem. p. 65. Graduado na Universidade de Edimburgo, Benjamin Rush foi o médico norte-americano de maior prestígio em seu tempo. No período em que Hipólito esteve nos Estados Unidos (1799-1800), era vice-presidente da American Philosophical Society. Sua larga experiência na assistência a doentes durante as epidemias de febre amarela o convenceram de que a doença não era contagiosa nem tampouco trazida por embarcações vindas do Caribe, como se acreditava na época. Rush celebrou-se também pela forte adesão à campanha abolicionista nos Estados Unidos, sucedendo Benjamin Franklin na presidência da Pennsylvania Society for the Abolition of Slavery. *Appleton's American Biography* by [StanKlos.com](http://StanKlos.com) (acesso 19/07/07)

<sup>334</sup> Ao que parece, estas “novas doutrinas sobre a peste” eram de autoria do “Dr. Mittchild”, o químico de Colúmbia, e não de Benjamin Rush. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, carta nº 7, datada de New York, 15 de junho de 1799, p. 179.

filantrópicos, coincidentemente ou não, muito incentivados pela maçonaria. Alguns dias após embarcar em Lisboa, ele havia deixado o seguinte registro em seu diário.

“Hoje tive notícia da Sociedade Filantrópica de Londres que, por meio de subscrições particulares, fez um estabelecimento de rapazes pobres para os aplicar às artes. Este estabelecimento devo eu estabelecer no Rio Grande, inda à custa de grande parte do meu patrimônio.<sup>335</sup>”

Ao que parece, parte de seu interesse residia no sistema de administração destas instituições. É o que mostra uma de suas anotações, relacionada ao conceito de seguridade social. Em Nova York, no dia 11 de julho, ele registrou que havia em Filadélfia uma sociedade que tinha “a seu cargo cuidar das viúvas e filhas dos marinheiros, capitães de navios”, e transcreveu uma tabela com os valores em dólar dos “fundos atuais”, dividendos e participações (*shares*) daquela instituição. Ele acrescentou ainda que a sociedade tinha sido “instituída e era conservada por particulares” e que em New York havia uma sociedade semelhante, “bem como em quase todos os portos de mar.<sup>336</sup>”

No dia seguinte à sua chegada em Nova York, 21 de abril, ele havia escrito: “Há aqui um hospital que o Estado sustenta, e de que tenho a carta; tem até 60 doentes. Há uma casa dos pobres e o *City Dispensary*.” É de notar que os registros referentes à esta data incluem uma grande quantidade de informações sobre Nova York: arquitetura dos edifícios, desenho das ruas, fortificações militares, prédios do governo, instituições bancárias, entre outras observações, o que é natural levando em conta que ele acabava de chegar à cidade. No entanto, aquele foi um dia particularmente agitado, pois a

---

<sup>335</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 37. Vê-se que Hipólito já apresentava um perfil filantrópico antes da viagem à América do Norte. Este registro também indica que publicações estrangeiras tinham circulação expressiva em Portugal, como afirma Alexandre Mansur Barata na obra citada, p. 40.

<sup>336</sup> *Idem*. p. 110. Como Hipólito estava em Nova York havia praticamente dois meses, os números daquela instituição de Filadélfia foram com certeza extraídos de material impresso. Este material dificilmente seria um folheto, pelo tempo decorrido desde que ele havia deixado a capital federal. O mais provável é que se tratasse de uma prestação anual de contas, publicada em algum jornal de Filadélfia. Neste caso, a *Aurora*, pois era o jornal que ele assinava.



estalagem em que Hipólito havia se hospedado no dia anterior foi consumida por um grande incêndio, que se alastrou por todo o quarteirão. Ainda assim, ele teve tempo e disposição para conseguir “a carta” do hospital do Estado. (Ou será que este material estaria à mão?<sup>337</sup>)

Percebe-se que não apenas os objetivos da missão de Hipólito deslocaram o enfoque de seus registros. Os lugares viajados e suas próprias inclinações ou interesses pessoais introduziram novos componentes ao conteúdo e ao formato dos apontamentos que ele deixou sobre sua viagem aos Estados Unidos. No relatório final de suas atividades, apresentado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ele mesmo afirmou que alguns dos aspectos que havia observado pareciam “estranhos” à sua comissão.

“E entrei ao mesmo tempo tudo quanto pude nos principios de economia tanto publica quanto particular de cada um destes ramos; procurando saber os motivos e fins do Governo em todas as operações mercantis, no que achei bastante o que aprender principalmente na administração das Alfândegas, direitos de importação e tonellada, e outros regulamentos da marinha mercantil, e rendas publicas; compilando para isto todos os documentos authenticos que é possível obter. Por quanto inda que alguns destes pontos parecessem estranhos á minha comissão, com tudo julguei proprio preparar-me para responder a quaesquer questões, que sobre elles V. Ex. houvesse por bem fazer-me.<sup>338</sup>”

Mas esclarecido o caráter das atribuições de Hipólito e os principais motivos que orientavam as suas anotações pessoais, cabe voltar aos métodos que ele utilizou em suas investigações no campo da história natural. Já foi observado que as técnicas empregadas neste campo também estão presentes em registros sobre temas muito variados. Entretanto, há dois patamares ou níveis de tratamento da informação. Este é talvez o

---

<sup>337</sup> Alguns dias depois, Hipólito visitou a “casa dos pobres” e anotou que era “um edifício de tijolo e cal muito regular”, com “23 janelas de frente”, “e, ao que parece, bem asseado.” Disseram a ele que ali “havia mil pessoas, oitocentos segundo alguns, nele, acho muito; custou 130 mil dólares, é bem tratado. A despesa de cada pobre por ano é de 150 dólares; a taxa anual dos pobres monta 30 mil réis por ano.” *Diário da minha Viagem...*, pp. 88-90.

<sup>338</sup> “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”. p. 352. Talvez esteja aqui um dos motivos das muitas referências à América independente nas páginas do *Correio Braziliense*: Hipólito da Costa era muito provavelmente a pessoa de nacionalidade portuguesa que mais conhecia ou mais possuía informações qualificadas sobre os Estados Unidos. Discorrer a respeito conferia autoridade ao seu discurso, sem dúvida.

aspecto mais interessante que o formato de suas anotações permite identificar.

### **A intermediação das fontes**

Observando com atenção os registros do diário de Hipólito, pode-se discernir com clareza o processo de construção dos textos de caráter técnico que ele apresentou a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, incluindo a “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”, provavelmente escrita após seu retorno a Lisboa.

Ao longo do primeiro ano de sua viagem, ele enviou a Lisboa sete memórias sobre técnicas empregadas pelos norte-americanos que ele considerou muito proveitosas. Estas memórias ou descrições versavam sobre os seguintes temas: a cultura do bicho da seda; o cultivo de prados artificiais perpétuos; a técnica de construção de pontes de madeira com um só arco; uma máquina utilizada para limpar a lama acumulada nos cais; o cultivo do *acer saccharinus*; a cultura do jinsão; e a descrição de um modo de tocar a bomba a bordo dos navios<sup>339</sup>.

Não é arriscado afirmar que algumas destas descrições foram em sua totalidade, ou ao menos em boa parte, extraídas de fontes impressas. É o caso do “novo método de construir pontes de madeira com um só arco<sup>340</sup>”, que Hipólito conseguiu por meio de um folheto comprado no Museu de Peale, como já visto aqui. Ele mesmo revelou a D. Rodrigo que utilizava publicações “do paiz” para obter informações, como mostra esta passagem da Memória que escreveu sobre a viagem.

“A cada agricultor a que fui introduzido apresentei uma serie de questões escriptas; as suas respostas, algumas publicações que se tem feito no paiz, e

---

<sup>339</sup> Esta memória foi publicada pela Casa Literária do Arco do Cego, em 1800, com o título *Descrição de huma maquina para tocar bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens*. Segundo Mecnas Dourado, a Academia Brasileira de Letras reeditou este folheto em 1955. Ver obra citada, t. 1, p. 80.

<sup>340</sup> Hipólito comenta este trabalho em sua carta nº 7, datada de Nova York, 15 de junho de 1799. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, p. 179.

ainda as minhas próprias observações serão compiladas em forma de memória assim que o tempo o permitir, e que apresentarei a V. Ex.<sup>341</sup>”

O método de aplicar questionários, ao qual Hipólito se referiu acima, também parece estar presente em sua descrição sobre a cultura do bicho da seda. Neste caso, entretanto, ele não deve ter formulado questões a agricultores, mas sim a um ou mais botânicos, pois não há notícia em seu diário de que esta cultura fosse desenvolvida nos lugares em que ele esteve durante sua viagem. A carta que ele enviou a D. Rodrigo comentando este trabalho é interessante, porque revela a formatação do texto escrito com base nesta metodologia.

“Tenho a honra de remeter a V. Ex<sup>a</sup> as memórias inclusas. A primeira é um tratado sobre a cultura dos bichos da seda. Nesta eu não fiz mais que traduzir as respostas que foram dadas às diversas questões e adir-lhe algumas notas que me pareceram necessárias, porque achei ser este o mais simples e conciso método, sendo ao mesmo tempo o mais adaptado à capacidade das pessoas que ordinariamente se empregam nesta cultura. Pela leitura da obra, verá V. Ex<sup>a</sup> que algumas questões não foram reproduzidas como eu desejava, mas há outras em que a informação é muito mais ampla que a pesquisa.<sup>342</sup>”

A última frase desta passagem indica que as questões aplicadas por Hipólito não foram omitidas na edição final do texto. O formato de questionário (ou de entrevista) foi mantido. O que é interessante: ele considerou que este formato era o mais apropriado “à capacidade das pessoas”, ou seja, era “o mais simples e conciso método” (portanto, o mais didático) de transmitir aquelas informações aos agricultores interessados<sup>343</sup>. Seu diário não registra nenhum encontro em que ele tenha conversado sobre bichos da seda

<sup>341</sup> “Memoria sobre a viagem aos Estados-Unidos”, p. 353. Aqui ele estava se referindo a uma memória que pretendia escrever sobre o cultivo do tabaco.

<sup>342</sup> “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, carta n° 7, pp. 178-9.

<sup>343</sup> Um ano antes, em 1798, frei José Mariano da Conceição Veloso, com quem Hipólito viria a trabalhar na Casa Literária do Arco do Cego, começou a organizar a coleção *Fazendeiro do Brasil*. Havia portanto a idéia de publicar textos direcionados a agricultores com enfoque semelhante, mas este é outro aspecto que não foi possível abordar nos limites deste trabalho. Seria interessante investigar em que medida os textos de caráter técnico produzidos por Hipólito ao longo de sua viagem (e mesmo em Lisboa) teriam sido influenciados pelos formatos que ele encontrou na imprensa norte-americana, incluindo folhetos ou “*pamphlets*”, como ele chamava. Uma informação que também esclarece o aproveitamento de Hipólito na equipe do padre Veloso: eles já eram amigos antes da viagem aos Estados Unidos. No dia 20 de outubro de 1799, há o seguinte registro: “Hoje fui passear de manhã para dominar o enjôo em que me acho, sem ter que fazer, e sem receber cartas de Lisboa mais que uma do padre Veloso.” *Diário da minha Viagem...*, p. 147.

antes de enviar esta memória a Lisboa<sup>344</sup>, mas é bastante provável que algum de seus cadernos trouxesse informações a respeito. Por outro lado, nada impede que ao menos parte desta descrição tenha sido extraída de fontes impressas.

De modo geral, os trabalhos que Hipólito enviou a D. Rodrigo encontram referências em seu diário, mas como não foi possível conhecer estes documentos, seria improdutivo ir além das considerações feitas até aqui. Em contrapartida, o resultado final das pesquisas realizadas nos Estados Unidos pode ser aferido na Memória que ele apresentou em Lisboa. Várias passagens deste texto foram compiladas do diário e ilustram o modo como ele conduziu suas investigações. Um exemplo interessante é o trecho referente ao cultivo do algodão, em que Hipólito dá conta do crescimento recente desta cultura e das perspectivas extremamente favoráveis para os plantadores que se dedicassem a ela no sul dos Estados Unidos.

“Na viagem pelos Estados Meridionais forão o algodão e o indigo, que me occuparão principalmente. A cultura do algodão que data de uma epocha muito recente nos Estados-Unidos, cresce todos os dias a passos agigantados, e promete ao agricultor uma riqueza quasi incrível. O Coronel Wade Hampton, na Carolina do Sul, fez o anno passado 18.000 libras esterlinas de lucros no algodão de suas plantações. Quatro especies são as que se cultivão na Georgia e Carolina – *Gossium herbaceum* – *hirsutum* – *barbadense* – *arboreum* – e os Americanos apresentam differentes especies no mesmo terreno até acertar com a que se dá melhor. Esta planta é alternada e algumas vezes plantada juntamente com o mais; e o algodão produzido na beira do mar e ilhas adjacentes ás costas da Georgia é o que tem maior valor no commercio.

---

<sup>344</sup> Somente vários meses mais tarde, aparece no diário de Hipólito uma anotação sobre este tema: “Segundo as experiências de um americano, Mr. Bartram, os bichos de seda nativos da América, ou selvagens, como lhe chamam, têm qualidades superiores aos ..... europeus, porque: 1º, chocam os ovos mais cedo; 2º, não sofrem tão violentas moléstias como são as periódicas, que os outros sofrem por três vezes, e em que morre uma grande quantidade deles; 3º, não são afetados pelos trovões, raios e tempestades; os mansos padecem infinito com os fenômenos elétricos que acontecem na atmosfera; 4º, os casulos pesam 4 vezes mais que os casulos dos bichos mansos, o que dá a entender que produzirá maior quantidade de seda. De tudo isso resulta que se deve animar a cultura dos bichos da seda no Brasil.” *Diário da minha Viagem...*, p. 151. Não é possível saber ao certo a origem deste comentário, mas ele parece ter sido transcrito de uma fonte impressa, provavelmente uma publicação especializada, já que o tom utilizado por Hipólito em transcrições era de fato este: além de não mencionar um encontro pessoal, o texto mostra distanciamento entre o autor e a sua fonte. Aqui este distanciamento é até curioso, pois Hipólito dificilmente identificaria “Mr. Bartram” como “um americano”, ainda que este não fosse o botânico que ele conheceu e sim o seu pai, também chamado John Bartram e já falecido. Ainda menos os norte-americanos fariam isto. Esta publicação talvez fosse estrangeira, inglesa ou francesa.

Indaguei a respeito desta cultura tudo quanto me foi possível, não só sobre o modo de preparar e adubar as terras, escolher as sementes, tratar as plantas e molestias a que são sujeitas, com os curativos que se lhe tem descoberto; mas também procurei obter todas as noções que podem conduzir ao calculo provavel de rendimento e despesas, machinas para descaroçar, etc., etc.; e não duvido, que a exposição destes fatos seja agradável e interessante aos nossos agricultores do Brasil.<sup>345</sup>”

A passagem do diário que apresenta os lucros que o “Coronel Wade Hampton” havia obtido com o cultivo do algodão já foi transcrita neste capítulo. Recordando: Hipólito havia conhecido em Boston um “lavrador de Georgetown”, Carolina do Sul, que lhe forneceu este número – 18.000 libras esterlinas. Também na Nova Inglaterra, em Newport, ele registrou o seguinte: “Um sujeito que esteve na Geórgia me deu esta informação sobre o algodão: cada *bill* contém três pés que produzem 4 th. e ocupam 2 pés de terreno.<sup>346</sup>”

Antes, em Nova York, ele já havia conseguido algumas noções a respeito de técnicas de cultivo e também a informação, que aparece neste trecho da Memória, de que era “nas ilhas da costa da Geórgia” que havia as melhores plantações<sup>347</sup>. Entretanto, esta fonte de Nova York, se impressa (o que é mais provável pelas características de estilo do texto), era relativamente antiga e (ou) pouco confiável, pois ao mesmo tempo em que apontava a existência de grandes plantações na Geórgia, afirmava que o algodão era “plantado somente pela mais pobre classe do povo quanto basta para o consumo da família.<sup>348</sup>”

Ao que parece, Hipólito só teve uma idéia da rentabilidade das lavouras de algodão em sua passagem pela Nova Inglaterra, já que as dimensões presentes em suas anotações neste período mostram que ele ficou muito impressionado. Foi provavelmente por este motivo que ele buscou mais informações a respeito, pois esta pesquisa não

---

<sup>345</sup> “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”, pp. 356-7.

<sup>346</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 140.

<sup>347</sup> *Idem.* p. 113.

<sup>348</sup> *Idem.*

estava prevista em suas instruções. E com certeza não estava prevista porque o algodão não foi importante até o início do século XIX, quando dois fatores atuaram conjuntamente: a compra dos territórios da Louisiana, em 1803, e a invenção da descaroçadeira de Whitney, que possibilitou grande aumento da produtividade e impulsionou o cultivo desta planta em todo o sul dos Estados Unidos.

De acordo com Robin Blackburn, a exportação de algodão bruto dos Estados Unidos “cresceu de meio milhão de libras (226 toneladas) em 1793 a 18 de milhões de libras (8.100 toneladas) em 1800.” Pouco mais de uma década após a compra da Louisiana, em 1815, este número subiu para 83 milhões de libras (38.000 toneladas)<sup>349</sup>. O diário de Hipólito flagra o ponto de virada na expansão desta cultura, quando fontes menos recentes ainda não davam conta de que as lavouras cresciam “a passos agigantados”, mas já era clara entre agricultores do sul a percepção de que o algodão prometia “uma riqueza quasi incrível.”

Para os objetivos deste trabalho, o que interessa é que o primeiro passo desta pesquisa aparece nas anotações pessoais de Hipólito, mas o segundo, não. O motivo é simples: em paralelo às anotações que fazia em seu diário, ele certamente registrava uma quantidade bem maior de dados sobre agricultura nos seis (ou mais) cadernos de observações que o acompanharam durante o seu percurso nos Estados Unidos. Deve-se levar em conta ainda que ele suspendeu suas anotações pessoais em dezembro de 1799, mas permaneceu em Filadélfia até fins de 1800 e com certeza não deixou de escrever.

Ora, o que o diário de viagem, apenas uma fatia destas anotações, permite visualizar? Justamente fotografias ou instantâneos de seu método de trabalho. Um dos elementos importantes deste método: a qualidade de sua relação com as fontes. Hipólito conversava com muita gente nos lugares que visitava. Do mesmo modo, sondava

---

<sup>349</sup> Blackburn, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial. 1776-1848*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 296.

peessoas que viajavam em sua companhia ou que estavam hospedadas nas mesmas estalagens, independentemente de serem estudiosos ou agricultores. E estava sempre atento a todo o tipo de material impresso. Foi assim que ele conseguiu reunir uma quantidade muito grande de informações sobre os Estados Unidos, que também foram úteis para direcionar as suas pesquisas. Cotejar outras passagens do diário com o texto da Memória contribui para ilustrar este método de trabalho. O texto abaixo faz parte da Memória e diz respeito ao cultivo do tabaco.

“Inda que achasse o tabaco cultivado em quasi todo o Estado da União, com tudo Virginia e Maryland forão os que me apresentarão mais informação relativa a este artigo, pois são as margens dos rios James e Powtomack, as que produzem o tabaco de maior valor no commercio; é nestes estados que se encontram as mais antigas plantações, e por consequencia é aqui que se achão cultivadores de maior experiencia e que corroborem as suas opiniões com um maior numero de factos. Observei uma grande variedade nesta cultura não só nos differentes estados, mas inda nos differentes condados de um estado; e em Havana e outras colonias de Hespanha onde se fabrica o tabaco mais estimado para sigarros, mesmo entre os americanos, ha um methodo muito particular de cultivar e curar esta planta, e inda na escolha do terreno. Tres especies de tabaco são as que principalmente se cultivão nos Estados-Unidos: *Nicotiana rústica*, *Nicotiana tabacum*, e outra espécie que cuida não estar ainda descripta;<sup>350</sup>”

Não há dúvida de que Hipólito obteve as principais informações sobre o cultivo do tabaco em colônias da Espanha, do mesmo modo como seguramente conheceu o passo a passo desta cultura nos Estados Unidos, com os diversos métodos de cultivo empregados pelos norte-americanos. Já foi transcrita aqui a passagem do diário em que um agricultor da Carolina do Sul explicou a Hipólito que, nos Estados do sul, não se cortavam os “topes” do tabaco, “mas muitas folhas” e, talvez por essa razão, estas ficassem “grossas e densas”. A sequência que vem a seguir mostra outros momentos da sua pesquisa e revela como ele soube que a espécie cultivada na Virgínia talvez ainda não estivesse descrita.

---

<sup>350</sup> “Memoria sobre a viagem aos Estados-Unidos”, p. 353.

“Em Massachusetts cultivam, muitos lavradores, tabaco para o seu próprio uso; semeiam a *Nicotina Tabacum* (que vi dia 8) em bom estrumado terreno; quando começa a florescer cortam-lhe as espigas, a que chamam *pick up the tops*, e mesmo lhe tiram algumas folhas das mais chegadas ao chão, depois (por este tempo, uns e outros, na queda do ano) colhem as flores e põem nos barris a secar; estes barris são abertos, de modo que parte do dia recebem sol, e sempre ar. Um lavrador, que me deu esta instrução, me disse que se podiam colher as folhas em qualquer tempo antes das neves. Depois de seco o enrolam sem outro algum benefício.<sup>351</sup>”

“Jantei em casa de Mr. Hamilton; disse-me que o chamado chá da Geórgia e Carolina não era senão uma espécie de *Sida*, inda não descrita, e a que W. Bartram<sup>352</sup> chamou *Side Teavides* por se assemelhar na folha e ter o uso do *tea* ou chá; disse-me mais que não havia cochinhilha na Geórgia, e era falso haver lá o cacto. Fez-me sentir que o tabaco da Virgínia inda não está descrito, pois que tendo folhas *lineare-lanceolatas*, não *amplexicanlibus*, não podia ser nem a *nicotina tabacum*, nem a *rústica*; inda que, como eu não vi a planta, duvido que as folhas sejam assim; mas a *rústica*, segundo Gmelin, a fruticosa tem outro caráter que a fruticosa na espécie *plantarum*.<sup>353</sup>”

A segunda passagem desta seqüência também estabelece um diálogo entre as fontes e indica como Hipólito se relacionava com estes intermediários ao se aproximar dos objetos de seu interesse. É importante notar que, embora o diário contenha apenas uma parte de suas observações de ordem técnica, há traços marcantes no texto, que indicam um modo de operar. Um exemplo é o sistema de cruzar depoimentos com fontes impressas, como se vê acima. Este traço é consistente ao longo do tempo em que Hipólito escreveu o diário e aparece em situações as mais diversas, o que significa que dificilmente estaria ausente de seus cadernos de observações.

Mas é claro também que nem sempre esta mediação está presente no texto. Afinal, seria espantoso se a voz do autor sempre se confundisse com outras vozes. Contudo, há situações muito peculiares no relato. Nestas ocasiões, não há fontes intermediando a relação do autor com o seu objeto, mas ele não revela as suas impressões. É o caso das descrições de cultos ou encontros religiosos aos quais ele costumava comparecer. É

<sup>351</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 136.

<sup>352</sup> Como observado no segundo capítulo, tratava-se do irmão de John Bartram, o também naturalista William Bartram, ao qual Hipólito se referiu por ocasião de sua visita a Kingsessing. É bastante provável que a referência a *Side Teavides* na passagem transcrita acima tenha sido extraída da obra de William, já mencionada aqui, *Travels through North & South Carolina, Geórgia, East & West Florida*. Este livro deve ter sido uma fonte importante para as pesquisas de Hipólito.

<sup>353</sup> *Idem*. pp. 73-4.



importante se deter nestes episódios, porque, ao apresentar um tratamento diferenciado da informação, também sinalizam uma qualidade distinta de experiência.

### Uma autoria invisível

De modo similar ao testemunho das eleições realizadas em Nova York, o olhar que descreve templos ou rituais está distanciado dos fatos que observa. São raras as exceções e uma delas já foi transcrita no capítulo anterior: o comentário sobre os “bem degenerados” *dunkers*. O padrão que regia a escrita em apontamentos sobre este tema pode ser percebido nesta transcrição.

“Hoje, estive em uma igreja de protestantes alemães onde havia um púlpito muito elevado; por baixo, uma mesa coberta com uma toalha; sobre ela estavam 3 grandes jarros de prata onde havia partículas de hóstias; o lugar onde estava esta mesa era cercado por grades que tinham 5 palmos de alto, e a ela se encostaram muitos homens que encheram a grade toda ao redor; dois ministros estavam dentro de vestidos de hábitos pretos, um deles tirou uma sopeira ou urna de prata com uma colher quantidade de hóstias que deitou em uma pátena e entrou a distribuir pelos homens que se achavam ao redor da grade; e ao mesmo tempo o outro ministro deitou vinho de um dos jarros para um vaso, e dava a beber um gole ou dois a cada um dos que já tinham tomado a partícula; foram-se estes homens e o lugar se encheu com mulheres, as quais, tendo comungado pelo mesmo modo, pão e vinho, se retiraram, e o lugar foi cheio por outras, o que se repetiu até que todas tivessem vindo; todas as mulheres que se chegaram para comungar estavam, ou todas de preto, ou todas de branco, e não pode deixar de haver alguma diferença nisto porque, umas vezes, se enchia a mesa com mulheres todas de preto, e outras vezes, com mulheres todas de branco, mas, em geral, traziam uma touca branca na cabeça, e aquelas que traziam chapéus, ou outra espécie de toucado, o tiravam deixando só ficar a touca branca que traziam por baixo. (Nota à margem – Todas estas mulheres que comungavam de pé estavam a chorar ou a afetar que choravam, e a limpar os olhos com um lenço.) Como era sexta-feira da Paixão, estive na igreja dos católicos onde se fizeram as cerimônias do dia.<sup>354</sup>”

---

<sup>354</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 73.

Esta passagem por si só demonstra a grande curiosidade que Hipólito da Costa, um jovem católico<sup>355</sup> e súdito leal da Coroa portuguesa, exibia por outras confissões religiosas. Há no texto um episódio mostrando que ele era inclusive capaz de cometer indiscrições para satisfazer a sua curiosidade nesta área.

“Acabadas as orações e prédica, o povo entrou a sair, e eu, que tinha entrado em um dos peses, que achei com a inscrição – *To strangers* –, vi que o bispo só tinha batina, se pôs de sobrepeliz como o outro padre, e portanto me deixei ficar para ver o que faziam, e eles se meteram detrás do púlpito, e por consequência não os podia ver; saí para fora e subi a uma tribuna de donde vi que no intervalo entre o púlpito e a parede há uma mesa coberta com uma toalha, e aí se juntaram mais dois padres aos dois primeiros e consagraram ou fizeram sacramento como dizem os teólogos: o pão era cortado em fatias quadradas, e estas subdivididas em pequenos cubos quase do tamanho de dados do gamão, que estando já cortados não estavam totalmente separados. Os quatro padres ajoelharam defronte do altar, um de comungar aos outros, e todos ao povo que tinha restado na igreja, e que se ajoelhou ao redor das grades que cercavam o altar. Um padre dava um destes cubos de pão, que a pessoa pegava com a mão e metia na boca, e outro dava um vaso com o vinho de que a pessoa bebia um golo; comungaram primeiro os homens, depois, as mulheres.<sup>356</sup>”

Embora seja grande a tentação de especular sobre as possíveis motivações do autor, o significado deste interesse dificilmente poderia ser desvendado. Ainda assim, pode-se alcançar algum entendimento a respeito destes episódios, observando o formato peculiar de sua apresentação no texto. Nestas situações, estão presentes os parâmetros de isenção que provavelmente levaram José Marques de Melo a encontrar um “repórter precoce” no jovem naturalista. Um exemplo: Hipólito observou que as mulheres presentes ao primeiro culto citado (o de protestantes alemães), talvez não estivessem chorando e sim fingindo, mas não qualificou esta ação. Há muito pouca ou nenhuma

<sup>355</sup> O diário não deixa dúvidas quanto ao catolicismo de Hipólito da Costa. Como ele costumava assistir à missa, era muito comum que comparecesse a dois ofícios diferentes no mesmo dia. Esta dupla frequência em cultos religiosos, presente na citação acima, já aparece no Natal de 1798, poucos dias após sua chegada a Filadélfia. “Hoje, houve sermão na Igreja de S. Mary, dos Católicos; estive, também, à noite em uma igreja dos metodistas, e em um púlpito pregava um homem com casaca e com umas luvas a que chamam *meteens* [...]” *Diário da minha Viagem...*, p. 52. A Igreja de S. Mary era de católicos irlandeses.

<sup>356</sup> *Idem*. pp. 121-2.

interferência do olhar que observa sobre o fato que está sendo narrado ou minuciosamente descrito.

Contudo, se esta condução lembra os paradigmas que hoje orientam a imprensa periódica, o simples reconhecimento de que o longo período transcrito acima é uma descrição já sinaliza o modelo que na realidade inspirava o autor em passagens semelhantes. Hipólito utilizou esta palavra – descrição – como sinônima de “memória”, para nomear os textos que enviou a Lisboa a respeito de objetos que considerou pertinentes à sua missão. Em seus escritos, este era portanto um termo técnico, inserido no conjunto de práticas que caracterizavam os trabalhos de investigação do filósofo ou naturalista.

Jorge Cañizares-Esguerra observa que a *persona* do viajante filosófico emergiu ao longo do século XVIII, como parte integrante de uma ampla controvérsia a respeito dos limites da percepção humana. O pano de fundo desta polêmica era a credibilidade de relatos de viagens escritos por viajantes de outro tipo: missionários, comerciantes, soldados ou marinheiros, que produziram farta literatura sobre a experiência de contato com outros povos nos dois primeiros séculos da expansão européia. Na segunda metade do setecentos, os debates epistemológicos travados em torno da nova figura do viajante filosófico também resultaram em novos padrões para validar o conhecimento e interpretar a realidade histórica. A idéia de que o homem estava irremediavelmente sujeito a ser traído pelos sentidos ganhou corpo nestas disputas e definiu um discurso que posicionava em campos radicalmente opostos dois tipos diferentes de pessoas: a grande maioria, sujeita à ilusão e ao engano, e os poucos homens dotados de razão, capazes de domesticar os sentidos e treinar sua percepção para compreender o mundo de modo acurado. A observação inequívoca da realidade era assim prerrogativa de poucos, de uma minoria de letrados, especialmente treinada para este fim. Foi deste

esforço para eliminar a ambigüidade associada à leitura que se desenvolveu a preocupação de desenhar os objetos observados<sup>357</sup>.

Autores como Cornelius de Pauw, abade Raynal e William Robertson estiveram entre os principais construtores dos novos paradigmas que passaram a orientar a linguagem da investigação filosófica. Sua busca por evidências válidas se dava por meio de formas de autocontenção e distanciamento do objeto em foco. Cañizares-Esguerra afirma que Raynal “aspirava a uma autoria invisível”. É o que de fato se depreende de seu discurso na terceira e última edição de sua *Histoire Philosophique des deux Indes*, na qual afirmava desejar que futuros leitores de sua obra não lograssem por meio dela conhecer que tipo de pessoa ele havia sido, o país em que viveu, religião que professou ou atividades que teve na vida<sup>358</sup>.

Em comum, as várias vertentes desta retórica da objetividade no século XVIII pretendiam eliminar todos os rastros de preconceitos ou distorções provocadas pelos sentidos através das habilidades pessoais do observador, construídas por ele de modo idiossincrático e quase artesanal. Perseguir a objetividade, separando radicalmente o investigador de seu objeto, significava controlar as manifestações do corpo, pois toda a informação adquirida por meio deste era considerada não confiável. Exercer este controle, através de um comportamento contido e ascético, era a única forma de ter acesso ao fato objetivo ou à chamada realidade dos fatos<sup>359</sup>.

---

<sup>357</sup> Cf. Cañizares-Esguerra, Jorge. *How to Write the History of the New World. Histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: Stanford University Press, 2001, pp. 14-7.

<sup>358</sup> Passagem extraída do original: “He [Raynal] aspired to an invisible authorial presence: ‘If my work still finds a few readers in the centuries to come and faced with my aloofness to passions and prejudices, I want them not to know what country I am from, under what government I have lived, what employment I have had, and what religion I have professed.’” Id. *ibid.*, p. 52.

<sup>359</sup> Nesta passagem, Cañizares-Esguerra chama a atenção para o fato de que os ideais de objetividade que caracterizaram o século XVIII eram razoavelmente distintos daqueles que orientaram a investigação científica no século XIX. “Whereas in the nineteenth century, authors strove to erase all human traces from the observation and recording of data by mechanizing these procedures, eighteenth century scholars linked objectivity to the idiosyncratic, quasi-artisanal personal skills of the observers. Be that as it may, the search for objectivity in both centuries was related to efforts to rein in the body, demanding ascetic behavior and forms of self-restraint from observers.” Cañizares-Esguerra, Jorge. *op. cit.*, p. 52.

Não deixa de ser curiosa a construção narrativa escolhida por Hipólito nas passagens relacionadas a ofícios religiosos. A descrição é um tipo de relato que está em linha com a idéia de contenção por parte do sujeito que narra: por meio desta técnica, o narrador ingenuamente pretendia reproduzir a realidade objetiva, como se esta reprodução estivesse livre de seus próprios critérios e juízos de valor. Pode-se afirmar que a descrição está para a linguagem escrita assim como o desenho ou a pintura estão para a linguagem visual. Ambas são representações.

Mas por que este padrão descritivo aparece apenas em algumas (poucas) situações no diário de Hipólito? A resposta com certeza está no conteúdo destes episódios. Quais são eles? Além dos cultos religiosos, estes parâmetros foram utilizados nas descrições de espécies de plantas e técnicas de cultivo. Hipólito classificou várias espécies em suas visitas ao jardim de William Hamilton. Por ocasião de seu primeiro encontro com o botânico, ele escreveu que faria “um catálogo” com todas as plantas que observou ali<sup>360</sup> e parte deste trabalho pode ser localizado em seu diário. Quanto às passagens sobre técnicas de cultivo, nem sempre é possível identificar com segurança as situações em que há uma fonte impressa conduzindo o texto, mas muitas destas anotações são longas, detalhadas e essencialmente descritivas.

A descrição longa e minuciosa dos rituais tinha portanto o objetivo claro de reter o máximo de informação. Dada a sua importância, esta informação deveria estar livre de aproximações para que fosse preservada em sua integridade. Neste sentido, é de notar as dimensões utilizadas pelo autor: “3 grandes jarros”; “5 palmos de alto”. Apresentar dimensões é conferir exatidão ao relato<sup>361</sup>.

---

<sup>360</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 66.

<sup>361</sup> Várias passagens da “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos” apresentam dimensões. Esta é uma das situações em que padrões do jornalismo moderno aparecem nos textos que documentam a missão de Hipólito da Costa. Entretanto, ele utilizava em seu trabalho obras de naturalistas e publicações especializadas em ciência e agricultura. Seu diário reproduz publicações norte-americanas que faziam uso deste recurso, o que não é de estranhar, pois a importância de uma determinada cultura já era avaliada

Do mesmo modo, algumas (poucas) passagens do diário foram transcritas em inglês, nos primeiros meses de Hipólito em Filadélfia. O motivo mais plausível é que ele buscasse preservar aquelas passagens de uma tradução infiel, grafando o significado exato dos termos que estava transcrevendo. Basta lembrar que ele utilizou a expressão “descrição exata” para qualificar o texto que escreveu sobre a biblioteca de Filadélfia, e que inseriu no lugar destinado a desenhos e observações de caráter técnico ou científico<sup>362</sup>. Se Hipólito perseguia a exatidão ao discorrer sobre objetos, fatos ou eventos aos quais atribuía grande importância, os poucos textos transcritos em inglês são então muito significativos. É o caso do anúncio publicado pelos irmãos chapeleiros, “The Brothers Bickers”. O que estava contido naquele anúncio: o conceito de patriotismo<sup>363</sup>.

Outro dado que deve ser levado em conta: textos longos são incomuns no diário de Hipólito. Mais uma vez, este tratamento é conferido apenas a cultos religiosos e às anotações sobre espécies de plantas e técnicas de cultivo. Mas qual é a passagem mais extensa do diário? O relato sobre a penitenciária de Filadélfia, administrada pelos quacres. Este tema será abordado no capítulo seguinte, mas deve-se assinalar que esta passagem nem de longe encontra paralelo no texto em número de páginas ou caracteres. É, sem dúvida, uma das mais significativas senão a de maior importância em todo o relato.

Em síntese, o que parece claro: as anotações que expressam o sentimento religioso do jovem católico são da mesma qualidade que os registros científicos do viajante naturalista. Portanto, a religiosidade era aspecto central na vida de Hipólito, ao

---

com base em seus volumes e rentabilidade. Como já foi observado aqui, não foi possível desenvolver esta abordagem.

<sup>362</sup> Uma analogia interessante: Buffon chegou a afirmar que a ciência era “a descrição exata de tudo”. Pratt, Mary Louise. op. cit., p.71.

<sup>363</sup> Em estudo recente, István Jancsó e Andréa Slemian focalizam o tema do patriotismo no *Correio Braziliense*. Ver “Um caso de patriotismo imperial”. *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. op. cit., pp. 605-67.

menos durante o período em que ele permaneceu nos Estados Unidos, e sua freqüência em cultos de várias denominações ultrapassava em larga medida a esfera da mera curiosidade. Embora este terreno seja movediço, pode-se considerar que o comparecimento assíduo a ofícios religiosos estivesse de alguma forma relacionado à dimensão esotérica da maçonaria. O poder de atração era possivelmente o mesmo. O fato notável de todo modo é que nesta esfera se processaram relações de identificação importantes, cujo substrato – deve-se assinalar – era de foro íntimo.

Contudo, resta uma questão: por que a política tem tratamento similar no texto? De modo geral, as passagens sobre este tema sugerem alheamento, o que é qualitativamente distinto, mas o relato sobre as eleições de Nova York mostra com muita nitidez os mesmos parâmetros de distanciamento do objeto em foco.

Há uma outra possibilidade: os paradigmas descritivos da história natural também estariam presentes nos momentos em que o autor precisava lidar com interdições. O uso destes parâmetros poderia ser até mesmo involuntário, porque não é de todo improvável que estas interdições fossem introjetadas, conduzindo a escrita de modo talvez invisível para o próprio autor. Haveria assim uma espécie de paradoxo: a modernidade exibida no texto seria resultado das muitas proibições impostas à crença e à opinião na sociedade portuguesa. É claro que estas possibilidades de interpretação não são excludentes. O jovem que descreve rituais proibidos aos portugueses e se exime de juízos de valor é um “homem de ciência” e seu pensamento opera como tal. Em outras palavras, estes episódios teriam sido muito importantes e, simultaneamente, carregariam o peso da interdição, embora na prática Hipólito estivesse livre para cometer transgressões.

Mas se a história natural ofereceu uma abordagem peculiar aos escritos que documentam a sua missão, quais modelos estariam orientando as representações que ele construiu sobre os norte-americanos em seu diário de viagem? Três dias após embarcar

na corveta *William*, em 14 de outubro de 1798, ele fornecia pistas nesta direção: lia “as viagens do Dr. Tumberg”. No dia 17 de novembro, ainda a bordo, ele escreveu:

“Tumberg nas suas viagens para descrever o Japão, traz: 1º, natureza do clima, para o que lhes ajunta as observações termométricas; 2º, descrição das figuras das pessoas; 3º, gênio, caráter e disposição da Nação; 4º, linguagem e homens; 5º, vestidos; 6º, arquitetura.<sup>364</sup>”

Thunberg foi um dos muitos discípulos de Lineu, que “espalhavam-se às dúzias por todo o globo”, nas palavras de Mary Louise Pratt, “coletando plantas e insetos, medindo, preservando, fazendo desenhos e tentando desesperadamente levar tudo isso intacto de volta para casa.<sup>365</sup>” Em carta a um colega no ano de 1771, Lineu escreveu que este seu “pupilo”, um competente naturalista, iria acompanhar uma embaixada holandesa ao Japão<sup>366</sup>.

A literatura de viagens está presente em outros momentos do diário de Hipólito, como na passagem em que William Bartram e Gmelin, também discípulo de Lineu<sup>367</sup>, dialogam com Hamilton sobre a *Side Teavides* e diferentes espécies de tabaco. Aparece ainda neste trecho da “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”: “As diferentes especies de Rhux ou Sumagre que os Americanos possuem, principalmente o *Rhux vernix* (que segundo a descrição de Kempfer nas suas viagens ao Japão, é o mesmo que produz o precioso verniz que alli se fabrica) merecem muito a nossa atenção.<sup>368</sup>”

Desde os séculos XVI e XVII, o relato de viagens era o gênero literário de maior popularidade na Europa e seu crescente apelo ao longo do século XVIII devia-se também à emergência da história natural como estrutura de conhecimento. Se Hipólito conhecia várias narrativas, é curioso que tenha escolhido o relato de Thunberg sobre o

<sup>364</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 50.

<sup>365</sup> Pratt, Mary Louise. op. cit., p. 57.

<sup>366</sup> Id. ibid. p. 58.

<sup>367</sup> Nesta carta de 1771, transcrita por Pratt, Lineu relatava que “o jovem Gmelin ainda está na Pérsia.” Id. ibid.

<sup>368</sup> “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”, p. 355.



Japão como referência para a sua experiência de contato com a realidade norte-americana. É possível que este texto tivesse chamado sua atenção não por conta do país que tinha como objeto, mas sim devido à angulação etnográfica do autor, pois, a julgar pelo comentário de Hipólito, o pupilo de Lineu parece ter discorrido bastante sobre a civilização que encontrou no extremo Oriente. Outro aspecto que pode ter motivado o interesse por esta narrativa era a provável filiação de Hipólito ao sistema de Lineu, já que Domenico Vandelli foi um de seus correspondentes e colaboradores. O cientista sueco aparece ainda como referência importante em algumas situações do diário, uma delas sobre a filha do botânico John Bartram, transcrita no segundo capítulo.

De todo modo, a leitura das viagens de Thunberg pode explicar em parte a grande atenção que Hipólito conferiu à arquitetura das cidades, à “figura” das pessoas, suas maneiras e vestimentas, além do que identificou como próprio ao “gênio” ou “caráter” dos norte-americanos, como ilustra esta passagem: “Na *Aurora* de hoje vem um artigo sobre a viúva do general Wooster que serve para caracterizar os norte-americanos.<sup>369</sup>”

### **O “Real Serviço”**

O que servia para caracterizar os norte-americanos? Curiosamente, o fato mais interessante aqui não é o que Hipólito pensava sobre este tema e sim onde ele encontrou uma referência a respeito dele. Se a história natural e relatos de viajantes naturalistas forneceram padrões de investigação e modelos de abordagem, as representações que ele construiu sobre os Estados Unidos foram em boa parte mediadas por publicações norte-americanas às quais ele conferia credibilidade.

Vários elementos utilizados em seus comentários foram extraídos da *Aurora* de

---

<sup>369</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 63.

Filadélfia, embora em muitos casos não existam alusões ao periódico no texto. Ora, se esta presença é invisível, como pode ser detectada? Através dos eixos de agitação e propaganda do partido republicano, que eram articulados e difundidos pelo jornal. Este discurso foi largamente reproduzido por Hipólito em seu diário, onde entre outras construções típicas dos *jeffersonians*, aparecem críticas veladas à política econômica do governo federalista e representações pouco louváveis sobre George Washington como estrategista militar. Neste caso, há comentários sobre uma batalha da guerra de Independência em que as tropas de Washington teriam sofrido uma derrota no mínimo desnecessária.

“Se em Permantown o General Washington – o flanco esquerdo do exército comandado pelo General Sullivan – , em lugar de perder tempo em meter em batalha, se avançasse sobre o campo inimigo, teria feito aos ingleses a derrota que recebeu; depois, a coluna do corpo de reserva comandada pelo mesmo Washington se divertiu a atacar a casa de pedra de um pároco da rua, que tinha dentro alguns soldados que faziam um fogo de mosquetaria; podia o general tomar um dos dois partidos: ou de continuar a marcha pela rua adiante, sem se inquietar com o fogo de mosquetaria, que teria sido muito diminuído, destacando alguns fuzileiros que atirassem às janelas donde vinha o fogo, ou retroceder a marcha para se avançar pela parte de fora das casas, por detrás desta simples e única rua; então, era tomar outra casa defronte de donde podia fazer igual fogo e segurar a retirada no caso de necessidade.<sup>370</sup>”

A passagem acima não tem qualquer relação com os comentários registrados nesta data, 3 de agosto. Imediatamente antes, aparece a descrição de um ofício religioso numa igreja episcopal de Nova York. A falta de articulação entre os temas abordados por Hipólito é uma característica comum em seu diário, mas com frequência sinaliza a introdução de uma fonte impressa. Vale notar ainda que nesta data e nos dias anteriores (29, 30 e 31 de julho, bem como 1 e 2 de agosto) não há registro de contatos pessoais.

Quanto a George Washington: a coluna que ele comandava “se divertiu a atacar uma casa de pedra”. Em outras palavras, seus comandados tiveram a atenção desviada

---

<sup>370</sup> *Diário da minha Viagem...*, pp. 120-1.

ou se deixaram conduzir por uma manobra do adversário. Aqui a atuação do general parece ter sido um desastre, pois, tendo “dois partidos”, não tomou nem um nem outro. O interessante é que este discurso foi reiterado por pessoas com as quais Hipólito esteve em contato. Entre elas, um general que ele conheceu em Nova York e o coronel Forest, de Germantown, como se pode ver na seqüência abaixo.

“Disse-me o General Eustace, com quem falei hoje, que ele tinha sido ajudante de ordens do General Lee, que sempre foi contra o General Washington, de quem ele me falou muito *disrespectful*.<sup>371</sup>”  
 “(Explicou-me a razão da batalha que aqui se deu, e perdeu pelo General Washington, que foi porque, quando o general mandou tocar um tambor de trégua para falar à gente da casa de pedra, os americanos, que estavam na coluna da esquerda, cuidaram que era toque de retirada e voltaram para trás, sem que achassem oposição, e, como era tropa indisciplinada, os oficiais não puderam fazer nada; isto me disse o mesmo Coronel Forest.)<sup>372</sup>”

A assinatura do Tratado Jay, em 1795, havia desencadeado uma grande campanha contra George Washington na imprensa republicana<sup>373</sup>. A *Aurora* passou a publicar uma longa série de artigos contendo ataques contundentes contra o presidente, assinados por Benjamin Franklin Bache e (um ou mais) colaboradores que usavam os pseudônimos “Valerius”, “Portius”, “Belisarius”, “Pittachus”, “Atticus”, “Scipio”, “Mirabeau”, entre outros. Em paralelo, Bache publicava o panfleto de Tom Paine, *Letters to George Washington*, e um escrito do recém-emigrado e ainda desconhecido William Duane, *A Letter to George Washington*, assinado com o pseudônimo Jasper Dwight. Em 1797,

<sup>371</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 126.

<sup>372</sup> *Idem*. p. 142.

<sup>373</sup> Como foi comentado no segundo capítulo, o Tratado Jay encerrou o capítulo da neutralidade norte-americana na guerra que ainda se desenvolvia na Europa entre a Inglaterra e a França revolucionária, selando uma reaproximação com a Grã-Bretanha, após a ruptura de relações durante a guerra de Independência. Hipólito se referiu ao Tratado Jay em seu primeiro comentário sobre a liberdade de expressão e manifestação nos Estados Unidos, no dia 7 de janeiro de 1799: “Soube de boa autoridade que Mr. Jay, que foi o que fez o tratado, o queimaram uma noite em estátua e, sendo bem público, os autores não tiveram nenhum castigo.” *Diário da minha Viagem...*, p. 57. Nesta passagem de seu diário, Hipólito parece assombrado com a liberdade que tinham os norte-americanos para se expressar por meio da imprensa e também para atacar membros do governo. Na realidade, não houve apenas uma manifestação, como parece indicar o texto de Hipólito. Efigies de John Jay foram queimadas por manifestantes em várias localidades do país. O secretário Alexander Hamilton chegou a receber pedras de manifestantes quando tentou defender o tratado em Nova York. Cf. Smith, Jeffery A. *op. cit.*, p. 139.

Bache também escreveria o seu *Remarks Occasioned by the Late Conduct of Mr. Washington as President of the United States*.

Em uníssono, estes escritos denunciavam as supostas inclinações aristocráticas do primeiro mandatário da nação e graves erros ou “crimes” cometidos em sua administração. Mas iam além: a idéia era desqualificar todas as suas habilidades, incluindo sua capacidade de liderança durante a guerra de Independência. Washington era representado como um general (ou “oficial de milícia”) medíocre e ignorante em matéria de guerra, que havia se tornado um presidente inepto, entorpecido e desorientado. Segundo James Tagg, a maioria dos primeiros ataques desfechados contra Washington buscava desacreditar o presidente, tendo em vista encorajar a Casa dos Representantes a rejeitar o Tratado Jay. Mas havia ainda o temor de que o significado simbólico de sua imagem fosse utilizado com sucesso pelos federalistas, de modo a excluir de modo perene outras opções na política norte-americana. A estratégia parece clara: os republicanos percebiam que a legitimidade política do presidente (ou ex-presidente) residia em larga medida no papel que ele havia desempenhado durante a guerra de Independência. Assim, era preciso desconstruir o mito do general vitorioso, cujas habilidades excepcionais haviam conquistado a liberdade de seu país<sup>374</sup>.

As passagens do diário que versam sobre a incompetência de George Washington como líder militar também ilustram o modo como o autor conduz sua narrativa, espelhando os métodos de trabalho do naturalista (ou vice-versa). Há uma espécie de tripé, em que depoimentos e “publicações do paiz” não apenas se cruzam, mas frequentemente também se alternam com a observação direta. É o caso dos comentários sobre o ex-presidente transcritos acima. Antes destas considerações sobre Washington há no texto a descrição de um culto religioso, como já foi observado. Mas antes deste

---

<sup>374</sup> Cf. Tagg, James. op. cit., pp. 276-7; 280; 282-3; 285-7; Smith, Jeffery A. op. cit., pp. 124; 126-7; 139-41; 144-7; Rosenfeld, Richard N. op. cit., p. 30.

ofício, por sua vez, aparecem anotações sobre um conhecido pássaro norte-americano, o *mockingbird*, claramente extraídas de uma fonte impressa.

“O Mock-bird é um galante pássaro, que não tem canto fixo, e que por isso se assemelha ao rouxinol, porém, do mesmo modo que o bufo ou bobo de uma comédia se assemelha à primeira dama, ele arremeda, à noite, tudo que tem ouvido de dia; se ouve cantar outros, à noite canta como eles. Alguns trabalhadores vieram aos matos trabalhar, o pássaro à noite canta exatamente como eles cantaram. Se eram ingleses ou escoceses vós podereis bem distinguir uma doce cantata; se eram alemães ele repetirá a grosseira gaissa de um suaibo, ou de um alsaciano; algumas vezes chora como uma criança, ri como uma menina, enfim, nada é mais divertido que este comediante burlesco, que só representa no verão.<sup>375</sup>”

Pode-se perceber aqui como fontes impressas ocupam lugar no texto sem que sua presença seja sinalizada ou delimitada. Existe nesta passagem uma construção literária que nem de longe corresponde ao estilo do autor. A principal evidência está no uso da segunda pessoa do plural no pronome “vós” (podereis). Como o autor escrevia para si mesmo, seria espantoso se utilizasse a segunda pessoa (tu ou vós). Há ainda uma sucessão de adjetivos, “galante pássaro”, “comediante burlesco”, “doce cantata”, “grosseira gaissa”, entre outros elementos estranhos à escrita bastante econômica e substantiva do diário.

Esta passagem também é interessante, porque o leitor corre o risco de ser ludibriado. Como ao longo da narrativa aparecem representações ambíguas ou mesmo negativas relacionadas a pessoas ou seitas de origem alemã, o texto sobre o *mockingbird* parece confirmar a existência de certa antipatia ou mal-estar. Vê-se que os ingleses e escoceses faziam uma “doce cantata”, enquanto os alemães, uma “grosseira gaissa.” Porém, não foi Hipólito quem escreveu isso. Esta é uma questão muito particular e isolada no corpo do diário<sup>376</sup>, mas remete a outras de fato importantes: em quais

<sup>375</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 120.

<sup>376</sup> As representações negativas ou ambíguas relacionadas a denominações protestantes de origem alemã não necessariamente indicam que o autor tivesse prevenção contra esta etnia, embora tenha vivenciado

situações o autor estaria ausente do texto, ludibriando involuntariamente o leitor com a transcrição de um depoimento ou fonte impressa? E ao traduzir e transcrever outras vozes, em quais situações ele poderia não concordar integralmente com as suas fontes? Há uma sutileza a mais: em quais momentos o autor estaria de fato presente, mas haveria fontes invisíveis mediando a sua percepção e conduzindo as suas representações?

Pode-se dizer que em algumas situações não há propriamente vivência, mas “leitura” da vida. Em outras, a descrição da experiência de fato vivida é alternada com transcrições de depoimentos e de materiais impressos, sendo ela também confundida e misturada com eles. Há passagens em que é possível discernir com clareza a introdução de uma fonte impressa, como na seqüência do dia 3 de agosto, comentada acima: impresso sobre pássaro– descrição de culto – impresso sobre Washington. Mas nem sempre isto acontece. A escrita opera mesclando e esta mescla se faz em diferentes níveis. Por isso, é muito comum a introdução de “vozes” que não recebem crédito e que, de modo invisível ou quase, se alternam e se confundem com a voz do autor, às vezes em passagens muito curtas de um único período. O exemplo abaixo mostra o que se poderia chamar de primeiro patamar desta mescla, em que, de modo muito simples e nítido, depoimentos são cruzados com uma fonte impressa, intermediando uma representação da realidade norte-americana.

“Parece-me que tenho observado em outras partes do meu diário<sup>377</sup> que Mr. Hosack, um federalista de New York, me disse que os americanos deviam tomar as Flóridas aos espanhóis; isto me foi depois repetido por um Mr. Price, “clerk no Land Office”, com quem me encontrei, indo de New York para Boston, e por outros. Mas, hoje, li em Callender (*A Key to the six pence cabinet*, pág. 77) que Mr. Harper propôs no Congresso atacar as colônias da

---

dois episódios desagradáveis com “padres” alemães (ou descendentes), em seus primeiros meses em Filadélfia, um deles já transcrito aqui. É principalmente o texto sobre o *mockingbird* que induz o leitor a ver no diário de Hipólito uma antipatia talvez inexistente.

<sup>377</sup> Uma informação adicional: Hipólito não havia comentado este assunto em seu diário. Os comentários aos quais ele se referiu certamente foram escritos em algum de seus cadernos de observações.

Espanha, isto na sessão antes da passada, quando a Espanha estava na maior amizade com este país.<sup>378</sup>

O escocês James Thompson Callender (a imprensa federalista o chamava “James *Renegade Callender*” ou simplesmente “*Renegade*”) foi um dos críticos mais severos e impiedosos do governo John Adams, sendo particularmente bem-sucedido na qualidade de repórter investigativo, uma modalidade já presente na imprensa anglo-americana. O escrito a que Hipólito se referiu também se reportava à conspiração dos federalistas com o governo britânico para subtrair territórios da Espanha na América, conluio em que o ministro Robert Liston teria exercido um papel importante, senão central<sup>379</sup>.

James Callender havia deixado Edimburgo em 1794, quando teve sua prisão decretada devido à publicação de um escrito tido como sedicioso pelo governo britânico. Atuou como co-editor na *Aurora*, mas com a prisão de Franklin Bache, em julho de 1798, fugiu para a Virgínia, onde imaginou estar a salvo. Ali permaneceu afastado da atividade jornalística até o início de 1799, quando reapareceu como redator do diário republicano *Richmond Examiner*. Ele não poderia ser alcançado pelas Leis de Estrangeiros, pois de modo inteligente havia se naturalizado assim que o projeto da lei foi apresentado ao Congresso. Mas estava sob a mira dos federalistas e não conseguiu escapar de uma condenação com base na Lei de Sedição. A grande oportunidade surgiu em janeiro de 1800, com a publicação do panfleto *The Prospect Before Us* e sua distribuição na capital federal, pois no início de 1799, o Estado da Virgínia havia aprovado uma lei impedindo que fossem conduzidos processos em seu território com base na nova legislação<sup>380</sup>.

---

<sup>378</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 147.

<sup>379</sup> Cf. Tagg, James. op. cit., p. 324. Como foi visto no segundo capítulo, o ministro Robert Liston foi acusado de intermediar uma conspiração entre o governo britânico e a administração federalista, tendo em vista a anexação pelos Estados Unidos de domínios da Espanha na América.

<sup>380</sup> Cf. Smith, James Morton. “Sedition in the Old Dominion: James T. Callender and the Prospect Before Us”. *The Journal of Southern History*, vol. 20, n° 2 (May, 1954), pp. 157-63. Também Durey, Michael. op. cit., pp. 667-8; Belt, Gordon T. *The Sedition Act of 1798 – a brief history of arrests...*

Em *The Prospect Before Us*, Callender defendia a candidatura de Thomas Jefferson à presidência e atacava violentamente o presidente John Adams. O desfecho de seu processo, ainda no primeiro semestre de 1800, foi considerado o mais importante de todos os julgamentos ocorridos sob a Lei de Sedição, porque levaria mais tarde ao *impeachment* do juiz da Suprema Corte Samuel Chase. Várias passagens deste panfleto de propaganda eleitoral parecem representativas do que se poderia encontrar “em Callender”, mas a perspectiva que ele ofereceu aos eleitores em 1800 dá uma boa medida do conjunto de seus escritos. A escolha era entre “o paraíso” (Jefferson) e “a perdição” (Adams): “Vocês irão escolher entre um homem cuja vida não foi manchada pelo crime e outro cujas mãos estão impregnadas com o sangue dos pobres.”<sup>381</sup>

Mas voltando às “Flóridas” e à face expansionista da América: Hipólito deveria conhecer não apenas as pretensões do governo federalista, mas também o envolvimento do ministro inglês Robert Liston naquela conspiração. Estas informações chegaram por meio da imprensa republicana e de contatos, alguns até mesmo casuais, como se vê no texto de seu diário. No entanto, ele talvez tenha observado de perto, e assim vivido de algum modo, um episódio que parece remeter aos fatos daquela associação.

Poucas passagens de seu relato são tão reveladoras quanto os dois encontros com “espanhóis” que ele teve na casa de Robert Liston. Por que motivo o ministro inglês, tão arredio a franceses e espanhóis, receberia em sua casa pessoas de nacionalidade espanhola? Aqueles homens estariam hospedados ali? Estando ou não, que tipo de relação teriam com o ministro? O fato é que Hipólito entrou de modo prosaico nesta história, porque um dos convidados de Liston, um almirante espanhol curiosamente chamado “Donald”, tinha informações sobre a cochonilha. Hipólito encontrou “Donald”

---

<sup>381</sup> Tradução livre do original: “You will then make your choice between paradise and perdition; you will choose between the man who has deserted and reversed all his principles, and that man whose own example strengthens all his laws (...) You will choose between that man whose life is unspotted by crime, and that man whose hands are reeking with the blood of the poor.” Ver Smith, James Morton. *op. cit.*, p. 161-2.



na casa de Liston, nos dias 15 e 25 de novembro de 1799. Houve portanto um hiato de dez dias entre os dois encontros. Vejamos o que “Donald” tinha a dizer.

“15 – Jantei em casa do ministro de Inglaterra, que me veio de manhã convidar e visitar pela primeira vez [após o retorno à Filadélfia]; lá me encontrei com um espanhol, Mr. Donald, que me disse que a cochonilha não produzia senão em um detrito do México, e que talvez não produzisse nos outros porque a não tinham experimentado, e que havia outras produções igualmente ricas; tal era o índigo, algodão, etc. Eu suponho que ele tinha saído da sala, e disse ao ministro da Inglaterra que eu nunca estava contente estando com um espanhol, ao mesmo tempo reparei que o outro estava na sala, e o ministro me ajudou a remendar o erro dizendo que não entendia aos particulares, etc.”

“25 – Encontrei, à noite, com um almirante espanhol, em casa de Mr. Liston, chamado Mr. Donald; disse-me que havia no México um botânico chamado Jesse, ou Iesen, que estava para publicar algumas obras. Disse-me que a cochonilha se produzia na província de Guaxaba, no México, que apanhavam (quando a apanham para mudar de planta e aparam em um molho de linho cânhamo ou um certo gravatá, que serve para o inseto se pegar nele, e colocam entre as juntas dos cactos, logo depois *produjos* pequenos que entram a pegar-se à planta) os bichos rapando-os da planta com uma faca de pau, porque uma de ferro fazia uma ferida na planta e uma cicatriz dura onde o inseto não pode chupar; aparam-nos em um avental que trazem e os deitam depois em um vaso grande donde os conduzem a uma bacia d’água quente e aí os lançam para os matar, e depois os secam ao sol; não os torram, porque, na panela de torrar, os que ficavam por baixo, se torravam, queimavam, e faziam negros, antes que os de cima estivessem mortos, sendo muito difícil, com este método, dar a todos um igual grau de calor. Tiram três camadas cada ano. Os cavalos e bois comem o cacto e o inseto, se sucede entrarem no Nopal.<sup>382</sup>”

Quando o plano dos federalistas foi descoberto, em 1797, afirmou-se que a conspiração entre britânicos e norte-americanos contava com aliados *criollos*. Se esta combinação existiu de fato, explica-se por que haveria espanhóis usando codinomes na casa do ministro inglês. Eram dois homens naquele primeiro encontro, porque um “outro estava na sala” no momento em que “Donald”, o “almirante”, deixou o aposento. Parece que as relações entre oficiais *criollos* e a representação britânica nos Estados Unidos se mantinham. Mas o que é significativo para este trabalho: o fato de que Hipólito esteve em contato com pessoas que realizavam atividades de inteligência,

---

<sup>382</sup> *Diário da minha Viagem...*, pp. 150; 152.

incluindo Robert Liston, que ele visitou com muita frequência em seus primeiros meses na capital federal.

Na seqüência de anotações transcrita acima, vê-se que o ministro favoreceu Hipólito fazendo uma ponte entre ele e os espanhóis que estavam em sua casa. Isto indica que o jovem português era uma pessoa de sua confiança. No entanto, 20 dias após o último encontro com “Donald”, no dia 15 de dezembro, Hipólito soube que o ministro inglês o tinha “por um jacobino ou republicano”, como foi mencionado no segundo capítulo. Como estas relações teriam evoluído é um enigma, pois logo, a 27 de dezembro, Hipólito iria interromper suas anotações pessoais ou escrever em cadernos que se perderam. Mas tudo isso remete também a um aspecto curioso da viagem aos Estados Unidos: a permanência de Hipólito em Filadélfia durante o ano de 1800.

A missão que ele tinha a desempenhar como naturalista parece ter se completado no ano de 1799. Foi durante este primeiro ano que ele fez as remessas mais importantes a Portugal, enviando não apenas as sementes, mas também os trabalhos que havia escrito nos Estados Unidos. Do mesmo modo, os deslocamentos que ele fez ou teria feito na América do Norte são creditados a 1799, não apenas em suas cartas, mas também no relatório final de suas atividades, apresentado a D. Rodrigo, em Lisboa. Este último escrito praticamente não traz observações sobre temas novos. Com exceção de comentários sobre a exploração de minério de ferro, uma pesquisa inexistente em seu diário<sup>383</sup>, no ano de 1800 ele parece não ter obtido informações substancialmente distintas daquelas que aparecem em suas anotações pessoais ao longo de 1799.

---

<sup>383</sup> Hipólito informou em sua Memória que o minério de ferro era abundante em quase todos os Estados da União e que isto tinha uma “uma influencia indizível na agricultura do paiz, na navegação e outras artes”. Entre outras informações sobre a extração e aproveitamento do ferro, ele forneceu também o modelo de exploração das minas: “Em geral o modo que usão para principiar o cateio das minas novas, é estabelecer uma companhia incorporada por lei e cujas acções são muito pequenas, de modo que estejam no alcance de quasi todos; os fundos ajuntados por este modo animão, por que no caso que o projeto falhe, ou que a mina se não ache rendosa, a perca que cada um sente é supportavel; e se a mina é abundante os mais ricos da companhia comprão muitas acções, concentrando em poucos a propriedade da administração das minas; este methodo é certamente o mais proprio para animar os principios e descobertas. “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”, pp. 360-1.

Paralelamente, suas cartas demonstram que a comunicação com Lisboa se regularizou a partir de novembro deste ano e sua situação financeira também se resolveu com o recebimento do empréstimo ao qual ele se referiu em seu diário e numa de suas cartas<sup>384</sup>. Por que Hipólito permaneceu por mais dez meses em Filadélfia? O que ele teria feito neste período que justificasse a sua permanência na capital federal, de resto custosa para a Coroa portuguesa?

Ana Lúcia Barbalho da Cruz revela que os naturalistas empregados pela Coroa portuguesa na qualidade de funcionários do Estado também podiam ser utilizados como espões. O naturalista José Joaquim da Silva, secretário de governo em Angola, para onde também tinha sido enviado para realizar expedições filosóficas, lamentava, em 1787, que suas atividades no campo da história natural estivessem em segundo plano.

“[...] com pretextos da História Natural, sendo o verdadeiro intuito do Governo observar eu como espão o que passara no exército que então estava em Quistama, assim como dantes o mandarem-me a Cabinda havia sido com a vista de observar o que lá se passava para certos fins: bem diferentes do Real Serviço.<sup>385</sup>”

Ana Lúcia nota que, para José Joaquim da Silva, o “Real Serviço” consistia nas atividades que ele deveria desempenhar como naturalista. Os encargos inerentes às suas funções no governo eram vistos por ele como secundários<sup>386</sup>. Este dificilmente seria o caso de Hipólito da Costa. Contudo, estas especulações são pertinentes apenas na medida em que colaboram de algum modo para esclarecer o significado da viagem aos Estados Unidos em sua trajetória. Pode-se afirmar que neste período ele foi aprendiz em

---

<sup>384</sup> Nem o diário nem as cartas apontam a data em que Hipólito teria recebido o dinheiro. O diário apenas mostra que ele estava tentando levantar este empréstimo já em agosto de 1799. A carta que se refere a este assunto, e que dá conta do recebimento da quantia de “oitenta e oito libras, quatro shillings, e oito pences esterlinos”, é datada de 15 de janeiro de 1800. “Copiador e Registro das Cartas de Officio”, carta nº 15, pp. 189-190. O mais provável pelo tom de suas anotações pessoais é que ele tenha recebido o dinheiro após seu retorno a Filadélfia, entre fins de outubro e início de dezembro de 1799.

<sup>385</sup> MB. CN/S-22. Carta de Joaquim José da Silva para Júlio Mattiazzi. Benguela, 24 de maio de 1787. Citado por Cruz, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. op. cit., p. 184.

<sup>386</sup> Id. ibid. p. 185.

várias áreas do saber e da experiência, no que foi favorecido por suas relações no interior da maçonaria. O tema da inserção na ordem maçônica e de uma viagem iniciática remete por sua vez às diferentes vozes que evoluem na construção de sua narrativa. Esta parece espelhar a íntima associação entre Hipólito e as pessoas com as quais ele esteve em contato no período coberto pelas anotações de seu diário de viagem.

Até aqui, vimos como o texto cruza depoimentos com fontes impressas e como o autor dialoga de modo explícito com os seus intermediários. Foi comentado ainda que estes podem aparecer de modo velado em suas anotações e que a experiência não mediada surge por vezes interpolada, misturando-se e confundindo-se com eles. Como observamos, esta rede textual também encontrava referências na realidade objetiva: de algum modo, o autor vivenciava as informações que recebia através de suas fontes. Um caso interessante é o episódio em que ele tentou alcançar uma gazeta “na casa do café” e experimentou a animosidade dirigida a franceses e irlandeses em Nova York.

Mas uma situação bem mais sutil e complexa se oferece quando há elementos invisíveis conduzindo o autor em suas relações com a realidade objetiva. É o que mostra esta anotação, referente a Nova York, 9 de maio de 1799: “Aqui, há um excelente lugar para construir navios, e se estava fazendo uma fragata, por conta dos negociantes, para venderem ao Estado; ela se há de chamar *United States Ship Adams*, em honra do presidente cuja figura tem na proa!<sup>387</sup>”

A exclamação é um recurso incomum no diário de Hipólito e por isso funciona como um destaque, chamando a atenção do leitor para as poucas passagens em que é utilizado. Ora, se o autor destacou o fato de que havia uma “figura” de John Adams na proa daquele barco de guerra, é preciso investigar o que isto poderia significar naquele tempo e lugar. Vê-se que o primeiro mandatário da nação estava se confundindo com o

---

<sup>387</sup>. *Diário da minha Viagem...*, p. 97.

Estado, como se não tivesse sido eleito para exercer um mandato de presidente pelo curto período de quatro anos. Mas por que isto era tão surpreendente ou espantoso para receber um ponto de exclamação (de resto tão raro no texto)? Talvez porque, com a representação de sua imagem num patrimônio do Estado, John Adams estivesse assinando contra si mesmo, e de bom grado, o discurso da *Aurora General Advertiser* e de outros periódicos republicanos: sua vaidade não tinha limites; seu desejo era ser adorado como um rei. Evoluindo em torno deste tema, os *jeffersonians* sustentavam que era nesta condição que Adams pretendia governar os Estados Unidos, recriados ou reinstituídos em monarquia pelos federalistas (uma acusação de resto também dirigida a George Washington)<sup>388</sup>.

Deve-se ter em mente o que significava a palavra “rei” entre grande parcela de norte-americanos, especialmente na Pensilvânia. Neste universo mental, a monarquia podia ser facilmente assimilada ao pecado da idolatria, conotando um termo também ele repleto de conotações religiosas: “degeneração”<sup>389</sup>. Por isso, associar o vocábulo “rei” à imagem de um presidente federalista era tão conveniente ao discurso republicano. Havia uma clara tentativa de demonização do adversário (em termos até literais, como demonstra o panfleto de Callender), embora John Adams tenha de fato se posicionado a favor da monarquia como regime ideal de governo em mais de uma situação<sup>390</sup>.

---

<sup>388</sup> Cf. Tagg, James. op. cit., pp. 133; 278; 282-3; 286; 292-3; 325; Smith, Jeffery A. op. cit., pp. 124; 126-7; 140-7; 150; 154; Rosenfeld, Richard N. op. cit., pp. 45; 94; 111; 456-7; 530. A acusação de que os federalistas pretendiam implantar nos Estados Unidos instituições próprias ao regime monárquico, mantendo apenas a aparência de uma república, esvaziada de seus conteúdos democráticos, é um dos principais eixos políticos do discurso republicano nos anos 1790.

<sup>389</sup> A palavra “degeneração” era utilizada com frequência pela imprensa republicana, significando justamente o exercício abusivo e não democrático do poder político. Em agosto de 1799, a *Aurora* chegou mesmo a associar as epidemias de febre amarela à situação política do país nos seguintes termos: “Uma calamidade, que parece afligir nossas cidades marítimas como se fosse um sinal da indignação dos Céus pela degeneração da nossa nação [...]” (“*A calamity, which appears to afflict our maritime cities as if it were a mark of the indignation of Heaven for the degeneracy of our nation from the magnanimity and virtue which obtained us our liberties...*”) *Aurora General Advertiser*, August 30, 1799. Ver Rosenfeld, Richard N. p. 688.

<sup>390</sup> Há várias passagens de cartas, declarações ou escritos em que John Adams se pronunciou nesta direção. Em seu *The Defense of the Constitutions of the United States of America*, escrito de 1778, ele já afirmava que a Constituição inglesa era “em teoria... a mais estupenda fábrica do engenho humano...” (*I*

A respeito de navios de guerra com o nome do presidente Adams, que já somavam três em julho de 1799, a *Aurora* comentou ironicamente que o nome com certeza estava investido de grande poder em si mesmo e assim poderia salvaguardar totalmente o comércio norte-americano: “Seguramente superamos os britânicos neste caso. Na marinha inglesa existe apenas um Rei George...”<sup>391</sup> É provável que algum comentário sobre a figura do presidente naquela fragata tenha sido publicado, mas só uma pesquisa nos arquivos da *Aurora General Advertiser*, em Filadélfia, poderia esclarecer o teor das referências aos novos barcos de guerra que foram veiculadas pelo jornal. O certo é que a exclamação de Hipólito sobre a figura do presidente dificilmente estaria dissociada das representações de John Adams que eram difundidas pela imprensa republicana.

Também merece comentário uma passagem do diário que diz respeito às condições de vida dos imigrantes irlandeses nos Estados Unidos. Aqui a escrita é igualmente econômica, mas do mesmo modo permite discernir outras vozes. Em Nova York, no dia 4 de agosto, ele escreveu:

---

*contend that the English constitution is in theory... the most stupendous fabric of human invention...*” Em junho de 1789, quando ocupava o cargo de vice-presidente no governo de George Washington, Adams recebeu uma carta de seu antigo amigo Benjamin Rush, lamentando que o país estivesse caminhando para um regime monárquico. Nesta carta, Rush dizia que considerava “a monarquia hereditária e a aristocracia uma revolta contra a natureza” (“*I consider hereditary monarchy and aristocracy as rebellion against nature*”). A resposta de Adams é interessante, porque sugere que os republicanos estariam expressando um temor real, ao eleger este tema como central em seu discurso. Adams respondeu a Rush que não pensava como ele: “Ao contrário, eu estimo ambas como Instituições de admirável sabedoria e exemplar virtude em certo estágio da Sociedade numa grande nação. As únicas Instituições que poderão preservar as leis e as Liberdades do Povo, e eu tenho claro que a América irá recorrer a elas como um asilo contra a discórdia, Sedições e Guerras Cívicas, e num período não muito distante. Não devo viver para ver isto – mas você sim. Penso que é impolítico alimentar preconceitos contra Instituições que devem ser mantidas como a esperança de nossa Posteridade.” (*On the contrary, I esteem them both as Institutions of admirable wisdom and exemplary Virtue in a certain stage of Society in a great nation. The only Institutions that can possibly preserve the laws and Liberties of the People, and I am clear that America must resort to them as an asylum during discord, Seditions and Civil War, and that at no very distant period of time. I shall not live to see it – but you may. I think it therefore impolitick to cherish prejudices against Institutions which must be kept in view as the hope of our Posterity.*) Citados por Rosenfeld, Richard N. op. cit., pp. 463; 489.

<sup>391</sup> “Surely, we outstrip the British in this instance. In the navy of England there is only one Royal George...” *Aurora General Advertiser*. July 9, 1799. Id. ibid. p. 656.

“Hoje, chegou um navio de Irlanda com 70 irlandeses – rapazes e raparigas – , estava ancorado em North River; eu o vi passando por Greenwich Str., e havia muita gente a bordo a comprar desta casta de escravos. Eu falo deste costume atrás<sup>392</sup>, dia... O ano passado vieram dois navios, um com 200, outro com 150, etc.<sup>393</sup>”

Ao escrever “esta casta de escravos”, Hipólito estava se referindo à instituição da servidão sob contrato, uma forma voluntária de trabalho compulsório, que previa trabalho não remunerado por um determinado período de tempo, em geral quatro ou cinco anos. Os servos sob contrato (*indenture servants*) vinham sendo empregados nos Estados do Atlântico Central e da Nova Inglaterra desde o início da colonização. Embora não fossem escravos, podiam ser comprados ou vendidos e também estavam sujeitos a punições corporais<sup>394</sup>. Na capital federal, alemães e irlandeses eram os grupos étnicos mais numerosos justamente porque formavam a maioria dos servos sob contrato que haviam chegado à cidade até o início dos anos 1770. Durante o período revolucionário, porém, houve em Filadélfia um severo declínio de todos os sistemas de trabalho compulsório (escravidão, servidão sob contrato, aprendizes não remunerados), em favor das novas formas de trabalho assalariado<sup>395</sup>.

Esta passagem do diário de Hipólito sugere sarcasmo e parece consistente com seu estado de ânimo em Nova York, como se verá mais adiante. Contudo, a primeira referência a irlandeses no texto aparece já no dia 14 de janeiro em Filadélfia. Coincidentemente, quem fala sobre a situação destes imigrantes são os dois franceses que ele conheceu na casa do ministro Ribeiro Freire. Na oportunidade, ele escreveu: “Mesmo muitos irlandeses que vêm ter aos Estados Unidos pela grande fama deste país, emigram depois, e se vai estabelecer no Canadá. É digna de reflexão esta notícia, que

<sup>392</sup> Em seu diário, Hipólito não fez outros comentários sobre este “costume”. Esta é mais uma situação em que ele teria utilizado os seus cadernos de observações.

<sup>393</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 122.

<sup>394</sup> Cf. Foner, Eric. *Free Soil, Free Labor, Free Man. The ideology of the Republican Party before the Civil War*. New York: Oxford University Press, 1995, p. xi.

<sup>395</sup> Idem. *Tom Paine and Revolucionary América*. New York: Oxford University Press, 1877, pp. 43-44.

me foi dada por M. M. Colbert e Lefebvre.<sup>396</sup> Se esta era uma notícia “digna de reflexão”, supõe-se que dali em diante ele estaria atento a este tema, que voltaria a aparecer no dia 10 de fevereiro: “Dois irlandeses que tomaram hoje dúvidas no pátio da Igreja dos Católicos foram presos; veja-se sobre isso a *Aurora* de amanhã.<sup>397</sup>”

O que houve na “Igreja dos Católicos” naquela data foi um grande tumulto. Quatro pessoas foram presas e processadas, incluindo o diretor da *Aurora*, William Duane. Na origem do conflito estava uma petição que seria encaminhada ao Congresso contra as Leis de Estrangeiros e de Sedição. Esta petição já havia circulado entre irlandeses presbiterianos e foi levada naquele domingo à igreja de Saint Mary, para que os fiéis pudessem deixar suas assinaturas após a missa<sup>398</sup>. Duane e mais três irlandeses, entre eles Dr. James Reynolds, um dos dirigentes da sociedade dos *United Irishmen*, estavam na igreja para coletar as subscrições. A petição estava sendo lida para as pessoas que ficaram na igreja, quando um dos presentes provocou uma discussão e começou a pancadaria.

A *Aurora* afirmou que Duane e seus amigos haviam sido atacados, um deles, ferido, e que ainda assim acabaram sendo presos como se fossem eles os agressores<sup>399</sup>. A imprensa federalista divulgou o inverso e acrescentou que Reynolds tinha sacado uma arma<sup>400</sup>. O fato é que os quatro foram libertados sob fiança e julgados por perturbação da ordem pública (“*sedicious riot*”), sendo inocentados pelo júri, no dia 20 de fevereiro<sup>401</sup>. Dois dias depois, a *Aurora* publicou um editorial em que afirmava ser quase inacreditável o estado de agitação em que a cidade se encontrou naquelas duas semanas: “Se não tivesse tomado a forma de um processo abusivo e de um julgamento

<sup>396</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 60.

<sup>397</sup> *Idem*. p. 64.

<sup>398</sup> Cf. Maurice J. Bric. *op. cit.*, pp. 103-4.

<sup>399</sup> *Aurora General Advertiser*. February 15, 1799. Citado por Rosenfeld, Richard N. *op. cit.*, p. 590.

<sup>400</sup> *Gazette of the United States*. February 11, 1799; *Porcupine's Gazette*. February 12, 1799. *Id. ib.* pp. 584-5; 587.

<sup>401</sup> *Aurora General Advertiser*. February 22, 1799. *Id. ibid.* p. 595.



correto, ponderado, limpo e aberto mal se acreditaria que isto ocorreu numa sociedade não totalmente degenerada...<sup>402</sup>”

O incidente ocupou as principais manchetes ou editoriais da imprensa de Filadélfia naquele período e provocou grande alarme nos jornais federalistas, que aproveitaram a oportunidade para atacar o juiz Thomas McKean, candidato do partido republicano ao governo da Pensilvânia. Mas não motivou nenhum comentário no diário de Hipólito. O estranho é que ele deixou no texto um lembrete desnecessário – “veja-se sobre isso a *Aurora* de amanhã” –, mas não registrou nada a respeito do fato importante que havia motivado o seu lembrete. O tema de fundo deste episódio (e que de resto atravessaria o ano de 1799), as Leis de Estrangeiros e de Sedição, não recebeu um único comentário em seu diário. Como já foi observado, é evidente a existência de filtros na narrativa.

### **Um estrangeiro**

Hipólito não mencionou sua filiação à maçonaria e procurou não demonstrar envolvimento pessoal com a ordem, mas há referências em seu diário que denunciam a sua inserção na rede formada pelos pedreiros-livres nos Estados Unidos. É certo que algumas alusões à maçonaria simplesmente ilustram a sua grande popularização no período pós-revolucionário, quando, de acordo com Steven Bullock, havia lojas na quase totalidade das cidades norte-americanas e os símbolos da ordem estavam em toda a parte, das tavernas, estalagens ou mercearias ao selo oficial dos Estados Unidos<sup>403</sup>. Esta ostensiva presença da maçonaria foi registrada por Hipólito em seu desembarque

---

<sup>402</sup> “[...] *had it not undergone the form of a violent prosecution and a solemn, deliberate, fair, and open trial, could scarcely believed to have taken place in a society not utterly degenerated...*” *Aurora General Advertiser*. February, 22, 1779. Citado por Rosenfeld, Richard N. op. cit., p. 594.

<sup>403</sup> Bullock, Steven C. “The Revolutionary Transformation of American Freemasonry, 1752-1792.” *The William and Mary Quarterly*, 3<sup>rd</sup> Ser., vol. 47, n° 3, (Jul., 1990), p. 349.

no porto de New Castle e se mostraria em outras passagens de suas anotações pessoais, como nas considerações sobre a cidade de Providence, em Rhode Island, que ele afirmou ter “4.500 habitantes”.

“A casa do café (*exchange*) é bonita e perto da ponte; defronte está o mercado, que é aberto de todos os lados, mas por cima tem dois andares muito extensos, pois que tomam todo o comprimento do mercado 200 pés. No primeiro andar há várias repartições públicas. Companhia de Seguro, Distribuição de Terras, etc., e segundo o último é uma loge de pedreiros-livres, que tem as suas armas ou insígnias em ambas as extremidades do edifício.<sup>404</sup>”

Contudo, a sociedade dos pedreiros-livres não aparece no texto apenas como mais um elemento da paisagem urbana ou como referência central em monumentos públicos, caso do memorial em homenagem ao general Joseph Warren, em Massachusetts, no local onde ocorreu a primeira batalha da guerra de Independência<sup>405</sup>. O texto apresenta sinais claros de pertencimento. Assim que chegou a Nova York, Hipólito denunciou sua inserção na maçonaria, ao revelar que o francês Mourque, personagem central em suas relações na cidade, era maçom. No dia 1º de agosto, ele deixou o seguinte registro.

“Ontem, estive comigo um português da Madeira que fugiu de lá por uma perseguição que fizeram aos pedreiros livres, e se estabeleceu aqui. Quando chegou ao porto de New York, onde não conhecia ninguém, e a precipitação com que fugiu, não lhe deu lugar nem a trazer uma carta de recomendação, arvorou uma bandeira branca com estas letras azuis – *azilurn querimus* – pelo que, quase todos os pedreiros livres de New York foram a seu bordo,

<sup>404</sup> *Diário da minha Viagem...*, pp. 131-2.

<sup>405</sup> Nesta passagem, Hipólito escreveu: [...] Fui só ao Bunker-Hill onde se deu a primeira batalha na revolução da América, e aí achei uma pirâmide com as armas dos pedreiros livres em cima, e com uma inscrição que devia ser erigida pela loge dos pedreiros-livres em memória do General Joseph Warren. (Nota: este homem nunca tinha sido militar, inda que tinha estudado a tática teoreticamente, pois que a sua profissão era médica; eu falei com seu irmão que é um médico, Dr. Warren, professor em Cambridge [...])” *Idem*. pp. 134-5. Joseph Warren, um dos primeiros heróis populares da guerra de Independência foi Grão-Mestre da maçonaria em Boston. O fato de Hipólito ter conversado com o irmão de Warren é outro indício de seu pertencimento à ordem.

recebendo depois e tratando com aquela hospitalidade que caracteriza esta sociedade.<sup>406</sup>”

Este episódio foi reproduzido por Hipólito em sua *Narrativa da Perseguição*, em termos muito semelhantes, mas no livro ele revelou detalhes que permitem identificar o ano em que se deu a fuga e as circunstâncias em que ocorreu, como se pode ver na transcrição abaixo.

“Quando o Bispo do Funchal, na Ilha da Madeira, José da Costa Torres, perseguiu tantas, e tão honradas famílias, só porque alguns indivíduos delas se diziam ser framaçons, muitas pessoas se embarcaram para os Estados Unidos, e um dos navios, chegando a Nova Yorque, mostrou uma bandeira branca que continha em letras azuis a inscrição **Asilum quœrimus**; imediatamente foram a bordo os principais framaçons da terra e trouxeram consigo estas perseguidas famílias a que fizeram o mais generoso agasalho; de maneira estrondosa foi este caso, que o bispo foi removido para Elvas, mas depois promovido ao Arcebispado de Braga, onde continua o seu intolerante e perseguidor espírito a comprometer a fama da sua nação e a justiça do governo.<sup>407</sup>”

O texto da *Narrativa* esclarece que não foi apenas um maçom português que buscou asilo naquelas condições, mas que várias famílias teriam emigrado juntamente com ele. Esta fuga ocorreu de fato em 1792, ano em que o Tribunal do Santo Ofício conseguiu acumular nada menos do que 190 processos contra membros da maçonaria na Ilha da Madeira. Segundo António Egídio Fernandes Loja, o número de pessoas envolvidas era provavelmente maior, pois em vários processos há referências a personagens acusados de pertencer à sociedade, cuja identidade não é clara. Loja relaciona os nomes de seis maçons que fugiram do Funchal com as suas famílias em direção ao porto de Nova York, na noite de 19 de abril de 1792<sup>408</sup>. Graça e J. S. da Silva Dias revelam que teriam sido nove os pedreiros-livres da Ilha da Madeira que partiram

<sup>406</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 117.

<sup>407</sup> *Narrativa da Perseguição*, p. 113.

<sup>408</sup> Loja, António Egídio Fernandes. op. cit., pp. 484-516. A relação dos 190 maçons processados na Ilha da Madeira, em 1792, encontra-se nas páginas 485-504. Os nomes dos que fugiram para a Nova York está na página 508.

para os Estados Unidos antes de 25 de abril deste ano, seguidos posteriormente por mais 19 membros da ordem<sup>409</sup>. Como afirmou Hipólito, o bispo do Funchal, D. José da Costa Torres, que então ocupava a direção da diocese da Ilha da Madeira, exorbitou de suas prerrogativas e foi advertido por autoridades de Lisboa, que desejavam apaziguar os ânimos. Torres foi transferido para o bispado de Elvas em 1796.

Dado o grande número de madeirenses que buscaram asilo nos Estados Unidos, seria impraticável saber quem teria sido o interlocutor de Hipólito naquela oportunidade. O importante é que havia uma comunidade de maçons portugueses nos Estados Unidos, com a qual ele entrou em contato. Duas semanas após o registro sobre a fuga da Ilha da Madeira, Hipólito introduziu em seu diário o negociante Joaquim Monteiro, também madeirense, e que conhecia “bem ao Freire”. Porém, este encontro não foi intermediado pelo ministro português, como vimos. Entre os 190 processados de 1792, não há nenhum Joaquim Monteiro, mas isso não significa que ele não fosse membro da ordem. Talvez estivesse nos Estados Unidos há mais tempo, inclusive. O fato é que seu encontro com Hipólito ocorreu alguns dias após o contato com o primeiro madeirense, o que sinaliza uma provável relação entre estes dois portugueses.

Ora, quem teria intermediado estes encontros com portugueses em Nova York? Dificilmente teria sido o vice-cônsul de Portugal, que sequer teve seu nome citado no diário e aparece numa única ocasião: “À noite estive com o vice-cônsul português cujo caráter e conversação não escrevo como escusado.<sup>410</sup>” O único encontro com este diplomata ocorreu no dia 23 de abril, assim que Hipólito chegou à cidade. Os personagens que de fato freqüentam as páginas do diário em Nova York são três: além de Mourque e seu amigo também francês, Mr. Olive, surge o “Dr. Mittchill” ou “Mittchel”, químico da Universidade Colúmbia, com quem Hipólito esteve em várias

---

<sup>409</sup> Dias, Graça e J. S. da Silva. op. cit., vol I, tomo I, p. 281.

<sup>410</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 89

oportunidades. Este professor mostrou a ele uma carta que havia recebido de Joseph Priestley<sup>411</sup>, não apenas um cientista de renome, mas um radical que fora forçado a emigrar para os Estados Unidos por conta de sua militância em sociedades democráticas de Londres<sup>412</sup>.

Ainda em Nova York, Hipólito esteve em duas ocasiões com um general chamado “Eustace”, que era “um vidente democrata”. Este foi o oficial que se referiu a George Washington de modo muito desrespeitoso e “apesar das suas democracias falou-me muito nos parentes duques e generais, e mostrou-me o sinete das suas armas, etc.”<sup>413</sup>. As críticas a Washington e as palavras “democrata” e “democracias” não deixam dúvidas quanto à filiação político-partidária deste personagem, pois Hipólito chamava os republicanos de democratas. Entretanto, os encontros com este general ocorreram nos últimos dias de agosto, imediatamente antes de Hipólito seguir para a Nova Inglaterra. Ele visitou Eustace duas vezes, porque esperava dele uma carta de recomendação para um contato em Boston.

Já o encontro com Joaquim Monteiro ocorreu no dia 15 de agosto e na seqüência imediata do seguinte registro: “Hoje, fui convidado por Mr. Mourgue para o enterro de S. Rosier, o cônsul francês, aqui, um homem de um belo caráter, e um conciliador de partidos.”<sup>414</sup> O diário revela que Hipólito foi apresentado a Monteiro, mas quem fez esta intermediação não aparece. É bastante provável que tenha sido Mourque, pois é a única pessoa registrada nesta data. Caso o maçom francês tenha feito a ponte com Monteiro,

---

<sup>411</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 124.

<sup>412</sup> Cf. Twomey, Richard J. “Jacobins and jeffersonians: anglo-american radical ideology, 1790-1810”. Margaret C. Jacob and James R. Jacob (eds.) *The Origins of Anglo-American Radicalism*. New Jersey/London: Humanities Press International, 1991, pp. 315-7. Também Durey, Michael. op. cit., p. 667.

<sup>413</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 126.

<sup>414</sup> Idem. pp. 124-5. É interessante que Hipólito pudesse avaliar o caráter de um homem que certamente não conheceu. Parece claro que foi Mourque quem disse isso a ele. Esta passagem mostra o modo como ele portava opiniões que não eram suas ou vocalizava as suas fontes de informação.

também teria sido ele o intermediário de Hipólito no encontro com o português que fugiu da Ilha da Madeira em 1792.

Uma carta de recomendação assinada por alguém de Filadélfia pode ter levado Hipólito ao químico de Colúmbia, mas tudo indica que foi Mourque quem inseriu o nosso personagem numa rede formada por estrangeiros de várias nacionalidades em Nova York. Neste período, ele falava todos os dias “com estrangeiros, principalmente franceses.<sup>415</sup>” Entretanto, na altura em que fez este registro, no dia 12 de julho, ele ainda estava longe de se mudar para a estalagem de escoceses e também não conhecia os portugueses da Madeira. Quem seriam os estrangeiros de outras nacionalidades (não franceses) com quem ele falava, senão todos os dias, ao menos com muita frequência?

Além dos nomes já citados aqui, em seu diário aparece apenas mais uma pessoa importante: “Mr. Callaghan”. Este personagem foi introduzido da seguinte forma: “Amanhã espero resposta do Mr. Callaghan a quem mandei pedir emprestado dinheiro.<sup>416</sup>” Callaghan voltaria às páginas do diário no dia 19 deste mês: “Hoje, achei por via do Costa, um pobre português, quem aceitasse uma letra sobre o Callaghan para o dinheiro, mas não mo dão aqui antes que a letra seja lá entregue e aceita.<sup>417</sup>” Nesta passagem, vê-se outro português, o “Costa”. As relações com estrangeiros são indícios que se deve levar em conta, pois estariam sinalizando a rede em que Hipólito estava inserido não apenas em Nova York, mas também em Filadélfia e Boston.

Na segunda metade do século XVIII, a maçonaria anglo-americana estava dividida em duas correntes aparentemente inconciliáveis: os Modernos e os Antigos.

---

<sup>415</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 111.

<sup>416</sup> *Idem.* p. 124.

<sup>417</sup> *Idem.* p. 125. Numa de suas cartas a D. Rodrigo, de nº 17, aparece o nome completo, David Callaghan, e também “o correspondente de David Callaghan”, Carlos Callaghan. Nesta carta, Hipólito afirmava que David o supriu com as despesas que ele havia feito “com condução e custo das plantas da cochonilha, e da árvore do pão, e cana *Otahite*, que veio da Jamaica.” Já sobre o empréstimo que levantou para a sua subsistência nos Estados Unidos, Hipólito revelou a D. Rodrigo que havia tomado o partido de “valer-me da casa de Mr. Waln, que me forneceu algum dinheiro com a condição de que Thomas Buckley, o Cônsul americano em Lisboa, o cobraria lá.” “Copiador e Registro das Cartas de Ofício”, cartas nº 17 e nº 15, datadas de Filadélfia, 3 de fevereiro e 15 de janeiro de 1800, pp. 191-2; 190.

Estes últimos eram mais recentes, pois fundaram sua primeira Grande Loja em 1751, em Londres, mas reivindicavam autoridade com base numa suposta fidelidade ao passado da ordem, cujas práticas remontariam ao Templo de Salomão ou mesmo a um período mais antigo. O aspecto mais visível desta disputa entre Modernos e Antigos eram as modificações no ritual maçônico que teriam sido realizadas pelos primeiros nos anos 1730 e que, na visão dos últimos, teriam profanado as tradições sagradas da sociedade. Historiadores da maçonaria sugerem que a ruptura teria ocorrido quando as Grandes Lojas inglesa e irlandesa divergiram sobre a organização de alguns cerimoniais. Esta idéia é corroborada pela origem irlandesa de muitos entre os primeiros Antigos. Entretanto, foram diferenças de ordem social que conferiram significado aos debates sobre o ritual maçônico tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, segundo Steven Bullock.

“Enquanto os Modernos de [Benjamin] Franklin reuniram muitos entre os mais proeminentes homens da província numa sociedade que proclamava o seu refinamento, sua cultura e sua elevada condição social, os Antigos incluíram os que não possuíam poder político nem distinção social.”<sup>418</sup>

Por volta de 1800, quando Hipólito foi admitido à maçonaria em Filadélfia, a grande maioria das lojas maçônicas nos Estados Unidos era filiada à corrente dos Antigos. Na capital federal, os Modernos já não existiam havia muito, tendo simplesmente deixado de se reunir em fins do período revolucionário<sup>419</sup>.

De acordo com Bullock, o grande apelo dos Antigos estava em preservar a identificação dos Modernos com uma cultura cosmopolita, ao mesmo tempo em que promoviam a abertura da ordem a emigrados e grupos sociais de mais baixa extração,

---

<sup>418</sup> “While [Benjamin] Franklin’s Moderns had brought together many of the province’s most prominent man in a society that proclaimed their gentility, cultivation, and high social standing, the Ancients included many who lacked political power and social distinction.” Bullock, Steven C., op. cit., 1990, p. 348.

<sup>419</sup> Idem. *Revolutionary Brotherhood. Freemasonry and the transformation of the American Social Order, 1730-1840*. Williamsburg: The University of North Carolina Press, 1996, p. 90.

como artesãos e pequenos comerciantes, incluindo até mesmo indivíduos pouco letrados ou sem educação formal. Muitas de suas idéias e práticas eram de fato novas. No período pós-revolucionário, esta maçonaria representaria “um arquétipo da sociedade republicana baseada na virtude e no mérito que muitos norte-americanos pretendiam construir.”<sup>420</sup>

Aliados das Grandes Lojas da Irlanda e da Escócia, os Antigos da Inglaterra, que iniciaram vários de seus primeiros correligionários nos Estados Unidos, também eram abertos a grupos de extração social mais baixa, incluindo irlandeses e outros emigrados<sup>421</sup>. Talvez não por acaso, Hipólito da Costa pertenceria mais tarde à Loja Antiquity de Londres, antes da fusão entre Antigos e Modernos, ocorrida em 1813, como relatam comentaristas maçons.

Este é um tema que exige uma pesquisa mais abrangente, mas, por ora, parece certo que Hipólito teria se filiado a uma loja de Antigos em Filadélfia, pois já não havia Modernos na capital federal em 1799. Suas relações com maçons de outras nacionalidades em Nova York também indicam que era nesta rede que ele estava inserido. Apontam nesta direção ainda as duas cartas de recomendação assinadas por “Mr. Bond”, que Hipólito entregou para os principais contatos que fez em Boston<sup>422</sup>. Como vimos, “Mr. Bond”, que também aparece no diário como “Mr. Nond”, fazia parte do círculo da viúva de Franklin Bache, Margareth, que logo se casaria com William Duane. Este era com certeza maçom e sua filiação à maçonaria irlandesa teria ocorrido ainda na cidade de Clonmell, para onde havia sido levado ainda criança por sua mãe<sup>423</sup>. Sabe-se também que, no início dos anos 1790, a seção de Dublin da United Irish Society

---

<sup>420</sup> Bullock, Steven C. op. cit., 1990, pp. 349-50; 353; 358; 365. A citação encontra-se na página 368.

<sup>421</sup> Id. ibid. p. 359.

<sup>422</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 133-4.

<sup>423</sup> Little, Nigel Ken. *Transoceanic Radical: The many identities of William Duane*. Thesis presented for the degree of Doctor of Philosophy. Murdoch University, 2003, p. 35.



foi utilizada como local de reuniões da maçonaria, pois era muito estreita a associação entre maçons e membros dos United Irishmen na capital da Irlanda<sup>424</sup>.

Na outra ponta, as relações da *Aurora General Advertiser* com a maçonaria parecem claras. O título *Aurora*, segundo Franklin Bache, significava que as luzes trazidas pelo jornal estavam em ascensão<sup>425</sup>. O simbolismo da luz na maçonaria é bastante conhecido. Curiosamente, também era empregado pelos quacres, que se autodenominavam “filhos da luz.”<sup>426</sup> O nome *Aurora* é ainda mais sugestivo, porque a maçonaria costumava utilizar palavras, frases e provérbios em latim, entre outros motivos, provavelmente devido à estrutura supranacional da ordem. Basta lembrar que os refugiados da Ilha da Madeira, ao chegar ao porto de Nova York, estenderam uma faixa a bordo com a inscrição *Asilum Quorimus* para sinalizar que eram membros da sociedade.

Rastrear as relações de Hipólito nos Estados Unidos talvez contribuísse para esclarecer aspectos ainda nebulosos em sua trajetória. Sua filiação à Loja Antiquity de Londres sinaliza uma linha de continuidade entre o jovem iniciado nos Estados Unidos e o homem maduro que esteve à frente do *Correio Braziliense*. Todavia, isso não significa que esta continuidade tenha sido expressiva, mesmo porque o contexto das duas primeiras décadas do século XIX na Inglaterra é razoavelmente distinto da configuração de fins do XVIII nos Estados Unidos.

Até aqui, percebe-se a inserção de Hipólito numa ampla rede de contatos formada por estrangeiros e norte-americanos, uns e outros (de fato ou aparentemente) identificados com o partido republicano democrata. As relações no interior da maçonaria parecem elos importantes desta corrente. Segundo Richard Twomey, a

---

<sup>424</sup> Bric, Maurice J. op. cit., p. 88 n.

<sup>425</sup> Cf. Smith, Jeffery A. op. cit., p. 137.

<sup>426</sup> Winstanley, Gerrard. *Winstanley. The Law of Freedom and other writings*. Christopher Hill (ed.). Harmondsworth: Penguin Books, 1973, p. 57.

amplitude da rede formada pelos radicais emigrados nos Estados Unidos não foi observada pelos historiadores e passou despercebida até mesmo dos espões do partido federalista. Entre os membros deste grupo estavam nomes já citados aqui, como William Duane, James Reynolds, Joseph Priestley e James Callender, bem como outros também relevantes naquele contexto, mas pouco significativos para este trabalho, como o jornalista Thomas Cooper, também condenado com base na Lei de Sedição, os United Irishmen Hamilton Rowan e John Daily Burk, e John Binns, correligionário de Duane na London Corresponding Society. Boa parte destes emigrados militava na imprensa<sup>427</sup>. Muitos permaneceram na América, outros retornaram mais tarde para a Grã-Bretanha e houve ainda quem vivesse em trânsito entre um país e outro<sup>428</sup>.

As relações estreitas entre norte-americanos e emigrados das ilhas britânicas, formando uma rede que se poderia chamar de transoceânica e que incluía diferentes nacionalidades e confissões religiosas, sugerem um paralelo interessante com a estrutura supranacional e supradenominacional da maçonaria. Um dado importante nestas relações é que muitos entre os norte-americanos que se posicionavam no campo republicano também possuíam “laços transatlânticos”, como afirmou James Tagg<sup>429</sup>. Era o caso de Franklin Bache, James Monroe, George Logan e Benjamin Rush, para citar alguns nomes que aparecem neste trabalho. Os dois últimos haviam estudado em Edimburgo. A ligação destes norte-americanos com os United Irishmen é sinalizada pela conexão de James Monroe em Paris e o apoio logístico oferecido pelos quacres de Filadélfia à Sociedade, como foi visto. Em Nova York, Hipólito recebeu a ajuda do francês Mourque, um maçom que havia sido próximo de Franklin Bache. Este, por sua

---

<sup>427</sup> Michael Durey fornece os seguintes números: ao menos 74 entre os homens que se exilaram nos Estados Unidos nos anos 1790 foram participantes ativos dos movimentos radicais surgidos na Grã-Bretanha neste período; entre estes, 18 editaram não menos do que 49 jornais e revistas, sediados em sua maioria nos Estados do Atlântico Central. Durey, Michael. *op. cit.*, pp. 666; 682.

<sup>428</sup> Cf. Twomey, Richard J. *op. cit.*, pp. 214-7. Twomey nota que este grupo não era homogêneo, mas que a maioria permaneceria reformista, de acordo com o modelo clássico do liberalismo democrático na era Jefferson.

<sup>429</sup> Tagg, James. *op. cit.* p. 208.

vez, foi muito próximo do quacre George Logan, que (segundo a imprensa federalista) era próximo dos United Irishmen, que, por sua vez, eram muito próximos da direção da *Aurora* (leia-se William Duane), que foi uma das principais referências de Hipólito ao longo de sua viagem.

O fato de ele ter ingressado muito rapidamente neste grupo parece indicar uma aproximação anterior com a maçonaria, ainda em Portugal, mas evidencia igualmente o fato óbvio de que também ele era um estrangeiro na América independente. Esta condição favoreceu sua inserção nos círculos de sociabilidade da ordem em Filadélfia, pois, de um lado, aquela maçonaria incluía estrangeiros de várias nacionalidades e, de outro, era confortável e mesmo imprescindível para ele estar entre iguais ou receber apoio na situação em que se encontrava. As tramas textuais que seu diário exhibe também parecem mostrar o esforço realizado para dar conta das tarefas complexas de que foi encarregado. Entretanto, os impressos de todo o tipo aos quais ele recorria constituíam não apenas uma ferramenta de trabalho, mas igualmente um meio que possibilitava o acesso a uma realidade estranha, que ele tentava compreender e na qual buscava inserção. Ser um estrangeiro era ainda um atributo político naquele momento e suas conotações positivas ou negativas pareciam (sob qualquer ângulo) muito importantes. Não há dúvida de que a assimilação de Hipólito à rede de emigrados também conferiu significado à sua trajetória nos Estados Unidos. Sua experiência como viajante naturalista foi construída em boa parte com base nesta condição.

## **5 Os Advogados da Igualdade**

Hipólito da Costa foi o primeiro luso-brasileiro a divulgar amplamente um programa para a emancipação gradual da escravatura que contemplava incentivos para a instalação de imigrantes europeus no país<sup>430</sup>. Já em dezembro de 1810, o *Correio Braziliense* deu início a uma longa campanha a favor de incentivos à imigração européia, tendo em vista aumentar a população e promover a integração do território com o povoamento do interior e incremento do comércio interno. Escreveu Hipólito na oportunidade que este aumento da população seria muito rápido se o governo concedesse aos imigrantes “a proteção eficaz que os Estados Unidos da América dão a todas as pessoas que para ali imigram. A Alemanha, a Holanda, a Itália, a Espanha, a Irlanda tem dado vasto número de habitantes aos Estados Unidos. E por que não os daria ao Brasil?”<sup>431</sup>,

Mas antes, em julho de 1809, ele já havia conjugado imigração e abolição da escravatura, ao criticar o livro de José da Silva Lisboa, *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil*, primeira obra impressa no Rio de Janeiro. O futuro visconde de Cairu defendia preferência aos ingleses no comércio com o Brasil. Segundo ele, os Estados Unidos já concediam esta preferência à Inglaterra, com grande proveito para o seu desenvolvimento econômico. Hipólito disparou: “A prosperidade dos Estados Unidos não é devida ao comércio de Inglaterra, mas sim e principalmente à sua forma livre de governo.” Após relacionar os benefícios da “liberdade ilimitadíssima” e da proteção de “leis inalteráveis”, concluiu: “A fonte primária da prosperidade dos Estados Unidos provém do grande aumento de população, ocasionada pelo concurso de emigrados

---

<sup>430</sup> De acordo com Carlos Rizzini, “Hipólito foi o primeiro brasileiro, ou português, a publicamente expor a necessidade de estabelecer-se uma corrente imigratória destinada a substituir o braço escravo pelo braço livre.” Rizzini, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil – 1500-1822. Com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 351.

<sup>431</sup> “Brasil”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. V, nº. 31, dezembro 1810, pp. 652-4.

[...] <sup>432</sup>” Em seguida, fez um alerta:

[...] O autor faz voltar os olhos para o comércio da África; seria melhor não falar nisto, logo depois de lembrar a prosperidade dos Estados Unidos, onde a escravidão está abolida <sup>433</sup>; seguindo o conselho, guardo também nisto o silêncio. Se o governo do Brasil remediar este mal, os filantropos lhe perdoarão todos os outros. <sup>434</sup>”

O *Correio Braziliense* guardaria silêncio até março de 1811, quando introduziu a proposta de substituição gradual da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre, no artigo “Observações sobre o Estado da Agricultura e População do Brasil”. Neste texto, Hipólito explicitava a relação inversamente proporcional entre escravismo e prosperidade econômica, que havia apenas sugerido em 1809.

“A escravidão dos negros de África, continuada por toda a vida e passada a toda a descendência, é tão contrária aos princípios do direito natural e da constituição moral do homem, que é impossível que prospere como deve um país em que a escravidão se admite na extensão em que existe no Brasil. <sup>435</sup>”

É claro que os movimentos sociais que Hipólito testemunhou na Inglaterra e as posições assumidas pelo governo britânico também contribuíram muito para que ele defendesse em seu jornal posições favoráveis à supressão do tráfico de escravos. Vivendo em Londres desde 1805, ele acompanhou o crescimento da campanha abolicionista na Grã-Bretanha e seguramente foi influenciado por ela. Em dezembro de 1815, seu jornal se referiu à unanimidade que os ingleses ostentavam naquele momento em torno da abolição do tráfico. Disse Hipólito na oportunidade que “a Espanha e o

---

<sup>432</sup> “Análise do folheto impresso no Rio de Janeiro sobre o comércio franco do Brasil”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. III, nº 14, julho 1809, pp. 51-2.

<sup>433</sup> Aqui Hipólito forçou a mão: evidentemente, ele sabia que a escravidão era uma instituição hegemônica nos Estados do sul e que mesmo no norte ainda havia escravos, devido ao longo e tortuoso processo da emancipação gradual.

<sup>434</sup> “Análise do folheto impresso no Rio de Janeiro sobre o comércio franco do Brasil”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. III, nº 14, julho 1809, p. 52.

<sup>435</sup> “Observações sobre o estado da agricultura e da população do Brasil”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. VI, nº 34, março, 1811, p. 238.

Brasil<sup>436</sup>” estavam isolados “para contender com o entusiasmo da Inglaterra, decidida a terminar a escravidão dos negros com tal fanatismo, que toda a população inglesa antes declarará a guerra a qualquer nação, do que ver a continuação do tráfico dos negros em alguma parte do mundo.<sup>437</sup>”

Eleger este tema – o projeto de emancipação gradual da escravatura defendido pelo *Correio Braziliense* – pareceu pertinente no contexto deste trabalho, pois aqui é possível discernir elementos que sinalizam uma linha de continuidade entre as experiências do jovem naturalista nos Estados Unidos e as formulações do publicista exilado em Londres perto de dez anos mais tarde.

Vimos que a religiosidade era um aspecto central na vida do nosso personagem. É possível afirmar que as descrições de ofícios religiosos (*meetings*) revelam mesmo uma experiência singular, real e não mediada, em meio a inúmeros fragmentos que exibem a intermediação de fontes as mais diversas entre o autor e a realidade à sua volta. No entanto, por algum motivo ou vários simultaneamente, os quacres provocaram em Hipólito uma impressão particular. Esta peculiaridade pode ser percebida por meio desta passagem: “A descrição de um *meeting* [dos quacres] a tenho tão impressa que não preciso escrevê-la para me lembrar.<sup>438</sup>” O significado deste episódio só pode ser compreendido de alguma forma ao se levar em conta a conduta frequentemente adotada

---

<sup>436</sup> Eis aqui uma composição singular para o início do século XIX: “A Espanha e o Brasil”. Em estudo já citado neste trabalho, István Jancsó e Andrea Slemian mostram como Hipólito da Costa utilizou elementos de estilo para construir um sentido de unidade natural entre os diferentes territórios portugueses na América. Em outras palavras, os autores demonstram como, já a partir do primeiro número de seu jornal, ele passou a empregar técnicas de edição para elaborar uma representação de Brasil que não correspondia à realidade vivenciada e percebida pelos atores sociais na colônia. “[...] desde 1808, Hipólito insistia, com rigorosa perseverança, em retratar o Brasil como entidade política que transcendia às suas muitas partes, aquelas a partir de cuja justaposição mais ou menos instável ele era então reconhecido.” Esta representação “proposta pelo jornal – o Brasil visto como síntese de suas partes, como corpo político dotado de feição própria –” também era construída pelo artifício de inserir “lado a lado, e no mesmo diapasão,” as questões relacionadas ao Brasil e os assuntos referentes a Estados livres e soberanos. Por isso, não era incomum que o nome Brasil surgisse conjugado ao de países europeus, como na passagem transcrita acima. Jancsó, István; Slemian, Andréa. op. cit., pp. 607; 611; 635-7.

<sup>437</sup> “Comércio da Escravatura”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. XV, nº 91, dezembro 1815, p. 735.

<sup>438</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 83.

para a descrição de cultos religiosos em seu diário. Simultaneamente, esta frase única, curta e simples sobre o que seria um *meeting* dos quacres faz contraponto com as dez páginas de comentários sobre a penitenciária de Filadélfia, administrada pelos membros da seita. As duas experiências – o *meeting* e a visita ao presídio – foram representadas de modo singular no texto. Porém, não apenas o formato destas representações difere. Elas também demonstram forte impressão em seus conteúdos. Na passagem transcrita acima este efeito é evidenciado pelo uso das palavras “a tenho tão *impressa*”.

Perceber esta singularidade levou à suposição de que Hipólito estivesse de alguma forma próximo aos quacres. A pesquisa ainda inicial sobre suas relações pessoais em Filadélfia revelou que ele estava de fato muito próximo de sectários desta denominação, como vimos no segundo capítulo. Isto poderia ter implicações importantes em várias direções. Uma delas era a militância ativa da Sociedade dos Amigos em favor da abolição da escravatura.

É bastante conhecido o papel desempenhado pelos quacres na liderança dos primeiros movimentos abolicionistas no mundo anglo-saxão. Na segunda metade do século XVIII, mais do que qualquer outra denominação protestante, a Sociedade dos Amigos se comprometeu ativamente com a militância antiescravista, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. A grande rede formada pelos quacres nos dois lados do Atlântico possibilitou a abertura de várias frentes de combate, simultaneamente. No campo parlamentar, enquanto os Amigos ingleses lideravam campanhas populares e pressionavam políticos influentes para obter a erradicação do tráfico Atlântico, os norte-americanos atuavam também em favor da adoção de legislações abolicionistas nos Estados Unidos. Na esfera jurídica, eles ofereciam assessoria, buscando remover obstáculos para alforrias nos tribunais, bem como impedir que libertos voltassem à condição de escravos. Na assistência social, proporcionavam educação primária e



formação profissional por meio da aprendizagem de diferentes ofícios, assegurando também auxílio a libertos idosos por meio de associações filantrópicas.

David Brion Davis sublinha que, apesar da falta de uma autoridade eclesiástica centralizada, a Sociedade dos Amigos manteve uma rede de comunicações sem paralelo durante o século XVIII, conseguindo assim assegurar a unidade da seita. Encorajada pela perseguição religiosa, esta rede “foi parcialmente a causa e parcialmente o resultado do incrível sucesso comercial dos empreendedores quacres.<sup>439</sup>”

Se Hipólito esteve próximo desta denominação e de seu ideário em sua juventude, haveria rastros desta influência nos escritos de sua maturidade? Se existem, estes indícios podem ser reunidos num todo coerente e articulado? Levando em conta os vários pontos de contato entre a Inglaterra e suas ex-colônias da América do Norte, em que medida seria factível isolar ou individualizar a experiência norte-americana no cenário maior em que o diretor do *Correio Braziliense* se movimentava em Londres? São estas as questões que orientam a tentativa desenvolvida aqui de identificar na escrita de Hipólito da Costa em Londres alguns traços que ainda permanecem velados ou mal percebidos em seu perfil.

### **Costumes “anglo-quakers”**

Antonio Candido observou com muita propriedade que eram “a espinha do *Correio Braziliense*, a preocupação de cada página: liberdade política, liberdade de

---

<sup>439</sup> Brion Davis afirma que os quacres exerceram papel central no comércio, na indústria e nas finanças do século XVIII. Como dissidentes, haviam sido alijados das posições de influência e poder, passando a se dedicar a empreendimentos de pouca atração no mundo dos negócios. Estes, na segunda metade do século, se transformariam em grandes manufaturas nos ramos de porcelanas, relógios, instrumentos, medicamentos, bem como importantes empresas na área de mineração. Sua dedicação ao “trabalho útil” e o espírito de introduzir melhoramentos e inovações em seus negócios teriam posicionado os quacres ingleses “na vanguarda da revolução industrial.” Davis, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution. 1770 – 1823*. Ithaca/London, Cornell University Press, 1975, pp. 225-6; 233. É interessante observar o que Hipólito escreveu sobre a exploração de minério de ferro nos Estados Unidos, no relatório final de suas atividades apresentado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Há um comentário sobre este tema no terceiro capítulo.

expressão, difusão das luzes. O despotismo lhe parecia raiz dos males sociais [...]”<sup>440</sup> De fato, era este lugar – o de origem de todos os problemas sociais – que Hipólito da Costa havia reservado para a autoridade discricionária, despótica ou absoluta. Herdeiro do reformismo ilustrado português como muitos, ele parecia por vezes uma figura solitária entre os homens de sua geração. Sua insistente defesa das liberdades individuais vinha na contramão de projetos centralizadores e autoritários, bem como de modelos liberais, mas paradoxalmente esvaziados de seu liberalismo político. Seu posicionamento também era singular no que diz respeito à questão escravista, como afirma Isabel Lustosa.

“A atitude de Hipólito é singular quando se verifica o contraste que havia entre os exaltados discursos de liberais brasileiros que fizeram a campanha pela Independência, ferrenhos partidários do constitucionalismo em defesa da liberdade e seu enorme silêncio, quando não repúdio a qualquer projeto de abolição da escravatura [...] O liberalismo das elites escravocratas era retórico no que dizia respeito às liberdades civis e políticas e era prático no que dizia respeito aos interesses econômicos.”<sup>441</sup>

Lustosa também localiza a singularidade do pensamento de Hipólito da Costa em sua passagem pelos Estados Unidos. Segundo ela, as práticas que ele observou na sociedade norte-americana, a liberdade de expressão, de voto, de culto, “orientariam toda a sua visão de mundo daí em diante.”<sup>442</sup> Em suas formulações, o publicista parecia

<sup>440</sup> Mello e Souza, Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira*. Vol. 2. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1959, pp. 249-50.

<sup>441</sup> Lustosa, Isabel. “O abolicionismo exilado de Hipólito da Costa.” *E Daí? Insight Inteligência*. out/nov/dez/2006, p. 138.

<sup>442</sup> Id. *ibid.* p. 134. É interessante transcrever aqui a primeira passagem do diário de Hipólito que comenta a liberdade de expressão nos Estados Unidos. No dia 7 de janeiro de 1799, ele parecia assustado ou mesmo perplexo. “N. B.: não é de admirar que se atrevesse pôr isto na gazeta [uma crítica sobre loterias para a construção de pontes], porque em Filadélfia, e em geral nos E. U., é costume, quando alguém quer despicar-se de outrem, manda pôr-lhe numa gazeta os fatos mais vergonhosos que lhe sabe da vida; o outro responde do mesmo modo, e tem sucedido, algumas vezes, durar esta disputa nas gazetas um mês e mais, descobrindo uns aos outros gerações de fatos pessoais, faltas das mulheres e filhas, etc. [...] Os ministros de Estado, etc., quando são demitidos, imprimem todas as suas negociações, se isso lhe convém, descobrindo os maiores segredos de gabinete, entretanto não tem por isso algum castigo legal; assim se portou o ministro que esteve em França, Mr. Monroe, que, para justificar a sua conduta e mostrar que o Presidente obrara com falta de fé, imprimiu os maiores segredos da negociação; e assim muitos outros exemplos.” *Diário da minha Viagem...*, pp. 56-7. O livro do republicano James Monroe, *A View of the*

associar as teses do liberalismo político inglês<sup>443</sup> à experiência norte-americana. Por vezes, na tentativa de associar o modelo norte-americano à configuração tradicional da sociedade brasileira, ele acabava produzindo arranjos insólitos, como o sistema de autodeterminação das colônias de imigrantes que formulou para o Brasil.

“Estas colônias de estrangeiros que propomos devem ser governadas por uma câmara ou conselho de sua escolha, dentre eles mesmos; e, ao princípio, bastará que sejam presididas pelo pároco, ou cura, que se lhe nomear, cuja escolha deve ser feita com suma circunspeção.”<sup>444</sup>

O conceito é de autogoverno: as comunidades elegeriam livremente os seus representantes, “dentre eles mesmos”, sem interferência dos poderes instituídos. Estas comunidades funcionariam assim à margem do Estado monárquico, mas curiosamente teriam um religioso como supervisor ou “presidente” de suas instâncias de poder político. Ao propor uma constituição para o Brasil independente, Hipólito também se inspirou no modelo norte-americano: “A Constituição dos Estados Unidos, com pequenas alterações que requer para se adaptar a uma monarquia hereditária, dará um modelo de fácil imitação para o Brasil.”<sup>445</sup>

As anotações pessoais de Hipólito nos Estados Unidos mostram que ele estava muito interessado em instituições filantrópicas e associações organizadas com base no conceito de assistência ou seguridade social. Também aparece em seu diário a preocupação com a instalação de manufaturas na colônia. Entre suas primeiras anotações a bordo da corveta *William*, ele deixou o registro, já citado no terceiro

---

*Conduct of the Executive of the United States*, que relata os episódios vividos por ele em Paris a partir da assinatura do Tratado Jay, foi editado por Benjamin Franklin Bache e lançado em dezembro de 1797. Cf. Tagg, James. op. cit., pp. 327-8.

<sup>443</sup> É clara a influência do conceito de não sujeição do pacto social de Locke. “Não possuindo [o homem] o poder da própria vida, não está em condições, por pacto ou por consentimento próprio, de escravizar-se a qualquer outro, nem pôr-se sob o poder arbitrário absoluto de outrem.” Locke, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. Cap. IV. “Da Escravidão”. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 43.

<sup>444</sup> “Observações sobre o estado da agricultura e população do Brasil”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. VI, nº 34, março, 1811, p. 238.

<sup>445</sup> Citado por Mecenas Dourado. op. cit., pp. 564-5.

capítulo, de que a Sociedade Filantrópica de Londres havia criado um estabelecimento para ensinar artes e ofícios a rapazes pobres. A partir destes registros, que traçam um perfil filantrópico para o jovem ilustrado, faz sentido especular se estas preocupações, em linha com os valores maçônicos, não teriam articulado uma ponte também com o ideário dos quacres.

Um dos aspectos mais evidentes no texto de Hipólito é sua identificação com a cidade de Filadélfia (ou com a Pensilvânia) e seu desconforto nas cidades de Nova York e Boston. É perceptível inclusive uma acentuada melhora em seu estado de ânimo com o retorno à capital federal, nos últimos dias de setembro de 1799<sup>446</sup>. Curiosamente, ele havia qualificado os “costumes” da Pensilvânia como “*anglo-quakers*” e os de Nova York como “holando-rústicos”<sup>447</sup>. Levando em conta a forma como ele se movimentava na Pensilvânia e o bem-estar emocional que de modo geral demonstrou em Filadélfia, não há dúvida de que ele se identificava com os primeiros. Assim, não é de surpreender que o ideário quacre também mediasse as representações que ele construiu sobre os negros em seu diário de viagem.

Na época, Filadélfia não era apenas o centro político da nova república e uma cidade portuária que abrigava populações de várias partes da Europa. A chamada capital do quacrismo constituía também o maior e mais importante reduto dos negros livres na América do Norte. Em 1790, os negros representavam apenas 5% da população da cidade, mas, entre eles, o primeiro censo federal contabilizou perto de dois mil libertos e apenas 210 escravos. Em 1800, a tendência de crescimento da população livre e redução do trabalho compulsório já havia se consolidado: os escravos eram somente 55 pessoas, ao passo que a comunidade de libertos já somava mais de seis mil habitantes<sup>448</sup>.

---

<sup>446</sup> Aqui é preciso levar em conta que este período também pode coincidir com o recebimento do empréstimo que ele tentava levantar desde o mês de agosto ou mesmo antes.

<sup>447</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 98.

<sup>448</sup> Nash, Gary. op. cit., 1991, p. 137.

Os motivos desta crescente concentração de negros livres em Filadélfia eram vários. O primeiro deles, o “compromisso incomum com o antiescravismo”, como afirma Gary Nash<sup>449</sup>. Muitos escravos recentemente alforriados migravam de áreas rurais do interior do Estado; outros vinham de Estados vizinhos, incluindo o chamado *Upper South* – Estados fronteiriços entre o norte e o sul; alguns deixavam ainda o sul da Nova Inglaterra, mas todos buscavam maior hospitalidade e melhores condições de vida na capital do país<sup>450</sup>.

Em direção oposta, a população escrava diminuía: a partir de 1770 não apenas o tráfico para a cidade foi sendo progressivamente reduzido, como se intensificou a venda de escravos para os estados do Sul. Este duplo movimento foi impulsionado por fatores de ordem econômica, mas seu nexos residia também no forte sentimento antiescravista que vinha se generalizando em Filadélfia, desde meados do século XVIII. Boa parte das alforrias concedidas na cidade a partir dos anos 1760 estava relacionada ao crescimento da convicção de que a escravidão era imoral e anti-econômica, além de conflitar com os ideais de liberdade e igualdade reivindicados pelos coloniais em suas relações cada vez mais tensas com a metrópole<sup>451</sup>.

Os principais construtores deste sentimento de rejeição às práticas escravistas foram sem dúvida os quacres. Especialmente a partir de 1688, ano da célebre petição

---

<sup>449</sup> Cf. Nash, Gary. op. cit., pp. 4; 72.

<sup>450</sup> O período pós-revolucionário é marcado não apenas por muitas iniciativas de alforria por parte dos proprietários de escravos, mas também por uma grande quantidade de ações de liberdade movidas em praticamente todos os Estados centrais e do norte e também no chamado *Upper South*. Os motivos destas ações nos tribunais eram vários, incluindo o conflito de leis. Quando um escravo entrava em Estado onde a escravidão já havia sido abolida, como Vermont ou Massachusetts, ou parcialmente suprimida, criava-se um problema jurídico: ele deveria ser libertado, de acordo com a lei do Estado em que se encontrava, ou permanecer escravo, em consonância com a legislação de seu Estado de origem? Keila Krinberg explica que os juízes norte-americanos, apesar de terem à disposição algumas leis federais, a Constituição e as leis estaduais, acabavam seguindo suas próprias convicções para sentenciar estes casos. E a tendência era que fossem favoráveis ao direito à liberdade. Também nos Estados do sul havia uma “aparente boa vontade jurídica”, que seria revertida a partir de fins dos anos 1790, quando foram tomadas medidas para restringir as ações de liberdade. Estas medidas, como a escolha dos advogados pelos tribunais e a proibição a abolicionistas de participarem do júri, foram “responsáveis pela diminuição das possibilidades de libertação em todo o sul dos Estados Unidos”. Grinberg, Keila. “Alforria, direito e direitos nos Estados Unidos e no Brasil” in *Estudos Históricos*, nº 28, 2001.

<sup>451</sup> Nash, Gary B. op. cit. 1991, pp. 32, 33.

antiescravocrata de Germantown, Pensilvânia, vários membros da Sociedade dos Amigos passaram a se pronunciar contra a escravidão, através de petições, manifestos ou cartas abertas a todos os sectários das colônias inglesas da América<sup>452</sup>. Eram iniciativas isoladas, mas já indicavam que havia entre eles um terreno propício para uma frontal oposição ao escravismo. Esta iria se consolidar nos anos 1760 e 1770, sob a liderança de reformadores que buscavam resgatar os valores morais e a identidade original do grupo.

É certo que o comprometimento coletivo dos quacres com a causa abolicionista foi tardio e talvez só tenha sido conquistado devido à emergência do pensamento iluminista, que consagrou a liberdade como um direito natural da pessoa humana<sup>453</sup>. Entretanto, foram os membros da seita que deram início e sustentaram as primeiras sociedades abolicionistas, bem como as primeiras escolas para negros na América do Norte.

Em 1780, a pressão exercida por eles foi muito importante para a aprovação na Pensilvânia do *Gradual Abolition Act*, a primeira legislação para a abolição gradual da escravatura na América. Resultado de acalorado debate público, a lei era tímida em muitos aspectos, pois favorecia apenas os filhos de mães escravas, que estariam livres ao atingir 28 anos de idade. Até lá, trabalhariam para o proprietário de suas mães, como pagamento pelos custos de sua criação. O *Abolition Act* também concedia liberdade a todos os escravos trazidos para a Pensilvânia após seis meses de residência no Estado.

Contudo, como salienta Robin Blackburn, “em um aspecto, a lei era genuinamente radical”: conferia todos os direitos civis aos negros que fossem libertados de acordo

---

<sup>452</sup> Cf. Davis, David Brion. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 327-370.

<sup>453</sup> Idem. 1975, pp. 213-4.

com suas provisões<sup>454</sup>. Em legislaturas posteriores, foram realizadas tentativas para derrubar o *Abolition Act*, mas todas acabaram sendo vencidas com facilidade, em boa parte devido a lideranças influentes dos quacres e seu poder de mobilização. Foi neste ambiente que Hipólito encontrou os primeiros negros livres com os quais teve contato nos Estados Unidos.

### **“Este preto é maçom”**

Entre as primeiras anotações da viagem, ao registrar o número de tripulantes da corveta *William*, Hipólito escreveu que havia no barco “um preto, cozinheiro”: “Este preto, segundo me disse o piloto, é maçom, o que eu inferi<sup>455</sup>.” Trata-se da primeira referência à maçonaria no texto e parece o marco zero de importantes relações de identificação com o universo norte-americano. Como vimos, a filiação de Hipólito à ordem maçônica teria ocorrido muito provavelmente em Filadélfia, o que explica por que registros sobre os pedreiros-livres atravessam todo o relato, embora o autor procure não demonstrar envolvimento pessoal com a sociedade.

O marinheiro maçom provavelmente pertencia à Philadelphia’s African Lodge of Pennsylvania, fundada por líderes da comunidade negra de Filadélfia, em 1797. Três anos mais tarde, a African Lodge foi convidada para desfilar na parada que comemorava o aniversário de George Washington, marchando atrás dos maçons brancos, cuja sociedade reunia muitas lideranças locais. Mas ao fundarem sua loja, os negros de Filadélfia não receberam a ajuda de seus conterrâneos brancos: para obter sua inserção

---

<sup>454</sup> A Constituição de Vermont de julho de 1777 havia proibido “a condição de servo, escravo ou aprendiz” para homens com mais de 21 anos e mulheres com mais de 18 anos de idade, a não ser em caso de consentimento próprio. Contudo, afirma Blackburn que “havia muito poucos escravos em Vermont e o número de libertos, se é que houve algum, é desconhecido”. Blackburn, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial. 1776-1848*. Rio de Janeiro, Record, 2002, pp. 132-3.

<sup>455</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 39.

na maçonaria, eles tiveram de recorrer a maçons de Boston, que haviam fundado a primeira loja de negros na América, com autorização da maçonaria britânica<sup>456</sup>.

Este episódio mostra que os diferentes grupos étnicos e religiosos dificilmente encontravam obstáculos para se organizar de modo independente. Mas revela também que estes grupos podiam ser pouco permeáveis à integração social. Eric Foner conta que algumas associações de Filadélfia, como grupos de voluntários para proteção a incêndios, reuniam desde os mais humildes artesãos aos mais bem-sucedidos comerciantes da cidade. Do mesmo modo, as sociedades formadas pelos diferentes grupos étnico-religiosos, que proporcionavam sociabilidade aos seus membros e ofereciam formas incipientes de seguro-desemprego e auxílio-funeral, eram também compostas por pessoas de todos os níveis sociais<sup>457</sup>.

O que Foner não relata é de que forma estes diferentes grupos se relacionavam entre si – se é que havia trocas significativas entre eles. É perceptível nestas associações não apenas um sentido de proteção aos seus membros, mas também de diferenciação com base na filiação étnico-religiosa. Esta parecia ser um componente importante de práticas de exclusão social e também de auto-exclusão. Em sua visita à penitenciária de Filadélfia, no dia 1º de abril de 1799, Hipólito demonstrou não compreender esta realidade.

### **“A mesma ordem e decência”**

Os apontamentos referentes à prisão de Filadélfia constituem uma singularidade no diário de Hipólito, como já foi observado. As muitas páginas ocupadas com o novo regime prisional implantado pelos quacres na capital federal demonstram por si só a

---

<sup>456</sup> Nash, Gary B. op. cit., 1991, p. 218.

<sup>457</sup> Foner, Eric. op. cit., 1977, p. 37.



forte impressão causada por esta visita. Em meio às muitas informações que anotou na oportunidade, Hipólito escreveu que possuía uma “prova” de que a prisão de fato corrigia “os costumes”, por meio do trabalho constante e do “hábito da ordem e arranjo”<sup>458</sup>. Esta é uma passagem significativa do texto, pois aqui o autor estabeleceu uma relação de equidade entre brancos e negros. Para provar que o sistema dos quacres era de fato eficaz, ele se referiu a “um ou dois fatos”:

“Um mulato, preso por grandes crimes, obteve o perdão de muitos anos de prisão; este mulato, conhecendo que o seu perdão era devido a sua reforma dos costumes, e esta devido ao bom arranjo da prisão, se ofereceu para continuar a viver na mesma prisão, e que queria o empregassem em alguma coisa em que pudesse ser útil; aceitaram sua oferta, e é hoje o boticário da prisão; um irmão do General Mullemberg, *speaker* da Casa dos Representantes, que tinha vivido em Paris em uma grandeza e luxo extraordinário, se reduziu à miséria, e para se sustentar fez letras falsas, e por este crime foi condenado a muitos anos de prisão; vi este homem que tinha vivido com tanta grandeza dobrando fio para um tear, vestido com umas calças e véstia de pano feito na prisão, que é uma espécie de burel; e tendo como companheiro um rapaz marinheiro; entretanto estava contente e tinha um ar de cara alegre como todos os outros presos [...]”<sup>459</sup>,

É evidente nesta passagem a representação de uma igualdade natural entre o negro e o branco, entre o humilde e o privilegiado: ambos tinham se corrompido, mas se mostraram igualmente capazes de reformar os seus costumes, parecendo agora muito felizes (e mesmo agradecidos) por isso. De acordo com as anotações de Hipólito, o presídio administrado pelos quacres era um misto de “manufatura bem arranjada e ordenada”, escola para alfabetização de adultos e casa perene de oração.

“[...] ao pôr-do-sol toca a campanha para deixar o trabalho, e vão para os quartos, e então se acendem as luzes e cada quarto é uma escola para aprenderem a ler; os que mais sabem ensinam os outros; depois disto vão à ceia que consta de angu de milho, e 7 pintos<sup>460</sup> de melaço para todos; depois da ceia poderiam os presos conversar nos quartos e, para o evitar, um é

<sup>458</sup> É interessante fazer um parêntese aqui: a ordem, “arrumação” ou “arranjo” eram critérios muito importantes nos juízos de valor do jovem naturalista. Mesmo os seus cadernos de observações eram também cadernos “de arranjos.”

<sup>459</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 79.

<sup>460</sup> Nota do editor: “Antiga medida portuguesa.”

obrigado a ler para que os outros ouçam, e quando este está cansado outro o muda; a leitura é de livro de devoção ou de moral, e depois que todos dormem, o leitor se deita.<sup>461</sup>”

A dificuldade em implantar este sistema, segundo o autor, não foi pequena, principalmente porque os presos se recusavam a trabalhar e muitos fugiram. “É preciso nunca desanimar em grandes empresas!!! A firme determinação de vencer todos os obstáculos os tem vencido todos; não tem havido ainda outra tentativa de invasão.<sup>462</sup>” Entretanto, nesta visita à prisão ele também observou que havia um refeitório só para negros.

“Em um dos refeitórios estão os pretos, e como nessa mesa havia também brancos, estavam os brancos todos em uma ponta da mesa e os pretos em outra, porém, todos com a mesma ordem e decência. (Nota à margem – É de notar esta diferença entre negros e brancos conservada pelos *quakers* que são os advogados da liberdade, e igualdade dos negros.)<sup>463</sup>”

Hipólito constatou, porém, que “ao refeitório das mulheres serviam duas presas, uma preta e outra branca, e guardavam a mesma ordem [...]”<sup>464</sup> E não mencionou separação entre negros e brancos nas celas, oficinas de trabalho, pátios ou enfermarias. Parece claro que, ao empreenderem a reforma da penitenciária de Filadélfia, em 1786, os quacres mantiveram a separação nos refeitórios, uma prática anterior à sua administração. Apesar das mudanças radicais implementadas no regime da prisão (e que eram impermeáveis a qualquer oposição), os inspetores “conservaram” um costume de viés segregacionista. Por que motivo?

A resposta não está presente no texto, embora alguns elementos permitam construir uma via de interpretação. Mas antes de tecer comentários sobre as possíveis

<sup>461</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 78.

<sup>462</sup> Nota do editor: “É evidente que deve ser evasão”. Idem. p. 94. Note-se que há três pontos de exclamação nesta passagem.

<sup>463</sup> Idem. p. 78.

<sup>464</sup> Idem.

motivações dos quacres, cabe assinalar o estranhamento do autor diante da “diferença entre negros e brancos”. E os termos utilizados para dar conta dela. A primeira palavra que chama a atenção é “porém”. Brancos e negros se posicionavam em lados opostos da mesa, “porém todos com a mesma ordem e decência”. O natural seria que estivessem misturados, do contrário não haveria necessidade de construir uma oposição entre as duas idéias através de uma conjunção adversativa (“porém”). Aqui aparece novamente uma característica de estilo típica do autor: uma construção que compensa elementos negativos com alguma qualidade positiva dos norte-americanos, como foi observado nos capítulos anteriores<sup>465</sup>. Como a passagem acima ilustra, em muitas situações o atributo que os norte-americanos tinham a seu favor era a ordem. Em outras, esta qualidade era a limpeza.

Assim, diz o autor que, *apesar* da separação entre brancos e negros, a “ordem e decência” era a mesma para os dois grupos. Há também nesta passagem a representação de uma igualdade natural entre brancos e negros, que compartilhavam (ou eram igualmente capazes) do mesmo “arranjo”, embora os responsáveis últimos pela ordem e decência fossem evidentemente os inspetores do presídio. Mas, ainda segundo o autor, era de notar “a diferença” conservada pelos quacres, que eram “os advogados da liberdade e igualdade dos negros”. Por que os advogados da igualdade mantinham “a diferença entre negros e brancos” no refeitório da prisão? A frase que abre o período é: “Em um dos refeitórios estão os pretos, e como nessa mesa havia também brancos [...]”

---

<sup>465</sup> Aqui cabe acrescentar um dado muito importante. Como vimos, mesmo a prostituição tinha alguma vantagem na cidade de Filadélfia. Mas não era assim em Boston. Ali Hipólito utilizou o único termo que fere o decoro em seu diário: “À noite fui passear ao mole, onde encontrei algumas pessoas e muitas putas [...]” *Diário da minha Viagem...*, p. 136. Nesta altura de sua viagem, Hipólito apresentava uma sensível indisposição com os norte-americanos, presente também na sujeira que ele viu no refeitório dos estudantes, em Cambridge. É muito significativo que ele tenha visto sujeira em três situações na Nova Inglaterra, quando há somente quatro menções à existência de sujeira em toda a narrativa. O fato de que ele ainda não havia recebido o fato de que, em Boston e também em Nova York, ele estava em ambiente bem menos amigável do que em Filadélfia. Ser um estrangeiro na Pensilvânia evidentemente não era o mesmo que ser um estrangeiro na Nova Inglaterra ou mesmo em Nova York, como se pode comprovar pelo incidente na “casa do café”, transcrito no segundo capítulo.

Portanto, a palavra refeitório significa mesa, já que “refeitórios” é o termo referente de “*nessa*”. Assim, tudo indica que a sala do refeitório masculino era uma só e que as mesas/refeitórios é que eram separadas, havendo uma mesa/refeitório só para uso dos negros. Era “nessa mesa”, exclusiva para os negros, que, não se sabe por que motivo, havia também brancos. Uma chave para o entendimento desta situação é dada por uma concessão feita aos presos, embora esta de caráter bastante diverso.

“Enquanto trabalham [os presos] não podem conversar uns com os outros, assim reina o maior silêncio e ordem que pode imaginar-se; é curioso de notar aqui que as mulheres podem falar, e me disse o diretor que a razão desta concessão era o ter-se achado impossível, na prática, o efetuar-se a proibição de falar nas mulheres.<sup>466</sup>”

Isto indica que, apesar da rigidez do novo sistema, havia flexibilidade na relação entre inspetores e presidiários. Os primeiros estavam dispostos a fazer “*concessões*” em benefício de um bom clima interno, mesmo que estas violassem princípios importantes, como permitir às mulheres conversar livremente durante o trabalho. Max Weber assinala que o hábito do silêncio – não perder tempo em conversas ociosas – era “absolutamente indispensável do ponto de vista moral” para as seitas do protestantismo ascético<sup>467</sup>. E o relato de Hipólito mostra que os inspetores da prisão de Filadélfia se mantinham fiéis a outras práticas que marcaram o surgimento da seita e o desenvolvimento de sua doutrina no século XVII: a dedicação enérgica ao trabalho; a dieta “regulada” e “refrigerante” ou mesmo vegetariana; a habilitação a qualquer membro da comunidade de presos para realizar a pregação aos domingos, entre outras.

O que se pode concluir? Em primeiro lugar, pode-se inferir que, ao assumir a administração do presídio, os quacres encontraram uma tendência segregacionista já

<sup>466</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 77.

<sup>467</sup> Weber, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1983, pp. 112; 203n.

estruturada, mas não um corte radical, que implicasse de fato divisão estrita do espaço físico. Se havia brancos dispostos a sentar na mesma mesa, mesmo que em cantos opostos, é porque havia uma boa margem de tolerância e de convivência possível. Do contrário, em benefício do clima interno, os inspetores provavelmente estariam dispostos a manter o esquema de mesas separadas.

É possível pensar ainda que, ao contrário do que imaginava Hipólito, a defesa do trabalho livre e da igualdade de direitos civis talvez não tivesse, para os quacres, a contrapartida necessária da integração entre negros e brancos no universo das relações interpessoais. Daí conservarem a “diferença”, permitindo que os brancos não se sentassem à mesa lado a lado com os negros, apesar do fato importante de que as mesas não eram separadas.

Sobre este aspecto, Gary Nash assinala que “o humanitarismo dos quacres nunca repousou sobre um sentido profundo de igualdade entre todas as pessoas.<sup>468</sup>” Isso porque, segundo ele, desde que surgiu na Inglaterra, em meados do século XVII, a seita se configurou como uma comunidade à parte, que preferia se manter a distância do resto do mundo. Esta auto-exclusão fundava-se na crença de “serem mais obedientes” à vontade de Deus do que os outros homens. Seu sentido de diferenciação em relação à sociedade como um todo era expresso por meio de qualidades distintivas, como as roupas que usavam, a linguagem que utilizavam, sua recusa a reconhecer posições de autoridade etc.

Isto explicaria, ao menos em parte, a ambivalência no que diz respeito à instrução religiosa dos escravos. Ao mesmo tempo em que se comprometiam com a tarefa de educar e consideravam que eles deveriam ter uma formação moral e cristã, os quacres não eram capazes de incorporar os negros em sua comunhão religiosa: “Os poucos que

---

<sup>468</sup> Nash, Gary B. op. cit., 1991, p. 27.

aderiram à seita, na época em que casamentos e batismos de negros eram realizados na maioria das igrejas de Filadélfia, não se sentiram encorajados a participar dos encontros semanais da comunidade.<sup>469</sup>”

Contudo, o mais importante neste momento não é compreender o universo mental dos quacres, mas justamente perceber as elevadas expectativas do autor em relação a eles e o quanto elas se baseavam em sua própria visão de mundo: o que era igualdade para ele e o que significava “diferença”. Ao usar esta palavra – diferença – para qualificar a separação que viu no refeitório da prisão, ele deixou claro que a indistinção nas relações interpessoais era prerrogativa da igualdade. Isto é importante não só porque evoca a indistinção aparente que existia nas relações entre senhores e peões de estância, mas porque não se ajusta a algumas impressões que ele registraria posteriormente em Nova York.

### **Nem insolência nem “pedincharia”**

Em 19 de abril de 1799, Hipólito seguiu em direção a Nova York, passando por algumas localidades de Nova Jersey, que menciona em seu diário: Bristol, Trenton, Princeton, New Brunswick, Newark e algumas “povoações”, como Wood-Bridge, QuakersTown e Elisabeth Town. Nestas localidades ele esteve apenas de passagem, para pernoite, almoço ou jantar.

Em algumas regiões de Nova Jersey, especialmente no entorno de Newark, os negros podiam alcançar 20% da população ou mais<sup>470</sup>. Também ao contrário da maioria dos Estados do norte e do Atlântico Central, havia ali mais escravos do que libertos: o censo federal de 1790 contabilizou em Nova Jersey mais de 11 400 escravos para uma

<sup>469</sup> Nash. Gary B. op. cit., 1991, pp. 28, 29.

<sup>470</sup> Cf. *A People & a Nation. A History of the United States*. Vol. 1: to 1877. Boston: Houghton Mifflin, 1990, p. 208.

população de 2 700 negros livres<sup>471</sup>. Entre as anotações da viagem, Hipólito registrou seu contato com um criado negro em New Brunswick.

“Pedi que me mostrassem o meu quarto e assim que lá cheguei veio um preto<sup>472</sup> que nos servia dizer-me que eu devia pagar o *bill* antes de me deitar, o que fiz, dando por cela e alojamento  $\frac{3}{4}$  de dólar: as camas todas de cortinados, com asseio, etc.

20 – Às cinco horas da manhã, o mesmo criado da casa nos veio dizer modestamente que eram horas de partir a stage [...]”<sup>473</sup>,

Ao chegar em Nova York, ele escreveu o seguinte:

“Devo notar que mudamos tantas vezes de *stages*, os cocheiros (*drivers*) jamais nos pediram vinho ou outra coisa; os moços das estalagens serviam com decência, e nada desta insolência, atrevimento e pedincharia que tem os nossos arrieiros e moços de estalagens.”<sup>474</sup>,

A comparação aqui pode ser com Portugal ou Brasil, talvez ambos, já que a palavra “nossos” não fornece identificação precisa. O interessante nesta passagem é que o único “moço de estalagem” que aparece no texto é o criado negro que havia se dirigido a Hipólito “modestamente”. Por que ele notou a “decência” ou “modéstia” deste empregado, mas não se lembrou de registrar a atitude dos outros criados que conheceu ao longo do trajeto? O motivo, muito provavelmente, é que eram todos brancos e, assim, a adequação de seu comportamento não chamou a atenção. Ele só se deu conta da diferença entre os empregados norte-americanos e os “nossos arrieiros e moços de estalagens” ao se instalar em Nova York e fazer uma retrospectiva geral dos acontecimentos da viagem.

O que Hipólito estava percebendo já nestes primeiros meses nos Estados Unidos

<sup>471</sup> Cf. Berlin, Ira. *Gerações de Cativo. Uma História da Escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Record, 2006, p. 324.

<sup>472</sup> Este negro poderia ser escravo, pois havia mais escravos do que libertos no Estado de Nova Jersey e, nas cidades do norte, os escravos eram empregados em praticamente todos os tipos de atividade, incluindo o serviço doméstico e o trabalho em estabelecimentos comerciais.

<sup>473</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 85. Note-se que as camas tinham “asseio”.

<sup>474</sup> Id., *ibid.* p. 86.

(e, ao que parece, de modo até surpreendente para ele) é que os negros norte-americanos eram tão bem educados quanto os brancos e capazes da mesma “ordem e decência”. Simultaneamente, ele parecia se identificar com o ideário dos quacres. Mas em seu relato surgem agora representações ambíguas ou mesmo favoráveis ao escravismo.

### **“A negra que vai a pé é mal olhada”**

Boa parte das observações que Hipólito deixou em seu diário durante os meses em que permaneceu em Nova York causa surpresa ao leitor. Ali ele parece ter descoberto uma outra “América”: ambiciosa, arrogante, ardilosa, hipócrita e mesmo inculta. É como se a “disputa essencialmente européia” sobre o continente americano, de que fala Antonello Gerbi, tivesse sido adotada ou introjetada pelo autor. Representações antagônicas sobre os Estados Unidos começam a dialogar no texto, parecendo ecoar “a antítese radical” de uma polêmica cujo nexos residia no velho continente<sup>475</sup>.

Parece, mas rigorosamente não é. O nexos das anotações de Hipólito não reside nesta disputa, embora ela esteja em parte presente no texto por meio dos franceses emigrados com os quais ele conviveu em Nova York. Estes eram com certeza pessoas que ele havia conhecido através de Mourque e Olive, como foi visto no segundo capítulo. Levando em conta o desapontamento destes emigrados em relação aos Estados Unidos e as disputas que nas últimas décadas do século XVIII se travaram na Europa sobre o caráter dos norte-americanos, seria fácil assimilar estes personagens ao cenário de uma polêmica francamente européia. Acresce que os franceses que freqüentam o diário de Hipólito pareciam de fato repercutir elementos desta disputa. Contudo, o autor estava muito mais inserido nos conflitos políticos que se desenvolviam nos Estados

---

<sup>475</sup> Gerbi, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma Polêmica. (1750–1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 450.



Unidos do que à primeira vista se pode imaginar. É preciso ter isso em mente ao analisar as observações que ele deixou sobre o escravismo no sul e as condições de vida dos negros livres nos Estados do norte.

Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que seus registros sobre este tema aparecem em meio a considerações sobre a “pobreza” dos norte-americanos e a escassez de mão-de-obra nos Estados Unidos. Sua sincronicidade com a Lei de Emancipação, aprovada pelo Estado de Nova York em 1799, é ainda mais curiosa.

A Lei de Emancipação tinha alcance limitado, pois libertava apenas os filhos de mães escravas nascidos a partir de sua aprovação: homens, ao completarem 28 anos, e mulheres, aos 25 anos de idade. De todo modo, quando foi aprovada, a escravidão em Nova York já era uma instituição em declínio. O número de escravos no Estado havia caído para algo em torno de 12 mil, devido às alforrias e ao tráfico interno, largamente praticado a partir dos anos 1760. Entretanto, a exemplo do *Gradual Abolition Act* da Pensilvânia, esta legislação também trazia uma abordagem democrática radical: concedia todos os direitos civis para os negros livres, incluindo o direito de voto e porte de armas. A igualdade de direitos civis para negros e brancos em Nova York, conquistada pela Lei de Emancipação, pode ser considerada a última vitória significativa do abolicionismo, antes dos grandes revezes que sofreria nas primeiras décadas do século XIX<sup>476</sup>.

Hipólito registrou as leis do Estado de Nova York referentes “à abolição da escravatura” no dia 3 de julho de 1799. Nesta passagem, ele escreveu que estas leis podiam ser resumidas a cinco artigos: a proibição da “importação” de escravos, desde 1785<sup>477</sup>; a proibição de “exportação” (venda para outros Estados); o direito de alforria

---

<sup>476</sup> Cf. Blackburn, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial. 1776 – 1848*. Rio de Janeiro, Record, 2002, pp. 293-4.

<sup>477</sup> Hipólito anotou que esta lei, “aprovada por um ato da legislatura passada, em 1788”, teve “uns efeitos retrógrados, que é contra a Constituição dos Estados Unidos”. Ao que parece, a lei foi aprovada em 1788,

para escravos com menos de 50 anos; a obrigatoriedade de caução para o sustento de escravos alforriados com mais de 50 anos, “para que o escravo não seja reduzido à mendicância, quando não puder ganhar a vida”; e o sustento obrigatório de ex-escravos pelo senhor, no caso de não cumprimento das formalidades e requisitos de idade estabelecidos para a manumissão. Após anotar estas disposições, deixou o seguinte comentário: “É notável que o negro forro está habilitado cidadão, e se tem as outras qualidades requeridas pela lei (como a residência, certa propriedade, etc.) pode votar nas eleições e ser também eleito. Na eleição passada alguns negros foram votar.”<sup>478</sup>

O texto indica que Hipólito ficou impressionado de modo positivo com este aspecto da legislação: “É notável”. O curioso neste registro é que ele finaliza uma seqüência de apontamentos aparentemente desconexos<sup>479</sup>, mas cuja relação analógica é clara: entre outros temas, articulam-se no texto quatro motivos principais: a “pobreza” dos norte-americanos (brancos); o “luxo” dos “negros forros”; a carência de mão-de-obra nos Estados Unidos; e as leis antiescravistas de Nova York.

O autor inicia esta seqüência apontando vários sinais que indicavam “a pobreza do país” ou “das famílias nos Estados Unidos”: a falta de “decorações” e “superfluidades” nas residências e mesmo nos edifícios públicos; a larga prática de escambo no interior do país; o fato de que “quase todas as casas em Nova York admitem gente para morar e comer por uma certa paga” – pessoas estas que, mesmo sendo naturais da cidade, “muito poucos trastes e bens” possuem, quando “se sujeitam a viver em um quarto

---

mas retroagia a 1785, punindo a entrada de escravos no Estado desde aquela data. E este efeito retroativo seria contrário às disposições da Constituição da União. *Diário da minha Viagem...*, p. 108.

<sup>478</sup> Idem. pp. 108-9. Aqui Hipólito se refere às eleições para os “*Wardens*” de Nova York e senadores do Estado que Hipólito testemunhou entre os dias 30 de abril e 2 de maio de 1799, já comentada no segundo capítulo desta dissertação.

<sup>479</sup> É importante observar que neste período, especialmente entre junho e setembro de 1799, muitas das anotações de Hipólito aparecem desorganizadas, refletindo o fluxo livre do pensamento, que praticamente o tempo todo trabalhava a partir de relações analógicas. Este desconcerto parece resultado do estado emocional em que ele se encontrava, ao qual inclusive se refere em seu diário, devido à falta de dinheiro e de comunicação com autoridades portuguesas.

só”<sup>480</sup>, entre outros indícios do que ele chamou de pobreza.

Mais adiante, Hipólito informou que barcos de Nantucket, Massachusetts, pescavam baleias nas costas do Brasil<sup>481</sup> e constatou que faltavam trabalhadores na indústria de um pescado chamado *issinglass fish* (uma espécie de esturjão), assinalando que a carência de mão-de-obra era a causa desta “manufatura” estar “desanimada”, “assim como muitas outras”. Mas entre os lucros que os norte-americanos obtinham na Europa com o azeite das baleias pescadas no Brasil e o processo de transformação do *issinglass*, o autor inseriu a seguinte frase: “Os negros forros, aqui em New York, fazem algumas vezes assembléias com tanto luxo que a negra que vai a pé por não ter carruagem é mal olhada.”<sup>482</sup>

Esta observação faz um contraponto interessante com as anotações referentes à “diferença” entre negros e brancos, registradas três meses antes, na prisão de Filadélfia. Nos dois casos existe surpresa ou estranhamento: presidiários negros e brancos separados na mesa de refeição (conotando desigualdade); “negros forros” acumulando fortuna e reproduzindo hábitos dos brancos de elite (conotando pretensão de igualdade). A ambigüidade é acrescida pelo fato de que, como o próprio autor havia observado em Filadélfia, os brancos de elite não tinham receio algum de ser mal vistos por andar a pé<sup>483</sup>. Entretanto, existe uma possibilidade de interpretação nesta passagem que não está à mostra: não andar a pé no espaço urbano era tido como um “vício” entre os

---

<sup>480</sup> *Diário da minha Viagem...*, pp. 105-7.

<sup>481</sup> A pesca de baleias aparece com destaque na Memória que Hipólito escreveu sobre a viagem. Neste relatório, ele propôs que se convidassem pescadores dos Estados Unidos, especialmente da localidade de Nantucket, para que se estabelecessem em dois locais do litoral do Brasil e “associar-lhes nos fundos negociantes do paiz”, oferecendo “as mesmas liberalidades e isenções” que possuíam nos Estados Unidos. Afirmou Hipólito que agindo desta maneira, não poderia “haver a menor dúvida, que em dous annos e não mais, o commercio das baleias estará inteiramente nas mãos de Portugal.” “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”, pp. 361-2.

<sup>482</sup> *Idem.* p. 107.

<sup>483</sup> Ao comentar o “*levee*” de John Adams, no primeiro dia do ano, Hipólito havia observado a falta de polidez de senadores e “pessoas mais qualificadas”, pois, entre outros sinais de “pouca civilização”, “a maior parte” deles tinha chegado ali “a pé”. *Idem.* p. 54. Esta passagem foi transcrita na íntegra no segundo capítulo.

*jeffersonians*. Esta era inclusive uma prática de George Washington, que, todos os dias ao longo de seu mandato, seguia deste modo para a casa da presidência, perto de dois quarteirões de sua própria casa. Este hábito de Washington foi bastante criticado na *Aurora*. Um anônimo, que assinou “*A Farmer*” (Um Fazendeiro), chegou a escrever que um dos vizinhos do presidente o tinha confundido com o príncipe Edward, filho do rei George III<sup>484</sup>.

Voltando ao diário de Hipólito, vê-se na passagem transcrita acima um sentimento de perplexidade diante do luxo “dos negros forros” de Nova York, que insistiam em não andar a pé. Onde está a desaprovação? É impossível saber, até porque os norte-americanos aqui já não se parecem com os da Pensilvânia. Com exceção das mulheres belas e dos vestidos simples que tanto comoveram o autor, o “caráter” ou “gênio” dos norte-americanos só inspirou críticas e reprovações nos quatro meses em que ele permaneceu em Nova York. Não é de todo improvável que estas críticas tenham se voltado também contra os negros livres.

Compreender esta passagem do texto passa pela percepção da desorientação em que o autor se encontrava neste período. Em primeiro lugar, vê-se aqui uma ordem escravista inusitada: os brancos são pobres e os negros fazem luxo. Os norte-americanos representariam assim a si mesmos? Ou será que esta construção foi toda ela realizada pelo próprio autor? A sincronicidade destes temas – pobreza dos brancos, carência de mão-de-obra e luxo dos negros livres – com a campanha da Emancipação é evidenciada por outra anotação curiosa, desta vez sobre a “decadência da agricultura” e o modo como eram tratados os negros no sul dos Estados Unidos.

“Uma das razões da decadência da agricultura é que as terras estão possuídas por pessoas que não têm fundos para as cultivar; há pessoas que compraram terras quando elas se vendiam por limitado preço, e conservam grandes

---

<sup>484</sup> Cf. Smith, Jeffery A. op, cit., p. 142.

estados que são perfeitamente inúteis. Nos estados do Sul, onde há muitos escravos, os negros são tratados com mais humanidade que em parte alguma.<sup>485</sup>”

A seqüência continua desconexa, mas o raciocínio analógico do mesmo modo é claro: nos Estados do sul, a agricultura não era decadente, porque os proprietários tinham “fundos” para cultivar suas terras. E o fato de escravizarem pessoas humanas em nada os desabonava, já que era justamente ali que os negros eram “tratados com mais humanidade que em parte alguma”. Já nos Estados do norte, muita gente *pobre* (ou sem “fundos”) possuía grandes extensões de terras “perfeitamente inúteis”, pois não tinham recursos para o cultivo. A situação era agravada pela escassez de mão-de-obra, dado que nestes estados havia muito poucos escravos. De tudo isto resultava a decadência da agricultura, um mal bem maior do que a escravidão, levando em conta que os negros do norte, muitos deles livres, recebiam tratamento bem pior do que os escravos do sul.

A articulação do texto sugere uma defesa do sistema de *plantations*. Mas como o autor poderia afirmar categoricamente que nos Estados do sul os negros eram mais bem tratados do “que em parte alguma”, se nunca esteve lá (e conhecia pouquíssimos Estados da União)? Do mesmo modo, seria improvável que ele tivesse observado o luxo dos “negros forros” e o olhar de reprovação que eles dirigiam às mulheres de sua comunidade, que, por não ter carruagem, iam a pé à “assembléia” ou ofício de sua comunhão. Não há no texto impressões sobre associações, sociedades, clubes ou “assembléias” (cultos) de negros livres nos Estados Unidos. O autor nunca compareceu a um culto deles nem em Nova York nem em outro lugar qualquer, do contrário não deixaria de registrar esta experiência: como foi visto, as diferentes denominações do protestantismo eram um dos principais temas de seu interesse em todas as localidades em que ele esteve ao longo de seu trajeto nos Estados Unidos.

---

<sup>485</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 112.

Assim, pode-se afirmar com boa margem de segurança que Hipólito estava citando palavras de terceiros, embora as fontes não apareçam no texto. Não é improvável que estes registros estivessem reverberando outros escritos. Ao menos a agricultura era muito cara aos *jeffersonians*. Ao mesmo tempo, embora defendessem a legislação abolicionista nos Estados do norte e do Atlântico Central, os republicanos eram aliados dos plantadores escravocratas do sul, que ofereciam suporte a Thomas Jefferson. Uma das leis (já antigas) da política é que os aliados devem ser defendidos mesmo nas situações em que são de fato indefensáveis. Assim, o fato hipotético de que os negros receberiam melhor tratamento nos Estados em que eram escravos poderia ser um bom argumento para defender aliados incômodos.

Mas não necessariamente o diário de Hipólito estaria ecoando fontes impressas ou, ao menos, não somente. Seus interlocutores encontravam bastante espaço em suas anotações e podiam atuar em paralelo. Estes possuíam temas preferenciais. Também as palavras que costumavam utilizar, o caráter das informações que veiculavam e o tom empregado por eles eram peculiares. São estes sinais que permitem distinguir a voz dos franceses emigrados no texto.

### **“Mais vícios que em parte alguma”**

Este é um grupo que merece atenção não só pela sua capacidade de interferir na narrativa, mas também por outros fatores importantes. Um deles era a animosidade nutrida contra franceses emigrados em território onde os federalistas eram hegemônicos, como na Nova Inglaterra. Vimos que Hipólito foi assimilado a este grupo em Nova York, recebendo o mesmo tratamento. Outro era a forte ressonância que tiveram nos Estados Unidos as revoltas de escravos ocorridas em São Domingos, a partir de 1791.

As múltiplas implicações das sucessivas insurreições na ilha caribenha iriam favorecer o fortalecimento do escravismo no sul, já a partir do início do século XIX, impulsionando também as crescentes limitações aos direitos dos negros livres nos Estados do norte.

A proximidade de Hipólito com franceses emigrados, refugiados da Revolução na França ou das revoltas de escravos de São Domingos, é evidenciada já em Filadélfia. A maior parte dos refugiados do caribe francês que emigrou para os Estados Unidos nos anos 1790 buscou preferencialmente a Virgínia e também o *Upper South*, mas muitos deles se dirigiram à capital federal e outras grandes cidades norte-americanas. Hipólito entrou em contato com vários membros desta comunidade, em suas primeiras semanas em Filadélfia, como vimos. Curiosamente, os refugiados de São Domingos desaparecem do texto nos meses seguintes. Já os emigrados da Europa continuariam presentes, especialmente no período em que Hipólito esteve em Nova York.

Ali a vida social se tornou bem mais restrita e ele se viu privado dos jantares com ministros e secretários de Estado, líderes dos partidos políticos e outras personalidades eminentes, além das visitas rotineiras a naturalistas com quem mantinha relações de amizade na capital federal. Suas relações giravam muito em torno dos “estrangeiros, principalmente franceses” com quem ele falava “todos os dias<sup>486</sup>” Estes tinham o hábito de criticar os Estados Unidos. Vimos que os dois emigrados da França que Hipólito conheceu na casa do ministro Ribeiro Freire, em Filadélfia, deram a ele a “notícia” de que os imigrantes irlandeses se decepcionavam com bastante frequência e rumavam para o Canadá. Mas é interessante observar mais de perto o que disseram neste jantar “Mr. Colbert” e “Mr. Lefebvre”.

“O primeiro [Colbert], apesar de ser um entusiasta da América, me disse que aqui havia mais vícios que em parte alguma, e que, em Pensilvânia, a sua fé dos negociantes era pior do que em parte alguma dos Estados Unidos.

---

<sup>486</sup> Esta passagem foi transcrita no terceiro capítulo.

Perguntado por Mr. Freire, disse o que ele já me tinha assegurado, que a maior parte dos mais belos recintos da Virgínia eram sujeitos a sezões, como são quase todos os Estados Unidos.<sup>487,</sup>

Na seqüência, após discorrer sobre a investida dos habitantes do Tennessee sobre as terras dos índios, que eles furtavam “descaradamente”, cometendo “outras mais insolências”, Hipólito concluiu a passagem sobre o jantar com os franceses deixando o seguinte registro: “O Banco da Pensilvânia foi roubado o ano passado, e os dois ladrões não tiveram algum castigo; um, porque morreu (e era o porteiro), outro, porque entregou quase tudo o que roubou, à exceção de 2 mil dólares, que já tinha gasto.<sup>488,</sup>”

Em Nova York, em mais de uma ocasião, Hipólito relatou encontros com “Mr. Olive”, o francês amigo de Mourque, “um mercador” que vivia “nos Estados Unidos há muitos anos”. O registro do primeiro encontro com Olive é transcrito abaixo.

“[...] me disse que era do caráter americano a ambição e o amor ao dinheiro, assim como a desconfiança, pois que jamais um americano acreditaria a outro, senão supondo que ele algum interesse [tem] no que lhe diz, que a dissimulação provinha de um princípio de educação, pois que os pais dizem aos filhos: ‘Não digas jamais o que tu pensas’. À noite estive com o vice-cônsul português cujo caráter e conversação não escrevo como escusado. O caráter especulativo dos americanos, que me foi tão gabado por Mr. Lownes, em Filadélfia, me foi hoje inteiramente negado, e me disseram que, pelo contrário, eles aqui vão às cegas para onde os outros vão.<sup>489,</sup>”

É evidente que, se Hipólito não registrou a “conversação” do cônsul português, o único personagem que poderia ter desmentido o quacre “Mr. Lownes”, diretor da penitenciária de Filadélfia, era mesmo o francês Olive. “Mr. Lownes” foi sem dúvida o personagem que Hipólito mais elogiou em suas anotações. Na realidade, ao descrever a penitenciária administrada pelos quacres e se referir ao papel desempenhado por Lownes na reforma do sistema prisional da Pensilvânia, ele mudou sensivelmente o tom

<sup>487</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 57.

<sup>488</sup> *Idem.* pp. 57-8.

<sup>489</sup> *Idem.* pp. 88-9.



de seu discurso<sup>490</sup>. Um dos sinais de que ele estava escrevendo um tom acima foi transcrito aqui: o uso de três pontos de exclamação numa das passagens do texto.

Entretanto, a conversação com Mr. Olive mostra que agora Hipólito estava recebendo novas informações sobre os norte-americanos. Curiosamente, já em suas primeiras semanas em Filadélfia, ele com certeza foi influenciado por outro francês, mas este tinha um ponto de vista bastante diverso de seus conterrâneos que haviam emigrado para os Estados Unidos. No dia 8 de janeiro, Hipólito registrou que havia comprado “algumas obras de Brissot de Warville relativas à América.<sup>491</sup>” Duas semanas depois, ele escreveu: “As causas da escassez do dinheiro nos Estados Unidos vêm desenvolvidas em Brissot, *On Commerce...*, pág. 62.<sup>492</sup>”

Um entusiasta da revolução norte-americana, o diretor do periódico *Courrier de l'Europe*, Brissot de Warville, era também militante abolicionista. Em 1788, fundou em Paris a sociedade antiescravista *Les Amis de Noir*, inspirada nas associações criadas pelos quacres nos Estados Unidos e na Inglaterra<sup>493</sup>. Sua defesa da Sociedade dos Amigos era apaixonada e sua fé na virtude dos membros da seita, aparentemente irrestrita. Em sua homenagem, não empoava o cabelo<sup>494</sup>.

Aqui é preciso fazer um parêntese: parte da polêmica travada no velho continente em torno da América se dava entre detratores e defensores dos quacres. Antonello Gerbi assinala que “o ‘amigo’ de Filadélfia foi o primeiro exemplar das modernas civilizações americanas a ser idealizado ou ridicularizado na Europa.” Ao “mito exemplar de uma

---

<sup>490</sup> Vale transcrever um trecho da passagem em que ele se refere a Lownes: “A maior honra desta instituição recai sobre os *Quakers*, e principalmente sobre um *Caleb-Lownes*, que sendo um homem de instrução em química, botânica, matemática, medicina (inda que tudo muito superficialmente) é também instruído em jurisprudência, e tem executado o sistema de Becária e de Howard. É ele quem tem animado os seus irmãos com a esperança da execução deste sistema; é a ele a quem se deve atribuir a mudança de regimento das prisões; e é ele quem propôs substituir a doçura, a firmeza e a razão aos ferros e às pancadas; e que sofre com paciência ser tratado por um visionário sem se desanimar nas suas vistas que a sua perseverança leva adiante.” *Diário da minha Viagem...*, p. 93.

<sup>491</sup> Idem. p. 57.

<sup>492</sup> Idem. p. 62.

<sup>493</sup> Cf. Davis, David Brion. op. cit., 1975, p. 221.

<sup>494</sup> Cf. Gerbi, Antonello. op. cit., 1996, pp. 443-9.

humanidade pura, simples, tolerante, benévola e, além disso, animada por um espírito religioso exemplar e uma incansável operosidade”, opuseram-se as representações de uma gente hipócrita, ávida por lucros, ruim, vil e “despudoradamente trapaceira.”<sup>495</sup>

Brissot polemizou ardorosamente sobre os quacres com outros viajantes como Felippo Mazzei e o marquês de Chastellux, que, embora defensores dos Estados Unidos como ele, não viam os Amigos com bons olhos. É possível (e provável) que Hipólito tivesse muitas afinidades com o publicista francês, mas uma, ao menos, era certa: Brissot parecia fascinado pelo asseio dos norte-americanos. Chegou ao ponto de comparar suas latrinas com as européias, afirmando que os grandes senhores parisienses imaginavam que o luxo poderia suprir a falta de limpeza<sup>496</sup>. Reverberando em alguma medida esta polêmica, duas Américas pareciam se chocar no discurso de Hipólito da Costa em Nova York. A primeira, uma sociedade sem máculas. A outra, a pátria da ambição desenfreada, como se pode ver abaixo.

“14 – Indubitavelmente, o comércio dos Estados Unidos é demasiado , não sendo por nenhum modo proporcionado a agricultura e produção do país. A razão é porque os Estados Unidos fazem o comércio das West Índias quase todo, e o resultado é que eles têm desprezado a agricultura, e empregando-se de tal modo ao comércio que é a paixão dominante a especulação, é o espírito público; o dinheiro é a única virtude que ambicionam.”<sup>497</sup>

A fala de Mr. Olive claramente sustentava que “a ambição e o amor ao dinheiro” eram partes indissociáveis do “caráter” dos norte-americanos. Contudo, além do ataque sem tréguas às supostas pretensões monárquicas e aristocráticas dos federalistas, o combate à especulação financeira e a defesa da agricultura eram os principais eixos do discurso republicano. É interessante o paralelo da passagem transcrita acima com uma

<sup>495</sup> Cf. Gerbi, Antonello. op. cit., pp. 442-9.

<sup>496</sup> Id. ibid. p. 452. A leitura de Brissot pode ter incentivado Hipólito a observar com mais atenção as condições de higiene nos Estados Unidos, mas o fato é que suas primeiras anotações (antes de comprar as “obras de Brissot”) mostram que o asseio dos norte-americanos já chamava a sua atenção.

<sup>497</sup> *Diário da minha Viagem...*, pp. 111-2.

frase de Benjamin Franklin Bache, publicada na *Aurora* no verão de 1798, alguns meses antes de Hipólito chegar aos Estados Unidos. Ao atacar os grandes negociantes que comerciavam com as Índias ocidentais, Bache escreveu: “O dinheiro é seu único deus.”<sup>498</sup> Curiosamente, o diretor da *Aurora* também falava neste artigo sobre os negócios dos norte-americanos nas Índias ocidentais. E no texto de Hipólito, eram principalmente estes negócios que resultavam em desprezo à agricultura.

A frase de Bache poderia ter sido lida por Hipólito, pois como vimos ele chegou a enviar uma “coleção de gazetas” para D. Rodrigo de Sousa Coutinho e poderia ter conseguido números mais antigos do jornal. Mas o fato é que não seria necessário. O combate violento ao grande capital comercial, que, segundo os *jeffersonians*, era privilegiado pela administração federalista, é tão recorrente na imprensa republicana que bastava a Hipólito ler poucos exemplares da *Aurora*, ou de qualquer outra gazeta republicana para conceber a passagem transcrita acima: “*O dinheiro é a única virtude que ambicionam.*” Franklin Bache foi mais enfático: “*O dinheiro é seu único deus.*” A idéia é basicamente a mesma. A diferença é que o discurso da *Aurora*, como de resto o de outros jornais republicanos, recorria bem mais a motivos religiosos.

É preciso pensar no impacto desta idéia em fins do século XVIII, nos Estados Unidos. O pecado da idolatria aparece com muita nitidez no texto de Bache, pois o dinheiro foi representado como ídolo: nesta representação, o dinheiro era cultuado como um deus pelos grandes negociantes. Aqui está a “degeneração”: o luxo, a vaidade e o desejo de diferenciação eram o outro lado da moeda de um pecado muito grave, a idolatria. Deve-se lembrar aqui o poder de sedução que a aparência de equidade nos vestidos das mulheres norte-americanas exercia sobre o jovem Hipólito. É por isso que não se pode descartar a idéia de uma crítica aos negros alforriados de Nova York, por

---

<sup>498</sup> “*Their only god is money.*” Cf. Smith, Jeffery A. op. cit., p. 163.

motivos para nós bastante inusitados. Ao não andar a pé, eles estariam expressando a mentalidade dominante entre os brancos de elite (estes deveriam ser bem poucos, dado que os brancos, em sua grande maioria, eram pobres). Assim, talvez o autor estivesse dizendo com assombro que em Nova York até os negros tinham gosto pelo luxo. Também eles nutriam o desejo mundano de ostentação, um traço claro de degeneração, como vimos na passagem sobre os “bem degenerados” *dunkers*. Isto não significa, porém, que não houvesse nesta frase – “A negra que vai a pé é mal olhada” – um componente de desprezo pelo fato de que os negros livres macaqueavam os brancos e não poderiam ir além disso, devido à sua condição de ex-escravos e também de negros.

Não é improvável que as considerações sobre a pobreza dos norte-americanos e mesmo a frase sobre o luxo dos “negros forros” tivessem sido concebidas ou inspiradas por franceses emigrados, porque não era pequeno entre eles o desprezo pelo modo de vida dos norte-americanos. Paralelamente, eles pareciam se posicionar no campo republicano e de algum modo poderiam veicular motivos dos *jeffersonians*. É o caso da declaração de que, nos Estados do sul, “onde há muitos escravos, os negros são tratados com mais humanidade que em parte alguma.” Este discurso poderia ser republicano, mas o tom em que é proferido se assemelha muito ao empregado pelos franceses que Hipólito havia conhecido em Filadélfia e que disseram a ele que na América havia “mais vícios que em parte alguma.” Na realidade, devido à desorientação que seus apontamentos sugerem, é possível que Hipólito estivesse mesclando fontes muito diversas e até mesmo díspares em seus pontos de vista.

Entretanto, posicionamentos contrários à legislação abolicionista Hipólito ouviu também em Filadélfia. No dia 9 de março de 1799, ele havia escrito: “Uma observação me foi feita; que as leis de alguns estados da União, que dão a liberdade aos escravos, depois de servirem certo número de anos, são mais contra o escravo que a seu favor;

porque o senhor aproveita o trabalho do escravo enquanto ele é moço e o despreza depois que é velho, vindo o escravo a ficar sem nenhum amparo na idade em que mais o precisava, e, com efeito, depois destas leis se vêem muitos pretos a pedir esmolas pelas ruas, porque não podendo trabalhar, e não tendo senhor, não há alguém que seja obrigado a sustentá-los<sup>499</sup>.”

Como Hipólito não viu ninguém pedindo esmolas nos Estados Unidos, ou ao menos não fez nenhuma consideração a respeito, não é possível saber quem via “pretos a pedir esmolas pelas ruas”, porque a expressão “com efeito” pode ter sido utilizada pelo próprio interlocutor, cuja fala teria sido transcrita na íntegra. Esta também é uma característica que se pode identificar no texto do diário: a escrita costumava ser fiel ao depoimento. Ao que parece, declarações importantes eram registradas sem adulterações.

Mas um aspecto que chama a atenção neste depoimento é que, aparentemente, ele não tem relação com as legislações abolicionistas que foram aprovadas na Nova Inglaterra e nos Estados do Atlântico Central. Todas eram leis de emancipação gradual, mas o seu conceito era de ventre livre. Com exceção de Vermont, Massachusetts e New Hampshire, que haviam proibido a escravidão (e onde sempre houve poucos escravos), todos os Estados centrais e do norte adotaram este conceito, libertando apenas os filhos de mães escravas quando atingissem uma determinada idade, que podia variar entre 21 e 28 anos. Nova Jersey foi o último destes Estados a aprovar uma legislação gradualista, em 1804<sup>500</sup>.

Assim, estas leis não previam que o escravo trabalhasse até envelhecer, pois a idade de 21, 25 ou 28 anos era considerada produtiva. Porém, existiam há muito as possibilidades de alforria. Talvez o objeto da crítica fosse uma pretensa ou real facilidade para a concessão de alforrias a escravos mais velhos (ou foi assim que

---

<sup>499</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 70.

<sup>500</sup> Cf. Berlin, Ira. op. cit., 2006, p. 127. Também Blackburn, Robin. op. cit., 2002, p. 286-8.

Hipólito compreendeu esta fala). A totalidade das observações deixadas por Hipólito (ou que *lhe foram feitas*) sobre o tema da emancipação na verdade expressam o embate entre os defensores do escravismo e um projeto de viés igualitário, cuja resistência ainda era considerável, especialmente porque no norte, e mesmo em Nova York e Nova Jersey, a escravidão era “uma instituição marginal e em declínio”, como afirma Robin Blackburn<sup>501</sup>. Mas não apenas o combate pela igualdade de direitos civis ainda tinha fôlego na virada do século XIX: o diário de Hipólito traz rastros de uma configuração social em que brancos e negros podiam conviver e mesmo se divertir juntos.

### “Asseadíssimos”

Um aspecto surpreendente do convívio entre brancos e negros na Nova Inglaterra de fins do século XVIII aparece nos registros da viagem de Hipólito a Boston, em setembro de 1799. Em Newport, Rhode Island, ele tomou um bote para Providence. O trecho merece ser transcrito na íntegra.

“Partimos em um bote para Providência, que era do mesmo feitio que o outro de New York, e havia uma quantidade de negras e negros passageiros. Um dos negros (que eram todos asseadíssimos) puxou pela sua rabeça e começou a tocar; isto estimulou um rapazote que dançou uma giga na câmara, e, a poucos passos, o capitão, que seria um homem de 40 anos; começou a dançar, com ele, um velho de mais de 50 anos; numa palavra: a rabeça do negro pôs toda a câmara em movimento.”<sup>502</sup>

Ira Berlin conta que, tradicionalmente, em Newport, os negros celebravam datas religiosas, como Pentecostes, com grandes festas de confraternização. Eles vinham de todas as regiões vizinhas e dançavam ao som de rabecas, pandeiros, banjos e tambores. Embora a sensualidade de sua dança “ofendesse alguns homens e mulheres brancos,

<sup>501</sup> Cf. Blackburn, Robin. op cit., 2002, p. 295.

<sup>502</sup> *Diário de minha Viagem...*, p. 131.

atraía outros.<sup>503</sup>” Mas a narrativa da viagem de Newport a “Providência” é ainda mais interessante, porque revela um aspecto central para o entendimento das representações de Hipólito da Costa sobre os negros nos Estados Unidos. A “quantidade de negros e negras passageiros” significa que não eram poucos os que estavam no bote, mas ainda assim “eram todos asseadíssimos”. É interessante notar aqui não apenas o papel privilegiado que a limpeza exerce nas anotações pessoais de Hipólito<sup>504</sup>, mas também a transferência para os negros de qualidades positivas atribuídas por ele aos brancos norte-americanos. A relação, porém, não é de equidade: o norte-americano branco é asseado ou muito asseado, nunca “asseadíssimo”. O superlativo provavelmente indica que, mais uma vez, o autor não esperava encontrar nos negros as mesmas qualidades que (o tempo todo) enxergava nos brancos.

Como se vê, as referências aos negros no diário de Hipólito são esparsas, mas sua totalidade sugere que, nos Estados do norte e do Atlântico Central, havia uma forte tendência em direção à inclusão dos ex-escravos na sociedade. É seguramente por esse motivo que a perspectiva do autor revela um campo cultural comum a negros e brancos nos Estados Unidos. Seu ponto de vista identifica um mesmo patamar de civilização: os negros também ingressavam na maçonaria (o que, sem dúvida, era muito significativo para o autor); eram capazes da “mesma ordem”; serviam com a mesma “decência”; votavam e podiam ser eleitos; conviviam amigavelmente com os brancos; eram igualmente asseados; se criminosos, exatamente como os brancos, eram capazes de

---

<sup>503</sup> Berlin, Ira. op. cit., 2006, p. 109.

<sup>504</sup> Vale transcrever a seguinte passagem, pois sintetiza de modo exemplar os julgamentos do autor: “Fui visitar o célebre viajante Stuart [...] Este homem é um inglês que viaja, diz ele, para bem da Filosofia [...] é de uma elegante figura, de uma língua especiosa, fala primorosamente, é afável ao último ponto, cortês, e respeitoso quanto é possível; veste-se sempre com umas calças e véstia; não lava a camisa senão raras vezes, e lava-se em água suja; numa palavra: é porco por princípio. Não achou aqui discípulos e por isso se mudou [para Albany Springs]”. *Diário da minha Viagem...*, p. 130. Neste trecho é atribuída a Stuart um refinamento que os norte-americanos, na opinião de Hipólito, não possuíam. Mas o contraponto (próprio ao estilo do autor) indica que as qualidades “polidas” do célebre viajante inglês muito pouco ou nada representavam perto da suprema ofensa que consistia em ser “porco por princípio”. Esta é uma das quatro situações em que Hipólito viu sujeira nos Estados Unidos. Neste momento, ele estava em Cambridge. Deve-se observar, entretanto, que a nacionalidade do “célebre viajante Stuart” era britânica.

reformular os seus costumes, conformando-se ao “bom arrançamento” que caracterizava a sociedade norte-americana. Isto sem contar que também sabiam fazer “luxo” em Nova York (embora, curiosamente, fossem mais bem tratados no sul do que no norte).

Mais importante do que isso, a subjetividade do autor revela a idéia de uma igualdade natural entre negros e brancos. A representação do asseio pessoal não deixa margem a dúvidas: se os negros norte-americanos eram “asseadíssimos”, o que muito provavelmente significa que eram mais limpos do que os brancos europeus, não poderia haver diferença de qualidade entre uns e outros. Era esta representação de equidade que parecia não ter paralelo entre os portugueses ou luso-brasileiros de sua geração. Vê-se claramente aqui o fato de que não cabia inferioridade alguma aos negros em qualquer aspecto, já que neste, tão central, o branco europeu estava em franca desvantagem. Esta parecia resultar dos “costumes”, termo que ele gostava particularmente de utilizar<sup>505</sup>.

Muitas das intervenções de Hipólito da Costa no *Correio Braziliense* iriam caminhar nesta direção. Ao que tudo indica, as influências do meio social eram para ele as forças mais poderosas a operar distinções entre as pessoas, porque em essência elas não existiam. Ele sintetiza este conceito em artigo publicado em maio de 1809, sobre as causas dos infortúnios de Portugal: “O exemplo no mundo moral é tão irresistível quanto a contaminação no mundo físico.”<sup>506</sup> Mas como esta idéia de uma igualdade natural entre as pessoas humanas, que se diferenciavam basicamente pelos “costumes”, bons ou maus, aparece em seus artigos sobre a questão escravista?

---

<sup>505</sup> Não se pode descartar também o papel exercido pelas inclinações individuais, como era o caso do “célebre viajante Stuart”, mas, de todo modo, sua origem européia era um elemento que reafirmava as convicções do autor.

<sup>506</sup> “Portugal”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. II, nº 12, maio 1809, p. 531. Este artigo mira em muitos alvos simultaneamente, como é comum na escrita do *Correio Braziliense*, mas a idéia de fundo é a de que o despotismo, a mediocridade e a corrupção dos governantes portugueses eram os responsáveis últimos pelas invasões francesas, a perda da soberania e a inelutável necessidade de suportar os desmandos dos generais ingleses que então governavam de fato o país.



## Sujeição e castração civil

A integridade da monarquia e a unidade do “vasto Império do Brasil” parecem ter sido os grandes eixos que moviam o projeto político de Hipólito da Costa. Porém, em sua opinião, apenas um regime constitucional, que efetivamente assegurasse a limitação do poder real, poderia garantir a preservação do regime monárquico e promover a integração de seus domínios. A escravidão se mostrava incompatível com esta configuração política, não apenas porque excluía uma grande parte da população dos direitos civis, mas porque constituía um aprendizado de sujeição e despotismo para os homens livres.

É assim que a instituição é representada no *Correio Braziliense*: um fator de castração civil. O fato de que significava um entrave à prosperidade econômica era importante, mas não ocupava lugar central no pensamento de Hipólito da Costa. Ainda menos ele considerava o risco de insurreições de escravos e rebeliões sociais, que, na esteira da revolução de São Domingos, se tornou um argumento de fundo nas representações construídas por abolicionistas no Brasil. Central em suas proposições era a questão da cidadania e do livre exercício da liberdade política.

Em artigo publicado em novembro de 1822, Hipólito formulou aos brasileiros uma opção radical: de um lado, a escolha pela gradual abolição da escravatura e uma “Constituição política duradoura”; de outro, a escravidão, “as supostas riquezas” que dela provinham e a sujeição da pátria ao despotismo. “Os brasileiros, portanto, devem escolher entre estas duas alternativas; ou eles nunca hão de ser um povo livre, ou hão de resolver-se a não ter consigo a escravatura.<sup>507</sup>”

---

<sup>507</sup> “Escravatura no Brasil”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. XXIX, nº 174, novembro 1822, pp. 574-7.

Entretanto, ele não construiu a idéia de que um corpo de leis estável era incompatível com a escravidão, devido ao grave risco que uma grande população de escravos representava para o Estado e os cidadãos. Suas palavras dizem que os obstáculos para alcançar a liberdade não se encontravam apenas no campo do escravo, mas também no campo do senhor. Este era incapaz de exercer a livre vontade política por um motivo muito simples: aquele que “se habitua a olhar para seu inferior como escravo, acostuma-se também a ter um superior que o trate como escravo.”<sup>508</sup>

Segundo o diretor do *Correio Braziliense*, os povos do Brasil deveriam se submeter somente “às leis e não ao arbítrio dos que governam.”<sup>509</sup> Mas se “um homem educado com escravos não pode deixar de olhar para o despotismo como uma ordem de cousas natural”, é simples decorrência disto que se submeta com facilidade “ao governo arbitrário de seus superiores.” Para Hipólito, os senhores de escravos eram “homens suscetíveis” de se sujeitar ao despotismo dos governantes, porque a convivência com a escravidão não lhes possibilitava “uma educação virtuosa” que os fizesse “dignos de serem homens livres.”<sup>510</sup> O senhor de escravos era, assim, um homem rebaixado do ponto de vista moral: ele não possuía a dignidade necessária para o livre exercício da cidadania.

### **Montesquieu, Thomas Jefferson e o inimigo do Estado**

Algumas destas idéias foram em parte inspiradas em Montesquieu e evocam também *Notes on Virginia*<sup>511</sup>, de Thomas Jefferson, que Hipólito da Costa leu quando

---

<sup>508</sup> É pertinente notar que o conceito de igualdade é prejudicado aqui pela utilização das palavras “inferior” e “superior”, embora Hipólito se refira a posições ocupadas na hierarquia social e portanto, já na época, mutáveis. O “superior” se refere claramente a agentes da Coroa ou “governantes.” “Escravidão no Brasil”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. XXIX, nº 174, novembro 1822, pp. 574-7. Id.

<sup>509</sup> “Brasil – Comércio da Escravidão”. *Correio Braziliense*. Vol. XV, nº 91, dezembro 1815, pp. 735-9.

<sup>510</sup> “Escravidão no Brasil”. *Correio Braziliense*. op. cit., nov/1822, pp. 574-7.

<sup>511</sup> *Notes on Virginia* teve uma edição particular em Paris, em 1785, quando Thomas Jefferson era ministro do governo norte-americano em Paris. A obra foi publicada pela primeira vez na França em 1786

estava nos Estados Unidos. Porém, estes autores não parecem trazer os principais fundamentos de suas proposições, como se verá. O conceito de que a escravidão negava aos homens, senhores e escravos, a condição de cidadãos livres foi explicitada pela primeira vez no *Correio Braziliense* em dezembro de 1815.

“Estas [as conseqüências remotas da abolição do tráfico] julgamos que são de grande utilidade ao Brasil; porque estamos persuadidos com Montesquieu, que a escravidão não pode ser útil nem ao escravo nem ao senhor, como membros da sociedade civil: não ao escravo, porque este não obra nada por virtude; não ao senhor, porque ele contrai, com os seus mesmos escravos, todos os vícios inerentes à escravidão e, insensivelmente, se acostuma a faltar a todos os deveres morais, fazendo-se feroz, voluptuoso e insensível aos males dos outros.”<sup>512</sup>

A formulação de Montesquieu em sua grande obra, *Do Espírito das Leis*<sup>513</sup>, é praticamente idêntica, mas não contém a idéia de que os “vícios” ou “maus hábitos” que os escravos apresentavam seriam próprios ou *inerentes* à escravidão. Hipólito adicionou também o conceito de sociedade civil, relacionando o rebaixamento moral de senhores e escravos a um proporcional rebaixamento dos indivíduos enquanto membros de um corpo social e político. Vejamos o que afirmou Montesquieu no capítulo intitulado “Da escravidão civil.”

“A escravidão, por sua natureza, não é boa: não é útil nem ao senhor nem ao escravo: a este porque nada pode fazer de forma virtuosa; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos, porque se acostuma, insensivelmente, a abandonar todas as virtudes

---

e na Alemanha, em 1789. A primeira edição inglesa é de 1787 e foi reimpressa em Filadélfia, no ano seguinte. A partir daí, teve sucessivas reedições nos Estados Unidos. De acordo com Antonello Gerbi, Jefferson “temia que as *Notes* tivessem má acolhida na Virgínia, por suas expressões contrárias à escravidão”. Chegou a escrever a James Madison e James Monroe, solicitando opiniões a respeito. Gerbi, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750 – 1900)*. São Paulo, Cia das Letras, 1996, pp. 202, 571n, 577n.

<sup>512</sup> “Brasil – Comércio da Escravatura”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. op. cit., dez/1815, p. 738. Um exemplo do que o jovem Hipólito certamente considerou insensibilidade aos males dos outros foi registrado em seu diário e comentado no segundo capítulo desta dissertação: “Hoje, veio notícia que os negros de S. Domingos deram morte a todos os brancos da Ilha; apesar disso, os franceses que aqui há e que tem lá mil parentes e relações deram um grande baile público.” *Diário da minha Viagem...*, p. 62.

<sup>513</sup> Montesquieu publicou pela primeira vez a obra *Do Espírito das Leis*, em Genebra, em 1748.

morais, porque se torna orgulhoso, irritável, duro, colérico, voluptuoso, cruel.<sup>514</sup>”

A forma como a frase foi construída indica que os “maus hábitos” seriam *do* escravo, o que torna a formulação ambígua. Já as construções “vícios inerentes à escravidão” ou “inerentes à condição de escravos”, proposição que aparece também em outro artigo de Hipólito, publicado no *Correio Braziliense* em 1817<sup>515</sup>, parecem indicar que tais “vícios” se originavam das condições impostas pela relação senhor – escravo, ou seja, provinham da sujeição de um homem a outro. Era esta relação despótica (ou viciosa) que tornava o escravo e o senhor – ambos igualmente – impossibilitados de exercer a cidadania. Estes conteúdos não estão presentes no texto de Montesquieu, mas outras proposições do filósofo sobre a escravidão certamente influenciaram Hipólito da Costa.

Uma delas era a idéia de que, “no governo despótico”, a escravidão não seria “um peso”, porque os chamados “homens livres” pouco se diferenciavam dos que não tinham “esse título”: aqueles que tinham “em mãos quase todos os negócios” do Estado faziam com que “a condição de homem livre e a de escravo muito” se aproximassem. Porém, nos Estados que Montesquieu chamou de “moderados” era “muito importante” que não existissem “muitos escravos”.

“A liberdade política torna preciosa a liberdade civil, e quem for privado desta última é igualmente privado da outra [...] Nada aproxima mais da condição dos animais do que ver sempre homens livres e não o ser. Essas pessoas são *inimigos naturais da sociedade* e sua quantidade seria perigosa.<sup>516</sup>”

<sup>514</sup> Montesquieu. *Do Espírito das Leis*. São Paulo, Abril Cultural, 1979, Livro Décimo Quinto, Cap. I, p. 213.

<sup>515</sup> “Comércio do Reino Unido – A necessidade de Marinha de Guerra e de Marinha Mercante”. *Correio Braziliense*. Vol. XVIII, fevereiro 1817, pp. 155-168.

<sup>516</sup> Montesquieu. op. cit., 1979, Livro Décimo Quinto, Cap. XIII, p. 218. (grifo meu)

Contudo, as proposições deste capítulo do *Espírito das Leis*, cujo título é justamente “Perigo do grande número de escravos”, fundamentou entre abolicionistas brasileiros justamente a formulação de que a liberdade política não poderia coexistir com a escravidão, devido aos graves riscos de insurreições de escravos e conseqüente caos social. José Severiano Maciel da Costa, conselheiro de D. João VI e, após a Independência, deputado provincial de Minas Gerais à Assembléia Constituinte de 1823, também recorreu a esta fórmula para defender a supressão do tráfico. A “Memória” que ele publicou em Coimbra, em 1821, propunha abolir o comércio de escravos em 1840, utilizando a mesma composição de “escravos bárbaros e ferozes” e “inimigos dos brancos.”<sup>517</sup>

José Bonifácio de Andrada e Silva também utilizou este motivo em sua Representação à Assembléia Constituinte de 1823: “Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?”<sup>518</sup> Em sua opinião, para ter um corpo de leis estável, que assegurasse liberdade aos cidadãos brasileiros, era necessário transformar gradualmente estes escravos “inimigos” em “nossos irmãos e nossos compatriotas.”<sup>519</sup>

O estadista elegeu vários temas para desqualificar a escravidão em seu pronunciamento à Assembléia Constituinte: o grande pecado que representava contra as máximas do evangelho; o sério entrave à prosperidade econômica; a ameaça cotidiana à virtude das famílias; o risco perene de desordem institucional, e mesmo os prejuízos que já estaria causando ao meio-ambiente. Mas não se referiu ao motivo predileto do

---

<sup>517</sup> José Severiano Maciel da Costa. “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar.” Citado por Marquese, Rafael de Bivar. “Escravidão e Independência: Brasil, Cuba e Estados Unidos” in István Jancsó (org.). *Independência, História e Historiografia*. São Paulo, Hucitec, 2005, pp. 822-3.

<sup>518</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva. “Representação à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura”. Miriam Dolnikoff (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva. Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/Publifolha, 2000, p. 24. Também *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Jorge Caldeira (org.). São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 201.

<sup>519</sup> Id. *ibid.* p. 32.

jornalista em Londres: o aprendizado de sujeição que a escravidão legava não apenas aos senhores de escravos, mas aos homens livres de modo geral.

Pelo teor de suas propostas, percebe-se que José Bonifácio estava atento à usurpação do poder político empreendida pelos grandes proprietários de terras e de escravos. O tema da prosperidade econômica também ocupou um lugar importante em seu pronunciamento. Mas um dos eixos mais importantes de seu discurso era a necessidade de minimizar os riscos de graves convulsões sociais. Esta ameaça, que pressentia rondar o Estado e as classes produtoras no Brasil, deveria ser uma de suas principais preocupações. Daí ter se referido à Revolução de São Domingos e alertado os deputados para que não aumentassem o mal já feito, “multiplicando cada vez mais o número de nossos inimigos domésticos, desses vis escravos, que nada têm que perder, antes tudo que esperar de alguma revolução como a de São Domingos.”<sup>520</sup>

Quase um terço da população brasileira na época era formada por escravos, sem contar o grande contingente de negros e mulatos livres, mas igualmente despossuídos<sup>521</sup>. Esta situação de desigualdade e exclusão social já inquietava José Bonifácio em 1813, quando escreveu ao conde de Funchal se perguntando como “amalgamar” tantos elementos “heterogêneos” em um “corpo sólido e político.”<sup>522</sup>

Já do outro lado do Atlântico, Hipólito da Costa estava preocupado com o “despotismo” dos governantes. Boa parte de seus artigos no *Correio Braziliense* evoluía em torno de derivações de um mesmo tema: o poder arbitrário e a corrupção dos agentes da Coroa, que, para ele, estavam intrinsecamente relacionados entre si. Em sua opinião, eram estes os principais entraves à prosperidade econômica. É interessante notar como

---

<sup>520</sup> “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura”. Miriam Dolhnikoff (org.). op. cit, 2000, p. 41.

<sup>521</sup> Cf. Jancsó, István e Pimenta, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” in Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000) – Formação: Histórias*. São Paulo, SENAC, 1999, p. 168 n.

<sup>522</sup> Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva ao conde de Funchal reproduzida in Miriam Dolhnikoff (org.). op. cit., p. 88. Também in Jorge Caldeira (org.).op. cit., p. 221.

ele faz uso de seu projeto de imigração, bem como de sua posição contrária ao tráfico de escravos, para criticar duramente ministros de Estado, especialmente aqueles por quem nutria sentimentos de especial desafeição.

Nos primeiros anos de sua campanha pela imigração e abolição do tráfico, Hipólito não desconsiderou os riscos que a escravidão representava para a sociedade e para o Estado: “Os escravos são uma população fictícia, de pouco valor, e perigosa”, disse ele em 1814<sup>523</sup>. Porém, esta ameaça estava longe de ser a sua preocupação principal. No centro de suas representações estava o senhor déspota, que, por sua vez, era tratado “como escravo” por seus governantes, como deixou explícito no artigo que publicou em novembro de 1822. O que ele muito provavelmente reteve do texto “Perigo do grande número de escravos” não foi tanto a ameaça que dá título ao capítulo de Montesquieu, mas especialmente a idéia de que, nos Estados despóticos, os poucos que estavam no poder faziam com que a condição de homem livre se aproximasse muito da condição de escravo.

O conceito do escravo “inimigo da sociedade” (ou do Estado), concebido por Montesquieu, foi apropriado por muitos pensadores ou comentaristas que se pronunciaram sobre a escravidão, entre fins do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, mas, em 1785, Thomas Jefferson chegou à síntese do homem sem pátria, por isso inimigo interno.

“Todas as relações entre senhor e escravo são o perpétuo exercício das mais turbulentas paixões, do mais constante despotismo por parte de um e de submissão degradante por parte de outro. Nossas crianças vêem isso, e aprendem a imitá-lo [...] Deve ser prodigioso o homem que possa manter sua conduta e moral sem que elas fiquem depravadas por tais circunstâncias. E com que execração se deve cumular o estadista que, permitindo que metade dos cidadãos tripudie sobre os direitos de outrem, transforma aqueles em déspotas e este em inimigo, destrói a moral de um e o *amor patriae* de outro!

---

<sup>523</sup> “Comércio de Escravatura – Há que providenciar a sua substituição”. *Correio Braziliense*. Vol. VII, 1814, pp. 813-915.

Pois se um escravo pode ter um país neste mundo, este deve ser qualquer outro em preferência aquele em que nasceu para viver e trabalhar para outrem...<sup>524</sup>

Os artigos do *Correio Braziliense* insistiam na corrupção moral que acometia o senhor de escravos. Igualmente, discorriam sobre a falta de uma educação virtuosa, pois as relações de despotismo e sujeição, e também os “vícios” inerentes à condição de escravo, serviam de “exemplo fatal” aos jovens que conviviam com a escravidão<sup>525</sup>. Estes motivos estão presentes em *Notes on Virginia*: “Nossas crianças vêem isso, e aprendem a imitá-lo.” Mas, curiosamente, ao lembrar da obra de Jefferson, Hipólito parece ter esquecido a imagem de que a escravidão transformava o escravo em inimigo, destruindo o seu amor pátrio. Ele elegeu apenas a figura de que a escravidão transformava o senhor em déspota, destruindo a sua moral.

### **Inversão de papéis**

Ao comparar os movimentos abolicionistas norte-americanos e brasileiros ao longo do século XIX, Célia Marinho de Azevedo salienta uma inversão de papéis nos motivos utilizados por eles: enquanto os norte-americanos elegeram preferencialmente a representação do “irmão esquecido”, concebendo o senhor de escravos como inimigo ou como “a principal figura a ser posta em julgamento”, os brasileiros tendiam a colocar o próprio escravo nesta condição suspeita, forjando a imagem do “elemento mau e perturbador da sociedade”, uma ameaça constante para o senhor e sua família. Mais importante é que este “inimigo doméstico” se constituía a partir de uma dupla determinação: a condição inferior de cativo e o pertencimento “a uma raça inferior”, já

<sup>524</sup> Jefferson, Thomas. *Escritos Políticos*. São Paulo, Ibrasa, 1964, p. 58. (grifo do autor)

<sup>525</sup> “Comércio do Reino Unido”. op. cit., fevereiro 1817, pp. 155-168.



que, a partir das décadas de 1870 e 1880, as elites intelectuais brasileiras “incorporavam cada vez mais as teorias científicas de raça às suas opiniões sobre o escravo.”<sup>526</sup>

Entretanto, Célia assinala que a imagem do inimigo íntimo não foi criada nas últimas décadas da campanha abolicionista como recurso tático para convencer os senhores de escravos a abrir mão do que consideravam como seu patrimônio: “A representação do escravo como inimigo doméstico está imbricada nas próprias origens do antiescravismo no Brasil, podendo ser encontrada em muitos tratados emancipacionistas publicados desde o início do século XIX.”<sup>527</sup>

De fato, a imagem do escravo inimigo íntimo é trabalhada por Hipólito da Costa em novembro de 1822. Logo seria reiterada também, e com grande força retórica, na Representação de José Bonifácio à Assembléia Constituinte. Mas Hipólito inverteu os termos desta proposição. Vale seguir de perto suas considerações.

Ele começa formulando várias questões “aos brasileiros honrados e patriotas” sobre a importância das escravas domésticas na formação moral das futuras senhoras e, conseqüentemente, na educação de seus filhos. A partir daí, conclui que os motivos da criada livre para ser honrada eram os mesmos da criada escrava para ser “depravada”, já que esta última “conhece que de sua virtude nenhuma vantagem lhe pode resultar (e alguma ganhará com sua depravação) [...]” Assim, “as idéias vis, que por força devem entreter as escravas, hão de contaminar o espírito [...] das senhoras meninas com quem vivem.”<sup>528</sup>

O enfoque parece claro: quando a escrava não era “virtuosa”, o motivo era que não ganhava nada com isso, enquanto alguma vantagem sempre poderia obter agindo de modo contrário. Com a criada livre, ocorria justamente o inverso. É um raciocínio

---

<sup>526</sup> Azevedo, Célia Maria Marinho de. “Irmão ou Inimigo: O escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil”. *Revista USP*, nº 28, Dez/Fev 95/96, pp. 103-4.

<sup>527</sup> Id. *ibid.* p. 109.

<sup>528</sup> “Escravidura no Brasil”. *op. cit.*, nov/1822, pp. 574-7.

bastante simples, mas nele está contida a idéia de que a “depravação” não era própria à natureza do africano ou ao seu estágio de civilização, mas derivada das condições do ambiente, sobretudo da condição social de cativo.

Aqui se percebe nitidamente não apenas a manipulação de formulações antagônicas, mas também a recombinação de seus termos, uma das características da escrita de Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Em seu artigo, o escravo estava de fato na posição de inimigo doméstico e sua presença configurava ameaça constante à moral das famílias. Porém, o escravo era prisioneiro de sua condição social: era o despotismo do senhor que oferecia vantagens para a sua “depravação” e nenhuma recompensa por sua “virtude”. Em última instância, a principal figura a ser posta em julgamento era o senhor, ou as relações de natureza despótica que mantinha com outros seres humanos.

Esta representação do *negro escravo do vício, porque escravo dos homens* aparece nas formulações do pensamento antiescravista norte-americano já em fins do século XVII, notadamente entre os quacres. Citando uma carta que um antiescravista quacre, William Edmundson, enviou em 1676 para todos os Amigos proprietários de escravos nas colônias da América, David Brion Davis nota que, neste escrito, Edmundson “inverteu os dualismos tradicionais”. Operando esta inversão, formulou que “os negros eram escravos do pecado, porque eram escravos dos homens.” A partir desta posição foi preciso apenas um curto passo para a conclusão de que a própria escravidão era pecado.<sup>529</sup>

É este conceito, fundado na idéia de pureza religiosa, que fundamenta o ideário abolicionista dos quacres: um negociante ou proprietário de escravos é um homem impuro e, conseqüentemente, menos diferenciado do universo de corrupção que existe à

---

<sup>529</sup> Davis, David Brion. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 345.

sua volta, pois a escravidão era também entendida como uma forma pecaminosa de orgulho e ostentação social. A partir de meados do século XVIII, os quacres que possuíam escravos passaram a ser pressionados com a ameaça de expulsão, caso não se “purificassem” da escravização de pessoas humanas.

O passo decisivo para livrar a Sociedade das práticas escravistas foi dado em outubro de 1776, quando o *Meeting* Anual determinou aos *meetings* locais que excluíssem qualquer sectário que ainda não houvesse “se purificado” da propriedade de escravos. Contribuiu sensivelmente para o convencimento dos membros da seita o ressurgimento do sentido de diferenciação, que dominou a Sociedade dos Amigos entre os anos 1750 e a guerra de Independência. Neste período, centenas de membros foram expulsos por infrações à disciplina da Sociedade<sup>530</sup>.

Hipólito comentou este rigor em seu diário. Ao visitar o botânico Humphrey Marshall, numa “ridiculíssima aldeia<sup>531</sup>” da Pensilvânia, ele escreveu que o naturalista usava “o seu chapéu de *quaker*” e era tio do estalajadeiro, “que ainda que segue os princípios *quaker*, contudo está desonrado, *id est*, excomungado ou fora da comunhão dos outros, porque vende licores na sua taverna, o que pode causar que alguém se embebede (tal é o rigor dos *Quakers*).<sup>532</sup>” O rigor da Sociedade, neste e em praticamente todos os outros aspectos da vida, sempre esteve relacionado ao sentido de diferenciação ou exclusivismo, já explicitado aqui. Hipólito nota que Marshall usava “uma casaca parda de sarafina com bastantes remendos, mas muito limpa.” Existe um sentido de dignidade pessoal na representação da figura de Marshall, pois ele já era cego. Vê-se também nesta passagem “a limpeza sem riqueza”, não há dúvida.

---

<sup>530</sup> Cf. Nash, Gary. op. cit., 1991, pp. 25-26.

<sup>531</sup> A palavra ridícula aparece em outra passagem do texto com o sentido de muito pequeno. Uma aldeia “ridiculíssima” com certeza era extremamente pequena ou muito pouco povoada.

<sup>532</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 145.

Entretanto, não apenas o orgulho e a ostentação mundana desqualificavam a escravidão para os quacres. A seita surgiu em meados do século XVII, durante as guerras civis na Inglaterra, entre vários grupos radicais, cujo principal denominador comum era o sentido de igualdade natural entre todas as pessoas humanas. Muitos destes grupos tinham conformação religiosa e seu nexos residia no milenarismo, mas sua emergência teria conseqüências importantes para a ordem política e institucional que seria fundada nas colônias britânicas da América do Norte.

### **Não tiram o chapéu**

Ler com atenção o diário de Hipólito é também perceber a reiteração de observações e impressões. Uma destas recorrências diz respeito a um comportamento comum aos naturais da Pensilvânia e também de outras regiões que ele conheceu nos Estados Unidos. Apesar de muito amáveis, as pessoas nem sempre tiravam o chapéu ao cumprimentar alguém ou entrar nos lugares, mesmo em ocasiões solenes. Ao que parece, tirar o chapéu não era um mandamento da etiqueta entre os norte-americanos. A primeira referência a este hábito ou costume aparece cinco dias após a chegada de Hipólito em Filadélfia, quando ele visitou a Casa dos Representantes. Após descrever em detalhe o recinto<sup>533</sup>, ele observou o seguinte.

“[...] dentro dos bancos só podem entrar os membros a quem é permitido ter sempre o chapéu na cabeça, exceto quando falam, que então estão de pé e sem chapéu, se são *quaker* não o tiram; todas as pessoas, que estão por detrás dos arquibancos, devem estar descobertas, porém, nas tribunas estão com chapéu.”<sup>534</sup>

---

<sup>533</sup> Aqui também aparece o formato da descrição minuciosa ou “exata”, o que significa que a Casa dos Representantes era um objeto muito importante.

<sup>534</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 51.

Ele sabia por que os quacres não tiravam o chapéu, do contrário teria feito um comentário adicional a respeito. Por que reiterava registros sobre tirar ou não tirar o chapéu? Em Boston, ele anotou que havia ido a um banco, “que tinha na porta da sala um papel com este rótulo: *Keep your hats on if you please.*”<sup>535</sup> Ele estaria notando que a falta de polidez era uma instituição entre os norte-americanos? É possível. Mas o fato é que os quacres se comportavam deste modo por um motivo importante. A recusa a se curvar ou tirar o chapéu diante de superiores era uma das formas utilizadas pelos quacres para expressar o sentido de sua liberdade espiritual. Mais do que isto, significava que homem algum era digno de reverência, pois a igualdade era a condição natural de todas as pessoas. Assim, se não pode haver sujeição entre iguais, não pode haver comportamentos que simbolizem esta submissão.

Os quacres não tinham clero ou ministros ordenados, não pagavam dízimos, não possuíam sacramentos, mas sua recusa a adotar princípios hierárquicos não se restringia ao âmbito religioso. Recusavam-se também a pagar impostos, a prestar juramento diante de magistrados e a se alistar no exército, o que era uma transferência natural do conceito de não sujeição ou não subordinação à esfera das instituições e do poder do Estado. Seu pacifismo não lhes rendeu boa reputação durante a guerra de Independência, quando foram acusados de colaboracionistas. Brion Davis nota que o comprometimento com o antiescravismo e a adesão a outras causas humanitárias também foram um meio utilizado por eles para reafirmar suas tradições e tentar recuperar sua influência na Pensilvânia, restabelecendo alianças com revolucionários de grande prestígio, como Benjamin Franklin e Benjamin Rush<sup>536</sup>.

Mas se o compromisso com a causa abolicionista era relativamente recente, a tradução simbólica do princípio de não sujeição tinha uma longa história. Em *O Mundo*

---

<sup>535</sup> *Diário da minha Viagem...*, p. 135.

<sup>536</sup> Cf. Davis, David Brion. op. cit., 1975, p. 222.

*de Ponta-cabeça*, Christopher Hill lembra que “negar a honra do chapéu era um gesto praticado popularmente” na Inglaterra desde muito antes das guerras civis do século XVII, com o claro significado de contestação da legitimidade de uma autoridade constituída<sup>537</sup>.

Quando, no contexto das guerras civis, emergiram idéias radicais de igualdade entre grupos sectários como os quacres, este gesto era de grande importância e confirmava “as suspeitas dos conservadores” sobre eles. Do mesmo modo, provocava grande desconfiança a sua insistência em tratar superiores com a segunda pessoa do plural (*you*). Os princípios traduzidos nestas práticas “pareciam incompatíveis tanto com a existência de um governo civil quanto com a disciplina necessária no Exército.”<sup>538</sup> Em 1655, houve quem defendesse a repressão à seita alegando que “esses que hoje introduzem o Tu e o Ti acabarão (se puderem) expulsando o Meu e o Teu, dissolvendo em confusão toda a propriedade.”<sup>539</sup>

Mas os Amigos não iriam tão longe. Já em fins do século XVII, eles tinham abandonado boa parte do radicalismo que marcou suas origens. Brion Davis afirma que, ao contrário de outros grupos radicais que tiveram grande expressão popular entre os anos 1640 e 1650, os quacres realizaram uma “adaptação pragmática” que “não só garantiu a sobrevivência” do grupo, “mas serviu para dirigir suas energias morais rumo a objetivos concretos em vez de difundi-las em um ataque geral à ordem social.” Deste modo, teriam conseguido preservar os ideais igualitários dos anos 1640, o que, segundo Davis, “teve um significado importante nas origens do pensamento antiescravocrata.” Os movimentos abolicionistas iriam com frequência utilizar e reproduzir estes padrões de pensamento, que, trazidos do século XVII por meio dos quacres, ganharam uma

---

<sup>537</sup> Hill, Christopher. *O Mundo de Ponta-cabeça. Idéias radicais durante a Revolução de 1640*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, pp. 241-2.

<sup>538</sup> Id. *ibid.* p. 241.

<sup>539</sup> Id. *ibid.* p. 242.

sobrevida importante ao longo do XVIII e início do XIX<sup>540</sup>.

A admiração de Hipólito da Costa pelos quacres, ao menos inicialmente, talvez tivesse pouca relação com os seus princípios igualitários. Mas deve-se ter em mente que muito provavelmente ele construiu relações de identificação importantes com este grupo (e talvez não apenas com este), com base em conceitos como ordem, limpeza, trabalho útil, austeridade, virtude, mérito, entre outros<sup>541</sup>. Seria natural que, a partir daí, ele também se deixasse influenciar pelo pensamento *nivelador*<sup>542</sup> que “os advogados da igualdade” traziam de sua origem radical<sup>543</sup>. Entretanto, é importante observar que o princípio de igualdade ou de não subordinação é civil: todos os homens são iguais perante a lei e somente a ela devem se submeter. O indivíduo que sujeita outras pessoas ou submete a si mesmo a um poder discricionário é um homem moralmente rebaixado: não teve uma “educação virtuosa” que o fizesse digno de ser livre.

O nexos que orientava as proposições de Hipólito da Costa sobre a escravidão residia no conceito de não sujeição, com o qual ele entrou em contato primeiramente nos Estados Unidos e que está presente em várias passagens do *Correio Braziliense*, como a seguinte: “Quando uma nação louva ou aprova tudo o que fazem os Ministros públicos está chegada a um ponto de depravação, em que não pode esperar mais do que a sua ruína.<sup>544</sup>” Em passagens como esta, Hipólito da Costa parecia estar muito só entre os homens de sua geração.

<sup>540</sup> Davis, David Brion. op. cit., 2001, pp. 336-7.

<sup>541</sup> Vale observar que, em várias passagens de seu diário, Hipólito demonstra ter uma formação moral muito rígida. É praticamente certo que ele admirava “o rigor” dos quacres.

<sup>542</sup> Christopher Hill aponta que a teoria política dos *levellers* (niveladores), assim chamados por pretenderem “nivelar” todas as classes sociais, teria renunciado a de Locke. Hill se refere nesta passagem aos chamados *levellers* “constitucionalistas”, que “pressupunham a imutabilidade das relações de propriedade existentes”. Hill, Christopher. op. cit., p. 131.

<sup>543</sup> Originalmente, os grupos que pregavam a subversão das relações de propriedade e de poder no interior da sociedade inglesa não apresentavam diferenciação muito pronunciada. Segundo Hill, “os homens moviam-se rapidamente de um grupo crítico para outro e um quacre do começo dos anos 1650 tinha muito mais em comum com um *leveller*” do que se poderia imaginar hoje. Lembrou também Hill que “grande parte da documentação relativa à história inicial dos quacres [...] foi omitida ou mesmo deliberadamente suprimida quando se compilaram os *First Publishers of Truth* (Primeiros Propagadores da Verdade) quacre.” Id. ibid. pp. 31; 136.

<sup>544</sup> “Partido Francês no Brasil.” *Correio Braziliense*. Vol IV, nº 22, março 1810, p. 313.

## **6. Conclusão**



Pode-se afirmar que a trajetória de Hipólito da Costa foi marcada por deslocamentos sucessivos e que estes se fizeram com frequência em mais de um sentido. Deslocar é mudar algo de um lugar para outro, mas é também mudar de direção, desviar, afastar do caminho principal e ainda separar, desprender, despegar.

Hipólito foi um dos primeiros estudantes de sua capitania a freqüentar a Universidade de Coimbra, o que sugere um perfil incomum entre os jovens rio-grandenses da época. Suas anotações pessoais nos Estados Unidos de fato mostram que ele não havia sido talhado para manejar gado bravo ou ser bem-sucedido em entreveros armados. Entretanto, em efeito aparentemente paradoxal, o ambiente de sua infância pode ter favorecido laços de pertencimento pouco estreitos com a sociedade portuguesa. O modo de vida rústico das elites rio-grandenses, sua orientação para a lida campeira e sua origem humilde em muitos casos (e no caso de Hipólito, em particular) certamente não facilitaram sua integração em Coimbra. Ali ele com certeza conviveu com estudantes da colônia, mas estes vinham de regiões bem mais próximas da metrópole e não apenas em sua localização geográfica.

Faz sentido pensar que os traços que diferenciavam Hipólito em Portugal poderiam, em contrapartida, ter contribuído para as relações de identificação que ele estabeleceu com os norte-americanos da Pensilvânia, cuja retórica do trabalho útil, da vida simples e da indistinção social é destacada em várias situações de seu diário de viagem. É interessante observar no texto a forte impressão causada pela figura do “pobre campônio” letrado, de fato um naturalista, ou pelo personagem do “agricultor instruído”, preocupado em reduzir no limite os custos de sua produção. O encantamento com “a limpeza sem riqueza” nos vestidos das mulheres norte-americanas era também expressão do fascínio exercido pela idéia de indistinção: “os simples vestidos brancos” portavam pouquíssimos traços capazes de distinguir as mulheres entre si, assegurando

uma aparência de equidade ao conjunto. Talvez esta ordem no mundo, este equilíbrio ou harmonia entre os seus elementos também fossem muito sedutores para o jovem naturalista.

Assim, embora tenha feito a sua parte, o universo de indistinção (ao menos aparente) de sua infância não seria a única nem talvez a principal referência na construção destas relações de identificação. Outros conteúdos estavam interferindo neste processo, alguns de ordem religiosa. Também vínculos pouco firmes ou ligas mal ajustadas, tanto na metrópole como em seu local de origem, explicariam melhor por que, ao contrário dos franceses com os quais conviveu de perto, Hipólito se mostrou tão permeável às idéias e práticas que encontrou na capital dos Estados Unidos. A viagem para a Filadélfia (como o título de seu diário especifica) parece ter aprofundado os deslocamentos já existentes em sua trajetória. O curioso é que a América independente era um destino desviante em si mesmo, pois iria favorecer a construção de uma experiência bastante diferenciada para um naturalista em viagem exploratória.

A inserção de Hipólito na sociedade norte-americana (de fato uma inserção, embora incompleta e provisória), por meio de sua filiação à maçonaria, com certeza reduziu ainda mais a sua conformidade aos preceitos e normas vigentes numa sociedade de Antigo Regime como era a sociedade portuguesa. Pode-se dizer que reduziu ainda mais, porque ele já demonstrava baixa conformidade às regras quando chegou aos Estados Unidos. Indica isso a frequência assídua a cultos ou “*meetings*”, que em princípio não deveriam interessar a um súdito leal da Coroa portuguesa, mesmo porque não se tratava de mera curiosidade. Como foi visto, as descrições de cultos em seu diário revelam uma experiência singular, real e não mediada, em meio a inúmeros fragmentos que exibem a intermediação de fontes as mais diversas entre o autor e a realidade à sua volta. É possível que estas incursões religiosas, iniciadas já em suas

primeiras semanas em Filadélfia, tivessem alguma relação com a dimensão esotérica da maçonaria. Esta também poderia estar presente desde antes, pois o rápido ingresso de Hipólito nos círculos da ordem parece indicar uma aproximação anterior, ocorrida provavelmente em Coimbra.

Deslocar é também mudar de direção. Os dois anos (ou quase) em que Hipólito permaneceu nos Estados Unidos parecem ter provocado uma mudança considerável em suas expectativas de futuro. Aparentemente, seu principal interesse quando jovem eram os estudos jurídicos. Parecem confirmar esta inclinação não apenas a sua formação em leis, mas o caráter de muitos documentos que coligiu, bem como de observações que realizou ao longo de sua viagem. Mesmo o texto que ele publicaria bem mais tarde com o título de *Narrativa da Perseguição* acena fortemente nesta direção. Contudo, não é isto o que mais interessa neste aspecto e sim o fato de que Hipólito chegou a Filadélfia como um naturalista em missão ao continente norte-americano e, ao voltar a Lisboa, foi alocado na Casa Literária do Arco do Cego. Em 1801, seria nomeado diretor literário da Imprensa Régia, juntamente com frei José Mariano da Conceição Veloso. Em síntese, ele viajou na condição de homem de ciência e voltou exercendo funções de tradutor e editor. Seu diário mostra por que esta última atividade o tornaria célebre. Não apenas o grande interesse e a proximidade que ele estabeleceu com a imprensa norte-americana, mas especialmente o modo diligente, disciplinado, quase obsessivo (e, no entanto, lúdico) como ele buscava informação sugerem uma vocação, um chamado.

Mas deslocar é ainda desviar, separar, afastar do caminho principal. Ao ingressar na maçonaria norte-americana e se envolver em seu universo, Hipólito também enveredou por um desvio ou trilha lateral. Talvez sua passagem pelos cárceres da Inquisição portuguesa, outro destino incomum para um servidor régio no século XIX,

representasse a resolução de um desajuste cada vez maior de nosso personagem em relação ao seu entorno.

Aqui é importante notar que poucas formulações poderiam ser mais alheias ou antagônicas a uma sociedade de Antigo Regime do que o ideário dos quacres. Sua visão de mundo era radicalmente distinta, como vimos. O diário de Hipólito revela que ele se relacionou com eles e até bem de perto. Estas relações dificilmente passariam ao largo de motivações de ordem religiosa, mas suas anotações pessoais também sugerem que havia ligações entre membros da seita e a maçonaria e mostra que havia emigrados neste circuito. Girando em torno da *Aurora* de Filadélfia e do partido republicano democrata, este grupo assumia um posicionamento democrático radical e, ao que parece, em sintonia com os “costumes *anglo-quakers*”, aos quais se referiu Hipólito: era muito pequena a sua tolerância a estruturas verticais e formas tradicionais de distinção social. Marcas da convivência com este grupo ele com certeza levaria em sua bagagem de volta a Portugal.

Mas se há uma sucessão de deslocamentos na história de Hipólito da Costa, de sua mudança compulsória para Buenos Aires, aos três anos de idade, ao último desvio de sua trajetória, representado pelo exílio em Londres, era de esperar que estas separações ou afastamentos estivessem de algum modo representados em sua obra maior, o *Correio Braziliense*. De fato, muitos comentários publicados em seu periódico parecem indicar um deslocamento em relação ao público que ele elegeu como preferencial. Seu projeto de emancipação gradual da escravatura, focalizado aqui, também revela alguns elementos alheios ao universo cultural luso-brasileiro, o que se tentou demonstrar.

Na Memória que escreveu sobre a viagem, Hipólito observou que teve “muito que aprender” no período em que permaneceu nos Estados Unidos, ainda que este aprendizado em alguns aspectos parecesse “estranho” à sua comissão. Ele mesmo

reconhecia neste momento que sua experiência como viajante naturalista em muitos pontos havia passado ao largo de suas atribuições como cientista e servidor régio. Viajando a serviço da Coroa portuguesa, ele com certeza aprendeu muito, mas sua experiência traria retorno modesto para a administração do Estado. Os melhores resultados deste aprendizado, ao que parece, somente seriam contabilizados anos mais tarde nas páginas do *Correio Braziliense*.

## **7. Referências**

## Fontes Impressas

Hipólito da Costa Pereira. *Diário da minha Viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 33, 2004.

Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

\_\_\_\_\_. *Narrativa da Perseguição*. Porto Alegre: URGs/Associação Rio-grandense de Imprensa, 1981.

Hippolyto José da Costa Pereira. “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos”. *RIHGB*, Vol. XXI, 1858, pp. 351-365.

“Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. LVI. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1939.

“Da Relação da Conquista de Colônia, pelo Dr. P. Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, escripta em Buenos-Ayres em 1778”. *RIHGB*, Vol. XXXI, 1868.

## Bibliografia Específica

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “O nascimento do pensamento econômico brasileiro”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

\_\_\_\_\_. “O intelectual Hipólito José da Costa como pensador econômico”. Gunter Axt e Fernando Schüller (orgs.) *Intérpretes do Brasil. Ensaios de Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

CASTRO, Therezinha de. *Hipólito da Costa: Idéias e Ideais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

COSTA, Fernando Hippolyto da. “Notas genealógicas: o ramo brasileiro”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

COSTELLA, Antonio F. “Um jogo de espelhos: biógrafos e biografados”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

\_\_\_\_\_. “Nota genealógicas: o ramo inglês”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

DIAS, João José Alves. “A maçonaria em Portugal de 1727 a 1802”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

DINES, Alberto. “Luz e Trevas, estrangeirados e Inquisição”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

\_\_\_\_\_. “O patrono e seu modelo”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2 tomos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957.

FERREIRA, João Pedro Rosa. “Jornalismo e pensamento político”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

JANCSÓ, István e SLEMIAN, Andréa. “Um caso de patriotismo imperial”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

LAJOLO, Marisa. “Leitores brasileiros: um público rarefeito?”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

LEME, Marisa Saenz. “Hipólito da Costa e a construção da Independência do Brasil”. Gunter Axt e Fernando Schüler (orgs.) *Intérpretes do Brasil. Ensaios de Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. “His Royal Highness e Mr. da Costa”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

MONTEIRO, Rolando. *Hipólito da Costa e a Independência: documentário e apreciação*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.

MOREL, Marco. “Entre estrela e satélite”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.



NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

PAULA, Sergio Góes de (org.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001.

\_\_\_\_\_. e Lima, Patrícia Souza. “Paradoxos da Liberdade”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Cia Editora Nacional: São Paulo, 1957.

\_\_\_\_\_. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil – 1500-1822. Com um breve estudo geral sobre a informação*. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “União sem sujeição”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

SOBRINHO, Barbosa Lima (org.). *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Hipólito da Costa, Pioneiro da Independência do Brasil*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand/Verano, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TENGARRINHA, José. “O Jornalismo da primeira emigração em Londres” Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

WAINBERG, Jacques. A. “As várias faces de um jornalista”. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Ed. Fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03.

## **Bibliografia Geral**

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “Irmão ou Inimigo: O escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil”. *Revista USP*, nº 28, Dez/Fev 95/96.

BAIÃO, António. *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*. 3 vols. 3ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1973.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: UFJF/São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. “Nos traços do esquadro e do compasso’: a sociabilidade maçônica no mundo luso-brasileiro (1790-1822)”. Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.) *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI - XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo. Uma História da Escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Record, 2006.

BLACKBURN, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial. 1776-1848*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

BOSCHI, Caio C. “A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 7, 1991.

BOURGUET, Marie-Noëlle. “O explorador”. Michel Vovelle (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil. Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial*. Tradução de Nair de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRADING, David A. *Orbe Indiano – De la monarquía católica a la República criolla, 1492-1867*. Traducción de Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

BRIC, Maurice J. “The United Irishmen, international republicanism and the definition of the polity in the United States of America. 1791-1800”. *Proceedings of the Royal Irish Academy*, vol. 104C, nº 4, (2004).

BULLOCK, Steven C. *Revolutionary Brotherhood. Freemasonry and the transformation of the American Social Order, 1730-1840*. Williamsburg: The University of North Carolina Press, 1996.

\_\_\_\_\_. “The Revolutionary Transformation of American Freemasonry, 1752-1792.” *The William and Mary Quarterly*, 3<sup>rd</sup> Ser., vol. 47, nº 3, (Jul., 1990).

CALDEIRA, Jorge (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to Write the History of the New World – Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período Colonial*. 3ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002

CHAVES, Flávio Loureiro. “A história observada pelo avesso”. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga (orgs.) *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: UPF, 2003.

CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Tomos I e II. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 2001.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades Por Mim Vistas e Observadas Oxalá Foram Fábulas Sonhadas. Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2004.

CUNHA, Luiz da. *Testamento Político ou carta escrita pelo grande D. Luiz da Cunha ao Senhor Rei D. José I antes de seu governo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

CUNHA, Norberto Ferreira da. *Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

CURTO, Diogo Ramada. “As Práticas de Escrita” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs), *História da Expansão Portuguesa. O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Vol. 3. Lisboa: Temas & Debates, 1998.

DAVIS, David Brion. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution. 1770 – 1823*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Ithaca/London: Cornell University Press, 1975.

DAVIS, J. C. *Utopia y la Sociedad Ideal. Estudio de la literatura utópica inglesa, 1516-1700*. Traducción de Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

DIAS, Graça e J. S. da Silva. *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, 2 vols. 2 tomos.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros Estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

\_\_\_\_\_. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP (17), nov/98.

DINES, Alberto. “A Inquisição como farsa”. Francisco de Melo Franco. *Medicina Teológica*. São Paulo: Giordano, 1994.

DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva. Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/Publifolha, 2000.

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos.” *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII, (supl), 2001.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa: Colibri, 1994.

DUREY, Michael. “Thomas Paine’s apostles: radical émigrés and the triumph of jeffersonian republicanism”. *The William and Mary Quarterly*, 3<sup>rd</sup> Ser., Vol. 44, n° 4 (Oct., 1987).

ELÍSIO, Filinto (Francisco Manuel do Nascimento). *Obras Completas de Filinto Elísio*. Braga: APPACDM, vol. I, 1998.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*, São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. “Luzes e Revolução na Colônia”. *Estudos Avançados*. vol. 2, n° 2, São Paulo, 1988.

FERRONE, Vicenzo. “O homem de ciência”. Michel Vovelle (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Presença, 1997

FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FONER, Eric. *Free Soil, Free Labor, Free Man. The ideology of the Republican Party before the Civil War*. New York: Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Nada Além da Liberdade*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Tom Paine and Revolutionary America*. New York: Oxford University Press, 1977.

FRANCO, Francisco Manoel de Mello. “O Reino da Estupidez em Portugal.” Francisco de Melo Franco. *Reino da Estupidez*. São Paulo: Giordano, 1995.

FRANKLIN, Benjamin. *Autobiografia*. São Paulo: Ibrasa, 1964.

FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego, Como era Gonzaga? E Outros Temas Mineiros*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. “As representações populacionais de Richard Francis Burton – Uma análise do processo de constituição do discurso sobre populações não-européias no século XIX” in *Revista de História* n° 149. São Paulo, FFLCH/USP, 2º semestre de 2003.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo, História de uma polêmica 1750-1900*. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINSBURG, Carlo. “Sinais. Raízes de um paradigma indiciário”. \_\_\_\_ *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do Maravilhoso – O Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa: Editora Arcádia, 1971.

\_\_\_\_\_. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”. *Revista de História*. São Paulo, FFLCH/USP, ano IV, nº. 15, julho-setembro, 1953

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. 2 vols. Porto Alegre: L&PM, 2002-04.

GONZAGA, Sergius. “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga (orgs.) *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GRINBERG, Keila. “Alforria, direito e direitos nos Estados Unidos e no Brasil” in *Estudos Históricos*, nº 28, 2001.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1973.

HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-cabeça. Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Tradução e apresentação de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *O Eleito de Deus. Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico – Processo de emancipação*. Tomo 2, Vol 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1997.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de Literatura Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IRMSCHER, Christoph. *The Poetics of Natural History. From John Bartram to William James*. New Brunswick/London: Rutgers University Press, 1999.

JACKSON, Joseph. *America's Most Historic Highway. Market Street, Philadelphia*. New York/Philadelphia: John Wanamaker ed., 1926.

JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. Tradução Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2000.

JANCSÓ, Itsván. “A Sedução da Liberdade” in Fernando Novais (dir), *História da Vida Privada no Brasil. Vol 1. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_ e PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000) – Formação: Histórias*. São Paulo: SENAC, 1999.

JEFFERSON, Thomas. *Escritos Políticos*. São Paulo: Ibrasa, 1964.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo/Salvador: Hucitec/UFBA, 2004.

\_\_\_\_\_. “Ciência e Império: trajetórias de ilustrados luso-americanos na segunda metade do século XVIII”. *Laboratório do Mundo. Idéias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004.

KURY, Lorelay. *Homens de Ciência no Brasil: Impérios Coloniais e Circulação de Informações (1780-1810)*. História Ciências Saúde Manguinhos. Volume 11. Suplemento 1, 2004.

LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Movimento da Independência. O Império Brasileiro (1821 – 1889)*. São Paulo: Melhoramentos, 2ª Edição, s/d.

LITTLE, Nigel Ken. *Transoceanic Radical: The many identities of William Duane*. Thesis presented for the degree of Doctor of Philosophy. Murdoch University, 2003.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. Cap. IV. “Da Escravidão”. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 43.

LOJA, António Egídio Fernandes. *A Luta do Poder contra a Maçonaria – Quatro perseguições no Séc. XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

LUSTOSA, Isabel. “O abolicionismo exilado de Hipólito da Costa.” *E Daí? Insight Inteligência*, out/nov/dez/2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política. 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACEDO, Francisco R. *Hipólito da Costa e o Universo da Liberdade*. Porto Alegre: Sulina/Associação Rio-grandense de Imprensa, 1975

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Diário Íntimo*. Maria Helena P. T. Machado (org.). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MARQUES, A.H. de Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal. Das Origens ao Triunfo*. Vol I. Lisboa: Presença, 1990.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “Escravidão e Independência: Brasil, Cuba e Estados Unidos” in István Jancsó (org.). *Independência, História e Historiografia*. São Paulo, Hucitec, 2005.

MAX, Frédéric. *Prisioneiros da Inquisição*. Tradução de Susie Fercik Staudt. Porto Alegre: L&PM, 1992.

MAXWELL, KENNETH, *A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Tradução de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”. \_\_\_\_\_. *Chocolate, Piratas e outros Malandros. Ensaios Tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. “Condicionamentos da Independência do Brasil”. Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *O Império Luso-brasileiro 1750-1822*. vol. VIII. Lisboa: Estampa, 1986.

\_\_\_\_\_. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. *Formação da Literatura Brasileira*. 4 Volumes. São Paulo: Livraria Martins Ed, 1959.

MELLO E SOUSA, Laura de. *O Sol e a Sombra – Política e Administração na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. 2 vols. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

\_\_\_\_\_. “Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. 1763-1777”. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. vol. IV. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 1979.

MONTEIRO, Tobias. *História do Império – A Elaboração da Independência*. 2 Tomos. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1981.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500 – 2000). Formação: Histórias*. São Paulo, Sesc/Senac, 1999.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História: Os Intelectuais, o Poder Cultural e o Poder Monárquico no Século XVIII*. Coimbra Minerva, março de 2003, pp. 207-261.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Memórias, Reformas e Acadêmicos no Império Luso-Atlântico – Domínio Territorial, Poder Marítimo e Política Mercantilista*. Rio de Janeiro, RIHGB, nº 416, jul/set. 2002, pp. 13-63.

NASH, Gary B. *Forging Freedom. The Formation of Philadelphia's Black Community 1720-1840*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

- NOGUEIRA, Octaciano. *Obra Política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 1973.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NOVINSKY, Anita W. “Estudantes ‘afrancesados’ na Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Moraes e Silva (1779-1806)”. Osvaldo Coggiola (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1990.
- PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001.
- PAINE, Thomas. *O Senso Comum e a Crise. Pensamento político*. Tradução de Vera Lúcia de Oliveira Sarmiento. Brasília: UNB, 1982.
- PEREIRA, José Esteves. *Percursos de História das Idéias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Historiografia e ideologia”. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga (orgs.) *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PICCOLO, Helga I. L. “O processo de Independência em uma região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas” in István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- POSSAMAI, Paulo César. “A expansão portuguesa no sul da América: a política de povoamento na Colônia do Sacramento (1680-1737)”. *Ciência.let.*, Porto Alegre, nº 37, jan/jun, 2005.
- PRADO, Fabrício Pereira. “Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 9, nº 19, jul/2003.
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império, Relatos de Viagem e Transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. “Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *Tempo*, Niterói, v. 7, nº 6, dez/1998.
- RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil*. Brasília: UNB, 1998.



ROSENFELD, Richard N. *American Aurora. A democratic-republican returns: the suppressed history of our nation's beginnings and the heroic newspaper that tried to report it*. New York: St Martin's Press, 1997.

SAFIER, Neil. "O *Diário da Viagem* do Ouvidor Sampaio (1774-1775): As práticas narrativas de uma viagem administrativa na América Portuguesa." *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa.

SANCHIS, Antonio Mestre. *Apologia y Crítica de Espana en el Siglo XVIII*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2003.

SCHULTZ, Ronald. "The small-producer tradition and the moral origins of artisan radicalism in Philadelphia. 1720-1810". *Past and Present*, nº 127 (May, 1990).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis – Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLAN, Neil R. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos. De colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dirs.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. VIII. Lisboa: Estampa, 1986.

SMITH, James Morton. "Sedition in the Old Dominion: James T. Callender and the Prospect Before Us". *The Journal of Southern History*, vol. 20, nº 2 (May, 1954).

SMITH, Jeffery A. *Franklin & Bache. Envisioning the Enlightened Republic*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Printers and Press Freedom. The ideology of early american journalism*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1988.

SYRETT, (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix.

TAGG, James. *Benjamin Franklin Bache and the Philadelphia Aurora*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

TWOMEY, Richard J. "Jacobins and jeffersonians: anglo-american radical ideology, 1790-1810". Margaret C. Jacob and James R. Jacob (eds.) *The Origins of Anglo-American Radicalism*. New Jersey/London: Humanities Press International, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARELA, Alex Gonçalves. "O processo de formação, especialização e profissionalização (1783-1800) do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara". *Revista de História*, São Paulo, FFLCH/USP, nº 155 (2º-2006).

VARELA, Alex G.; LOPES, Maria M.; FONSECA, Maria Rachel F. da. “As atividades do filósofo natural José Bonifácio de Andrada e Silva em sua ‘fase portuguesa’ (1780-1819)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (3), set-dez. 2004.

VILLALTA, Luis. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura” in Fernando Novais (dir.), *História da Vida Privada no Brasil. Vol 1. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VOVELLE, Michel (dir.) *O Homem do Iluminismo*. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Presença, 1997.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1983.

\_\_\_\_\_. *Ciência e Política: duas vocações*. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

WINSTANLEY, Gerrard. *The Law of Freedom and other writings*. Christopher Hill (ed.). Harmondsworth: Pelican Books, 1973.

### Sites na Internet

Appleton’s American Biography by [StanKlos.com](http://StanKlos.com)

Golin, Tau. “Porto e forte de São Caetano da Barranca”. *Popa*, Porto Alegre, 2007. [www.popa.com.br/docs/cronicas/porto-e-forte 120 dpi.pdf](http://www.popa.com.br/docs/cronicas/porto-e-forte-120-dpi.pdf)

Melo, José Marques. “Hipólito da Costa, repórter precoce.” *Jornalismo e História – Interconexões*. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. [www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np02/NP2MELO.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np02/NP2MELO.pdf)

Silva, Arthur Victoria. [www.capaodoleao.blogspot.com](http://www.capaodoleao.blogspot.com)

Silva, Maria Beatriz Nizza da. “Soldados, casais e índios no povoamento da Nova Colônia”. [www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/artigos/sacramento.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/artigos/sacramento.pdf)

Potofsky, Allan. “The ‘non-aligned status’ of french émigrés and refugees in Philadelphia, 1793-1798.” *Transatlantica*, 2006:2, *Révolution* [Enligne]. [www.transatlantica.revues.org/document1147.html](http://www.transatlantica.revues.org/document1147.html).